



O desafio de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior.

Dias 05, 06 e 07 de maio de 2011

Hotel Pestana Bahia - Salvador - BA

Estudos e Projeções: Panorama e Propostas



Agradecimentos

*Ao Fórum de Entidades Representativas do Ensino
Superior Particular pela oportunidade;
Ao professor Gabriel Mário Rodrigues pela confiança,
exemplo de visão e pioneirismo;
Aos companheiros da CM Consultoria de Administração
pela dedicação, garra e talento;
À minha esposa Emília e à minha família pelo estímulo e
compreensão da importância do “trabalho a ser feito”;
À Deus, por nos dar saúde e discernimento.*

Marília-SP, 25 de Abril de 2011.



Carlos A. Monteiro
CM Consultoria de Administração



Este estudo foi elaborado pela equipe de profissionais da CM Consultoria Administração, assim formada:

Carlos A. Monteiro

Emília Eugênia A. Monteiro

Jayme Monteiro Neto

Adriano Rogério dos Santos

Bruno Paschoal Pecci

Cícero Félix da Silva

Emerson Costa Soares

Erminda da Conceição Silva de Carvalho

Fabiano Abonizio

José Vicente dos Santos

Lourival Antonio Gonçalves

Márcia Ângela Gradim

Marcos Aurélio Zambon

Marina de Almeida Rocha

Salviano Silva de Oliveira

Viviane Guimarães Sousa

Rafael Villas Boas – Consultor Convidado

Agradecemos o apoio e as sugestões do Prof. Gabriel Mário Rodrigues, MD – Presidente da ABMES e Secretário Executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e as observações sempre úteis do Prof. Raulino Tramontin.



Apresentação

Entre os dias 19 e 20 de março de 2011 o Brasil recebeu uma visita ilustre: o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, considerado atualmente como o “homem mais poderoso do mundo”. Entre compromissos diplomáticos e atividades culturais, o líder americano defendeu a criação de uma relação de igualdade entre Brasil e EUA. Segundo Obama, os dois países não devem ser parceiros "sênior" e "júnior", mas "parceiros iguais".

O objetivo principal da visita do presidente americano, pela primeira vez oficialmente no Brasil, foi reativar a influência americana e abrir novos mercados para os Estados Unidos, que ainda lutam para superar a pior crise econômica em décadas.

A visita de tão importante autoridade deixa óbvia a importância do Brasil na atual conjuntura econômica. Estrategicamente posicionado na América Latina, o país hoje possui empresas inovadoras de atuação mundial, que contribuem para a produção da riqueza econômica do país, além do aporte de recursos naturais importantes para todo o planeta.

Para o País, a visita ocorre em um momento de profundas transformações sociais, principalmente pela ascensão de milhões de brasileiros para a Classe C. O desafio se resume no desenvolvimento de uma grande capacidade adaptativa aliada à estruturas flexíveis – dadas as mudanças profundas e rápidas – de modo a se perpetuar a competitividade no ambiente global no presente e no futuro. Para tanto, planejamento é essencial.

A continuidade do crescimento, condicionada principalmente ao desenvolvimento econômico, depende ainda de melhores investimentos em qualificação profissional nos mais diversos segmentos. Esta qualificação, invariavelmente, passa pelo ensino superior.

Peter Drucker, o grande guru da administração, tem uma frase fantástica sobre planejamento e construção do futuro. Diz ele: **“Planejar não diz respeito às ações do futuro, mas ao impacto futuro das ações do presente”**.

O atual cenário do ensino superior brasileiro é fruto das decisões tomadas no passado. Dentro do contexto, o ensino superior ainda necessita de inovação, competitividade, eficácia da gestão, enfim, se *Reimaginar!!!!*

Em Brasília, durante a abertura do *Seminário Internacional de Cursos Superiores de Tecnologia: Educação e o Mundo do Trabalho*, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que na próxima década acredita na meta de 10 milhões de universitários matriculados no ensino superior brasileiro.



Por sua vez, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco, ressaltou que os cursos de tecnologia são os que mais crescem no país e que nos últimos oito anos, aumentaram em 300% representando hoje 17% do total da oferta na educação superior. Esses cursos são potencializados ainda pela oferta de vagas na educação a distância.

O presente material, organizado pela *CM Consultoria* e apresentado no *IV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular*, é um conjunto de informações e reflexões sobre os vários “cenários” da educação e **o desafio de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior**, até o ano de 2015.

O caderno contém um resumo sobre a educação superior no Brasil (2000-2009), além dos fatores condicionantes e projeções futuras divididas em três prismas: pessimista, realista e otimista.

Ao final, são apresentadas propostas para atendimento da meta de 10 milhões de alunos, divididas em ações independentes, porém interligadas, com foco na evasão, ociosidade e na infraestrutura potencial e instalada atualmente no país.

Esperamos que a leitura do presente trabalho possa contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro e que, a cada dia, mais estudantes tenham acesso à educação rumo à mobilidade social.

Boa Leitura!

CM Consultoria. Uma organização que aprende.



Introdução

Segundo o último Censo da Educação Superior, temos em nosso país aproximadamente seis milhões de universitários. Se pensarmos em números absolutos ou em relação a um passado não muito distante, trata-se de um quantitativo expressivo.

A questão é: esse número é representativo para um país de quase duzentos milhões de habitantes e a sétima economia mundial? O percentual de jovens em idade de freqüentar a universidade está ajustado aos padrões dos países desenvolvidos ou mesmo, de países menos expressivos? O nível de produtividade e a taxa de escolaridade da mão de obra brasileira acompanham as nações mais desenvolvidas ou os demais integrantes do “BRICS”, “Tigres asiáticos”, ou mesmo a Argentina? As respostas negativas a todas essas questões nos fazem refletir sobre a importância da educação e neste caso, do Ensino Superior, para o grande salto de qualidade que o Brasil necessita para se firmar no contexto internacional em termos de sustentabilidade e competitividade.

O retrato do ensino superior brasileiro no século XXI apresenta diversos aspectos que merecem um estudo mais detalhado, alguns tratados neste documento. Dentre esses elementos destacam-se:

1. Um forte crescimento do setor com novas IES, cursos e grande oferta de vagas;
2. Predomínio destacado do segmento privado;
3. Crescimento da taxa de ociosidade;
4. Taxa de evasão elevada;
5. Chegada ao ensino superior de um contingente cada vez maior das camadas com pouco poder aquisitivo e baixo nível cultural;
6. Participação das matrículas dos jovens de 18 a 24 anos muito abaixo dos padrões internacionais;
7. O mercado do ensino superior é muito fragmentado (78% das IES têm menos de 2.000 alunos);
8. Ao mesmo tempo o mercado é concentrado, com 50 universidades (2% das IES) detendo 30% dos alunos e apenas dois cursos com quase um terço das matrículas;
9. Grande concorrência (no “Oceano Vermelho”) e forte pressão sobre os preços;
10. O conceito de valor não é ofertado adequadamente ou não é percebido adequadamente pelo aluno, inclusive para o “produto” educação;
11. Para competir no setor é necessário um controle rigoroso dos custos;
12. O setor é altamente regulado;



13. As relações candidatos/vaga e ingressantes/vaga diminuem constantemente.
14. Em 2009 a taxa de Reposição de alunos foi igual a um. Ou seja, para **um milhão e quinhentos mil** novos ingressantes o segmento teve igual número de concluintes e evadidos.
15. O número de alunos pertencentes à geração “Y” cresce fortemente exigindo das IES e de seus professores e gestores nova postura e novas metodologias.
16. Os bacharelados e as licenciaturas tradicionais presenciais estacionaram e tiveram diminuição de matrículas em 2009.
17. Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST’s) mesmo enfrentando a má-vontade da Academia e o desprezo dos Conselhos Profissionais começaram a decolar a partir de 2005.
18. Da mesma forma, o EaD mostra uma taxa elevada de crescimento dobrando o alunado a cada 2 anos;

Poderíamos acrescentar mais um conjunto de itens importantes para análise dos cenários do ensino superior. Como também caminhar para uma discussão sem fim sobre o que fazer para aumentar o contingente de matrículas na universidade. A grande questão afinal é: a que taxa de matrículas precisamos crescer e quais serão as responsabilidades do setor público e do segmento privado?

Se tomarmos apenas um objetivo estratégico: 33% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados na universidade, meta que foi perseguida e não alcançada no primeiro Plano Nacional da Educação – PNE e que volta ao segundo (2011-2020), já teríamos um desafio de gigantes. E se pensarmos nos vinte milhões de pessoas entre 17 anos e 40 anos que possuem apenas o ensino médio e cumprem o requisito básico para prestar vestibular?

Quando verificamos que mais de **3.598 municípios** não possuem IES nem Pólos de Ensino a Distância, a população total desses municípios (**24 milhões de habitantes**) é presa fácil do atraso, do crime e das drogas.

E o que falar dos quinze milhões de habitantes de renda zero, os “brasileiros invisíveis” sem documentos, sem saúde, sem teto, sem perspectivas?

Quando autoridades públicas e representantes do ensino superior privado se reúnem para discutir o futuro do ensino superior, será que não seria o momento de discutir o futuro da *educação não-formal*? Porque pensarmos apenas no setor altamente regulado (que é importante e já tem sua demanda)? Porque não desenvolver programas necessários para transformar 8 milhões de desempregados em pessoas com as competências e habilidades básicas necessárias para um emprego? Como vamos dar visibilidade a 15 milhões de brasileiros de renda zero?



A ARTE DA POSSIBILIDADE

O IV Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular será realizado em Salvador, nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2011. Da sua programação destaca-se a temática de quando e como conquistar *10 milhões de alunos no ensino superior*.

Este documento procura demonstrar essa possibilidade de forma até mesmo provocativa. Não no sentido de criar obstáculos a um plano com o qual nós também sonhamos, mas principalmente deixar claro que alcançar o tão decantado contingente de 10 milhões não é um *“bicho de outro mundo”*. Cremos que temos condições de dobrar esses 10 milhões. Instalações físicas e equipamentos básicos fazem parte de uma grande estrutura ociosa, principalmente no ensino privado (e no público!). Nossa relação alunos/professor é inferior a dos países da OCDE e um grande número de turmas são formadas abaixo do ponto de equilíbrio.

Para demonstrar nossas previsões de crescimento de matrículas tomamos como base quatro cenários:

- a) Média de crescimento 2004-2009 (7,2%);
- b) Média de crescimento 2008-2009 (6,6%);
- c) Média de crescimento realista (5%);
- d) Média de crescimento otimista (10%).

Aplicando os índices representativos de cada cenário, poderemos alcançar o total de matrículas pretendidas, nas seguintes datas:

- a) Média de crescimento 2004-2009 (7,2%) **10.356.984** alunos em **2017**;
- b) Média de crescimento 2008-2009 (6,6%) **10.556.460** alunos em **2018**;
- c) Média de crescimento realista (5%) **10.183.395** alunos em **2020**;
- d) Média de crescimento otimista (10%) **10.547.911** alunos em **2015**;

Algumas estratégias são essenciais para uma possível viabilização dos objetivos:

1. Estancar a hemorragia da evasão (**3.188.325** alunos);
2. Aproveitamento das vagas ociosas (**7.711.702**);
3. Financiamento: um *“MEGAFIES”*, os agentes financeiros privados (*“mensalidade cabendo no bolso”*);
4. Reconhecer a importância do contingente de crescimento das matrículas do CST e do EaD como fatores críticos do sucesso;
5. Valorização das áreas estratégicas nacionais:
 - Engenheiros;
 - Formação de professores;



- Pré-Sal;
 - Copa do mundo de 2014;
 - Olimpíadas de 2016.
6. Plano de atuação em municípios sem oferta de ensino superior (1.340.000 matrículas via criação de IES e pólos de EaD);
 7. Incentivos fiscais às Fundações, ONGs, Empresas e Pessoas Físicas para oferta de bolsas de estudo. Hoje: bolsa-empresa é *salário indireto*;
 8. Oferta para jovens acima 24 anos: os **Working adults**;
 9. Valorização do segundo diploma;
 10. Criação do FIES Privado gerenciado pelo próprio setor;

Lembremo-nos de alguns aspectos que devem ser tratados preliminarmente:

1. Segundo o J.P Morgam (Educação no Brasil, janeiro 2011):
 - a) Educação é uma prioridade do governo;
 - b) O investimento passará de 5,9% do PIB para 7% (ou 10%);
2. Ainda de acordo com o J.P Morgan:
 - a) Qualidade da educação é um desafio fundamental;

“Acreditamos que a qualidade da educação e a transparência dos dados se tornarão cada vez mais importantes à medida que o setor se desenvolva e o MEC aprimore suas ferramentas de Avaliação”.
3. O referido Banco tem uma visão positiva do ensino privado:
 - a) Previsão de expansão das margens;
 - b) Tendência de consolidação;
 - c) Crescimento a longo prazo;
 - d) Consolidadores deverão dobrar o número de alunos entre 2014 e 2015.
4. O crescimento das matrículas se dará em função de três (3) fatores:
 - a) Crescimento da renda real, com um crescente segmento brasileiro de renda média;
 - b) Custo mais acessível do ensino superior e acesso ao crédito estudantil;
 - c) Concluintes do ensino médio;
5. Esse crescimento das matrículas depende:
 - a) Das pessoas que não podem pagar as mensalidades por conta própria
 - b) Do FIES (e outras modalidades) como FCS (com uma roupagem “Minha Casa, Minha Vida”);
 - c) De fixar nas IES o aluno que se preocupa com a qualidade, além do preço (evasão)



Com a grande quantidade de variáveis e desafios, o processo de acelerar o aumento antecipado das matrículas do ensino superior depende do esforço integrado, da parceria entre público-privado para que um Planejamento seja efetivado. No dizer do professor Luiz Cláudio Costa, Md, Secretário do Ensino Superior/MEC: *“Precisamos nos **unir** para a construção coletiva do **Planejamento Estratégico do Ensino Superior Brasileiro**”*.



Este documento foi formulado em quatro (4) partes:

- Introdução
- Capítulo I – Panorama do Ensino Superior Brasileiro no Século XXI
- Capítulo II – Projeções
- Capítulo III- Metas Estratégicas
- Capítulo IV – Conclusões

O desafio está lançado...



Foto: www.jornaldejequie.com.br/

“[...] o Brasil precisa mirar a meta de 10 milhões de universitários na próxima década [...]”

“[...] o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vai exigir um investimento de R\$ 80 bilhões durante dez anos”

Fernando Haddad

...A hora é agora!



Sumário

AGRADECIMENTOS	3
APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
I - PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO SÉCULO XXI	23
1. CONTEXTO E IMPACTO DAS MUDANÇAS NO SETOR EDUCACIONAL	24
1.1. A OFERTA NO ATUAL CONTEXTO:.....	27
1.1.1. ENSINO PRESENCIAL: DESDE OS PRIMÓRDIOS.....	27
1.1.2. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: NECESSIDADE E OBJETIVIDADE DO MERCADO.....	28
1.1.3. EAD – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	30
2. NÚMEROS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2000-2009	32
2.1. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	32
2.2. CURSOS.....	35
2.3. VAGAS.....	38
2.4. CANDIDATOS.....	39
2.4.1. RELAÇÃO CANDIDATOS X VAGAS OFERTADAS.....	40
2.5. INGRESSANTES.....	42
2.6. CONCLUINTES.....	42
2.7. MATRÍCULAS.....	44
2.7.1. RELAÇÃO INGRESSANTES, MATRÍCULAS E CONCLUINTES NO ENSINO SUPERIOR.....	45
2.7.2. MATRÍCULAS POR SEXO.....	46
2.8. GARGALOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: OCIOSIDADE E EVASÃO.....	47
2.8.1. EVASÃO.....	47
2.8.2. OCIOSIDADE.....	52
2.8.3. ANÁLISE CONJUNTA: EVASÃO E OCIOSIDADE.....	54
2.9. DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR.....	56
2.9.1. NÚMERO DE DOCENTES.....	56
2.9.2. DOCENTES POR TITULAÇÃO.....	56
2.9.3. EVOLUÇÃO DOCENTE POR TITULAÇÃO.....	57
2.10. A QUESTÃO DA QUALIDADE: ÍNDICES DE DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO.....	58
2.10.1. EDUCAÇÃO BÁSICA.....	58
2.10.2. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	59
2.10.3. IGC – ÍNDICE GERAL DE CURSOS.....	60
2.10.4. CPC – CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO.....	62
2.10.5. IDD - INDICADOR DE DIFERENÇA ENTRE OS DESEMPENHOS OBSERVADO E ESPERADO.....	62
2.10.6. ENADE – EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES.....	64
3. O ENSINO MÉDIO E SUA IMPORTÂNCIA NA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	65
3.1. ANÁLISE PRÉVIA: ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL.....	65
3.2. O ENSINO MÉDIO.....	66
3.3. MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO.....	67
3.4. CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO.....	70
3.5. EVASÃO NO ENSINO MÉDIO.....	73
4. ÁREA FINANCEIRA	74
4.1. GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO.....	74
4.2. O CUSTO DO ENSINO: DA PRÉ-ESCOLA AO ENSINO SUPERIOR.....	75



4.2.1. ENSINO SUPERIOR: RAZÕES PARA O GOVERNO INVESTIR NO SETOR PRIVADO	78
4.3. RENDA E CONSUMO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	80
4.3.1. POTENCIAL DE CONSUMO E DETERMINAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS	80
5. ÁREA MERCADOLÓGICA	83
5.1. CONCORRÊNCIA	83
5.1.1. CONCORRÊNCIA ALTERNATIVA	84
5.2. CONSOLIDAÇÃO	85
5.3. COMODITIZAÇÃO	87
5.4. CONCENTRAÇÃO	88
5.4.1. CONCENTRAÇÃO DAS MATRÍCULAS	88
5.4.2. CONCENTRAÇÃO DOS CURSOS	91
5.5. INTERIORIZAÇÃO	93
5.6. DIVERSIFICAÇÃO	95
5.6.1. A NOVA DEMANDA POTENCIAL E SUAS VÁRIAS FACES: GERAÇÕES XYZ	95
5.6.2. REDES SOCIAIS E USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	98
5.6.3. CLASSES C E D E A REVOLUÇÃO DO ENSINO NA FAMÍLIA	100
6. ÁREA DE GESTÃO	104
6.1. DA GESTÃO ACADÊMICA PARA A GESTÃO PROFISSIONAL	104
6.1.1. VISÃO EMPRESARIAL COM FUNDAMENTO SOCIAL	104
6.2. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA A EMPRESA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	105
6.2.1. AS QUESTÕES SÃO AS MESMAS, PORÉM AS RESPOSTAS MUDARAM.	105
6.2.2. ABANDONO DE VELHOS PARADIGMAS	106
6.2.3. EMPRESA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - ESED: CENTRO DE EDUCAÇÃO EM TODOS OS SENTIDOS!	107
7. ÁREA ESTRATÉGICA	108
7.1. O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ONTEM E HOJE	108
7.2. O ENSINO SUPERIOR COMO ÁREA ESTRATÉGICA DA NAÇÃO	112
7.3. A QUALIDADE E O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	117
8. CONCLUSÕES	120
8.1. A ESSÊNCIA DO CRESCIMENTO	120
8.1.1. O SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	120
8.1.2. FINANCIAMENTO ESTUDANTIL	120
8.1.3. FIES - FUNDO DE FINANCIAMENTO DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR	122
8.1.4. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI	123
8.1.5. FINANCIAMENTO PRIVADO	125
II - PROJEÇÕES	127
1. ANÁLISE DE CENÁRIOS: OTIMISTA, PESSIMISTA E REALISTA	128
2. ENSINO SUPERIOR – IES PÚBLICAS E PRIVADAS	132
2.1. A EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS - IES PÚBLICAS E PRIVADAS	132
2.2. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS: GRADUAÇÃO PRESENCIAL	132
2.3. PROJETANDO A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS CONSIDERANDO A GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA (PRESENCIAL)	134
2.4. PROJETANDO A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS CONSIDERANDO A GRADUAÇÃO TRADICIONAL, TECNOLÓGICA E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	137
2.5. CENÁRIO PROJETADO - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS	140
3. O ENSINO SUPERIOR – IES PRIVADAS	142
3.1. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS: GRADUAÇÃO TRADICIONAL (PRESENCIAL)	142
3.2. A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS CONSIDERANDO A GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA (PRESENCIAL) NAS IES PRIVADAS	145



3.3. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS CONSIDERANDO A GRADUAÇÃO TRADICIONAL, TECNOLÓGICA E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – IES PRIVADAS.....	147
3.4. CENÁRIO PROJETADO – 2010-2020 – IES PRIVADAS	150
4. CONSIDERAÇÕES GERAIS	151
5. QUADRO RESUMO DAS METAS ESTRATÉGICAS	154
III - METAS ESTRATÉGICAS	155
A ARTE DA POSSIBILIDADE: CRESCER 10 ANOS EM 4	156
1. COMBATE À OCIOSIDADE NO ENSINO SUPERIOR	157
1.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	157
1.2. FATORES CRÍTICOS DO SUCESSO	158
1.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA REDUÇÃO DA TAXA DE OCIOSIDADE	159
1.3.1. REDUZIR 40% DA TAXA DE OCIOSIDADE	159
2. COMBATE À EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	161
2.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	161
2.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	161
2.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA COMBATE A EVASÃO	162
2.3.1. REDUZIR 40,0% DA TAXA DE EVASÃO DO ENSINO SUPERIOR.	162
3. AMPLIAÇÃO DO QUANTITATIVO DE ALUNOS NA GRADUAÇÃO “TRADICIONAL”	164
3.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	164
3.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	166
3.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AMPLIAÇÃO DE 10,0% AO ANO, NO NÚMERO DE ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR	167
3.3.1. CRESCER ATÉ 2015 A UMA TAXA DE 10%, AO ANO.	167
4. AMPLIAÇÃO DO QUANTITATIVO DE ALUNOS NA GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA	170
4.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	170
4.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	170
4.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AMPLIAÇÃO DAS MATRÍCULAS EM 10,0% AO ANO	171
4.3.1. CRESCER ATÉ 2015 A UMA TAXA DE 10% AO ANO NAS MATRÍCULAS.	171
5. AMPLIAÇÃO DO QUANTITATIVO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	173
5.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	173
5.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	173
5.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AMPLIAÇÃO DAS MATRÍCULAS EM 10,0% AO ANO.....	174
5.3.1. AMPLIAR 502.875 MATRÍCULAS ATÉ 2015.....	174
6. FIES – 250.000 CONTRATOS NOVOS AO ANO.....	176
6.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	176
6.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	176
6.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AMPLIAÇÃO DE 1.000.000 ALUNOS BENEFICIADOS	176
6.3.1. AMPLIAR O QUANTITATIVO DE 1.000.000 NOVOS ALUNOS BENEFICIADOS ATÉ 2015.....	176
7. AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - PROUNI	178
7.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	178
7.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	178
7.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AMPLIAÇÃO DE 1.000.000 ALUNOS ATENDIDOS PELO PROUNI.	178
7.3.1. AMPLIAR O QUANTITATIVO DE 1.000.000 ATENDIDOS PELO PROUNI ATÉ 2015.	178
8. AMPLIAÇÃO DOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO	181
8.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL	181
8.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	181
8.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AMPLIAÇÃO DE 10,0% NO QUANTITATIVO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	181



8.3.1. AMPLIAR 960.000 MATRÍCULAS ATÉ 2015.....	181
9. AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NAS DIFERENTES REGIÕES BRASILEIRAS	183
9.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL.....	183
9.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO.....	183
9.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ATENDIMENTO DE 20,0% DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MENORES.....	183
9.3.1. AMPLIAR 1.340.000 DE MATRÍCULAS ATÉ 2015.....	183
10. INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	187
10.1. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE ATUAL.....	187
10.2. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO.....	187
10.3. AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA FORMAÇÃO SUPERIOR EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.....	188
10.3.1. AMPLIAR 882.000 MATRÍCULAS ATÉ 2015.....	188
11. RESUMO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	190
IV - CONCLUSÕES.....	191
12. ACELERANDO A EXPANSÃO.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	197



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das IES por número de matrículas, Brasil 2009.	35
Figura 2 – Distribuição média da movimentação financeira em educação, por classes sociais, Brasil, 2010.	82
Figura 3 – Diagrama do ensino superior.	88
Figura 4 - Análise das forças competitivas.	194
Figura 5 - Ativos e seus eixos.	195



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das Matrículas no Ensino Superior (CST), Brasil - 2004/2009.....	29
Gráfico 2 – Evolução do quantitativo de cursos de graduação a distância, no Brasil 2000-2009.....	31
Gráfico 3 - Evolução das Matrículas no Ensino Superior (EAD) - 2004/2009.....	31
Gráfico 4 – Quantidade de IES pública e privada, 2009.....	33
Gráfico 5 – Evolução das IES públicas e privadas, 2000-2009.....	33
Gráfico 6 – Distribuição das IES por organização acadêmica, Brasil 2009.....	34
Gráfico 7 – Distribuição do número de cursos por categoria administrativa, Brasil, 2009.....	35
Gráfico 8 – Evolução do quantitativo de cursos de graduação, por categoria administrativa, Brasil 2000-2009.....	36
Gráfico 9 – Distribuição das vagas por categoria administrativa, Brasil, 2009.....	38
Gráfico 10 – Evolução do número de vagas no ensino superior, Brasil 2000-2009.....	38
Gráfico 11 – Crescimento do número de candidatos, Brasil 2000-2009.....	40
Gráfico 12 – Relação Candidatos por vaga, Brasil, 2000-2009.....	40
Gráfico 13 – Crescimento do número de ingressos, Brasil 2000-2009.....	42
Gráfico 14 – Distribuição dos concluintes por categoria administrativa, Brasil, 2009.....	43
Gráfico 15 – Evolução do número de concluintes por categoria administrativa, Brasil 2000-2009.....	43
Gráfico 16 – Evolução das matrículas graduação presencial x cursos tecnológicos x cursos à distância, Brasil 2001-2009.....	44
Gráfico 17 – Crescimento das matrículas, Brasil 2000-2009.....	45
Gráfico 18 – Crescimento de ingressantes, matrículas e concluintes, Brasil 2000-2009.....	45
Gráfico 19 – Crescimento das matrículas no ensino superior por sexo, Brasil 2009.....	46
Gráfico 20 – Evolução da evasão no ensino superior, Brasil 2000-2009.....	48
Gráfico 21 - Curva de ingressos e egressos no Ensino Superior Brasileiro.....	48
Gráfico 22 – Motivos de evasão, Brasil, 2005.....	50
Gráfico 23 – Índice de reposição das matrículas no ensino superior, Brasil, 2000-2009.....	51
Gráfico 24 – Análise de sustentabilidade do ensino superior, Brasil, 2000-2009.....	52
Gráfico 25 – Ociosidade de vagas ofertadas, Brasil 2009.....	53
Gráfico 26 - Vagas ociosas (bruto e percentual), por vestibular e por outros processos seletivos, Brasil 1991-2009.....	54
Gráfico 27 – Evasão e ociosidade ensino superior, Brasil, 2000-2009.....	54
Gráfico 28 – crescimento do número de docentes no ensino superior, Brasil 2000-2009.....	56
Gráfico 29 – Distribuição do número de docentes por titulação, Brasil 2009.....	57
Gráfico 30 – Evolução da titulação docente no ensino superior, Brasil 2008-2009.....	57
Gráfico 31 - Distribuição do Índice Geral de Cursos (IGC), por faixas, IES, Brasil 2009.....	60
Gráfico 32 - Distribuição do Índice Geral de Cursos (IGC) – IES Públicas e Privadas, Brasil 2009.....	61
Gráfico 33 – Índice Geral de Cursos por organização acadêmica, Brasil 2009.....	61
Gráfico 34 - O funil do ensino médio, Brasil, 2009.....	72
Gráfico 35 – Despesa e média mensal familiar com educação, por existência de pessoas com nível superior.....	78
Gráfico 36 – Percentual dos estudantes da Classe C no Ensino Superior, 2009.....	84
Gráfico 37 - Totalidade das fusões e aquisições no período 2007-2011 (2º trimestre).....	86
Gráfico 38 – Quantitativo de alunos nas IES negociadas – por ano.....	87
Gráfico 39 – Representação das IES no Brasil por concentração de matrículas, 2009.....	89
Gráfico 40 – Percentual de representatividade das IES por matrículas, 2009.....	89
Gráfico 41 – Representação dos cursos, por categoria administrativa, 2009.....	90
Gráfico 42 - Representação das matrículas, por categoria administrativa, 2009.....	91
Gráfico 43 – fragmentação do mercado ensino superior, 2009.....	92
Gráfico 44 - Evolução do número de IES, por localização, Brasil, 2000-2009.....	93
Gráfico 45 – Distribuição da população brasileira por classes sociais, Brasil 2005-2009.....	100
Gráfico 46 – Distribuição dos estudantes no ensino superior, por classes sociais, Brasil 2009.....	101
Gráfico 47 - Participação de homens e mulheres no total de estudantes de ensino superior no Brasil – 2002 e 2009.....	102
Gráfico 48 – Participação de homens e mulheres no total de estudantes de ensino superior brasileiro, por classe social, Brasil, 2009.....	102
Gráfico 49 – Distribuição dos alunos da Classe C no ensino superior, por faixa.....	103
Gráfico 50 – Gasto médio com cartão de crédito.....	104
Gráfico 51 – Índice de alfabetização de adultos > de 15 anos, 2010.....	112
Gráfico 52 – Diferença entre a renda das pessoas com ensino superior, em 2010.....	113
Gráfico 53 - índice de alfabetização dos países em 2009.....	113
Gráfico 54 – Taxa de alfabetização da população entre 15 a 24 anos, 2010.....	114
Gráfico 55 - Evolução do repasse ao Fundo do Investimento do Estudante Superior – FIES, 2007-2010.....	123
Gráfico 56 – Bolsas ocupadas no ProUni – 2005-2010.....	124
Gráfico 57 - Evolução das matrículas no ensino superior privado (presencial + educação a distância), Brasil, 2004-2009.....	129
Gráfico 58 - Evolução das matrículas no ensino superior privado (presencial), Brasil, 2004-2009.....	130
Gráfico 59 - Evolução das matrículas no ensino superior (EAD – Educação a Distância) – 2004-2009:.....	130
Gráfico 60 - Evolução das matrículas no ensino superior (CST – cursos superior de tecnologia), Brasil – 2004-2009.....	131
Gráfico 61 – Matrículas no ensino superior - graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e a distância – IES públicas e privadas:.....	141
Gráfico 62 – Matrículas nas IES privadas - graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e a distância.....	151
Gráfico 63 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, reduzindo 40,0% das vagas ociosas:.....	159
Gráfico 64 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, reduzindo 40,0% da evasão.....	163
Gráfico 65 – Autorizações de cursos – IES que não detém autonomia universitária – período 2003/2011.....	166



Gráfico 66 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando 10% das matrículas na graduação tradicional:	168
Gráfico 67 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 10,0% ao ano, o quantitativo de matrículas na graduação tecnológica - presencial.....	171
Gráfico 68 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 10,0% ao ano, o quantitativo de matrículas na graduação – modalidade a distância	174
Gráfico 69 Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.000.000 de matrículas beneficiadas pelo FIES..	177
Gráfico 70 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.000.000 os alunos beneficiados pelo ProUni. .	179
Gráfico 71 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 960.000 as matrículas de alunos no ensino médio.	182
Gráfico 72 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.340.000 as matrículas de alunos nas regiões desprovidas de ensino superior.	184
Gráfico 73 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.340.000 as matrículas de alunos nas regiões desprovidas de ensino superior. Atendimento de 20,0% da população (15-29 anos).	186
Gráfico 74 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 882.000 as matrículas em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional:.....	189



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do percentual de IES por categoria administrativa, Brasil 2000-2009.....	34
Tabela 2 – Evolução dos cursos por categoria administrativa, Brasil, 2000/2009.....	37
Tabela 3 - Distribuição das vagas, por categoria Administrativa, 2000/2009.....	39
Tabela 4 – Número de Ingressantes, egressos e perda de matrículas, no período de 2001-2009.....	49
Tabela 5 - Vagas ofertadas, 2006-2009.....	53
Tabela 6 - Vagas ociosas, 2006-2009.....	53
Tabela 7 – Ranking dos 10 Cursos com melhor desempenho no Conceito Preliminar (CPC), Brasil 2009.....	62
Tabela 8 – Listagem dos Cursos com conceito máximo no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Brasil 2009.....	63
Tabela 9 - Listagem dos Cursos com conceito máximo no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, Brasil 2009.....	65
Tabela 10- Matrículas da Educação Básica no Brasil, 2004-2009.....	66
Tabela 11 – Evolução das matrículas do Ensino Médio no Brasil, 1991-2009.....	67
Tabela 12 - Evolução das Matrículas na Educação Profissional, 2008/2009.....	68
Tabela 13 - Estabelecimentos de Ensino na rede privada e pública, 2009.....	68
Tabela 14 - Número de matrículas na rede pública e privada por dependência administrativa, 2009.....	69
Tabela 15 - Matrículas na Educação profissional, por áreas profissionais, 2008-2009.....	69
Tabela 16 - Matrículas no ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa, 2009.....	70
Tabela 17 - Matrículas do 3º ano do ensino médio, Brasil, 2005-2009.....	71
Tabela 18 - Número de concluintes no Ensino Médio, Brasil, 2006-2009.....	72
Tabela 19 - Número de concluintes no ensino médio, por regiões brasileiras, 2009.....	72
Tabela 20 - Percentual do investimento público direto por estudante em relação ao PIB per capita, Brasil, 2000-2009.....	74
Tabela 21 - Percentual do investimento público direto por estudante em relação ao PIB per capita.....	75
Tabela 22 – Percentual do PIB destinado à educação.....	75
Tabela 23 - Gastos privados com a educação no Brasil.....	76
Tabela 24 - População Economicamente Ativa (em milhões) – 2003-2009.....	76
Tabela 25 - Tipos de despesas com educação, por renda familiar, em 2008-2009.....	77
Tabela 26 Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%) - I.....	77
Tabela 27 Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%) - II.....	77
Tabela 28 Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, Brasil 2002-2009.....	78
Tabela 29 – Percentual de investimento público em Educação, 2000-2009.....	79
Tabela 30 - Estimativa do Investimento Público Direto em Educação por Estudante, segundo Nível de Ensino, 2000 - 2009 ..	79
Tabela 31 - Classes por renda – Brasil, 2010 (atualizado IPC Maps).....	80
Tabela 32 - Domicílios urbanos por classe social – Brasil, 2010.....	81
Tabela 33 – Distribuição da média do consumo da população brasileira por classes sociais, Brasil 2010.....	81
Tabela 34 - Potencial médio do gasto médio em educação por classe social, Brasil, 2010.....	82
Tabela 35 – Ranking das 10 maiores IES privadas em número de matrículas, Brasil, 2009.....	86
Tabela 36 – Relação dos 10 maiores cursos por matrículas, Brasil, 2009.....	92
Tabela 37 – Número de municípios brasileiros sem IES, em 2009.....	94
Tabela 38 – Índice da qualidade do ensino por nível e categoria administrativa, 2007.....	114
Tabela 39 – Saldo entre a oferta e a demanda da mão de obra, Brasil e Regiões, 2007.....	115
Tabela 40 – Perspectiva de formação profissional para 2015 pela indústria, em 2007.....	115
Tabela 41 – Evolução das matrículas e evolução - graduação tradicional - modalidade presencial, 2004-2009.....	132
Tabela 42 – Projeção de evolução - graduação tradicional - modalidade presencial.....	133
Tabela 43 – Projeção de evolução da graduação tradicional - modalidade presencial.....	134
Tabela 44 – Evolução média das matrículas - graduação tecnológica, modalidade presencial, 2004-2009.....	134
Tabela 45 – Evolução média das matrículas na graduação tecnológica, modalidade presencial, 2008-2009.....	135
Tabela 46 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial – 2004-2009.....	135
Tabela 47 – Evolução média das matrículas na graduação tradicional e tecnológica - modalidade presencial, 2008-2009.....	135
Tabela 48 – Evolução das Matrículas na Graduação tradicional e Tecnológica – Modalidade presencial.....	136
Tabela 49 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial.....	137
Tabela 50 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD, 2004-2009.....	137
Tabela 51 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD, 2008-2009.....	138
Tabela 52 – Crescimento médio das matrículas – graduação tecnológica - modalidade EAD.....	138
Tabela 53 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade EaD, 2008-2009.....	138
Tabela 54 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica, modalidade EAD, 2004-2009.....	138
Tabela 55 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica, modalidade EaD, 2008-2009.....	139
Tabela 56 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e EAD, 2004-2009.....	139
Tabela 57 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional, tecnológica, modalidade presencial e EAD, 2008-2009.....	139
Tabela 58 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica e educação a distância.....	140
Tabela 59 – Evolução das Matrículas na Graduação e CST Presencial + EaD.....	140
Tabela 60 – Evolução das matrículas e taxa de crescimento IES privadas - graduação tradicional - presencial, 2004-2009.....	142
Tabela 61 – Projeção de crescimento da graduação tradicional - modalidade presencial – IES privadas.....	143
Tabela 62 – Projeção de crescimento da graduação tradicional - modalidade presencial – IES privadas.....	144



Tabela 63 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade presencial, - IES privadas, 2005-2009.....	145
Tabela 64 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade presencial, IES privadas, 2008-2009.....	145
Tabela 65 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica - IES privadas, 2004-2009.....	145
Tabela 66 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica, modalidade presencial, 2008-2009.....	146
Tabela 67 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – presencial – IES privadas.....	146
Tabela 68 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial – IES privadas.....	146
Tabela 69 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD – IES privadas, 2006-2009.....	147
Tabela 70 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD – IES privadas, 2008-2009:.....	148
Tabela 71 – Crescimento médio das matrículas da graduação tecnológica - modalidade EAD – IES privadas, 2004-2009..	148
Tabela 72 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade EaD, 2008-2009.....	148
Tabela 73 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional, tecnológica, modalidade presencial e EAD, 2004-2009.....	148
Tabela 74 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e a distância, 2008-2009.....	149
Tabela 75 – Evolução das matrículas na graduação tradicional, tecnológica e educação a distância – IES privadas:.....	149
Tabela 76 – Evolução das matrículas na graduação tradicional, tecnológica e educação a distância – IES privadas.....	149
Tabela 77 – Ações Estratégicas – Ensino Superior Brasileiro – Projeto 10 milhões de alunos – 2011.....	154
Tabela 78 – Projeção de preenchimento das vagas ociosas – 2010-2015.....	159
Tabela n. 79 – Custo estimado por aluno/ano – IES públicas e privadas - 2012-2015.....	160
Tabela 80 – Projeção redução de 40,0% da taxa de evasão – 2010-2015.....	162
Tabela 81 – Combate a evasão. Custo estimado por aluno/ano – IES públicas e privadas - 2012-2015.....	162
Tabela 82 – Autorizações de Cursos – Brasil e Regiões brasileiras - 2003 a março de 2011.....	164
Tabela 83 – Cinco cursos mais autorizados na região centro oeste - 2003 a março de 2011.....	165
Tabela 84 – Cinco cursos mais autorizados na região nordeste - 2003 a março de 2011.....	165
Tabela 85 – Cinco cursos mais autorizados na região norte - 2003 a março de 2011.....	165
Tabela 86 – Cinco cursos mais autorizados na região sudeste - 2003 a março de 2011.....	165
Tabela 87 – Cinco cursos mais autorizados na região sul - 2003 a março de 2011.....	166
Tabela 88 – Matrículas e ingressos estimados de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior – Brasil, 2001-2010.....	167
Tabela 89 – Projeção de matrículas de alunos em 2º curso de graduação.....	168
Tabela 90 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano na graduação "tradicional" – 2010-2015.....	168
Tabela 91 – Custo estimado para a ampliação da base de alunos na graduação "tradicional" – presencial - IES públicas e privadas - 2010-2015.....	169
Tabela 92 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano na graduação tecnológica- 2010-2015.....	171
Tabela 93 – Custo estimado para a ampliação da base de alunos na graduação tecnológica – presencial - IES públicas e privadas - 2010-2015.....	172
Tabela 94 – quantitativo de alunos matriculados na educação a distância – graduação "tradicional" e tecnológica – 2004-2009.....	173
Tabela 95 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano na educação a distância – 2010-2015.....	174
Tabela 96 – Custo estimado para a ampliação da base de alunos na educação a distância - IES públicas e privadas - 2010-2015.....	175
Tabela 97 – Projeção da ampliação de alunos beneficiados pelo FIES – 2010-2015.....	176
Tabela 98 – Custo estimado para a ampliação do atendimento aos alunos pelo FIES - 2010-2015.....	177
Tabela 99 – Projeção da ampliação de alunos beneficiados pelo ProUni – 2010-2015.....	179
Tabela 100 – Custo estimado para a ampliação do atendimento aos alunos pelo ProUni - 2010-2015.....	179
Tabela 101 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano no ensino médio – 2010-2015.....	181
Tabela 102 – Projeção da ampliação de 1.340.000 matrículas - alunos das regiões desprovidas de ensino superior. 2010-2015.....	184
Tabela 103 – Custo estimado para a ampliação de 1.340.000 matrículas de alunos residentes em regiões desprovidas de ensino superior. - 2010-2015.....	185
Tabela 104 – Projeção da ampliação de 882.000 matrículas em áreas estratégicas para a economia nacional - 2010-2015.....	188
Tabela 105 – Custo estimado para oferta de 882.000 matrículas em áreas estratégica para o desenvolvimento nacional 2010-2015.....	188
Tabela 106 – Resumo das Ações Estratégicas – Ensino Superior Brasileiro – Projeto 10 milhões de alunos – 2011.....	190



I - Panorama do Ensino Superior Brasileiro no Século XXI

*"Se queremos progredir, não devemos repetir a história,
mas fazer uma história nova."*

(Mahatma Gandhi)



1. Contexto e impacto das mudanças no setor educacional

O setor educacional absorve diretamente o impacto das mudanças tecnológicas, sócio-culturais e econômicas. Qualquer inovação na capacidade de processamentos de um simples *chip*, de um laboratório no Vale do Silício, no estado da Califórnia (Estados Unidos), reflete no parque tecnológico das Instituições de Ensino Superior - IES.

Por exemplo, os recorrentes *up grades* em *softwares* gráficos obrigam a renovação desses programas pela área acadêmica dos cursos de comunicação e *design*, quase que anualmente. A resolução do problema da *conjectura de Poincaré*¹, pelo russo Grigori Perelman em 2003, mudou o currículo da geometria, que desde 1904 debruçava-se sobre essa questão.

De forma sistêmica, os impactos das inovações chegam às áreas administrativas e acadêmicas das instituições. De forma pontual aos seus cursos. Cada área do conhecimento evolui e assim “caminha a humanidade”. E a cada novo degrau que ascendemos, é necessário reestruturar modelos, rever conceitos e quebrar paradigmas. Parafraseando Neil Armstrong, são pequenos passos para um homem, mas saltos gigantes para a humanidade.

Os últimos cinco anos têm sido turbulentos para o setor educacional. As mudanças jamais foram vistas em toda a história do setor, com impactos diretos na gestão acadêmica e administrativa. Se por um lado a influência do macro ambiente incide sobre o negócio educacional, por outro, o próprio setor vem se acomodando e buscando um novo ponto de equilíbrio.

A expansão da demanda, a educação continuada e permanente, o ensino a distância e as mudanças pedagógicas são apenas alguns exemplos de variáveis que compõem a complexidade da educação mundial. Estudá-las de forma prospectiva, antecipando cenários, é um exercício não somente desafiador, mas também essencial para os que pretendem estar na vanguarda desse setor.

De acordo com as pesquisas da UNESCO, a escola atual não está preparada para atender às demandas da educação nesta sociedade do conhecimento. A escola atual seria um modelo da sociedade industrial e o futuro do ensino mundial, está ligado a três palavras-chave: relevância, qualidade e internacionalização.

¹ A *conjectura de Poincaré* afirma que qualquer variedade tridimensional fechada e com grupo fundamental trivial é homeomorfa a uma esfera tridimensional. Ou seja, a superfície tridimensional de uma esfera é o único espaço fechado de dimensão 3 onde todos os contornos ou caminhos podem ser encolhidos até chegarem a um simples ponto. Esta conjectura surgiu na sequência de uma outra conjectura formulada por Henri Poincaré em 1900, que afirmava que qualquer variedade tridimensional fechada e com homologia trivial (denominada uma esfera de homologia) era homeomorfa a uma esfera. Na verdade esta conjectura foi refutada pelo próprio Poincaré em 1904, que forneceu o primeiro exemplo de uma esfera de homologia não homeomorfa a uma esfera. Em 2003, o russo Grigory Perelman, anunciou uma solução positiva para o problema, recusando o prêmio Clay no valor de um milhão de dólares. Fonte: Wikipédia.



O aumento populacional urbano e a maior integração entre as pessoas, proporcionada pela tecnologia aplicada à comunicação, vêm desencadeando uma verdadeira revolução em nossas vidas. O alucinante ritmo das mudanças que atropelam nosso dia-a-dia traz-nos uma reflexão sobre o modo de lidarmos com o que está por vir.

Pai da *Lei de Moore*, Gordon E. Moore afirmou na década de 70 que conhecimento iria dobrar a cada 18 meses. Esse prazo vem sendo revisto todos os anos. Fala-se que a cada nove meses o homem dobra seu conhecimento e domínio sobre o mundo. Sob essa perspectiva, a cada dois anos, entre 60% e 80% do conhecimento ensinado em sala de aula está obsoleto.

A velocidade das mudanças aumenta o risco das decisões e nos obrigam a encontrar novas metodologias que nos auxiliem a antecipar, ou pelo menos visualizar o que o futuro nos reserva. É evidente que a imprevisibilidade do futuro não nos permite enxergá-lo com clareza. Mas não podemos ficar parados, sendo atropelados pelos acontecimentos.

O autor Berstein (1997), em uma linha precognitiva, destacou em seu livro *Desafio aos Deuses: 'eu sei que não vou acertar o futuro, aliás, eu sei que eu vou errar sobre o futuro, mas eu não quero ser eliminado pelo futuro'*. Peter Drucker previu que os grandes *campi* universitários seriam 'reliquias' em 30 anos. Em um ambiente onde a maior universidade privada norte-americana, que responde por 90% das vendas do *Apollo Group*, a *University of Phoenix*, opera *on line*. Realmente, Peter Drucker estava perto da certeza há 13 anos atrás.

Há pouco consenso entre os futurólogos e suas previsões. Uma das únicas, de fato é o de que a educação será o setor que mais crescerá no mundo, nas próximas duas décadas. A elaboração de um estudo prospectivo sobre a educação parte do pressuposto de que, qualquer que seja o cenário desenhado ou as mudanças ambientais, dificilmente haverá algum tipo de reversão ou retrocesso no quadro vigente de elevação constante da escolaridade dos cidadãos.

Segundo a UNESCO, esse movimento já está em curso. O investimento em educação superior no mundo, como reflexo da nova sociedade, dobrou de tamanho nas duas últimas décadas, acentuando a distância entre o Brasil e nações como a Índia, Rússia e China que vêm obtendo melhores resultados na redução do *déficit* educacional de sua população.

Entretanto, mesmo com o rápido crescimento do ensino superior em países em desenvolvimento, as disparidades globais persistem e continuam amplas. Segundo o *EFA Global Monitoring Report 2009* da UNESCO,

“a taxa de escolarização bruta no ensino superior oscila de 70% na América do Norte e Europa Ocidental para 32% na América Latina, 22% nos países Árabes e 5% na África Subsaariana. O Brasil encontra-se mais próximo dos países africanos que de seus pares latinos. Essas disparidades cobrem apenas o lado quantitativo da equação. Os 7 qualitativos também são importantes. Em dólares, a



França gastou em 2004 16 vezes mais por estudante universitário do que a Indonésia e o Peru. Em 2005 as universidades de elite dos Estados Unidos, como Harvard, Princeton e Yale investiram US\$100.000,00 ou mais por estudante”.

Mesmo apresentando um forte crescimento em matrículas, o ensino superior mundial ainda apresenta uma demanda potencial bastante significativa. Um dos casos mais expressivos é a China, onde menos de 10% dos egressos do ensino secundário conseguem uma vaga no ensino superior. Por anos, quase 10 milhões de chineses egressos do ensino secundário ficam sem acesso ao ensino superior, em uma dízima onde uma enorme parcela da população acumulou esse *déficit* em sua formação.

Trata-se de vários elementos que justificam tamanha expansão do setor. O principal é o crescimento do número de concluintes do ensino secundário. O percentual da população mundial com mais de 24 anos que concluiu o ensino médio ou secundário, passou de 15% há quatro décadas para 28% em 2006.

Os outros elementos dizem respeito à necessidade de aumento da escolarização para garantir a empregabilidade e o forte crescimento da conscientização quanto à necessidade de educação permanente para fazer frente à velocidade das mudanças do conhecimento. O forte apelo do *status* que possui o portador de diploma de curso superior tem estimulado o crescimento do número de jovens que aspiram prosseguir com seus estudos.

Os indicadores em relação ao ensino superior brasileiro trazem à baila a constatação de que é preciso colocar em prática uma nova teoria, mudar a visão e modificar velhos padrões. Para tanto, dois caminhos podem ser seguidos: **o curto caminho longo ou o longo caminho curto**.

No curto caminho longo, rapidamente mudam-se os processos, mas não há sustentação para as mudanças. O longo caminho curto é o caminho que passa primeiro pelas pessoas. Mudam-se as pessoas, os processos, o governo e, a partir daí, espera-se que seja transformada a formação profissional, via ensino de graduação. Aparentemente, esse caminho é longo, no entanto é o mais curto porque não há retrabalho.

No **Panorama do Ensino Superior Brasileiro no Século XXI** serão abordados o atual cenário do ensino superior, a importância do ensino médio no contexto, bem como análise da área financeira, mercadológica, gestão e estratégia no ensino superior, de modo a se criar um pano de fundo para as projeções e metas estratégicas, temas dos capítulos seguintes. A questão é: podemos colocar 10 milhões de alunos no ensino superior até 2015, ou ainda, podemos colocar, além do número atual, **mais 10 milhões de alunos no ensino superior na próxima década?** Como exposto, o desafio está lançado!



1.1. A oferta no atual contexto:

No contexto da graduação brasileira têm-se os cursos em três modalidades de ensino distintas: bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia. Estas modalidades de graduação, por sua vez, podem ser ministradas presencialmente ou a distância, considerando ainda os modelos híbridos (*blended learning*²), que são compostos pela oferta a distância e encontros presenciais. Assim, temos:

- Bacharelado: graduação mais abrangente que propicia uma visão mais generalista da profissão e da área de atuação. Definido como “curso superior que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade acadêmica ou profissional”.
- Licenciatura: habilita o exercício do magistério em diversos níveis de ensino, de acordo com a área cursada.
- Superiores de Tecnologia: formas profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho. Seu formato é mais compacto e prático, permite a inserção rápida no mercado de trabalho e impulsiona a carreira para quem já está empregado.

Em relação à oferta, presencial ou a distância, a diferença reside na maneira como o conteúdo do curso é trabalhado, o que claramente influi na forma de absorção dos conhecimentos. No Brasil predomina ainda o ensino presencial, entretanto, a modalidade EaD, seja para bacharelados, licenciaturas ou CST's, vem ganhando volume com o passar dos anos e é a grande ‘alavanca’ de crescimento do setor.

Inegavelmente, a graduação a distância em um futuro próximo será detentora da maioria das matrículas da graduação por diversos fatores que trataremos a seguir. Entretanto, o Brasil dispõe hoje de uma enorme infraestrutura física disponível para atendimento presencial e esta estrutura também deve ser aproveitada na busca pelo aumento dos níveis quantitativos e qualitativos do ensino superior brasileiro.

Com a entrada definitiva da tecnologia na educação, em sentido *lato*, o desafio se concentra na ampliação do acesso ao ensino bem como na maximização do uso da infraestrutura existente e ainda bastante ociosa. Isso equivale a dizer que devemos dar um salto quântico da *educação 1.0 para a educação 3.0*, mais adequada ao contexto de mudanças no qual vivemos hoje.

Trata-se de um desafio conjunto entre sociedade, governo e iniciativa privada em busca de um único ideal com reflexos diretos no crescimento do país. Como dito, o desafio está lançado.

1.1.1. Ensino Presencial: desde os primórdios

Desde a Idade Média, em uma época no qual os meios de comunicação ainda dependiam de formas precárias, o ensino presencial já se fazia presente. Com algumas nuances, o contato direto aluno-professor era a principal forma de aprendizado. Naquele tempo, o que hoje chamamos de ensino superior era algo restrito a uma pequena parcela da humanidade, (filhos de senhores feudais e nobres), sendo que a participação das instituições de ensino quase não influía na economia tendo em vista o poder econômico se concentrar essencialmente na quantidade de posses (terras).

² O *Blended learning*, ou *B-learning*, é um derivado do *E-learning* e refere-se a um sistema de formação onde a maior parte dos conteúdos é transmitido em curso à distância, normalmente pela internet, entretanto, inclui necessariamente situações presenciais, daí a origem da designação *blended*, algo misto, combinado. Pode ser estruturado com atividades síncronas, ou assíncronas, da mesma forma que o *e-learning*, ou seja, em situações onde professor e alunos trabalham juntos num horário pré-definido, ou não, com cada um a cumprir suas tarefas em horários flexíveis. No entanto, o *blended learning* é diferente do ensino semipresencial brasileiro - até 20% da carga horária do curso (Portaria MEC n. 4059 de 10 de dezembro de 2004) – em razão da maior parte da carga horária se concentrar no ensino a distância. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Blended_learning e CM Consultoria.

Devido à ‘escassez’ e ao restrito acesso, o ‘ensino superior’ da época, por assim dizer, era composto por docentes dotados do mais alto respeito na sociedade sendo considerados ‘deuses do conhecimento’. Tratava-se de pessoas de ‘notável saber’, consideradas importantes figuras da humanidade e que, por esta razão, estavam na cátedra a fim de disseminarem sua ‘gema’.

Assim, a relação aluno-professor era algo catedrático. Com o passar do tempo e a mudança do feudalismo para o mercantilismo, a educação passou a ser algo visto como essencial para mais pessoas. Nesse tempo, a economia era basicamente familiar e as crianças recebiam grande parte da educação em casa. Entretanto, a educação ‘fora de casa’ ainda era bastante restrita em razão de as crianças participarem desde cedo do sustento do lar.

Já no capitalismo é possível observar mudanças significativas na educação. Com uma economia essencialmente industrial, as empresas eram baseadas em funções/remunerações, surgindo a necessidade de profissionais com certas habilidades técnicas adequadas a cada tipo de demanda. Nasce então a ideia de capacitação.

Assim, a educação, apesar de tão antiga quanto à própria humanidade, começa a ganhar espaço e influência no desenvolvimento dos países a partir do capitalismo, com o desenvolvimento de tecnologias capazes de ampliar em centenas de vezes o potencial de produção das indústrias.

Pode-se afirmar que, a partir desse ponto, a educação presencial começa a surgir com vistas à aprimoração profissional e consequente inserção no mercado de trabalho, porém a demanda ainda era muito maior do que a oferta, ainda muito restrita.

Hoje, a educação presencial, bastante disseminada, apesar de constituir toda a base do ensino superior tal qual como o vemos hoje, não deve mais estabelecer-se como única forma de oferta de ensino, em razão da eficácia limitada em termos de acesso.

Atualmente, o ensino presencial ainda dispõe das ‘velhas carteiras’, entretanto, a relação aluno-professor tende a ser diferente. Na sociedade do conhecimento, as informações recebidas pelos alunos são interpretadas, com significados elaborados pessoalmente e socialmente. Em uma cultura de interação entre o computador e o ser humano baseada no ‘recortar-colar’ e no ‘copiar-colar’, oferece paradigmas de interface do usuário para transformar textos, dados, arquivos ou objetos de uma determinada fonte a um determinado destino, a relação entre ensinador e aprendiz deve ser a mais próxima e interativa em busca de produção de conhecimento.

A necessidade do momento enseja uma revisão no ensino presencial não necessariamente na forma de oferta, mas na abordagem contextual do aprendizado em sala de aula. Não se pode abrir mão de toda esta estrutura desenvolvendo-se ações unicamente no âmbito do ensino a distância, antes aproveitá-la o máximo possível. É uma questão de interação social, muito mais profunda e eficaz, plenamente humana, onde as tecnologias têm caráter complementar. A disseminação do conhecimento ainda é uma questão de ‘pele’, de contato.

1.1.2. Educação tecnológica: necessidade e objetividade do mercado

Anteriormente, a graduação presencial se dividia pela oferta de cursos de bacharelado e licenciatura. Com o tempo uma ‘nova graduação’ passou a ser ofertada: os CST’s ou Cursos Superiores de Tecnologia.

Como uma nova graduação – o curso confere ao graduado o título de tecnólogo e oportuniza a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação tanto *lato* como *stricto sensu*. Originalmente criado nos Estados Unidos, os CST’s se caracterizam por uma forma mais célere de qualificação profissional com uma grande diferencial competitivo: formação rápida e a característica técnica com ênfase em áreas

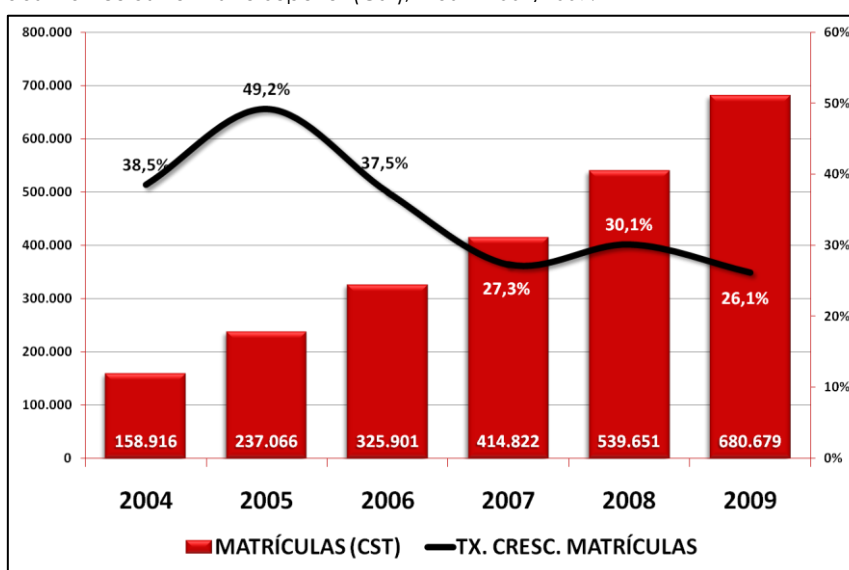
específicas de conhecimento, diferentemente do bacharelado e da licenciatura que em sua grande maioria oferecem conteúdos amplos com pouca ou nenhuma especialização.

No Brasil, os cursos superiores de tecnologia são relativamente recentes. A Resolução CNE-CES nº 03/2002 regulamenta a graduação tecnológica e institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Neste mesmo ano, o número de cursos ainda era singelo para a demanda do mercado, com 65.903 vagas e 149.558 inscritos nos 638 cursos existentes à época.

Segundo dados do Censo da Educação Superior, os CST's obtiveram enorme adesão com crescimento de 158.916 alunos matriculados em 2004 para 680.679 em 2009, um marco histórico na educação superior brasileira (ver gráfico n. 1). Evidentemente, o 'boom' nas matrículas dá-se principalmente pela oferta de cursos na modalidade a distância, tema do próximo tópico.

A instituição do catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia contribuiu para o fortalecimento da modalidade. O catálogo orienta a elaboração de projetos qualificados e coerentes com as necessidades da região de atuação. Porém esfriou as ações das IES no desenvolvimento projetos inovadores. Atualmente o catálogo abrange 13 eixos tecnológicos com 113 possibilidades de cursos superiores de tecnologia.

Gráfico 1 - Evolução das Matrículas no Ensino Superior (CST), Brasil - 2004/2009.



Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2009.

Dentre as principais variáveis da oferta de cursos de graduação tecnológica ressalta-se também a ampliação do número de candidatos e vagas.

Esse panorama permite algumas reflexões sobre o futuro da graduação tecnológica no Brasil, com grandes possibilidades de crescimento, tanto do ponto de vista dos atos autorizativos notados nos últimos anos, quanto do ponto de vista do quantitativo de candidatos que, em 2009, optaram por cursos dessa natureza. É uma tendência mundial a busca pela redução do tempo destinado à graduação, uma vez que a formação continuada constitui-se em uma regra para sobrevivência no mercado de trabalho.

O objetivo dos CST's é ampliar o acesso ao ensino superior para uma parcela significativa da população que busca melhor preparo para competir frente às demandas dos setores de produção e prestação de serviços. Assim, os cursos superiores de tecnologia, de conclusão em menor tempo, vislumbram uma inserção mais **rápida de profissionais** qualificados no mercado de trabalho.



Neste contexto, a graduação tecnológica tem o desafio de gerar conhecimentos e desenvolver habilidades e competências profissionais específicas para atender às novas demandas do mercado de trabalho. Estes cursos estão atrelados ao desenvolvimento regional e atendem ao Plano Nacional da Educação, no que diz respeito ao cumprimento das metas de expansão do número de vagas destinadas à inserção dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, sobretudo, em cursos noturnos.

Hoje, os CST's tem sido mais aceitos, com resistências minimizadas comparadas as enfrentadas nos últimos anos. Exemplificando, o CFA – Conselho Federal de Administração regulamentou o registro profissional dos tecnólogos da área de gestão, um avanço significativo para essa modalidade de ensino.

1.1.3. EaD – Educação a distância

O avanço extraordinário e o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, concomitante à aceleração do progresso da ciência e tecnologia associados à complexidade da vida moderna, com desigualdades internas de ordem social, econômica e cultural, têm desafiado as IES a trabalharem um novo conceito, um novo formato para o processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se da educação a distância – EaD, concebida como a educação que utiliza intensivamente tecnologias da informação e da comunicação (TICs), sendo ainda caracterizada pelo distanciamento físico e/ou temporal entre discentes e docentes. Hoje, o modelo pedagógico, geralmente construtivista, vale-se do ambiente virtual, como oportunidade para aperfeiçoamento das relações pedagógicas e das interações processuais do processo formativo.

Este novo formato se traduz em uma modalidade de ensino que amplia a flexibilidade da IES e de seus cursos em termos de atemporalidade, extraterritorialidade, interatividade e facilidade de escalonamento. Estas são palavras que estão se repetindo diariamente no meio acadêmico. Uma coisa é certa: o ensino a distância é um caminho sem volta.

Nesse cenário, algumas tendências se destacam:

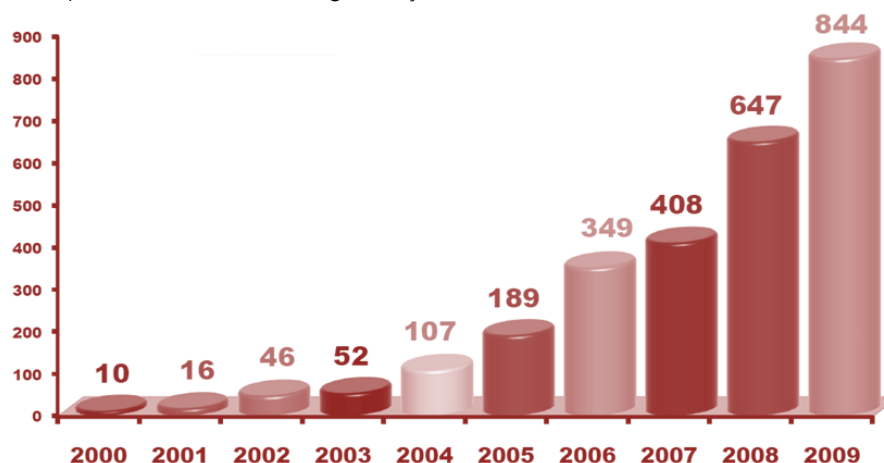
- A necessidade da modalidade EaD se consolidar como metodologia educacional de qualidade, ou seja, é preciso vencer um desafio cultural e abrangente e responder ao chamado imperativo da democratização da educação, um desafio social a ser superado.
- O trabalho com planejamento e equipes multidisciplinares, um desafio processual que integra ações e papéis de diversos atores: (conteudistas professores, tutores e *designer* acadêmico-pedagógico).
- A democratização da educação com qualidade, valendo-se das novas tecnologias da informação e a promoção da formação continuada, visando à profissionalização de uma parcela mais expressiva da sociedade brasileira.
- A possibilidade de aquisição e construção de conhecimentos culturais científicos e tecnológicos pertinentes às escolhas profissionais dos discentes, valorizando a sua inserção em um mundo em constante mutação.

Todos estes fatores estão associados à necessidade das pessoas que buscam outras opções de preço, além de comodidade e acessibilidade levando o ensino superior brasileiro a planejar sua expansão por meio desta importante forma de acesso.

Trata-se de uma expansão rápida que promove a inclusão de dois públicos distintos: os de baixa renda, que buscam formação superior com custo reduzido e aqueles que não dispõem de tempo e vêm nessa modalidade uma alternativa para retomar os estudos, se aperfeiçoar e buscar uma nova área profissional.

A evolução do quantitativo de cursos na modalidade a distância se destaca pelo excelente desempenho no período 2000/2009. Em 2000, os cursos nessa modalidade eram apenas 10, saltando para 844 em 2009. Somente entre 2009, o crescimento foi de 130,0% em relação ao ano anterior. O gráfico n. 2 apresenta a evolução do número de cursos ofertados na modalidade a distância:

Gráfico 2 – Evolução do quantitativo de cursos de graduação a distância, no Brasil 2000-2009.

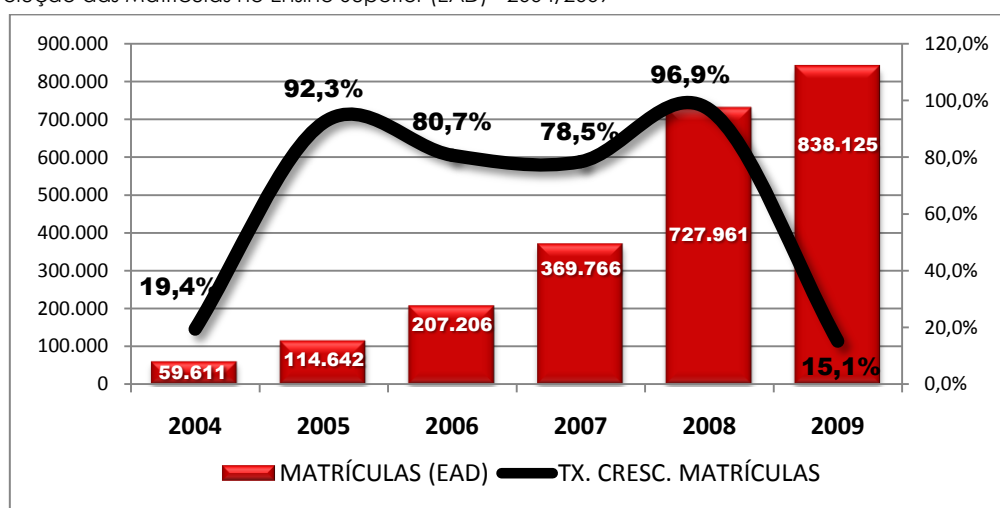


Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2000/2009 – Elaboração CM Consultoria

A expansão da educação a distância se destaca da modalidade presencial pela abrangência. A partir de então, as pessoas que não conseguiam ausentar-se das regiões sem IES, passaram a ter acesso ao ensino, encontrando os meios para aquisição de conhecimento e formação principalmente via *Internet*, inclusive fora do país de origem. Essa tendência é verificada em todo o mundo, com a oferta de cursos por renomadas instituições em todo o planeta.

O gráfico n. 3 apresenta o desempenho da modalidade no Brasil em número de matrículas, confirmando, no contexto nacional, a tendência mundial da expansão da oferta:

Gráfico 3 - Evolução das Matrículas no Ensino Superior (EAD) - 2004/2009



Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2009. Elaboração CM Consultoria

Diante desses números, o crescimento da educação a distância, ao que tudo indica, vai continuar crescendo, constituindo força motriz da educação superior brasileira.

2. Números da Educação Superior 2000-2009

A reflexão sobre os números da educação superior enseja uma série de indagações quanto ao atual *modus operandi* em termos de mercado, regulação, relevância do processo de ensino aprendizagem e sustentabilidade do modelo. Também traz uma certeza: a necessidade de pensamento conjunto, estabelecendo-se metas a curto, médio e longo prazo.

A mais recente edição do Censo da Educação Superior (2009), que traz inovação na coleta individualizada por aluno, incluindo também o cadastro docente como módulo do questionário eletrônico, apresenta importantes informações tanto para o setor público quanto privado.

No bojo, constata-se que o ensino superior privado continua fortemente dominante, entretanto, com fragilidades que devem abordadas. Do total de matrículas, 75% pertencem a esse segmento que se define a partir de algumas características:

- Concentração de matrículas em poucos cursos e em poucas Instituições de Ensino;
- A dificuldade de reter os docentes (mais talentosos e titulados), pois as universidades públicas estão em processo de expansão e oferecem melhores atrativos e segurança profissional;
- Para as IES *commodities*, sobra a 'guerra de preços', cada vez mais acirrada, inviabilizando sua sustentabilidade;
- A necessidade do foco e posicionamento serem cada vez mais definidos;
- A crise do sistema particular continuará em 2010, em função da projeção dos dados do Censo da Educação Superior no período de 2000-2009;
- A necessidade de combater a inadimplência, evasão e ociosidade.

Independentemente de qual seja a categoria administrativa, as IES possuem um objetivo único de aumentar o acesso à educação superior sem abrir mão da qualidade. É possível? Sim. O exemplo mais claro é o desempenho dos alunos do ProUni, não inferior aos dos alunos não beneficiados por este programa.

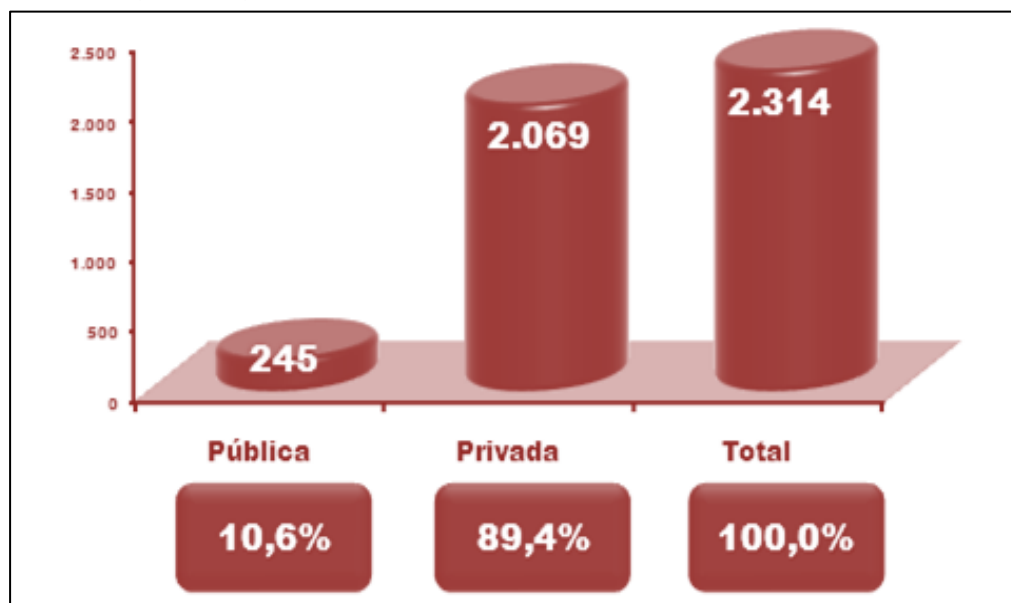
2.1. Instituições de Ensino Superior no Brasil

O ensino superior brasileiro apresenta-se organizado por categorias administrativas (ou formas de natureza jurídica) públicas ou privadas. As públicas, criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

No âmbito privado, são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas organizadas como: privadas com fins lucrativos ou particulares em sentido estrito e sem fins lucrativos (comunitárias), além das confessionais. As IES filantrópicas, de assistência social, que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição da população em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

Em 2009, existiam no Brasil, 2.314 IES, sendo 245 IES públicas e 2.069 IES privadas, o que deixa evidente o papel preponderante da iniciativa privada na educação superior. O gráfico n. 4 demonstra a distribuição das IES por categoria administrativa (pública e privada):

Gráfico 4 – Quantidade de IES pública e privada, 2009.



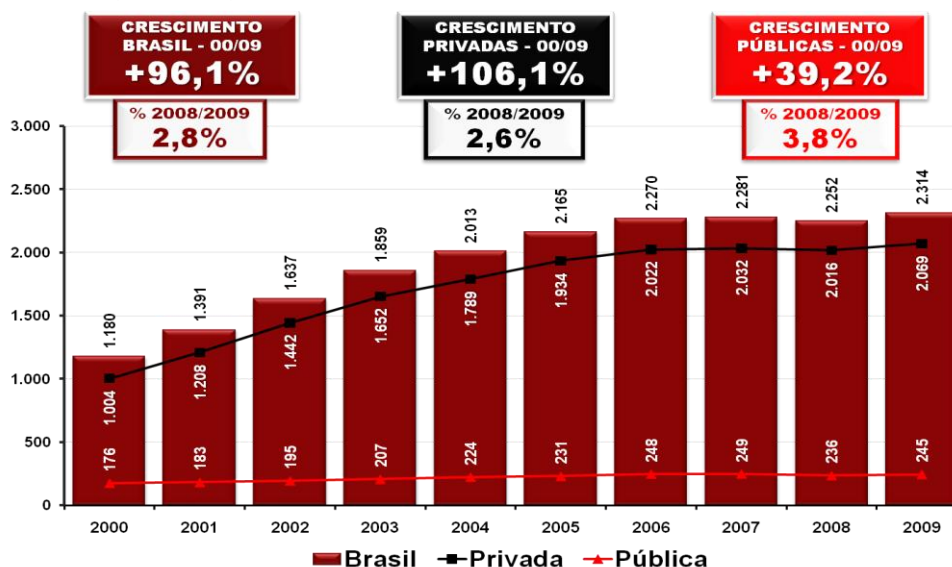
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

A análise panorâmica demonstra a necessidade de ações voltadas para melhor aproveitamento dessa capacidade instalada. As IES classificadas segundo a categoria administrativa (pública e privada) entre os anos 2000 e 2009, apresentaram crescimento otimista, sendo que as IES públicas responderam pelo crescimento de 39,2%.

O número de IES privadas em âmbito geral, considerando o mesmo período de análise, mais que dobrou de tamanho (106,1%). Essa expansão é resultado dos investimentos da iniciativa privada no desenvolvimento do País.

O gráfico n. 5 apresenta o processo evolutivo das IES no período de 2000 a 2009. Entre 2008 para 2009 destaca-se maior desempenho de crescimento nas IES públicas.

Gráfico 5 – Evolução das IES públicas e privadas, 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

O crescimento das IES privadas frente ao percentual de desenvolvimento do setor público é resultado também dos investimentos direcionados à expansão da classe C. A representatividade das IES públicas e privadas ano a ano, no período 2000-2009 está demonstrada na tabela n.1.

Tabela 1 – Evolução do percentual de IES por categoria administrativa, Brasil 2000-2009.

Ano	Brasil	Pública	(%)	Privada	(%)
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	2.069	89,4

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

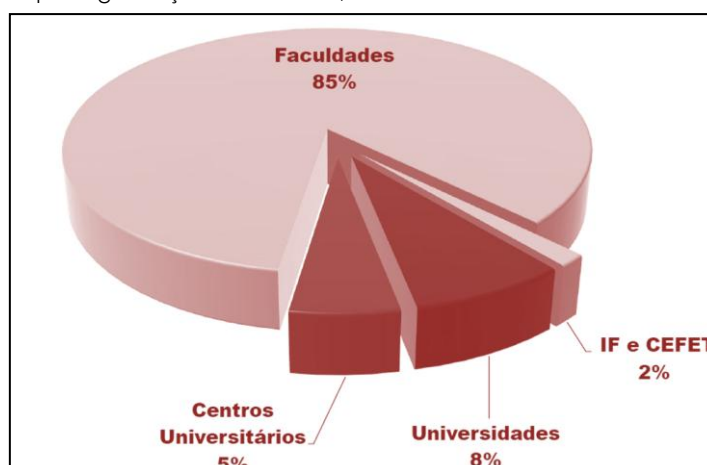
No período 2001-2003, tanto nas IES privadas quanto nas IES públicas houve maior crescimento. Em contrapartida, entre 2007 e 2008 a situação foi inversa. Em 2009, houve uma retomada do crescimento.

A distribuição das IES por organização acadêmica demonstra que as faculdades, não dotadas de autonomia, representam 85,0% do total. Já as universidades, representam 8,0%, os centros universitários 5,0% e os institutos federais e centros federais de educação tecnológica 2,0%.

As IES com autonomia universitária, universidades e centros universitários, somam apenas 13,0%.

O gráfico n. 6 demonstra a distribuição das IES brasileiras por categoria administrativa:

Gráfico 6 – Distribuição das IES por organização acadêmica, Brasil 2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

A distribuição das IES pelo território brasileiro não envolve apenas o problema do acesso. Necessariamente, a instalação de uma IES em determinada cidade está ligada ao potencial de alunos da localidade, bem como aos serviços e oportunidades agregadas que tal região proporciona.

A figura n. 1 demonstra a distribuição percentual de matrículas das IES em 2009, e demonstra que a maioria das IES possui até mil matrículas (63,8%). Nessa faixa encontram-se as IES caracterizadas como organizações pequenas, geralmente carentes de uma gestão educacional mais profissionalizada. A

concentração de IES com mais de 5.000 alunos representa 9,4% das 2.314 IES, segundo dados do Censo da Educação Superior em 2009.

Figura 1 – Distribuição das IES por número de matrículas, Brasil 2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

O desafio vai além da captação de alunos, pois abrange questões de sobrevivência no mercado competitivo.

O mercado altamente competitivo, a fragmentação da demanda, a necessidade premente de criação de diferenciais competitivos e de redução de custos, requer a busca de novos mercados ou diversificação dos serviços educacionais.

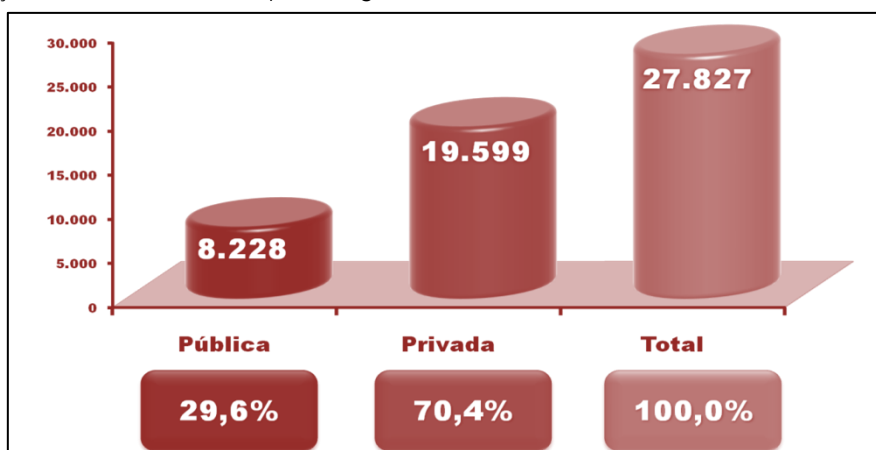
2.2. Cursos

A evolução da oferta cursos, gerando a comoditização dos serviços, fez com que a diferença de qualidade de cursos de graduação diminuísse, tornando-os semelhantes na percepção dos consumidores.

A maioria das IES busca atrair ou manter a clientela, praticando preços menores. Entretanto, essa medida empurra os competidores para redução de preços cada vez maior minimizando as margens de resultado, o que compromete o investimento. O preço é (e sempre será) um dos fatores determinantes da escolha, porém à medida que as IES seguem essa tendência, perdem-se na construção de diferenciais competitivos.

Como já abordado neste caderno, os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia) podem ser ofertados de duas maneiras: presencial e a distância. O gráfico n.7 demonstra o quantitativo total de cursos superiores no Brasil:

Gráfico 7 – Distribuição do número de cursos por categoria administrativa, Brasil, 2009.



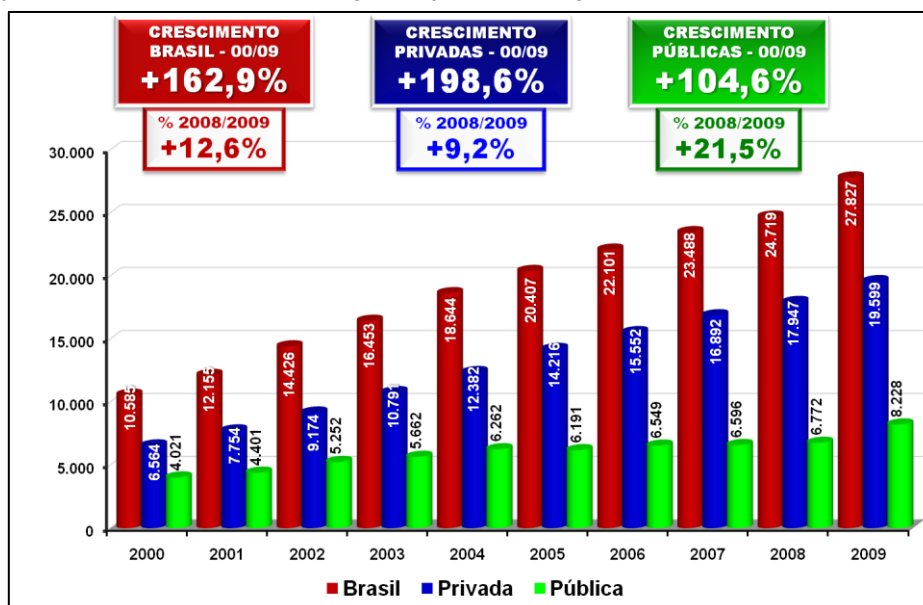
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2009. Elaboração Cm Consultoria

Embora a conclusão de um curso superior não esteja diretamente ligada ao sucesso profissional, aumenta em muito as chances de ascensão no mercado de trabalho. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas em 2009, cada ano de estudo no ensino superior representa um aumento de até 15,07% no salário. Eventualmente, o trabalho ou o ramo de negócio dos candidatos, em muitos casos, está diretamente ligado a sua futura formação superior.

A evolução do quantitativo de cursos no período 2000-2009 foi de 162,9%, chegando em 2009 ao montante de 27.827 cursos espalhados por todo o país. Nas IES privadas foi mais expressivo (198,6% e 19.599 cursos). Os cursos das IES públicas somam 8.228 ou 29,6% do total, evoluindo 104,6% no período 2000-2009. Considerando a evolução nos dois últimos anos do período em análise (de 2008 para 2009) observa-se maior evolução nas IES públicas (21,5%), enquanto que nas IES privadas a evolução foi inferior (9,2%). Esses percentuais conferiram ao período 12,6% de crescimento.

O gráfico n. 8 apresenta a evolução do quantitativo dos cursos de graduação.

Gráfico 8 – Evolução do quantitativo de cursos de graduação, por categoria administrativa, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

A tabela acima demonstra o quantitativo de cursos distribuídos por categoria administrativa. Neste sentido, considerando a ociosidade nas duas esferas (este item será tratado mais adiante), o crescimento do número de estudantes no ensino superior deve-se também aos cursos da rede privada de ensino, considerando-se ao menos três motivos:

- São mais acessíveis (processo seletivo) aos estudantes provenientes do ensino médio público;
- Geralmente disponibilizam a oferta no período noturno, o que permite o desenvolvimento de atividade remunerada durante o dia para inclusive custeá-lo;
- São em maior número, estão mais bem distribuídos e normalmente mais próximos do município de origem dos estudantes.

Entre os anos de 2000 e 2009 os cursos de graduação cresceram mais de 160% alavancados pelo crescimento do ensino privado. Do ponto de vista social, para a ampliação do acesso ao ensino superior, os cursos ofertados por instituições privadas necessariamente devem receber, de forma direta e indireta,

maiores incentivos pelos quais os alunos possam se matricular, cursar e concluir a graduação. De forma direta, diminuição da carga tributária e sanções administrativas dos processos de supervisão, além de ampliação de programas como o ProUni, que dão fôlego à receita. Indiretamente, por meio da facilitação do acesso aos pretensos candidatos e novas formas de financiamento direto.

A tabela n. 2 demonstra o crescimento da participação dos cursos de graduação em IES públicas e privadas, o que confirma a inegável importância deste último para o atendimento das metas do próximo PNE.

Tabela 2 – Evolução dos cursos por categoria administrativa, Brasil, 2000/2009.

Ano	Brasil	Pública	(%)	Privada	(%)
2000	10.585	4.021	38,0	6.564	62,0
2001	12.155	4.401	36,2	7.754	63,8
2002	14.399	5.252	36,5	9.174	63,7
2003	16.453	5.662	34,4	10.791	65,6
2004	18.644	6.262	33,6	12.382	66,4
2005	20.407	6.191	30,3	14.216	69,7
2006	22.101	6.549	29,6	15.552	70,4
2007	23.488	6.596	28,1	16.892	71,9
2008	24.719	6.772	27,4	17.947	72,6
2009	27.827	8.228	29,6	19.599	70,4

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2000/2009 – Elaboração CM Consultoria

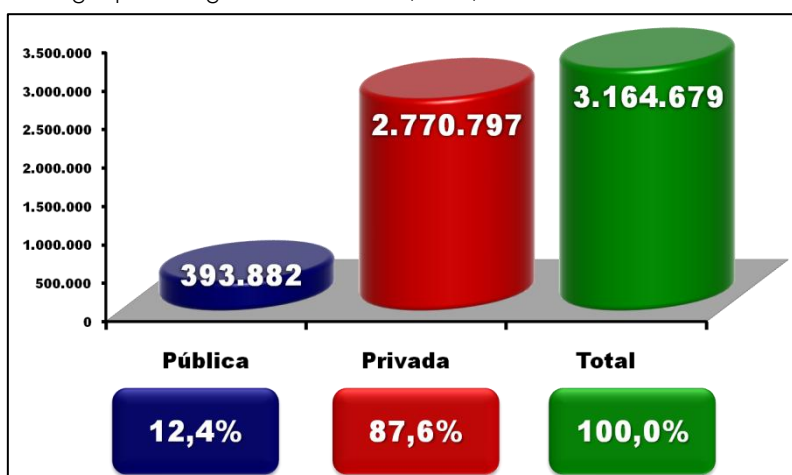
É bem verdade que, apesar dos cursos privados serem a maioria, o rendimento acaba sendo inferior aos cursos públicos em razão de vários fatores, como por exemplo, a ociosidade e a evasão.

Entretanto, para atendimento das metas, é necessário “jogar com o time disponível” e para isso, o setor privado possui uma infraestrutura capaz de atender às expectativas do novo PNE. Melhores investimentos neste setor não significam gasto de dinheiro público no setor privado, antes investimento no setor privado prestador de um serviço de natureza pública com incidência direta no crescimento econômico do país.

2.3. Vagas

O crescimento das vagas ofertadas, consoante à expansão dos cursos no Brasil, mais que dobrou a oferta no período 2000-2009. O total de vagas ofertadas, conforme dados do Censo da Educação Superior em 2009, foi de 3.164.679, sendo que destas, 87,6% relativas às IES privadas (2.770.797 vagas) e 12,4% referentes às IES públicas, conforme demonstrado no gráfico n.9, a seguir:

Gráfico 9 – Distribuição das vagas por categoria administrativa, Brasil, 2009.

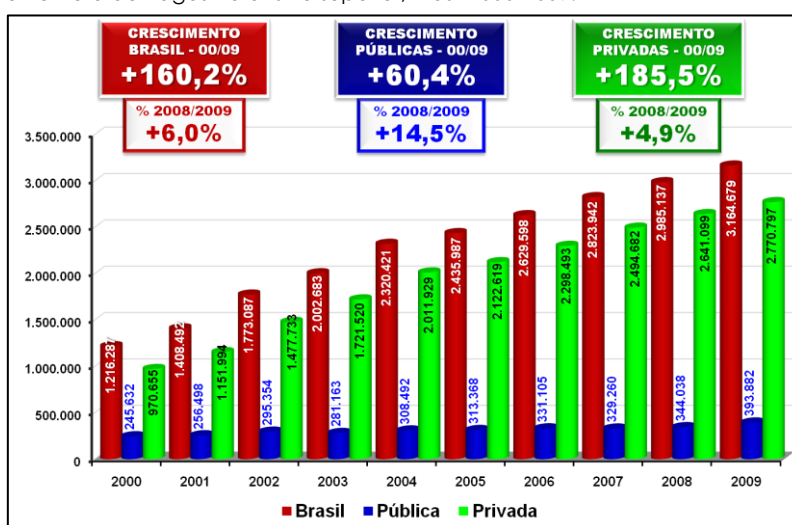


Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2009. Elaboração CM Consultoria

Considerando o número de vagas ofertadas no ensino superior brasileiro e a média dos anos para se completar a graduação (4 anos), pode se confirmar que o país já dispõe da infraestrutura necessária para atendimento das metas do novo PNE. Em tese, em quatro anos seriam **mais de 12,5 milhões** de vagas ofertadas, sem levar em conta as vagas disponíveis pelos concluintes.

A evolução do quantitativo de vagas no período 2000-2009 no âmbito nacional foi de 160,2%. As IES públicas cresceram 60,4% e as privadas, 185,5%. Analisando o crescimento em 2009 comparado a 2008, o Brasil obteve crescimento de 6,0%, entretanto, as IES privadas cresceram nesse período apenas 4,9%, enquanto que as IES públicas praticamente duas vezes mais, (14,5%), conforme demonstrado no gráfico n. 10, a seguir:

Gráfico 10 – Evolução do número de vagas no ensino superior, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2009. Elaboração CM Consultoria

Em que pese o crescimento das vagas ofertadas pelas instituições públicas em 2009, historicamente a oferta de vagas sempre foi mais expressiva no setor privado. A evolução da distribuição das vagas entre 2000 a 2009 aponta crescimento gradativo nas IES privadas que, em 2000, representavam 79,8%, passando para 88,5% em 2009. Nas IES públicas ocorreu o inverso, passando de 20,2% em 2000 para 12,4% em 2009.

A distribuição das vagas, e a participação do setor público e privado, estão apresentadas na tabela n. 3, a seguir:

Tabela 3 - Distribuição das vagas, por categoria Administrativa, 2000/2009.

Ano	Brasil	Pública	(%)	Privada	(%)
2000	1.216.287	245.632	20,2	970.655	79,8
2001	1.408.492	256.498	18,2	1.151.994	81,8
2002	1.773.087	295.354	16,7	1.477.733	83,3
2003	2.002.683	281.163	14,0	1.721.520	86,0
2004	2.320.421	308.492	13,3	2.011.929	86,7
2005	2.435.987	313.368	12,9	2.122.619	87,1
2006	2.629.598	331.105	12,6	2.298.493	87,4
2007	2.823.942	329.260	11,7	2.494.682	88,3
2008	2.985.137	344.038	11,5	2.641.099	88,5
2009	3.164.679	393.882	12,4	2.770.797	87,6

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

Considerando que há a devida estrutura para atendimento das metas do PNE 2011-2020 no que diz respeito às vagas atualmente ofertadas, o número atual de alunos matriculados aliado à dificuldade de acesso por uma grande parte dos jovens de 18 a 24 anos contrasta diretamente com a atual oferta.

Isso se dá em razão de fatores que excedem a questão da oferta de vagas. Fatores estes que incidem diretamente no efetivo preenchimento destas. No caso do ensino público, a restrição de acesso às vagas se caracteriza basicamente pelas 'linhas de corte' que limitam a entrada de estudantes no ensino público que não atingem o desempenho mínimo exigido.

Por outro lado, no setor privado, a limitação do acesso se dá por diversas razões, incluindo-se ainda o problema da permanência.

Dada a importância do assunto, a análise das razões do não preenchimento das vagas, bem como a dificuldade de permanência no ensino superior é abordada neste caderno especificamente nos capítulos sobre ociosidade e evasão.

2.4. Candidatos

O número de candidatos que disputam as vagas do ensino superior brasileiro, apesar de leve estabilização entre os anos de 2002 e 2007, em média cresceu gradativamente nos últimos anos. Os números demonstram um aumento de 54% entre 2000 e 2009. O desafio de matricular 10 milhões de alunos no ensino superior consiste em reter estes candidatos, aumentando o número de ingressantes e diminuindo-se, assim, a evasão pré-estabelecida, que se caracteriza pela ausência dos candidatos que participam do processo seletivo, realizam a matrícula, porém não frequentam sequer um dia de aula em razão de dificuldades financeiras.

Um contingente de mais de 3,5 milhões de candidatos somente no ensino privado. O desafio se concentra no desenvolvimento de políticas de acesso, de modo a proporcionar uma maior adesão. Neste capítulo, a abordagem será restrita à análise do número de candidatos entre os anos de 2000 e 2009.

Gráfico 11 – Crescimento do número de candidatos, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

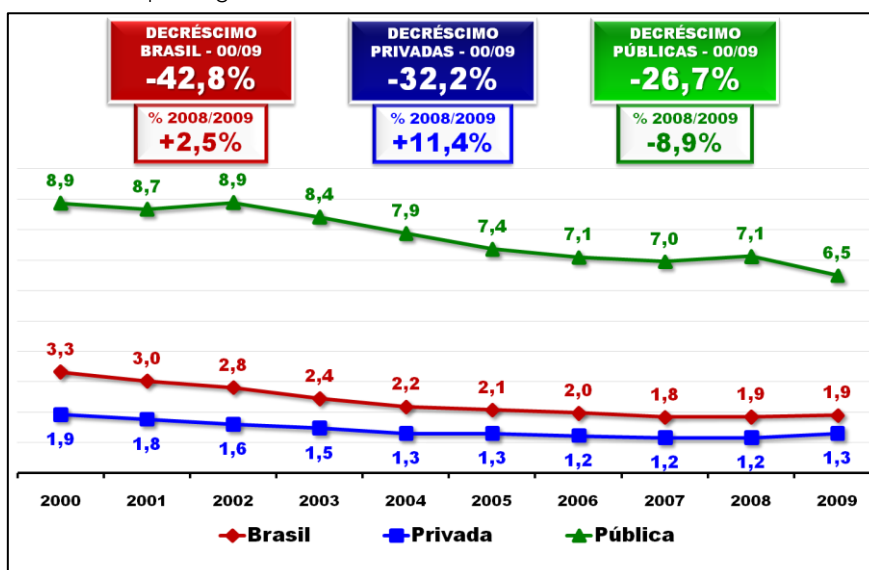
O gráfico n. 11 demonstra que, em relação às vagas ofertadas, a disputa é bem mais acirrada no setor público, entretanto, a grande maioria dos pretendentes alunos empenha-se por uma vaga no ensino superior privado.

Outro dado relevante é o fato de os processos seletivos nas IES privadas se constituírem-se, na grande maioria, de um exame classificatório menos rigoroso acompanhando de um questionário socioeconômico preenchido pelos candidatos. Em razão da acirrada competitividade, restringir o aluno no processo seletivo, não é um caminho a ser seguido por grande parte das IES privadas.

2.4.1. Relação candidatos x vagas ofertadas

Apesar da maior disputa pelo ensino público, o número de candidatos que optaram pelo ensino superior privado superou o número de candidatos às vagas públicas a partir de 2003, crescendo desde então. O gráfico a seguir demonstra a relação de candidatos por vaga nos processos seletivos públicos e privados, demonstrando a contínua diminuição da concorrência para as vagas públicas:

Gráfico 12 – Relação Candidatos por vaga, Brasil, 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.



O número de candidatos disputando vagas no ensino superior da rede pública tem mantido uma tendência de queda, sendo que em 2009 atingiu a relação 6,5. Essa queda não significa necessariamente menos alunos, entretanto, pode significar menos alunos disputando vestibulares em mais de uma IES pública.

Nas IES Privadas a relação candidato vaga demonstrou uma diminuição (32%), porém o setor teve um aumento de 185,5% na quantidade de vagas, significando um ganho real de 153%.

Assim sendo, podemos dizer que o número de candidatos que disputam vagas no ensino superior tanto público como privado é mais uma estimativa, tendo em vista que um candidato pode optar por processos seletivos em mais de uma IES.

Notadamente, a maioria dos estudantes oriunda do ensino médio da rede privada opta por vestibular em IES pública, mas a IES privada que oferece programas e cursos com altos índices de qualidade (IGC, CPC, ENADE) e tradição no mercado, também não deixa de ser uma opção, principalmente quando o candidato leva em consideração outros fatores como distância do lar, oportunidades regionais e adaptação.

Em alguns casos, pela soma de todos esses fatores, alguns alunos potenciais do ensino superior público vez por outra optam pela IES privada em razão da comodidade e também da qualidade por esta oferecida.

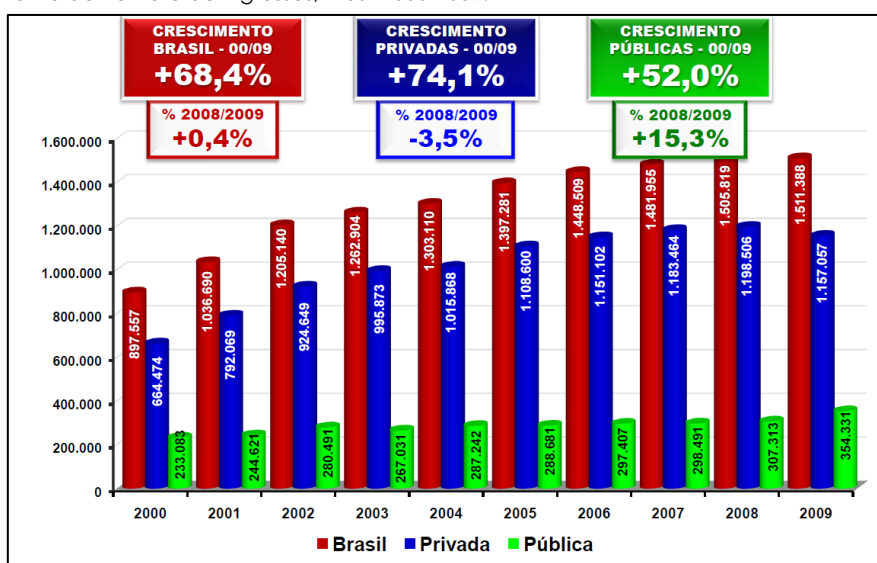
De todo modo, os números apresentados no gráfico n. 12 demonstram que um enorme contingente ainda se mantém fora do ensino superior, tanto público quanto privado, o que reforça a responsabilidade do Governo inclusive em relação ao setor privado, no que diz respeito à criação de novas oportunidades de ingresso e permanência.

2.5. Ingressantes

Restrito ainda a uma pequena parcela da população brasileira, os ingressantes do ensino superior representam menos de 1% do total da população brasileira em 2009. Isso demonstra que, embora os números expliquem o crescimento das matrículas, no ensino superior, considerando inclusive a oferta dos cursos superiores de tecnologia e de cursos de graduação a distância, o país ainda tem muito a alcançar.

O número de ingressantes no ensino superior brasileiro no período de 2000-2009 apresentou crescimento pouco expressivo comparado ao número de vagas ofertadas. Entre 2008 e 2009, o crescimento foi de mais 68% sendo que as IES privadas apresentaram crescimento de 74,1%, enquanto que as públicas alcançaram 52,0% no período.

Gráfico 13 – Crescimento do número de ingressos, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

O gráfico n. 13 demonstra um aumento considerável no número de ingressantes no ensino público em 2009 (15,3%). O aumento significativo do número de ingressantes nas IES públicas é um reflexo do movimento REUNI que visa aumentar o número de vagas nessa categoria.

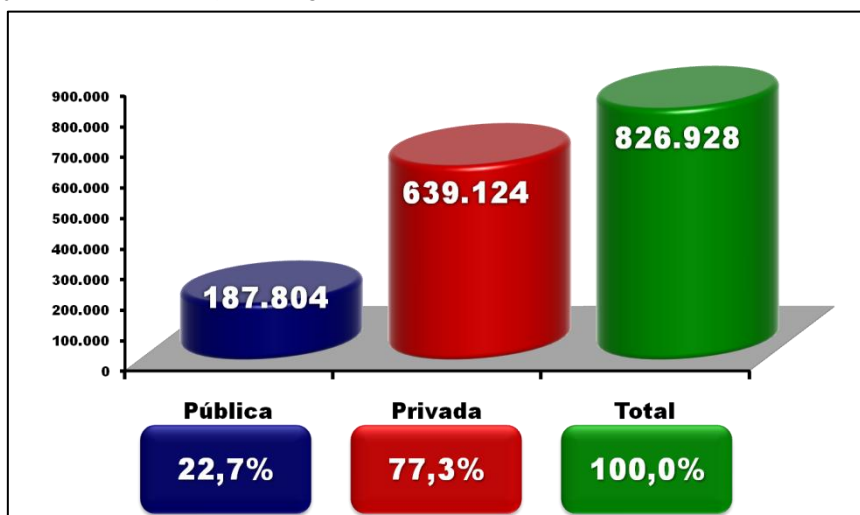
Mesmo apresentando uma evolução positiva no período de 2000 a 2009, o número de ingressantes decaiu 3,5% no setor privado entre 2008 e 2009. Considerando as variáveis de ociosidade e a evasão, o Censo de 2009 representa um alerta para o setor privado. O momento de rever as atuais estratégias de captação de alunos chegou, dado que no mesmo período houve um aumento de 4,9% no número de vagas ofertadas.

2.6. Concluintes

O desafio dos estudantes do ensino superior é maior do que o simples ingresso. Muitos concentram grandes esforços em como ‘entrar’ e acabam por não se prepararem no sentido de como ‘permanecer’ no curso. As elevadas taxas de evasão e ociosidade demonstram que os investimentos vão além da ampliação da oferta, devendo se concentrar também na permanência e conseqüentemente conclusão dos estudos.

O gráfico n. 14 apresenta a distribuição do número de concluintes por categoria administrativa:

Gráfico 14 – Distribuição dos concluintes por categoria administrativa, Brasil, 2009.



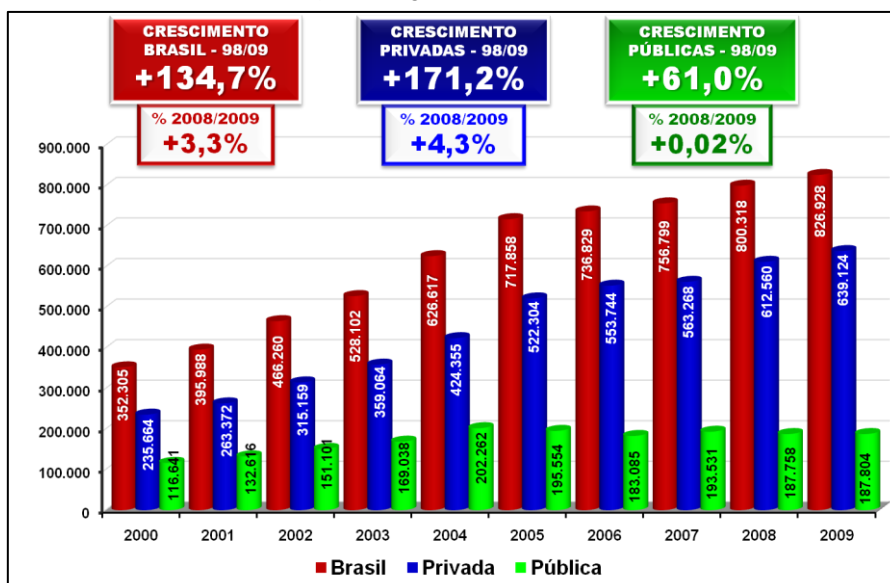
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior

Se por um lado há uma maior responsabilidade por parte do Governo em expandir a oferta e permanência no ensino superior por meio de ações e estratégias ligadas ao financiamento, por outro, cabe às instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas velarem pela permanência dos estudantes de termos subjetivos, ou seja, na percepção de valor do serviço ofertado.

O objetivo principal das IES, em termos de retenção, é idêntico ao de todos os profissionais de marketing: desenvolver e disponibilizar ofertas que satisfaçam as necessidades e as expectativas dos estudantes, assegurando assim sua própria existência.

Apesar da ociosidade e evasão, as instituições têm apresentado resultados crescentes nos últimos anos. O gráfico n. 15 apresenta a evolução dos concluintes entre os anos de 2000 e 2009:

Gráfico 15 – Evolução do número de concluintes por categoria administrativa, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior

Apesar da evolução no número de concluintes (134,7% nos últimos 10 anos), o Brasil enfrenta um de seus maiores paradoxos. Detentor de recordes na criação de empregos, a nação corre o risco de um ‘apagão de mão de obra’. Com recorde de contratações formais, o país tem hoje 92 milhões de pessoas empregadas,

o maior contingente da história. Esse total representa mais de 90% da população em idade e condições de trabalhar. Contudo, o país ainda sofre com a falta de profissionais em áreas de conhecimento específicas.

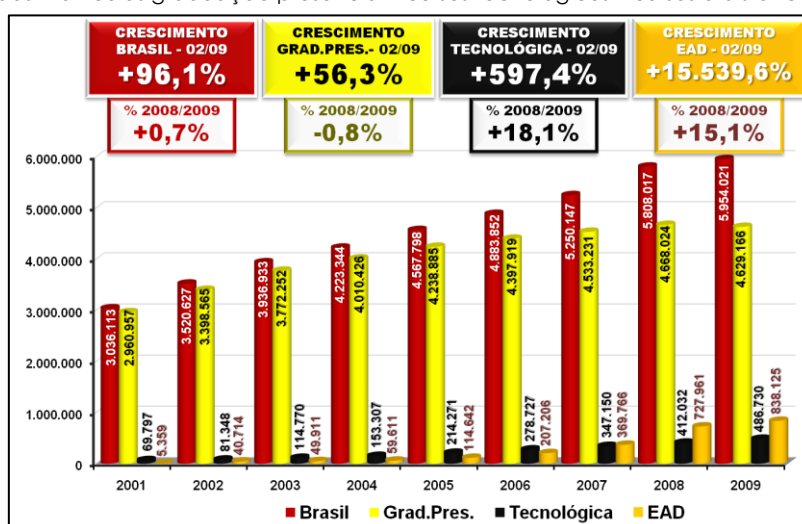
2.7. Matrículas

Para uma melhor compreensão da performance da educação superior brasileira em relação às matrículas, faz-se necessário a observação isolada dos cursos presenciais e a distância, bem como a participação dos cursos superiores de tecnologia.

As matrículas da graduação, considerando os cursos presenciais e à distância apresentaram um crescimento superior a 96% no período observado entre 2000 a 2009. Em evidência, as matrículas em EaD chegaram ao montante de 831.125 alunos, tornando-se a grande responsável pelos resultados obtidos. Outro grande crescimento destacado no gráfico n. 16, a graduação tecnológica (considerada nas modalidades presencial e a distância), teve excepcional significado para o crescimento Brasil.

O gráfico n. 16 apresenta a distribuição das matrículas no ensino superior brasileiro distribuídas em graduação presencial, EaD e um recorte das matrículas dos cursos superiores de tecnologia (CST):

Gráfico 16 – Evolução das matrículas graduação presencial x cursos tecnológicos x cursos à distância, Brasil 2001-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior.

A graduação presencial, embora muitas vagas ociosas, já dá sinais de esgotamento no atual modelo. Por outro lado, nota-se que a graduação tecnológica e o ensino a distância continuaram crescendo e foram responsáveis pelo crescimento médio da graduação brasileira em 0,7% no período 2008-2009.

A dependência do ensino presencial ainda é muito evidente, porém, é possível prever que este quadro tende a mudar. Os investimentos na educação a distância são necessários, entretanto, de focar investimentos na graduação presencial é essencial visto que esta ainda é responsável pela grande maioria das matrículas.

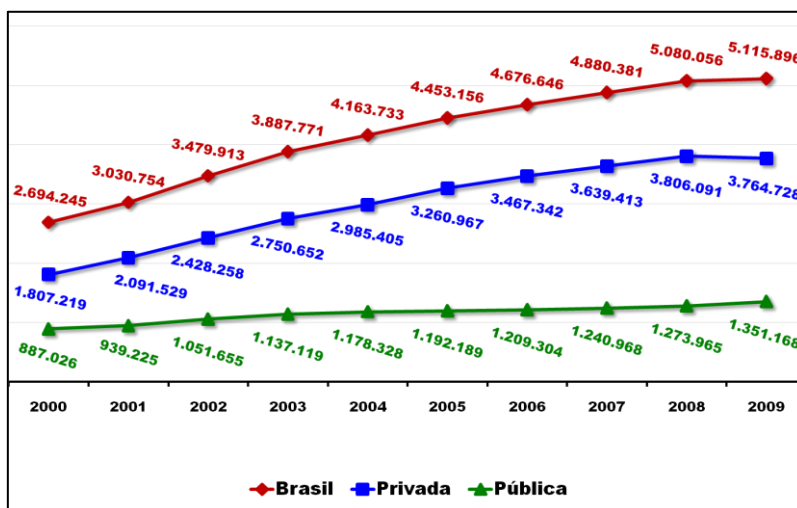
A tendência expansionista dos CST está coerente com os enunciados das Diretrizes Curriculares (2002) no que se refere à integração das formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, de modo que os estudantes obtenham competências e habilidades profissionais para atender às demandas do setor produtivo, sobretudo com domínio das tecnologias empregadas e disponíveis em cada área.

Em todo o Brasil, as IES que utilizaram a modalidade puderam se revitalizar em sua área de atuação. O fato é que a atratividade do curso de curta duração torna-se vantajosa para ambos os lados. Para as IES, menos custos com corpo docente e maior otimização da infraestrutura, para os estudantes, inserção rápida

no mercado de trabalho, o que garante melhor produtividade, qualidade e, conseqüentemente, melhores ganhos. Todos esses benefícios ainda são maximizados pela oferta na modalidade a distância.

Ainda em relação a pouca evolução das matrículas em 2009, o desempenho negativo da graduação presencial (-0,8%) no período de 2008-2009 demonstra que os números insatisfatórios decorrem também das matrículas presenciais da rede privada, tendo em vista que as matrículas no ensino público tiveram um aumento representativo de 6% no mesmo período.

Gráfico 17 – Crescimento das matrículas, Brasil 2000-2009.



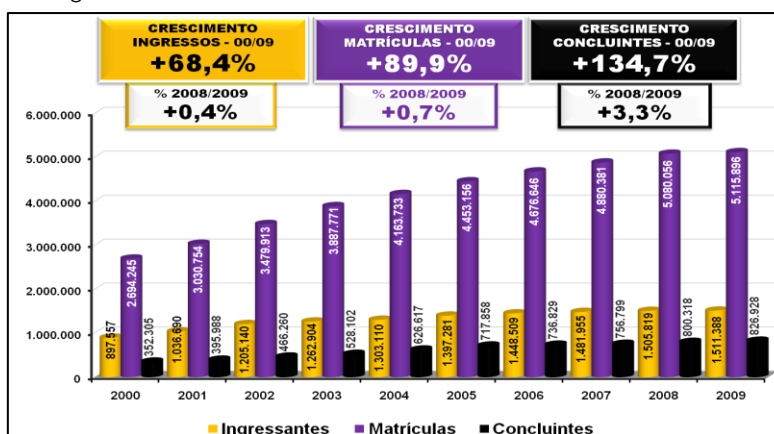
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria

O desafio de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior deve levar em consideração propostas que visem o aumento da graduação tecnológica e do ensino à distância, mas também tenha foco voltado para a inserção e retenção de alunos no ensino presencial. Este desafio não está unicamente nas mãos do Governo.

2.7.1. Relação Ingressantes, matrículas e concluintes no ensino superior

O presente caderno apresenta uma proposta de diminuição da evasão no ensino presencial e elenca ações necessárias para que o crescimento das matrículas em EaD não seja minado pela evasão no ensino presencial (vide capítulo propostas). Como fundamento para estas ações, o gráfico n 18 demonstra que o problema das matrículas na educação presencial não está diretamente à falta de candidatos ou ingressantes. A demanda existe. O problema se concentra na evasão.

Gráfico 18 – Crescimento de ingressantes, matrículas e concluintes, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria

Em 2009, apesar de mais de 1,5 milhões de estudantes terem ingressado na graduação, pouco mais de 800 mil concluíram seus cursos no mesmo ano. Obviamente, em uma escala ascendente de matrículas, ainda que se considerasse uma evasão inexistente, o número de ingressantes, dada a expansão da oferta, seria maior. Entretanto, há gargalos entre estes indicadores que contribuem cada vez mais para o seu afastamento.

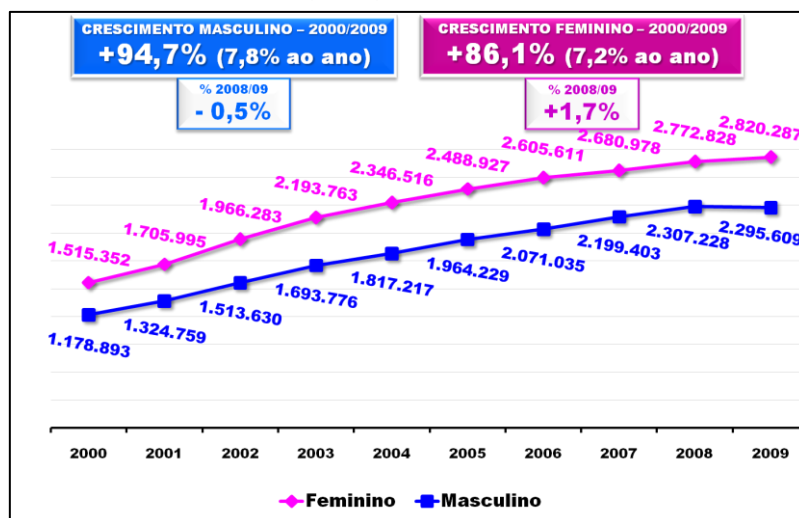
As dificuldades que os ingressantes encontram para manter os estudos, seja financeira, ou mesmo na aprendizagem da área escolhida, refletem na permanência no curso, gerando por vezes a desistência, o abandono ou a evasão, refletindo no número de concluintes.

Enquanto o número de ingressantes apresentava crescimento de 68% entre 2000-2009, os concluintes no Brasil superaram os 134% no mesmo período. As matrículas embora tenham apresentado crescimento médio de quase 90% entre 2000 e 2009, sofreram impacto direto com a redução do número de alunos concluintes em razão da evasão.

2.7.2. Matrículas por sexo

As matrículas no ensino superior distribuídas entre homens e mulheres, no período entre 2000 e 2009, evidenciam um contingente de estudantes predominantemente feminino. Os homens, por sua vez, minoria, apresentam um crescimento de 94,7% entre 2000 e 2009, sendo que de 2008 a 2009 houve uma descrescimento de 0,5% no número de matrículas. O gráfico n. 19 ilustra os dados entre os anos de 2000 e 2009, além do crescimento em 2009, tendo por base o ano anterior:

Gráfico 19 – Crescimento das matrículas no ensino superior por sexo, Brasil 2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria

Evidentemente, as mulheres apesar das responsabilidades familiares têm procurado uma melhor posição no mercado de trabalho e, para tanto, o ensino superior se apresenta como uma alternativa para tal. Um dado importante é o aumento nos últimos anos do número de mulheres que optaram por deixar os trabalhos do lar em busca de oportunidades no mercado de trabalho.

Segundo reportagem do G1 de 11/11/2010, com base nos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2009, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que representa 21.933.180 famílias que identificaram como principal responsável uma mulher.

Entretanto, a remuneração ainda é um desafio a ser superado. Na análise do Ipea, independentemente do arranjo familiar, mulheres têm mais escolaridade, porém os homens ganham mais e



têm melhor posição no mercado de trabalho. Além disso, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres ainda enfrentam muitas desigualdades e preconceitos.

Pode-se supor que, nos próximos anos, o contingente feminino no ensino superior tenderá ao aumento, tendo em vista que envolve mais do que questões de acesso, trata-se de extinção de paradigmas que há séculos diferencia as mulheres dos homens no mercado de trabalho.

2.8. Gargalos da Educação Superior³: Ociosidade e Evasão

A necessidade de se manterem no mercado, as constantes inovações, o crescente número de fusões e aquisições, além das pressões governamentais, de forma isolada e em conjunto, acabam por estimular cada vez mais a busca pela qualidade nas IES privadas, de maneira que pequenos detalhes passam a ser vistos como elementos preponderantes na determinação da escolha da instituição em que se deseja estudar.

Conforme já explanado, os gargalos da educação superior (do ponto de vista do Censo) embora tenham resultados iguais em ambas as categorias administrativas, possuem causas diferentes. No setor público, a evasão se caracteriza principalmente pela saída do estudante para outra IES de mais *status*, para um curso pretendido inicialmente ou posteriormente mais atrativo, falta de adaptação ou condições de se manter fora de casa, dentre outros.

A ociosidade no setor público dá-se, à grosso modo, em razão da alta competitividade nos processos seletivos em detrimento do grau de conhecimentos de boa parte dos candidatos. Assim, sendo, a análise da ociosidade e da evasão neste capítulo ater-se-á tão somente ao setor privado, na qual as incidências são mais diversificadas, devastadoras e preocupantes.

É evidente que, apesar do aspecto social, a educação superior tanto na esfera pública e principalmente na privada é vista cada vez mais sob o prisma empresarial, como um serviço que irá proporcionar uma experiência marcante na vida das pessoas.

Chega-se ao consenso de que, no futuro, prevalecerão as IES competitivas e o marco definidor será a forma como a instituição lida com seus estudantes, enquanto prestadoras de serviços.

2.8.1. Evasão

Em sentido estrito, evasão caracteriza-se pelo “desaparecimento” do aluno, tendo ele pago ou não sua mensalidade. Amplamente entendida, com exceção dos formandos, caracteriza-se pela ausência do aluno, seja por qualquer motivo, justificado ou não.

Em qualquer instituição de ensino sempre haverá desistências, trancamentos, abandono de curso e transferências. Os motivos que fogem da alçada da instituição sempre serão presentes e pesarão na receita institucional.

O aluno que desiste e procura a secretaria para oficializar sua situação deve ser considerado desistente, porém este irá engrossar a fileira dos evadidos. A instituição poderá entrevistá-lo, para conhecer seus motivos e, se for o caso, corrigi-los.

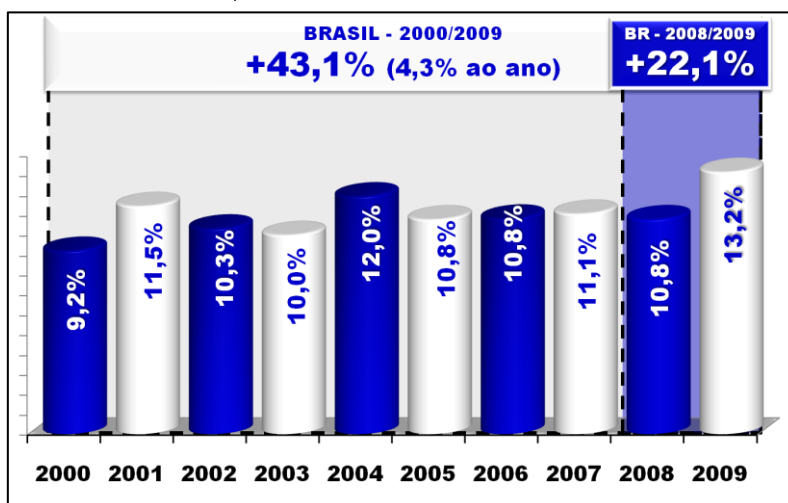
Em suma, do ponto de vista financeiro, a evasão é, portanto, uma perda de receita (passada, presente e futura) e deve ser considerada independentemente da causa que levou o aluno a interromper o

³ Embora os motivos que emperrem o crescimento das matrículas no ensino superior não se concentrem unicamente nas questões da ociosidade e da evasão, seja no setor público ou privado, utilizaremos este termo para designar tais agravantes ainda que possa ser expandido para outras deficiências como a inadimplência no setor privado, por exemplo.

seu contrato apenas por um único motivo: justificado ou não, um aluno a menos significa diminuição da receita líquida, comprometendo diretamente a sustentabilidade financeira.

O gráfico n. 20 apresenta a taxa de evasão no ensino superior entre os anos de 2000 e 2009, apresentando um dado ao menos interessante: *a elevação acima da média no ano de 2009.*

Gráfico 20 – Evolução da evasão no ensino superior, Brasil 2000-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2000-2009 - Elaboração CM Consultoria

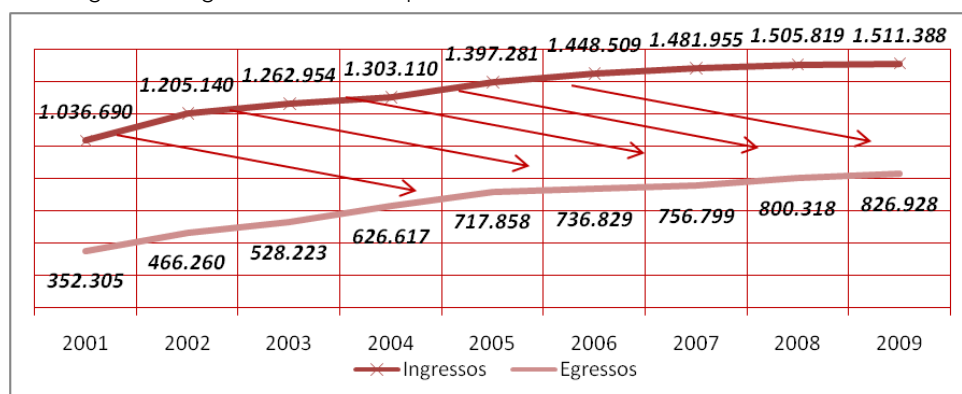
Mesmo considerando os esforços isolados das instituições, uma das possíveis causas desse aumento pode ser a reorganização da forma de coleta do Censo, a partir de 2009, quando então os estudantes passaram a ser contabilizados pelo número do CPF.

De todo modo, levando-se em consideração o histórico dos últimos 10 anos, é razoável depreender que a nova forma de coleta possa ter incluído os estudantes evadidos que reingressaram no mesmo ano em outros cursos superiores, entretanto, os números dependeriam de uma análise mais apurada. A evolução nos métodos de pesquisa deve ser considerada bem-vinda.

A fórmula para verificar o índice de evasão em amplo sentido é simples: deve-se comparar o número de matriculados de um ano para o outro, descontando ingressantes e formandos. Um cálculo mais correto levaria em conta os ingressantes do primeiro ano de determinado curso. Para efeito de demonstração, propõe-se o seguinte raciocínio:

Hipoteticamente, poderia se presumir que 100% dos ingressos de 2006 matricularam-se em cursos seriados (foram 1,4 milhões, naquele ano), concluiriam a formação e se diplomariam em 2009. Entretanto, naquele ano, formaram-se no ensino superior 826.928 profissionais. O gráfico n. 21 apresenta a análise:

Gráfico 21 - Curva de ingressos e egressos no Ensino Superior Brasileiro



Fonte: Censo da Educação Superior 2001-2009 - Elaboração CM Consultoria

Partindo desse pressuposto, um total de 621.581 alunos se evadiu ao longo da graduação (dos ingressantes de 2006) e 3.188.335 (ingressos nos seis anos entre 2001 e 2006) perderam-se ao longo desse processo. Uma média de 531.389 ao ano. A tabela n. 4 exemplifica:

Tabela 4 – Número de Ingressantes, egressos e perda de matrículas, no período de 2001-2009

	Ingressantes	Egressos (4 anos depois)	Perda
2001 - 2004	1.036.690	626.617	410.073
2002 - 2005	1.205.140	717.858	487.282
2003 - 2006	1.262.954	736.829	526.125
2004 - 2007	1.303.110	756.799	546.311
2005 - 2008	1.397.281	800.318	596.963
2006 - 2009	1.448.509	826.928	621.581

Fonte: Censo da educação superior, 2001-2009. Elaboração CM Consultoria

Os motivos da evasão são bastante estudados e conhecidos pelo segmento do ensino superior, sobretudo na iniciativa privada, sendo essencial o seu controle e redução para o alcance das metas estabelecidas. A retenção deve ser entendida como uma política institucional de prevenção. As ações preventivas constituem-se no melhor instrumento para evitar cancelamentos e maximizar a relação dos estudantes com as IES.

A seguir, apresentam-se alguns indicadores que, conjunta ou isoladamente, certamente levam à evasão por qualquer uma de suas formas. Dentre alguns desses motivos, temos:

- *Situação financeira*: cuidado! Esta situação pode mascarar a real causa da evasão, quase 40% dos alunos evadidos dão essa justificativa;
- *Desempenho acadêmico insatisfatório*: o aluno acaba desmotivado quando não consegue acompanhar o curso em razão de notas baixas, faltas, reprovos e baixo rendimento (este pode ser um indicador de futura evasão);
- *Baixa qualidade no atendimento*: geralmente o aluno que paga por algum serviço espera qualidade. Um atendimento mal feito causa desmotivação. O aluno precisa se sentir acolhido;
- *Falta de comprometimento docente*: este é um ponto crucial porque pela forma como o docente desempenha seu papel e como se relaciona com o aluno constrói-se a imagem da instituição;
- *Matriz curricular muito rígida*: este fator dificulta a vida acadêmica não permitindo ao aluno mudar de escolha dentro ou fora da própria IES;
- *Mudança*: de residência ou trabalho do aluno para outro município inviabilizando a continuidade do curso;
- *Sensação de perda*: falta de entendimento sobre a efetividade da oferta da carga horária do curso;
- *Incompatibilidade de horários*: atrasos dos alunos nas primeiras aulas e ausências nas últimas do turno;
- *Reclamações protocoladas nos canais oficiais*: Uma simples reclamação identificada protocolada no *Fale Conosco* do MEC enseja a averiguação imediata das circunstâncias;
- *Imagem institucional abalada*: por exemplo, comentários nocivos em redes sociais.

Sabe-se que diversos fatores podem levar os alunos a solicitarem o trancamento da matrícula, ou simplesmente se evadirem por desistência, sem formalizar sua situação. Esses fatores estão relacionados ao desgaste no relacionamento, à falta de interesse pelo curso, problemas pessoais ou uma oferta melhor em outra IES face às campanhas promocionais para alunos transferidos.

Ao contrário do que se pensa, ou do que os alunos desistentes informam às instituições, a maior parcela de evasão não está fundada em problemas financeiros. Um estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP) em 2005 mapeou as causas da evasão no ensino superior público, demonstrando certa similaridade com o setor privado. A pesquisa constatou que quase metade dos estudantes que desistem da graduação teve problemas no momento da escolha do curso: por pressão dos pais, por falta de informação sobre a faculdade ou sobre o mercado, 44,5% dos alunos acabam abandonando o que deveria ser seu objetivo de realização profissional.

Outros 30,7% desistem por não gostar da estrutura do curso. Depois seguem os insatisfeitos com o mercado de trabalho e com a profissão, que somam 13,4%. Os que desanimam por razões pessoais - como problemas familiares, afetivos e financeiros – somam apenas 10,5%. O gráfico n. 22 esboça os percentuais citados:

Gráfico 22 – Motivos de evasão, Brasil, 2005.



Fonte: Revista Geração JC, CPAD.

Como demonstrado, boa parte dos motivos de evasão nas IES seriam contornáveis apenas mudando-se algumas estruturas procedimentais no contexto das organizações. Novamente o caráter subjetivo do relacionamento entre estudante e IES torna-se preponderante. No entanto, algumas considerações são necessárias:

- Evasão *sempre existirá* porque não é totalmente condicionada a fatores controláveis, embora estes em grande parte possam ser minimizados pelas IES;
- Evasão está intrinsecamente ligada à percepção de valor.
- Evasão não deve ser combatida apenas do ponto de vista financeiro.

Em tempos de alta competitividade, é necessário combater as causas da evasão de forma corretiva e preventiva, com o intuito de se aumentar o *market share*, aproveitando todo o potencial da infraestrutura disponível para atendimento da demanda.

Cabe às IES compreenderem os indicadores de evasão potencial e mensurá-los, de forma a antecipar os processos internos, evitando que os estudantes cancelem o serviço contratado. É preciso observar seu comportamento e tomar medidas contingenciais.

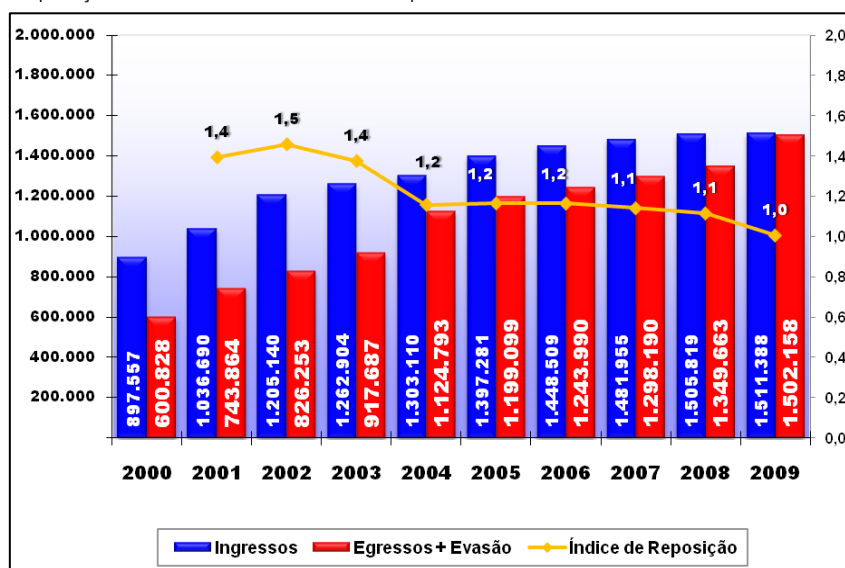
2.8.1.1 Evasão e indicadores do Censo da Educação Superior: análise de sustentabilidade

Se por um lado as matrículas no ensino superior cresceram 89,9% entre 2000 e 2009, cabe ressaltar que, no mesmo período as vagas ofertadas cresceram 160,2%, o que evidencia possíveis lacunas que minam a evolução das matrículas no país. Uma dessas lacunas pode ser detectada analisando-se a relação entre ingressos, egressos e evadidos, efetuando-se o cálculo do *Índice de Reposição*.

Este índice é a razão entre o número de ingressantes e o somatório do número de egressos e evadidos de um mesmo período ($\text{Ingressantes} / (\text{egressos} + \text{evadidos}) = \text{índice de reposição}$). É o cálculo que demonstra se há reposição dos alunos que saem em razão do término ou abandono do curso. É expresso em número decimal com uma casa após a vírgula e demonstra o crescimento real do alunado em relação às matrículas.

O gráfico n. 23 demonstra a situação do *Índice de Reposição* de alunos no ensino superior brasileiro a partir de 2000:

Gráfico 23 – Índice de reposição das matrículas no ensino superior, Brasil, 2000-2009.

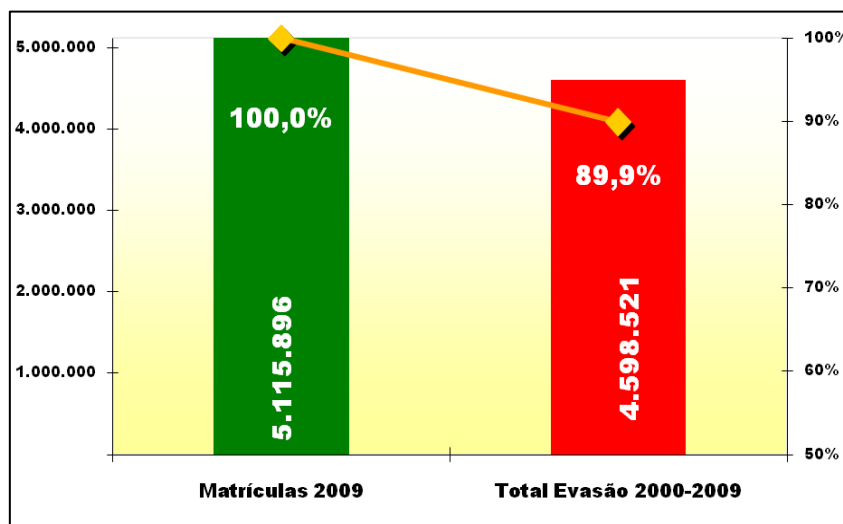


Fonte: MEC/INEP. Elaboração: CM Consultoria.

De acordo com o gráfico, o índice de reposição no ensino superior brasileiro manteve-se positivo até o ano de 2008, sendo que em 2009 a relação fica praticamente equilibrada evidenciando a estagnação.

Assim, do ponto de vista da sustentabilidade, pode-se auferir o quanto a evasão prejudica o crescimento. A seguir, o gráfico n. 24 apresenta a análise de sustentabilidade em relação à evasão entre os anos de 2000 e 2009, demonstrando um provável número de alunos evadidos:

Gráfico 24 – Análise de sustentabilidade do ensino superior, Brasil, 2000-2009.



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria.

Conforme demonstrado, entre 2000 e 2009 a educação superior brasileira perdeu em alunos o equivalente a quase 90% do número atual de alunos matriculados no ensino superior. Somando-se os quantitativos das vagas ociosas deste mesmo período podemos conceber que na atual conjuntura, o cenário apresenta-se inchado e pouco produtivo.

2.8.2. Ociosidade

Além dos fatores que contribuem para a evasão tal como já evidenciado, pode-se considerar a ociosidade como uma espécie de *'evasão pré-estabelecida'*, caracterizada pelo não preenchimento de vagas antes mesmo do ingresso do novo aluno. Esta concepção parte da premissa de que, ao se inscrever no vestibular, (salvo treineiros), há uma expectativa de matrícula, até porque na maioria dos casos, a inscrição no vestibular gera certo ônus ao candidato.

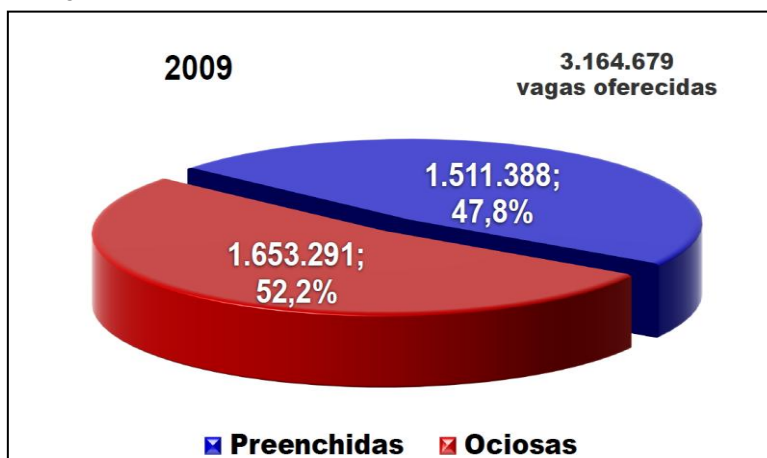
No contexto nacional, no ano de 2009 a ociosidade foi responsável pelo não aproveitamento efetivo de mais de 1,6 milhão de vagas ofertadas. Considerando a evasão do mesmo período, conclui-se que há um *déficit* no setor visto que não há reposição anual da quantidade de alunos que saem do ensino superior, seja por diplomação, seja por desistência.

As ações para ampliação do número de estudantes no ensino superior devem considerar esses dados para alcance de um melhor desempenho. Deve-se traçar um planejamento estratégico para diminuição da sobra de vagas que também deverá incluir o problema da evasão.

Tomando com base o quantitativo de vagas ofertadas em 2009, constata-se que 52,2% referem-se às vagas ociosas e 47,8% de vagas efetivamente preenchidas, observadas a seguir no gráfico n. 25. Os determinantes da ociosidade acentuam o distanciamento do cumprimento da meta de elevar em 33% a população de 18 a 24 anos na educação superior.

O gráfico n. 25 apresenta o número de vagas ofertadas e a relação de vagas ociosas:

Gráfico 25 – Ociosidade de vagas ofertadas, Brasil 2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2009.

O cálculo da taxa de ociosidade de vagas refere-se às vagas e ingressantes dos primeiros anos dos cursos de graduação. Em um cenário hipotético, isento de evasão, considerando a oferta de vagas no ensino superior em 2006 no qual todas as vagas ofertadas fossem preenchidas, é possível projetar o montante de 11.603.357 matriculados no ensino superior em 2011, sem levar em conta a evolução do número de vagas a partir de 2007. Vê-se que esse quantitativo representa o mercado potencial, construído com muito esforço. Resumindo, a capacidade instalada das IES comporta concomitantemente em suas salas de aula (de todas as séries), mais de 11 milhões de estudantes.

Tabela 5 - Vagas ofertadas, 2006-2009.

Séries	2006	2.007	2.008	2009
1º ano	2.629.598	2.823.943	2.985.137	3.164.679
2º ano	-	2.629.598	2.823.943	2.985.137
3º ano	-	-	2.629.598	2.823.943
4º ano	-	-	-	2.629.598

Fonte: Censo da Educação Superior 2006-2009. Elaboração CM Consultoria

Ressalta-se que o número projetado serve apenas para efeito de estudo e mensuração, no período 2006-2009 (ciclo de 48 meses), 5.655.685 vagas ficaram ociosas, considerando apenas as turmas de primeiro ano, conforme demonstra a tabela n. 6:

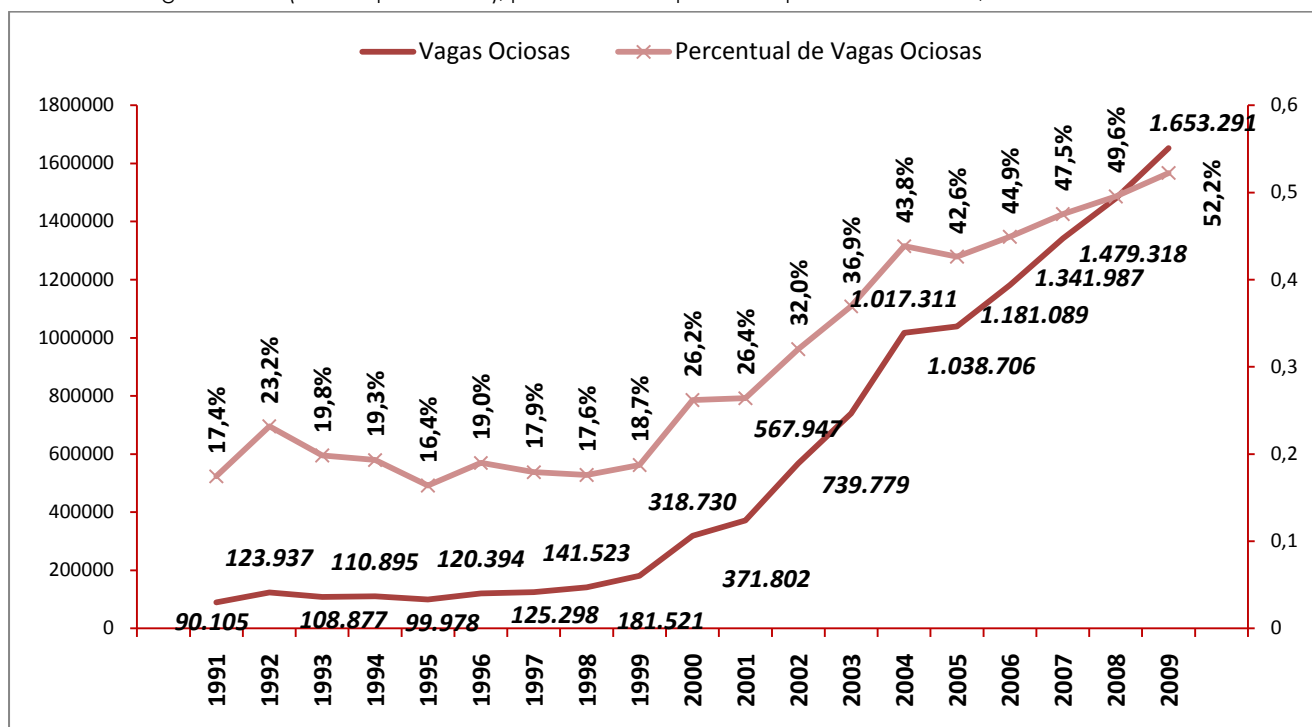
Tabela 6 - Vagas ociosas, 2006-2009

	2006	2.007	2.008	2009
1º ano	1.181.089	1.341.987	1.479.318	1.653.291
2º ano		1.181.089	1.341.987	1.479.318
3º ano			1.181.089	1.341.987
4º ano				1.181.089

Fonte: Censo da Educação Superior 2006-2009 - Elaboração CM Consultoria

Tomando como base o montante de vagas não preenchidas a cada ano, têm-se o quantitativo de 13 milhões de vagas ociosas no período 1991-2009.

Gráfico 26 - Vagas ociosas (bruto e percentual), por vestibular e por outros processos seletivos, Brasil 1991-2009.



Fonte: INEP - Censo da Educação Superior 1991-2009 - Elaboração CM Consultoria

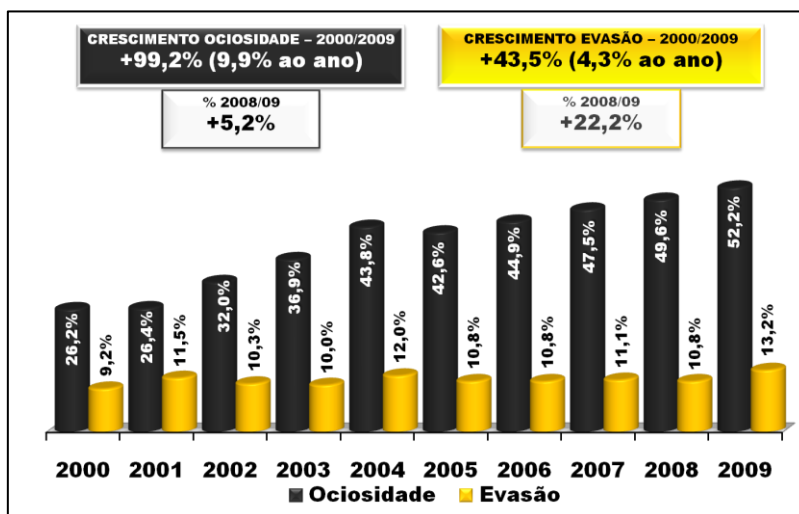
O desafio para os próximos anos está no ‘povoamento’ da base construída, que busca ativar todos os influenciadores do ensino superior e apontar os gargalos do sistema que, atualmente, impedem o acesso de um expressivo contingente da população brasileira entre 18 a 24 anos (85,6%). Em uma análise cartesiana, alcançar 10.000.000 de estudantes significa captar 4.884.104 de novos alunos para o ensino superior. A atual estrutura está preparada para muito mais.

2.8.3. Análise conjunta: evasão e ociosidade

As taxas de evasão e de ociosidade se caracterizam pela ausência da demanda total que poderia ser absorvida pelo ensino superior brasileiro. Diferem entre si no modo como são consideradas.

Entretanto, é evidente que pode haver lacunas entre essas variáveis evidenciadas pelo preenchimento de vagas a título de experimentação: “*Vou fazer enfermagem e continuar tentando medicina*” ou ainda “*vou fazer Direito para ver se eu gosto...*”. De toda forma, entende-se que, mesmo na dúvida, há uma aspiração que talvez possa ser atendida pelo curso escolhido e uma possibilidade conclusão. O gráfico n. 27 apresenta conjuntamente os dados da ociosidade e da evasão no Brasil:

Gráfico 27 – Evasão e ociosidade ensino superior, Brasil, 2000-2009.



Fonte: MEC/INEP 2008. Elaboração CM Consultoria.

A taxa de ociosidade em 2009 alcançou um percentual 5,2% maior que no ano de 2008. Este percentual reflete, dentre outros fatores, o despreparo do aluno egresso do ensino médio, além da falta de condições de acesso e permanência no ensino superior. Já a evasão cresceu 22,2% em relação ao mesmo período.

Enfim, esta influência incide no desempenho do país em relação às metas do PNE, e tem sido uma das grandes causas do não cumprimento das atuais propostas.

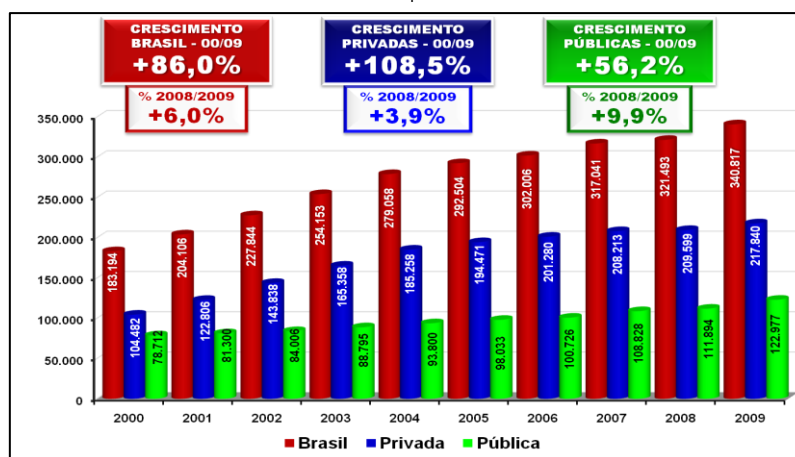
2.9. Docentes no Ensino Superior

2.9.1. Número de docentes

O Censo trata das informações sobre as funções docentes considerando os profissionais em exercício da rede pública e privada, sua titulação e regime de trabalho. Entre os anos de 2000 e 2009 o número de docentes em todo o país evoluiu de 183.194 para 340.817, representando um aumento de 86%. Nas IES privadas, o crescimento observado entre 2008 e 2009 foi de 3,9% e nas públicas, 9,9%, embora ao se analisar o período entre 2000 e 2009, a rede privada tenha maior evolução (108,5%).

O crescimento decorre da crescente expansão do ensino superior em número de cursos, vagas e matrículas. Em 2009, as IES privadas empregavam 63,9% dos docentes totais, enquanto que as IES públicas absorviam os outros 36,1%. O gráfico n. 28 apresenta a evolução do número de docentes no ensino superior entre os anos de 2000 e 2009:

Gráfico 28 – crescimento do número de docentes no ensino superior, Brasil 2000-2009.



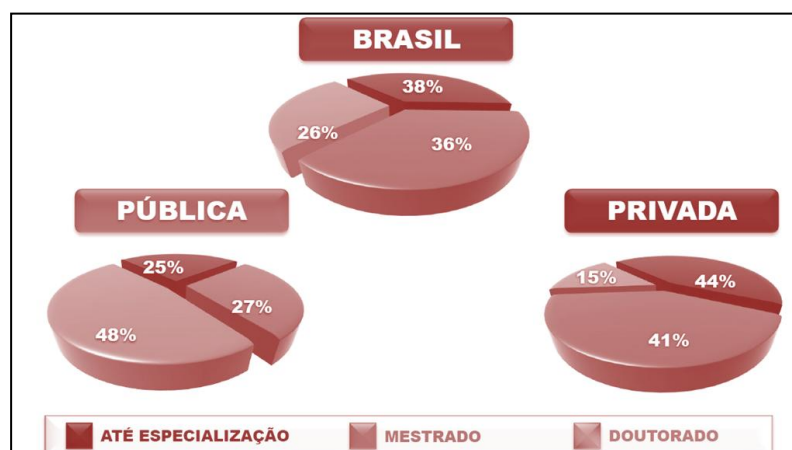
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2000-2009 - Elaboração CM Consultoria

O número de docentes na rede privada também aumentou. Em 2000 eram 10.585, passando para 27.827 em 2009. Soma-se também o fato de que em cada processo avaliativo, a função docente tem peso preponderante nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

2.9.2. Docentes por titulação

A titulação docente reflete diretamente a qualidade do ensino ofertado. No Brasil em 2009, 26% dos docentes em exercício possuíam doutorado e 36% mestrado. Nas IES públicas, o percentual de doutores foi 48%, enquanto que nas IES privadas foi apenas de 15%. O fato é justificado pela própria característica da rede pública ser constituída em sua maioria por Universidades, essas voltadas à pesquisa e iniciação científica.

Gráfico 29 – Distribuição do número de docentes por titulação, Brasil 2009.



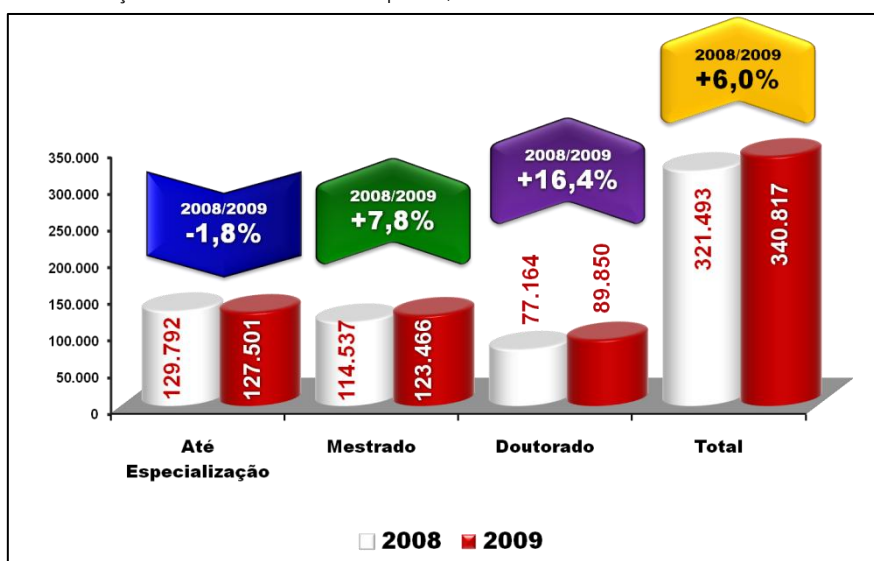
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior – 2009 - Elaboração CM Consultoria

Uma das características da expansão da titulação dos docentes no ensino superior também está relacionada à exigência da composição do Núcleo Docente Estruturante em todos os cursos de graduação superior a partir de 2007. O indicador define que os docentes tenham elevada formação e titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, contratados em tempo integral e parcial. As exigências dos processos avaliativos tornaram a contratação de docentes especialistas pouco atrativa para os cursos.

2.9.3. Evolução docente por Titulação

A evolução da titulação na comparação entre o número de doutores de 2008 e 2009 apresentou crescimento de 16%. Uma das razões para essa diminuição está no fato de que, para efeitos qualitativos no cálculo do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC), a titulação mínima relevante é a de mestre. O gráfico n. 30 demonstra aumento gradual na titulação dos docentes e redução no quantitativo de especialistas:

Gráfico 30 – Evolução da titulação docente no ensino superior, Brasil 2008-2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2008-2009 – Elaboração CM Consultoria

A qualificação docente, crescente nos últimos anos, acaba por influir na qualidade do ensino ofertado e constitui um diferencial na formulação da estratégia para atendimento das metas do PNE.



A falta de capacitação do corpo docente quase sempre resulta em atendimento ao aluno abaixo do nível de qualidade esperado, fator preponderante para uma futura evasão.

Por conseguinte, os docentes devem assumir papéis que refletem novas responsabilidades. Um corpo docente competente é a chave para o processo de ensino/aprendizado, elementos da qualidade relacionados aos Recursos Humanos que dizem respeito às responsabilidades tanto da IES como do indivíduo.

2.10. A questão da Qualidade: Índices de desempenho na educação

2.10.1. Educação Básica

A educação básica busca também atingir a excelência da qualidade e para tanto foram instituídas algumas formas avaliativas com a finalidade de direcionar e oferecer os parâmetros de referência de qualidade nas instituições escolares.

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) desenvolvidas pelo INEP/MEC são avaliações implantadas para diagnóstico em larga escala, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. São aplicadas no quinto e nono ano de ensino fundamental e terceiro do ensino médio. Médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Complementarmente, a *Provinha Brasil*, aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental, tem o objetivo de oferecer aos professores e gestores escolares uma avaliação diagnóstica da qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecidos às crianças. Permite acompanhar, avaliar e melhorar o processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007, mede a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino a cada dois anos, em uma escala de zero a dez. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Sua finalidade é o alcance das metas municipais e estaduais finalizando com o objetivo de propiciar ao país o alcance da nota 6, em 2022, que correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Além dos programas nacionais, o Brasil integra o Pisa, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, criado em 2000, coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, do qual participam trinta e dois países, havendo, em cada um deles, uma coordenação nacional. Baseia-se na colaboração dos países participantes e é dirigido de maneira conjunta a partir de interesses comuns, produzindo indicadores de desempenho estudantil, ao mesmo tempo fornecendo orientação, incentivo e instrumentos para melhorar a efetividade da educação, além de possibilitar a comparação internacional. No Brasil, a instituição responsável pela implementação do PISA é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

O PISA é um projeto comparativo de avaliação, destinado à avaliação de estudantes de 15 (quinze) anos de idade, fase em que, na maioria dos países, os jovens terminaram ou estão terminando a escolaridade mínima obrigatória. As avaliações do PISA são aplicadas a cada três anos, abrangendo os domínios de Leitura, Matemática e Ciências, em uma apreciação ampla dos conhecimentos, habilidades e competências inseridos em diversos contextos sociais.



2.10.2. Educação Superior

“A prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos”.

(Hoffmann, 2002)

Na constante busca da qualidade da educação nacional, o governo federal vem implementando ações com o objetivo de oferecer parâmetros que direcionem as instituições na execução de suas propostas. Ao longo do tempo diversas formas avaliativas foram implantadas, por meio de ferramentas constituídas de indicadores de qualidade contendo a definição dos critérios mínimos de qualidade.

A partir de 1997 foram iniciadas chamadas para a constituição de comissões de especialistas com o objetivo de se estabelecer as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação com vistas também a se estabelecer a filosofia, visão de educação, competências e habilidades, propostas metodológicas inovadoras e flexíveis, dentre outros aspectos, para formar a base de qualidade da educação nacional conforme proposta pela LDB. Atualmente, a maioria dos cursos de graduação já pode fundamentar seus projetos pedagógicos a partir das DCNs.

Em continuidade, surgem as regulamentações abrangentes e direcionadoras da educação em âmbito nacional como a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; o Decreto nº 5.773/2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior, cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino; a Portaria Normativa nº 40/2007, atualizada pela Portaria Normativa nº 23/2010 que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação. No âmbito administrativo, surge o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

O enfoque da qualidade no ensino superior no Brasil medido por meio de instrumentos avaliativos vem proporcionando inúmeras discussões e ajustes por parte das IES que vêm ajustando suas propostas não somente ao mercado profissional, mas principalmente vendo sua exposição na mídia a partir dos indicadores alcançados nas diversas formas de avaliação do MEC.

Esse fato tem provocado a revisão de conceitos e culturas institucionais e o aprofundamento das formas de gestão educacional agora mais voltado para a busca de resultados.

A Portaria n. 40/2007, republicada com alterações pela Portaria n. 23/2010 em seu artigo 33-B registra que são indicadores de qualidade na educação o Exame Nacional de Cursos - ENADE, o Conceito Preliminar de Curso – CPC e Índice Geral de Cursos – IGC, os quais possuem, por sua vez, indicadores e metodologias de mensuração da qualidade avaliada:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o **Conceito Preliminar de Curso (CPC)**, instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o **Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)**, instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do **ENADE**. (grifos nossos)

Os três indicadores da qualidade da educação superior são medidas de desempenho e sua divulgação é pública. Como forma de comparação entre as instituições, os candidatos visitam o espaço

acadêmico, de forma física ou virtualmente, formando concepções distintas entre uma IES e outra, optando pela que lhe melhor pareça à vista de uma avaliação pessoal.

Estas concepções são precedidas de consultas às avaliações que as instituições se submetem nos ciclos avaliativos (ENADE, CPC e IGC dos últimos 3 anos), informações disponibilizadas por meio do site do MEC na área de estudantes desenvolvida para receber internautas que buscam mais detalhes sobre as IES.

2.10.3. IGC – Índice Geral de Cursos

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso) e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota CAPES. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5).

Como cada área do conhecimento é avaliada de três em três anos no ENADE, o IGC levará em conta sempre um triênio. Assim, o IGC 2007 considerou os CPC's dos cursos de graduação que fizeram o ENADE em 2007, 2006 e 2005; o IGC 2008 considerou os CPC's (Conceitos Preliminares de Cursos) que participaram do ENADE em 2008, 2007 e 2006. A medida de qualidade da graduação que compõe o IGC é igual à média dos CPC's para o triênio de interesse, caso a IES não possua pós-graduação *stricto sensu*.

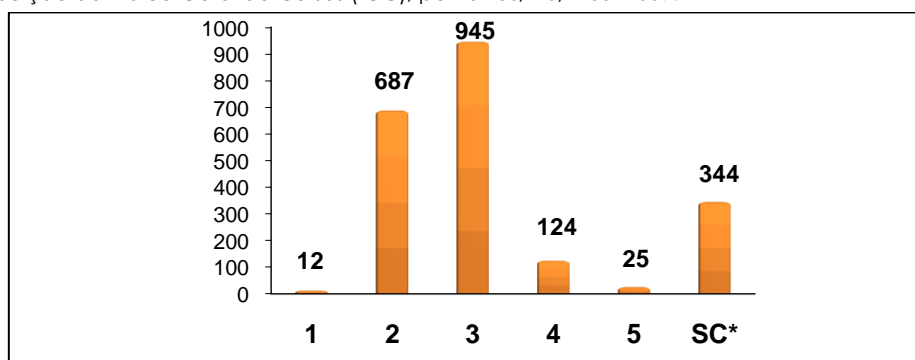
A avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota em uma escala de 1 a 7, fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento, a vigorar no triênio subsequente. A medida de qualidade da pós-graduação que compõe o IGC é uma conversão das notas fixadas pela CAPES.

Os resultados do IGC em 2009 se caracterizou pelo alto índice de IES que obtiveram o conceito 2 e 3. No total das 2.137 IES, 44% delas atingiram conceito 3, e apenas 25 Instituições conseguiram obter o conceito máximo.

Esse cenário proporcionou as IES que alcançaram melhores resultados no IGC um fortalecimento da marca, utilizando-se os resultados em estratégias de marketing institucional. Contudo, o trabalho para se manter no *ranking* envolve antes de tudo o aprimoramento das ações que impactam diretamente no desempenho dos estudantes nos ciclos avaliativos dos cursos, o ENADE.

O gráfico n. 31 apresenta a distribuição das IES por desempenho no IGC, segundo os dados divulgados no ano de 2010, referentes ao ciclo 2007-2009.

Gráfico 31 - Distribuição do Índice Geral de Cursos (IGC), por faixas, IES, Brasil 2009.

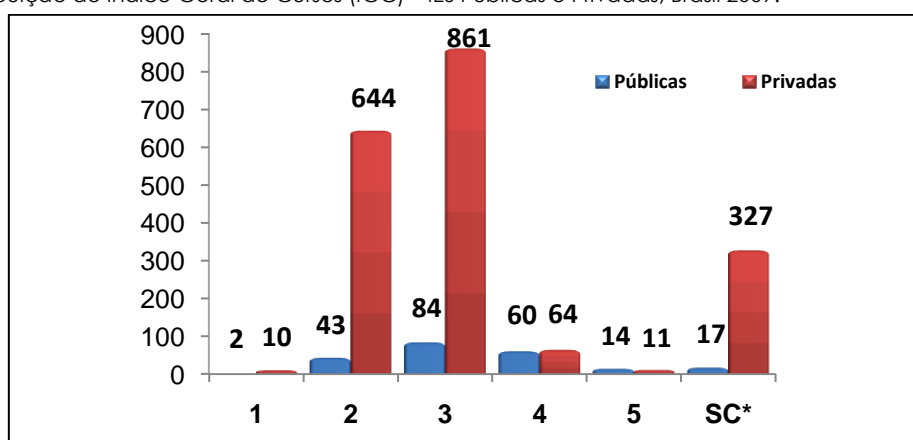


Fonte: INEP.

SC* = "sem conceito", para o caso de IES sem avaliações no ciclo ou com número insuficiente de alunos no ENADE.

O gráfico 32 apresenta os resultados do IGC 2009, obtidos pelas IES, por categoria administrativa.

Gráfico 32 - Distribuição do Índice Geral de Cursos (IGC) – IES Públicas e Privadas, Brasil 2009.



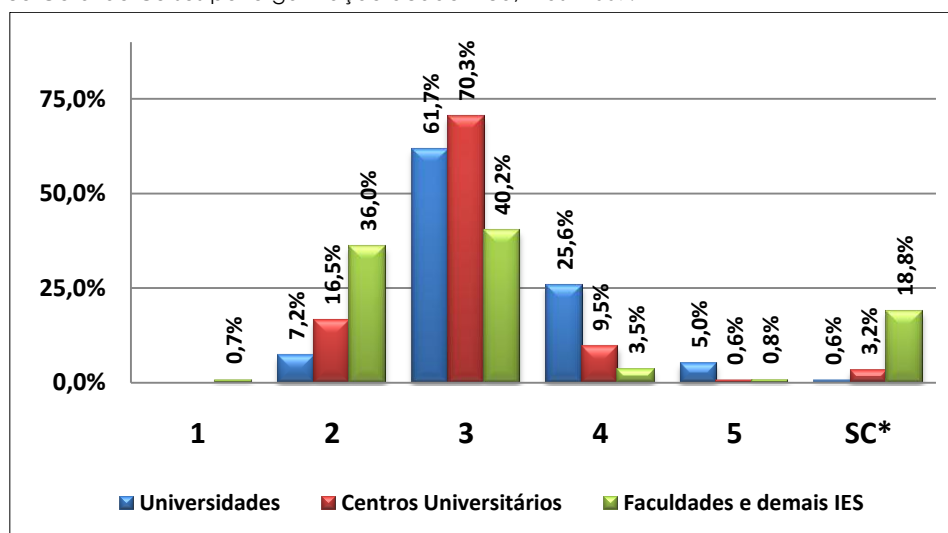
Fonte: INEP.

SC* = "sem conceito", para o caso de IES sem avaliações no ciclo ou com número insuficiente de alunos no ENADE.

Com relação à distribuição dos índices de desempenho das IES públicas e privadas no IGC, das 25 Instituições que alcançaram o conceito máximo, apenas 11 eram da rede privada.

Comparando a categoria administrativa, observa-se que em 2009 somente 5% das Universidades alcançaram conceito 5 (cinco) e, somente 0,6% dos Centros Universitários e 0,8% das Faculdades chegaram a esse patamar. A maioria das instituições concentraram-se no conceito 3, sendo 70,3% dos Centros Universitários, 61,7% das Universidades e 40,2% das Faculdades. O conceito 1 teve pouca representatividade nas avaliações de 2009, estando inseridos neste conceito apenas 0,7% das IES.

Gráfico 33 – Índice Geral de Cursos por organização acadêmica, Brasil 2009.



Fonte: INEP- Censo

SC* = "sem conceito", para o caso de IES sem avaliações no ciclo ou com número insuficiente de alunos no ENADE.

Para aumento dos conceitos, ressalta-se a importância da apropriação dos mecanismos da composição e os resultados do IGC, pelas IES, para efetuar, em seguida, uma análise efetiva de suas forças e fragilidades, com vistas a melhorar seus processos de gestão, de seus cursos e programas. As ações contínuas de acompanhamento dos resultados dos cursos, e do desempenho dos estudantes no ENADE são cruciais para se estabelecer bons padrões de qualidade no ensino superior.

2.10.4. CPC – Conceito Preliminar de Curso

O CPC é o resultado de um cálculo a partir da média de diferentes medidas da qualidade de um curso. Os componentes utilizados são: o Conceito ENADE (que mede o desempenho dos concluintes), o desempenho dos ingressantes no ENADE, o Conceito IDD e as variáveis de insumo. Os dados variáveis de insumo – que considera corpo docente, infraestrutura e programa pedagógico – é formado com informações do Censo da Educação Superior e de respostas ao questionário socioeconômico do ENADE.

A tabela n. 7 apresenta os dez cursos que alcançaram os melhores conceitos no Brasil.

Tabela 7 – Ranking dos 10 Cursos com melhor desempenho no Conceito Preliminar (CPC), Brasil 2009.

IES	Dep. Administrativa	Área	Município	CPC contínuo
Faculdade de Administração de Empresas	Privada	Administração	Campinas	4,74
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Privada	Tecnologia em marketing	São Paulo	4,64
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Pública	Administração	Jaboticabal	4,62
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Comunicação social	Belo horizonte	4,61
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI	Pública	Administração	Itajubá	4,61
Universidade Federal de Goiás	Pública	Ciências contábeis	Goiânia	4,57
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Comunicação social	Belo horizonte	4,57
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Administração	Belo horizonte	4,54
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Estatística	Belo horizonte	4,49
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Privada	Administração	São Paulo	4,49

Fonte: INEP – Relatório de Conceito Preliminar de Curso – Elaboração CM Consultoria

2.10.5. IDD - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado

O Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados obtidos, em média, pelas demais instituições cujos perfis de seus estudantes ingressantes são semelhantes. Entende-se que essas informações são boas aproximações do que seria considerado efeito do curso.

O IDD é a diferença entre a média do desempenho dos concluintes de um curso e o desempenho médio dos ingressantes desse mesmo curso e representa, portanto, quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que seria esperado para ele baseando-se no perfil de seus estudantes. O IDD é apresentado em cinco níveis (1 a 5) sendo que 1 é o resultado mais baixo e 5 é o melhor resultado possível no IDD Conceito. A tabela n. 8 demonstra as instituições de ensino superior que alcançaram o conceito máximo no IDD:



Tabela 8 – Listagem dos Cursos com conceito máximo no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Brasil 2009.

IES	Categoria Administrativa	Área	Município	Nota IDD
Faculdade de Administração de Empresas	Privada	Administração	Campinas	5
Instituto Superior Tupy - IST	Privada	Administração	Joinville	5
Universidade Estadual de Maringá	Pública	Secretariado Executivo	Maringá	5
Centro Universitário Municipal de São José	Pública	Administração	São Jose	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública	Música	Porto alegre	5
Universidade Federal de Goiás	Pública	Psicologia	Goiânia	5
Centro Universitário FECAP	Privada	Administração	São Paulo	5
Universidade de Marília	Privada	Direito	Marília	5
Abeu - Centro Universitário	Privada	CST em Gestão de Recursos Humanos	Bel Ford roxo	5
Faculdade de Educação São Luís	Privada	Direito	Jaboticabal	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública	Biblioteconomia	Porto alegre	5
Universidade de Brasília	Pública	Biblioteconomia	Brasília	5
Universidade Federal da Bahia	Pública	Música	Salvador	5
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Pública	Teatro	Natal	5
Faculdades Integradas Espírito Santenses	Privada	Administração	Vitoria	5
Universidade Paulista	Privada	Direito	Ribeirão preto	5
Instituto de Ensino Superior COC	Privada	Administração	Ribeirão preto	5
Faculdades Integradas Einstein de Limeira	Privada	Administração	Limeira	5
Universidade de Caxias do Sul	Privada	CST em Design de Moda	Caxias do sul	5
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Privada	Ciências Contábeis	Santo Angelo	5
Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura	Privada	Ciências Contábeis	Rio de janeiro	5
Universidade Estadual de Goiás	Pública	Administração	Anápolis	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	Pública	Administração	Januário	5
Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium	Privada	Direito	Araçatuba	5
Centro Universitário Anhanguera	Privada	CST em Marketing	Santo Andre	5
Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte	Privada	Administração	Natal	5
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Privada	CST em Gastronomia	São Leopoldo	5
Centro Universitário da Grande Dourados	Privada	Comunicação Social	Dourados	5
Faculdade Integrada do Ceará	Privada	CST em Processos Gerenciais	Fortaleza	5
Faculdades Integradas do Vale do Ribeira	Privada	Ciências Contábeis	Registro	5
Faculdade Campo Grande	Privada	CST em Gestão de Recursos Humanos	Campo grande	5
Faculdades Atibaia	Privada	Ciências Contábeis	Atibaia	5
Universidade Estadual de Montes Claros	Pública	Ciências Contábeis	Salinas	5
Faculdade Ubaense Ozanam Coelho	Privada	Comunicação Social	Ubá	5
Universidade Guarulhos	Privada	Comunicação Social	Guarulhos	5
Faculdade de Administração e Artes de Limeira	Privada	Design	Limeira	5
Faculdade Ruy Barbosa	Privada	Ciências Contábeis	Salvador	5
Universidade Regional de Blumenau	Pública	Ciências Econômicas	Blumenau	5
Centro Universitário do Sul de Minas	Privada	CST em Gestão de Recursos Humanos	Varginha	5
Universidade Luterana do Brasil	Privada	Administração	Torres	5

IES	Categoria Administrativa	Área	Município	Nota IDD
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Privada	Psicologia	Frederico Westphalen	5
Universidade Paulista	Privada	Direito	Goiânia	5
Universidade Luterana do Brasil	Privada	Direito	Torres	5
Universidade Paulista	Privada	CST em Gestão Financeira	Sorocaba	5
Faculdade Pitágoras de Uberlândia	Privada	Psicologia	Uberlândia	5
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Privada	Comunicação Social	São Paulo	5
Centro Universitário Vila Velha	Privada	Ciências Contábeis	Vila velha	5
Universidade de Cuiabá	Privada	Psicologia	Cuiabá	5
Centro Universitário de Belo Horizonte	Privada	Relações Internacionais	Belo horizonte	5
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe	Privada	CST em Gestão de Recursos Humanos	Aracaju	5
Faculdade de Presidente Prudente	Privada	Administração	Presidente prudente	5
Universidade do Contestado	Privada	Psicologia	Mafra	5
Instituto de Ensino Superior de João Monlevade	Privada	CST em Gestão de Recursos Humanos	João Monlevade	5
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Pública	Turismo	Jardim	5
Universidade Paulista	Privada	CST em Processos Gerenciais	Sorocaba	5
Universidade do Estado da Bahia	Pública	Direito	Juazeiro	5
Faculdade de Ciências Administrativas de Curvelo	Privada	Administração	Curvelo	5
Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões	Privada	Ciências Contábeis	Cerro largo	5

Fonte: INEP – Relatório de Conceito Preliminar de Curso – Elaboração CM Consultoria

2.10.6. ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

O objetivo do ENADE é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o SINAES, juntamente com a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação.

Os resultados do ENADE são excelentes fontes de análise para os cursos, pois avalia parâmetros de qualidade perante os demais cursos semelhantes no mercado de trabalho. A performance do curso neste processo de avaliação deve ser tema de futuros planejamentos, avaliando-se realinhamentos necessários em relação às competências, habilidades e conhecimentos necessários àquela formação profissional de modo a se implantar as ações necessárias a partir dos resultados obtidos.

A tabela 09 apresenta os 13 cursos que alcançaram o conceito máximo no ENADE em 2009:

Tabela 9 - Listagem dos Cursos com conceito máximo no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, Brasil 2009.

IES	Categoria Administrativa	Área	Município	Nota ENADE Concluintes = Conceito ENADE contínuo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública	Biblioteconomia	Porto Alegre	5
Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura	Privada	Ciências Contábeis	Rio De Janeiro	5
Universidade Federal de Santa Maria	Pública	Teatro	Santa Maria	5
Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública	Administração	Juiz De Fora	5
Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública	Direito	Juiz De Fora	5
Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública	Comunicação Social	Juiz De Fora	5
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Pública	Administração	Florianópolis	5
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Comunicação Social	Belo Horizonte	5
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Comunicação Social	Belo Horizonte	5
Universidade Veiga de Almeida	Privada	Ciências Contábeis	Rio De Janeiro	5
Faculdade América Latina	Privada	Relações Internacionais	Caxias Do Sul	5
Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Norte de Minas Gerais	Pública	Tecnologia em Processos Gerenciais	Januário	5
Fundação Universidade Federal de Viçosa	Pública	Secretariado Executivo	Viçosa	5

Fonte: INEP – Relatório de Conceito Preliminar de Curso – Elaboração CM Consultoria

3. O ensino médio e sua importância na expansão do ensino superior

O ensino médio é a última etapa da educação básica. Conforme registra o artigo 22 da LDB o ensino médio tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

3.1. Análise prévia: organização do ensino no Brasil

O direito à educação é uma garantia constitucional e a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta os fundamentos de sua organização e filosofia.

A Lei estabelece no artigo 21 a composição dos níveis escolares em educação básica, (formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio) e educação superior.

A educação básica em toda a sua extensão obriga gratuidade por parte do Estado. A LDB também delega aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, a organização dos respectivos sistemas de ensino. Define responsabilidades da seguinte forma:

- o Estado incumbe-se de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, manter cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular; definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental.

- o Município incumbe-se de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência.

A Lei 9.394/2006 ao mesmo tempo em que confirma que o Poder Público, em todas as esferas administrativas, assegura em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório e possibilita à iniciativa privada o oferecimento do ensino, impondo para tanto as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; capacidade de autofinanciamento. Os estados compreendem as instituições de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa privada e os sistemas municipais de ensino as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Os dados da educação básica estão consolidados no censo escolar, realizado pelo INEP anualmente desde 1991, reunindo informações sobre matrículas, estabelecimentos, rendimento escolar, funções docentes entre outras. A tabela n. 10 apresenta os números de matrículas da educação básica no Brasil, quanto à rede de ensino e categoria administrativa, no período de 2004-2009.

Tabela 10- Matrículas da Educação Básica no Brasil, 2004-2009

Ano	Matrículas	Rede Pública					Rede Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Total	%		%
2004	56.174.997	96.087	24.172.326	24.927.981	49.196.394	88%	6.978.603	12%
2005	56.471.622	182.499	23.571.777	25.286.243	49.040.519	87%	7.431.103	13%
2006	55.942.047	177.121	23.175.567	25.243.156	48.595.844	87%	7.346.203	13%
2007	53.028.928	185.095	21.927.300	24.531.011	46.643.406	88%	6.385.522	12%
2008	53.232.868	197.532	21.433.441	24.500.852	46.131.825	87%	7.101.043	13%
2009	52.580.452	217.738	20.737.663	24.315.309	45.270.710	86%	7.309.742	

Fonte: Censo Escolar 2005-2009. Elaboração CM Consultoria

Os dados demonstram a diminuição das matrículas na educação básica no período de 2006 a 2009. De acordo com o presidente do INEP, em entrevista à imprensa, este fato pode ser explicado pela melhora no fluxo escolar com a redução do número de crianças repetentes, como também o rigor técnico do INEP na coleta de informações do censo.

Outro indicador de destaque é a tendência migratória de matrículas da rede pública para a rede privada de ensino, ao longo dos anos de 2005 a 2009, com maior incidência com relação à esfera estadual.

3.2. O ensino médio

O ensino médio é regulado principalmente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, RES. CNE/CEB nº 4/2010, tendo sua duração mínima definida em 3 (três) anos. As DCNs trazem as diretrizes de garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos estudantes na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, com vistas à qualidade no âmbito social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Como etapa final da educação básica, o ensino médio deve cumprir os princípios da consolidação, o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos; a preparação básica para a cidadania e o trabalho; o desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e estética; o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea. Deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para

profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

Na etapa está prevista pelas DCNs da Educação Básica, completada por norma específica, a oferta da modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas seguintes formas:

- 1 - articulada com o Ensino Médio, sob as formas:
 - a) integrada, na mesma instituição; ou
 - b) concomitante, na mesma ou em distintas instituições;
- 2- subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem como referencial de implantação e desenvolvimento o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio que organiza os cursos por eixos tecnológicos (áreas profissionais) e define a carga horária mínima e duração.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento. A obtenção do diploma está condicionada à conclusão dos estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio. Os diplomas têm validade tanto para fins de habilitação profissional, quanto para fins de certificação do Ensino Médio, para continuidade de estudos na Educação Superior.

A oferta desta modalidade de ensino vem tomando grandes proporções no cenário atual, sendo muito estimulada por políticas governamentais.

3.3. Matrículas no ensino médio

O ensino médio como etapa final da educação básica provoca significativas discussões, seja pela forma de acesso, permanência ou qualidade da educação oferecida. De acordo com as informações do Censo Escolar da Educação Básica - Educacenso, o ensino médio apresentou significativo crescimento de matrículas do período 1991-2004, com um aumento de 4.564.462 matrículas entre o ano inicial e o final do período, tendo como maior número de matrículas o ano de 2004. Segundo dados preliminares do Censo Escolar, são estimadas para 2010, 8.357.675 matrículas.

Tabela 11 – Evolução das matrículas do Ensino Médio no Brasil, 1991-2009

Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª série
1991	3.772.698	1.708.196	1.112.311	801.731	83.878
1992	4.104.643	1.861.341	1.218.852	858.285	95.999
1993	4.478.631	2.014.786	1.343.585	947.044	101.985
1994	4.932.552	2.188.133	1.492.303	1.065.640	106.694
1995	5.374.831	2.364.884	1.627.060	1.182.384	115.932
1996	5.739.077	2.527.580	1.727.171	1.274.933	121.014
1997	6.405.057	2.765.260	1.962.640	1.445.046	138.555
1998	6.968.531	2.900.429	2.164.831	1.663.073	128.242
1999	7.769.199	3.195.758	2.418.473	1.884.854	144.284
2000	8.192.948	3.305.837	2.532.744	2.079.629	104.926
2001	8.398.008	3.438.523	2.479.473	2.138.931	62.182
2002	8.710.584	3.481.556	2.585.801	2.239.544	43.601
2003	9.072.942	3.687.333	2.736.381	2.213.370	64.238
2004	9.169.357	3.782.921	2.885.874	2.358.908	76.740
2005	9.031.302	3.660.934	2.846.877	2.412.701	69.541
2006	8.906.820	3.651.903	2.772.967	2.385.919	55.914
2007	8.369.369	3.440.048	2.629.339	2.211.998	48.695
2008	8.366.100	3.409.015	2.615.903	2.244.197	53.860
2009	8.337.160	3.430.376	2.574.195	2.218.830	55.680

Fonte: Censo Escolar 1991-2009. Inclui Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Elaboração CM Consultoria

O Censo informa também um decréscimo de matrículas, ano a ano, a partir de 2005. A análise dos dados demonstra que a maior incidência de diminuição de matrículas ocorre na quarta série, mantendo da 1ª à 3ª séries uma elevação de 1991 a 2002 e partir daí uma variação mínima entre os anos, até 2009.

Importante destacar que a 4ª série é o ano a que se destina ao término da educação profissional, posto que, de acordo com as DCNs, o ensino médio tem duração de 3 anos, podendo ser acrescido da formação da educação profissional técnica de nível médio, de acordo com as formas estabelecidas na legislação.

No ano de 2008, a taxa de frequência líquida dos estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos foi de 50,4% e o percentual de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos frequentando o ensino médio chegou a 36,1%, enquanto que no ensino superior foi de 45,5%.

A educação profissional, abrangendo 354 estabelecimentos de ensino, registrou 795.459 matrículas em 2008 e 861.114 em 2009, a rede privada em ambos os anos esteve à frente da rede pública com mais de 50% das matrículas totais.

Tabela 12 - Evolução das Matrículas na Educação Profissional, 2008/2009

Ano	Matrículas	Rede Pública				Total	%	Rede Privada	%
		Federal	Estadual	Municipal	Total				
2008	795.459	77.074	257.543	29.191	363.808	46%	431.651	54%	
2009	861.114	86.634	271.128	25.695	383.457	45%	477.657	55%	

Fonte: Censo Escolar 2008/2008. Elaboração CM Consultoria

Nota (1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula

(2) Não inclui matrículas na educação profissional integrada ao ensino médio

A rede pública é composta por 3.535 estabelecimentos de ensino, a rede privada integra 4.797 escolas, e a rede estadual 1.692. A Rede Federal de Educação Profissional está presente em todos os Estados e é formada pelas seguintes instituições:

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- Centros Federais de Educação Tecnológica
- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
- Universidade Tecnológica Federal

Tabela 13 - Estabelecimentos de Ensino na rede privada e pública, 2009.

UF	Estabelecimentos de Ensino, 2009				Privada
	Total	Federal	Estadual	Municipal	
Brasil	3.535	210	846	117	2.362
Norte	154	22	64	2	139
Nordeste	346	64	85	8	189
Sudeste	2.145	71	337	98	1.639
Sul	731	40	329	7	355
Centro-Oeste	159	13	31	2	113

Fonte: Censo Escolar 2009. Elaboração CM Consultoria

As escolas privadas representam 67% do total de estabelecimentos de ensino que oferecem a educação profissional no Brasil. A rede pública dispõe atualmente de 1.173 escolas, que se encontram em processo de expansão pelo programa Brasil Profissionalizado que repassa recursos aos Estados para investimentos em melhorias técnico-pedagógicas, na ampliação de vagas, aquisição de livros e equipamentos para os laboratórios.

Dentre as ações do MEC, destaca-se a criação do sistema Escola Técnica Aberta do Brasil E-Tec Brasil, em 2007, destinado à oferta da educação profissional e tecnológica à distância. O E-Tec já beneficiou 23 mil estudantes, segundo dados do MEC.

As matrículas da Educação Profissional considerando as três (3) formas de articulação com o ensino médio resultaram em 1.036.945 matrículas em 2009.

Tabela 14 - Número de matrículas na rede pública e privada por dependência administrativa, 2009

Regiões	Matrículas
Brasil	1.036.945
Norte	52.678
Nordeste	161.766
Sudeste	568.051
Sul	204.984
Centro-Oeste	49.466

Fonte: Censo Escolar 2008. Elaboração CM Consultoria

Nota (1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula

(2) Inclui matrículas das três formas de articulação com o ensino médio (concomitante, subsequente e integrado)

A Educação Profissional em 2009 reformulou a distribuição dos eixos tecnológicos concentrando as 21 áreas profissionais em 12 eixos tecnológicos abrangendo 176 possibilidades de cursos.

Tabela 15 - Matrículas na Educação profissional, por áreas profissionais, 2008-2009

Matrículas na Educação Profissional, por área 2008/2009			
2008		2009 –	
Eixo Tecnológico	Matrículas	Eixo Tecnológico - atual	Matrículas
1. Agropecuária	63.279	1. Ambiente, saúde e segurança	333.655
2. Recursos Pesqueiros	1.273	2. Apoio Educacional	8.293
3. Indústria	175.292	3. Controle e Processos Industriais	215.713
4. Mineração	7.133	4. Gestão de Negócios	178.816
5. Química	37.547	5. Hospitalidade e Lazer	18.470
6. Construção Civil	18.878	6. Informação e Comunicação	123.155
7. Geomática	2.154	7. Infraestrutura	30.927
8. Comércio	6.650	8. Militar	3.487
9. Turismo e Hospitalidade	16.058	9. Produção Alimentícia	11.037
10. Transporte	8.629	10. Produção Cultura e Design	24.811
11. Telecomunicações	6.997	11. Produção Industrial	20.075
12. Informática	101.661	12. Recursos Naturais	68.506
13. Gestão	146.788	TOTAL	1.036.945
14. Saúde	269.265		
15. Comunicação	5.144		
16. Artes	6.538		
17. Desenvolvimento Social e Lazer	752		
18. Imagem Pessoal	2.462		
19. Meio Ambiente	20.817		
20. Design	12.006		
21. Serviços de Apoio Escolar	18.655		
TOTAL	927.978		

Fonte: Censo Escolar 2008/2009. Elaboração CM Consultoria

As matrículas na educação profissional em 2008 foram de 927.978 e contemplaram 21 áreas profissionais. Em 2009 os 12 eixos tecnológicos totalizaram 1.036.945, um crescimento de 108.967 matrículas.

As áreas mais procuradas no período foram:

- Saúde (Ambiente, saúde e segurança) = 602.920 matrículas

- Indústria (Controle e processos industriais) = 391.005 matrículas
- Gestão (Gestão e Negócios) = 325.604 matrículas
- Informática (Informação e Comunicação) = 224.816 matrículas

As regiões que mais registraram matrículas na educação profissional foram: Sudeste (60%), Sul (20%) e a Nordeste com (10%) em 2009.

Os investimentos para o Programa Brasil Profissionalizado entre 2007 a 2010 totalizaram R\$ 1.538.532.367,95, e o valor para 2011 é de R\$ 320 milhões.

Segundo dados do IBGE, a escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um País, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo a Comissão das Comunidades Européias - EUROSTAT. (Indicadores Sociais 2009, página 39)

Em 2009, nas 197.468 escolas de educação básica em funcionamento, as matrículas totalizaram 52.580.452, distribuídas na seguinte proporção:

- 60,3% referentes ao ensino fundamental, equivalente a 31.705.528 alunos matriculados.
- 15,86% relativas ao ensino médio, perfazendo 8.337.160 alunos matriculados.
- 12,9% relacionadas à educação infantil, totalizando 6.762.631 alunos matriculados.
- 8,87% referentes ao EJA (educação de jovens e adultos), equivalente a 4.661.332 alunos matriculados,
- 1,64% relativas à educação profissional, ou seja, 861.114 alunos matriculados.
- 0,48% pertencente à educação especial, perfazendo 252.687 alunos matriculados.

Outra análise a ser considerada é o quantitativo de matrículas por Unidades da Federação. Nota-se que as regiões Sudeste e Nordeste juntas, representaram aproximadamente 70% das matrículas totais com 40% e 30% respectivamente. A região Centro-Oeste detém apenas 7,0% das matrículas referente ao ano de 2009. A tabela n. 16 apresenta as matrículas no ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa.

Tabela 16 - Matrículas no ensino médio, normal/magistério e integrado por dependência administrativa, 2009

Unidade da Federação	Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado/ Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	8.337.160	90.353	7.163.020	110.780	973.007
Norte	723.760	8.619	667.781	520	46.840
Nordeste	2.512.783	32.200	2.180.447	51.814	248.322
Sudeste	3.356.293	31.750	2.816.431	49.796	458.316
Sul	1.134.602	12.272	981.767	7.970	132.593
Centro-Oeste	609.722	5.512	516.594	680	86.936

Fonte: Censo Escolar 2009. Elaboração CM Consultoria

3.4. Concluintes do ensino médio

Os dados do censo escolar de 1991-2009 apresentam informações sobre concluintes do ensino médio considerando as séries (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), a última se aplica aos estudantes do magistério. Uma análise considerando apenas o quantitativo do ano anterior da 1ª a 3ª revela a interrupção dos estudos dos estudantes.

Em relação aos concluintes de 2008 e 2009, (egressos aptos a ingressarem no ensino superior), observa-se o contingente de 3.558.859 pessoas. Por outro lado, nesse mesmo período o número de ingressantes no ensino superior foi de apenas 3.017.207, sendo 1.505.819 em 2008 e 1.511.388 em 2009.

O número de alunos concluintes do ensino médio vem diminuindo em média 2,85% ao ano, desde 2006, apresentando maior declínio entre os anos de 2006 e 2007, conforme pode ser observado no quadro a seguir. A tabela n. 17 apresenta o crescimento das matrículas no 3º ano do ensino médio, 2005-2009:

Tabela 17 - Matrículas do 3º ano do ensino médio, Brasil, 2005-2009

Ano	Matrículas	Alunos do 3º Ano	%
2005	9.031.302	2.412.701	
2006	8.906.820	2.385.919	-1,11%
2007	8.369.369	2.211.998	-7,29%
2008	8.366.100	2.176.547	-1,60%
2009	8.337.160	2.218.830	-1,38%

Fonte: Censo Escolar 2005-2009 – Elaboração CM Consultoria

Observa-se que o decréscimo foi equivalente a 26.782 alunos em 2006, representando queda de 1,11%, comparado a 2005. Em 2007, houve redução brusca de 173.921, representando 7,29%. Em 2008, totalizou 35.451 alunos, representando 1,60% e, em 2009, houve diminuição de 1,38%, equivalente a 30.000 alunos.

Diante do exposto, é possível delinear um modelo que toma como base os percentuais de decréscimo, cujo fator equivale à -2,85%, sobre o quantitativo de alunos matriculados em 2009, no 3º ano do ensino médio. Assim, é possível obter uma previsão estatística, sobre o número de concluintes do ensino médio nos próximos anos.

Nesta previsão, a tendência de declínio se acentuará ainda mais e o índice deverá ser mais próximo de (-1,0%), do que a média observada no período (-3,0%), contaminada pelo forte decréscimo de 2006 para 2007.

Por outro lado, os ingressantes do ensino médio em 2003 passaram pelo segundo ano em 2004, e ao final de 2005, ao concluírem o 3º ano, tornaram-se aptos a participar dos processos seletivos ofertados pelo ensino superior. Nesse ano, iniciava-se o ensino médio para uma nova geração, com conclusão prevista para o final de 2007.

As gerações estudam síncronas, nos primeiros, segundos e terceiros anos em uma fila de pretendentes candidatos ao ensino superior público e privado, no futuro. Em uma 'cadeia de suprimento' com a aparência de um funil, observa-se que vai se perdendo ao longo do processo educacional um quantitativo expressivo de alunos.

Considerando a faixa etária dos estudantes no ensino médio, a maior quantidade está entre os jovens de 17 a 19 anos, seguindo pelos de 20 a 21 anos e 22 a 24 anos durante do período de 2006-2009. A permanência e conclusão desses jovens no ensino médio é o que garante o ingresso ao ensino superior.

Destaca-se que nos anos de 2008 e 2009, os egressos do ensino médio com idade entre 17 a 24 anos, somaram 2.934.643 egressos, representando em média 80% do total de concluintes, nos respectivos anos. A tabela n. 18 apresenta o número de concluintes no ensino médio por faixa etária, 2006-2009.

Tabela 18 - Número de concluintes no Ensino Médio, Brasil, 2006-2009.

Ano	Total	Faixa Etária											
		De 0 a 16 anos	%	De 17 a 19 anos	%	De 20 a 21 anos	%	De 22 a 24 anos	%	De 25 a 29 anos	%	Mais de 29 anos	%
2006	1.858.615	8.827	0%	1.163.883	63%	353.829	19%	179.921	10%	72.140	4%	80.015	4%
2007	1.749.731	37.617	2%	1.300.229	74%	175.881	10%	95.705	5%	60.364	3%	79.935	5%
2008	1.761.425	51.376	3%	1.469.027	83%	106.640	6%	52.967	3%	34.565	2%	46.850	3%
2009	1.797.434	62.099	3%	1.465.616	82%	115.413	6%	58.368	3%	40.200	2%	55.738	3%

Fonte: Censo Escolar 2006-2009 – Elaboração CM Consultoria

Nesta perspectiva, na relação de concluintes em 2009, por região brasileira, segundo a faixa etária, observa-se o quantitativo de 1.465.16 egressos entre 17 a 19 anos, 115.413 egressos na faixa etária de 20 a 21 e 58.368 egressos com idade de 22 a 24 anos, totalizando o montante de 1.639.397 concluintes do ensino médio. A região Sudeste responde por 43% desse total, seguida da região nordeste, com 29% do total. A tabela n. 19 apresenta o panorama das regiões brasileiras, por faixa etária, 2009.

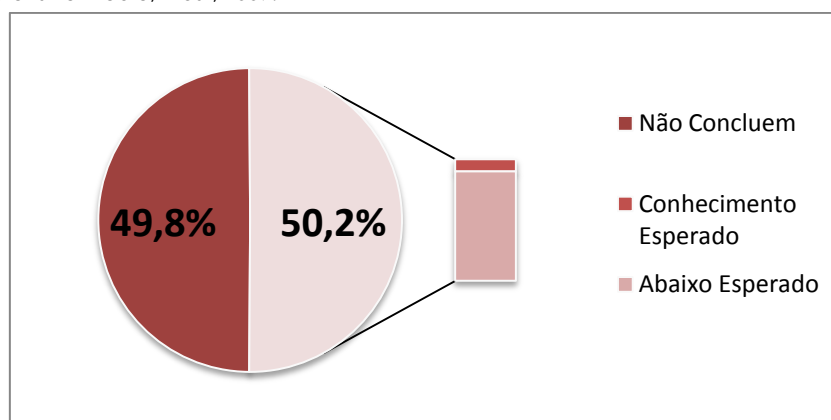
Tabela 19 - Número de concluintes no ensino médio, por regiões brasileiras, 2009.

UF	Total	De 0 a 16 anos	De 17 a 19 anos	De 20 a 21 anos	De 22 a 24 anos	De 25 a 29 anos	Mais de 29 anos
Brasil	1.797.434	62.099	1.465.616	115.413	58.368	40.200	55.738
Norte	146.188	5.972	100.979	16.359	9.229	6.538	7.111
Nordeste	540.692	25.055	394.347	48.319	28.401	19.789	24.781
Sudeste	741.767	8.125	666.441	31.478	12.267	8.135	15.321
Sul	247.073	14.917	208.447	11.458	4.706	3.102	4.443
Centro-Oeste	121.714	8.030	95.402	7.799	3.765	2.636	4.082

Fonte: Censo Escolar 2009 – Elaboração CM Consultoria

Em 2010, o número de concluintes no ensino médio representou 50,0% dos alunos matriculados no 3º ano, na mesma modalidade. Verifica-se também que apenas 10,0% dos concluintes demonstraram bom nível de conhecimento, segundo dados do IDEB apresentados. O gráfico n. 34 destaca o funil do ensino médio em 2009.

Gráfico 34 - O funil do ensino médio, Brasil, 2009.



Fonte: Censo Escolar 2010 - Prova Brasil 2009 – Elaboração CM Consultoria



3.5. Evasão no ensino médio

Os motivos que levam os estudantes a abandonarem seus estudos são inúmeros. As restrições financeiras e a inserção prematura no mercado de trabalho, para contribuir com a renda familiar e muitas vezes garantir o próprio sustento, certamente influenciam na decisão de continuar ou não os estudos.

Embora a perspectiva de melhor formação (conhecimento, via estudo regular) possibilite a inserção profissional e melhor remuneração, fatores como cansaço físico e exigências do trabalho são determinantes.

Uma pesquisa realizada por Wanda Engel⁴, para o Instituto Unibanco sobre o ensino médio no Brasil, sinaliza que a evasão escolar ocorre principalmente na transição do ensino fundamental para o ensino médio. Ao comparar dados de 2002-2006, a pesquisadora concluiu que um ano de atraso na conclusão do ensino fundamental pode diminuir em até 20% os ingressos no ensino médio.

O estudo destaca ainda que o abandono dos estudantes está associado a vários fatores, como, falta de qualidade da prática docente, condição econômica, dificuldades no aprendizado sobretudo na área de exatas e a necessidade de ingresso no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

A infraestrutura oferecida pelas escolas também é apontada como um dos determinantes da taxa de evasão, questões como excesso de alunos por sala, laboratórios e bibliotecas obsoletos.

Outros fatores como escolaridade dos pais, idade das mães, número de filhos e interesse da família em manter os filhos na escola são alguns dos determinantes do abandono dos estudantes no ensino médio.

Considerando a análise do gênero, a taxa de risco de abandono dos homens é 20%. Por outro lado, a gravidez das adolescentes aumenta em 352% a taxa de risco de abandono.

Em relação à ociosidade no ensino médio e na educação básica como um todo, o Censo Escolar não disponibiliza essa informação, não permitindo, portanto, a análise quanto ao número de vagas ociosas e, conseqüentemente, identificar com precisão a capacidade de acesso a esses níveis de ensino, como acontece na organização da educação superior.

⁴ Superintendente-executiva do Instituto Unibanco, a pesquisa mensura os dados sobre as causas do abandono escolar no ensino médio de Minas Gerais.

4. Área financeira

4.1. Gastos públicos em educação

Os investimentos públicos por aluno no ensino médio em relação ao PIB foram inferiores ao gasto no ensino superior e no ensino fundamental. Segundo estimativa do percentual do investimento público direto em educação, por estudante, por nível de ensino, em relação ao PIB - produto interno bruto *per capita*.

No período de 2000-2009, houve grande diferença entre os investimentos efetuados na educação básica em relação ao ensino superior. Entre os diversos níveis da educação básica, os dados demonstram que o ensino médio recebeu menos investimentos, em todos os anos do período.

No ensino superior o investimento por aluno decaiu nesse período em média 3,48% ao ano, embora nos últimos três anos (2007-2009) tenha apresentado crescimento. A tabela n. 20 apresenta o percentual de investimentos público em educação no período de 2000-2009:

Tabela 20 - Percentual do investimento público direto por estudante em relação ao PIB per capita, Brasil, 2000-2009.

Ano	Total	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Superior
				De 1ª a 4ª Séries	De 5ª a 8ª Série		
2000	14,1	11,7	13,4	11,5	11,8	11,2	129,6
2001	14,4	12,0	12,0	11,3	12,7	12,6	126,8
2002	14,5	12,0	11,4	13,3	12,3	8,9	120,9
2003	14,0	11,7	12,6	12,4	11,7	9,9	102,1
2004	14,1	12,0	12,8	12,7	12,8	8,8	98,6
2005	14,5	12,3	11,7	13,7	13,1	8,6	97,0
2006	16,0	13,9	12,0	14,3	15,7	11,1	92,6
2007	17,4	15,3	13,8	16,0	16,7	12,2	92,3
2008	18,9	16,6	13,9	17,4	18,6	13,4	93,2
2009	20,4	18,0	13,8	19,4	20,2	14,1	94,1

Fonte: MEC/INEP

Em 2009, o investimento público direto por estudante, no ensino médio, foi estimado em 2.317, permanecendo, desta forma, em uma faixa intermediária entre os níveis da educação básica, sendo inferior ao ensino fundamental. No decorrer do período embora havendo acréscimo no valor do investimento no ensino médio, o custo elevado da manutenção dos estudantes no ensino superior compromete a divisão dos investimentos para a educação básica de forma geral. A tabela n. 21 apresenta o percentual de investimentos público direto por estudante nos níveis da educação básica e educação superior, no período de 2000-2009:

Tabela 21 - Percentual do investimento público direto por estudante em relação ao PIB per capita

Ano	Total	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Superior
				De 1ª a 4ª Séries	De 5ª a 8ª Série		
2000	970	808	924	794	811	770	8.927
2001	1.082	902	898	845	951	944	9.500
2002	1.214	1.005	952	1.111	1.032	747	10.135
2003	1.329	1.116	1.197	1.176	1.117	938	9.706
2004	1.513	1.284	1.372	1.359	1.374	939	10.573
2005	1.700	1.440	1.373	1.607	1.530	1.004	11.363
2006	2.042	1.773	1.533	1.825	2.004	1.417	11.820
2007	2.467	2.163	1.954	2.274	2.369	1.735	13.089
2008	2.995	2.632	2.206	2.761	2.946	2.122	14.763
2009	3.353	2.948	2.257	3.177	3.314	2.317	15.452

Fonte: IBGE, diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais
Resultados calculados a partir das Cotas Nacionais Trimestrais

4.2. O custo do ensino: da pré-escola ao ensino superior

No período 2000-2010, o setor público e privado aumentaram os investimentos em educação ano a ano, segundo pesquisa realizada pelo INSPER/IBMEC⁵. A pesquisa revela que os motivos pelos quais as famílias se organizam para manterem seus filhos em escolas com padrão de ensino mais elevado também contribui para o afinilamento do setor educacional.

Observa-se que o investimento privado brasileiro em educação está acima da média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, pois enquanto no Brasil os gastos contemplam 1,3% das riquezas (PIB) produzidas em 2009, à média da OCDE foi de 0,9%.

Detalhadamente, a tabela n. 23 apresenta os investimentos em educação, nos setores público e privado, pelo Brasil e por mais 6 (seis) países, resultando na média aferida pela OCDE. Registre-se que os indicadores analisam o processo educacional dos países associados, a forma como esses investem em educação e quais são os resultados desses investimentos.

Tabela 22 – Percentual do PIB destinado à educação.

Países	Privada	Pública
Brasil	1,3	5,1
Média OCDE	0,9	4,8
Alemanha	0,7	4
Austrália	1,1	4,7
Rússia	1,4	3,8
Chile	1,3	6,1
Estados Unidos	2,6	5
Coréia do Sul	2,8	4,2

Fonte: Folha de São Paulo – abril/2011

Segundo os dados do Panorama sobre a Educação em 2009, os investimentos em educação englobam grande parte dos recursos públicos, mas a proporção de verbas nacionais entre os países pesquisados varia entre 22%, (no México), a 10%, observada em países como a Alemanha, Itália e Japão.

⁵ CURI, Andréa Zaitune; MENEZES FILHO, Naercio. **Os determinantes dos gastos com educação no Brasil**. São Paulo: INSPER/IBMEC, 2010.

No Brasil, os gastos privados com educação, segundo matéria do jornal Folha de São Paulo⁶ estão mais condensados no ensino superior, o equivalente a 35,1% do total e na educação básica, totalizando 30,1%. A matéria menciona que o currículo é a principal ênfase na escolha familiar pelo ensino privado na educação básica, cujo objetivo é a preparação dos jovens estudantes para cursar as melhores universidades, sobretudo, com o avanço dos indicadores qualitativos do MEC, e as exigências do mercado de trabalho que também avaliam a origem dos diplomas. A tabela n. 23 apresenta o percentual dos gastos privados com a educação no Brasil.

Tabela 23 - Gastos privados com a educação no Brasil

Gastos privados com a educação no Brasil	%
Mensalidade de ensino superior	35,1%
Mensalidade de educação básica	30,1%
Cursos extracurriculares	8,1%
Mensalidades de pós-graduação	5,9%
Livros Didáticos	4,7%
Cursos de idiomas	4,4%
Artigos Escolares	4%

Fonte: Folha de São Paulo – abril/2011

Comparativamente, o volume gasto com educação particular no Brasil em 2003 era de 32,3 bilhões. Em 2009, esse investimento foi de 40,5 bilhões. Trata-se de um crescimento equivalente a 25,5% em relação ao período no período 2003-2004.

A realidade atual demonstra que o fator econômico reflete diretamente na permanência dos estudantes, em todos os níveis da educação. A população economicamente ativa – PEA, na faixa etária dos 18 a 24 anos, no período de 2003-2009, configurou-se conforme demonstrado na tabela n. 24:

Tabela 24 - População Economicamente Ativa (em milhões) – 2003-2009

Ano	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009	95	569	3.996	12.506	4.573

Fonte: IPEA/PEA.

Observa-se declínio acentuado da PEA, na faixa etária de 10 a 24 anos, enquanto que a situação se inverte na PEA com idade de 25 a 50 anos. O Brasil está paulatinamente tornando-se um país com população mais idosa, reflexo da diminuição da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida da população. Esta é uma variável que interfere significativamente no quantitativo de matriculados no ensino médio.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) avalia a despesa mensal das famílias no Brasil e os gastos direcionados com educação que os gastos com mensalidades em cursos regulares como pré-escola, ensino fundamental, médio e graduação superior e também detalha os gastos com outras atividades escolares como cursos de informática e de idioma entre outros. Os materiais didáticos como livros, revistas técnicas, material escolar também são apresentados nessa avaliação.

⁶ País supera ricos no gasto em escola privada: percentual do PIB brasileiro que é destinado a despesas com educação particular é maior que média da OCDE. FOLHA DE São Paulo – 11 de abril de 2001 Caderno C1.

A tabela n. 25 destaca as despesas com educação, considerando a faixa de renda e tamanho médio das famílias brasileiras:

Tabela 25 - Tipos de despesas com educação, por renda familiar, em 2008-2009

Tipos de despesas, número e tamanho médio das famílias	Despesa monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Até 830 (2)	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375	Mais de 10.375
Educação	64,81	6,83	12,95	29,01	74,66	145,64	288,40	409,31
Cursos regulares	16,83	0,96	2,28	5,88	13,81	37,20	89,99	131,62
Cursos superiores	20,48	0,65	2,26	8,12	27,82	50,10	94,20	125,38
Outros cursos e atividades	15,52	1,13	2,87	6,60	17,65	34,71	66,10	109,94

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

O estudo abrangeu despesas com a educação no Brasil, segundo a situação do domicílio e as grandes regiões, no período de 2008 a 2009, conforme demonstrada nas tabelas n. 27 e 28:

Tabela 26 Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%) - I

UF/Situação Domiciar	Tipos de Despesas				
	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene Cuidados pessoais
Brasil	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4
Domicílios					
Urbana	19,0	36,4	5,5	19,5	2,4
Rural	27,6	30,6	5,7	20,6	2,5
Norte	25,8	33,6	7,4	16,5	3,6
Nordeste	24,2	32,8	6,5	18,2	3,1
Sudeste	18,3	37,2	4,9	19,5	2,1
Sul	18,5	35,0	5,9	21,9	2,2
Centro-Oeste	17,7	37,9	5,2	21,2	2,5

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Tabela 27 Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%) - II

UF/Situação de Domicilio	Assistência à saúde	Educação	Recreação Cultura	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas
Brasil	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9
Domicílios						
Urbana	7,3	3,2	2,1	0,5	1,2	2,9
Rural	6,5	1,3	1,2	0,7	0,7	2,7
Norte	4,9	2,4	1,9	0,4	1,1	2,5
Nordeste	6,5	2,8	1,8	0,4	1,1	2,4
Sudeste	7,9	3,4	2,1	0,6	1,2	2,9
Sul	7,0	2,5	2,0	0,6	0,9	3,4
Centro-Oeste	6,4	2,8	1,7	0,5	1,2	3,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Nota-se que o investimento familiar com educação compromete 3,0% da renda familiar, o gasto com habitação representa 35,9% a renda familiar e a alimentação e transportes equivale a 19,8% e 19,6% respectivamente.

Comparativamente, a população rural investe apenas 1,3% da renda em educação, reflexo das dificuldades de acesso à rede escolar nas regiões mais remotas, enquanto que a população urbana investe 3,2% da renda familiar.

O estudo explorou as características das famílias das classes extremas de rendimentos, definindo como representantes, as famílias com renda de até R\$830,00 e acima de R\$10 375,00, o que resultou em um

gasto de 0,9% com educação para as famílias com renda de até R\$830,00 e 2,9% para aquelas com renda superior a R\$10.375,00. Ao comparar os gastos com educação no período de 1974-2009, entre 1974-1975 o índice era de 2,3%, alcançando 4,1% entre 2002-2003 e decaindo para 3,9% entre 2008-2009.

A participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar está apresentada na tabela n. 28:

Tabela 28 Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, Brasil 2002-2009

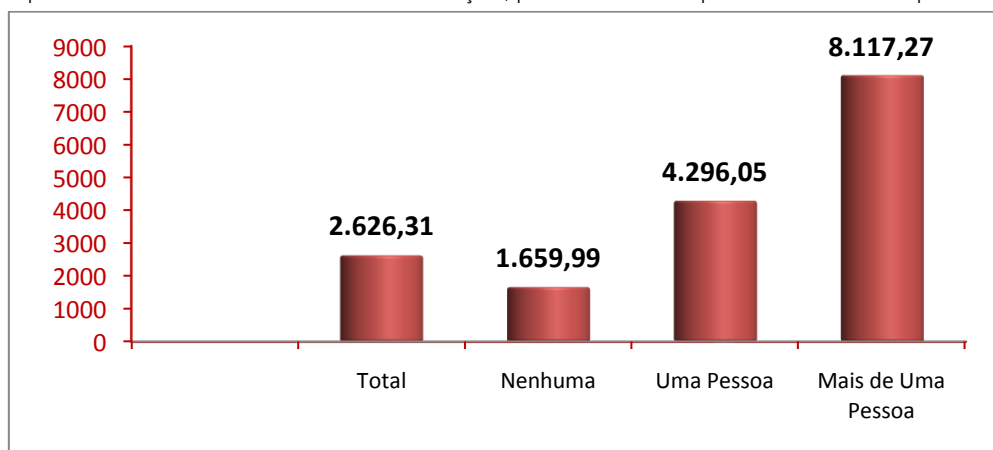
Tipos de despesas selecionadas	Total		
	ENDEF 1974- 1975 (1)	2002-2003	POF 2008-2009
Alimentação	33,9	20,8	19,8
Habitação	30,4	35,5	35,9
Transporte	11,2	18,4	19,6
Assistência à Saúde	4,2	6,5	7,2
Educação	2,3	4,1	3,0
Outros	18,0	14,7	14,4

Fonte: IBGE/POF – Elaboração CM Consultoria.

Em relação ao número de anos de estudos das pessoas, nota-se que conforme esse se amplia, maiores são as despesas com educação. A pesquisa de orçamentos familiares (POF) de 2008-2009 sinaliza que para obtenção de uma visão ampla do impacto que a educação representa nas despesas médias familiares, é necessário observar a existência ou não de pessoas com nível superior completo ou incompleto na composição familiar.

Este indicador evidencia que pessoas com nível superior, mesmo que não sendo a pessoa de referência pesquisa, influencia na elevação das despesas (média familiar), como se pode observar no gráfico n. 35:

Gráfico 35 – Despesa e média mensal familiar com educação, por existência de pessoas com nível superior.



Fonte: IBGE/POF.

4.2.1. Ensino Superior: razões para o Governo investir no setor privado

A discussão sobre o aumento dos investimentos em educação tendo como referencial o produto interno bruto é uma constante no meio político. Há quem defenda que o investimento ideal seria destinar ao menos 10% do PIB, embora essa distribuição entre os níveis de ensino ainda gere muitas controvérsias.

Na realidade atual, entre o período de 2000 a 2009, percentual do investimento público direto em relação ao PIB obteve um aumento gradativo. Em 2000 destinava-se 3,9% do PIB sendo que em 2009 esse

percentual já alcançava 5%. A tabela n. 29 demonstra a evolução dos investimentos governamentais em educação entre os anos de 2000 e 2009, distribuído por níveis de ensino:

Tabela 29 – Percentual de investimento público em Educação, 2000-2009.

Ano	Total	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
2009	5,0	4,2	0,4	1,6	1,6	0,7	0,7

Fonte: INEP/MEC – 2000-2009

Por outro lado, com os efeitos da estabilização econômica, consolidação do mercado, aumento da concorrência e principalmente pela chegada do ensino a distância, as mensalidades médias do ensino superior privado tenderam à queda nos últimos anos.

Segundo dados de pesquisa elaborada pela empresa Talent, a mensalidade média do ensino superior brasileiro decresceu de R\$ 860,00 em 1996 para 467,00 em 2009.

Partindo dessa informação, o custo anual médio do ensino superior privado pode ser obtido pela multiplicação dessa média por doze, referente aos meses do ano, obtendo-se assim o valor anual de R\$ 5.604,00, o que permite um comparativo com a média do investimento direto por aluno no ensino superior público, demonstrado em destaque na tabela 30:

Tabela 30 - Estimativa do Investimento Público Direto em Educação por Estudante, segundo Nível de Ensino, 2000 - 2009

Ano	Investimento Público Direto por Estudante R\$1,00								
	Total	Níveis de Ensino						Educação Superior	Percentual da Educação Superior sobre a Educação Básica
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio			
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais				
2000	1.739	1.448	1.656	1.424	1.453	1.381	16.002	11,1	
2001	1.801	1.501	1.495	1.407	1.583	1.571	15.815	10,5	
2002	1.796	1.487	1.408	1.643	1.526	1.106	14.994	10,1	
2003	1.799	1.511	1.620	1.592	1.512	1.269	13.137	8,7	
2004	1.903	1.615	1.726	1.709	1.728	1.181	13.299	8,2	
2005	2.023	1.714	1.634	1.912	1.821	1.195	13.524	7,9	
2006	2.356	2.046	1.769	2.106	2.312	1.635	13.640	6,7	
2007	2.725	2.390	2.159	2.512	2.617	1.916	14.459	6,1	
2008	3.124	2.746	2.302	2.880	3.073	2.214	15.399	5,6	
2009	3.353	2.948	2.257	3.177	3.314	2.317	15.452	5,2	

Fonte: INEP/MEC – 2000-2009

De acordo com as informações disponíveis no INEP, o percentual de investimento na educação superior pública, comparado à educação básica representou 5,2% em 2009, sendo que a média do

investimento direto por estudante do ensino superior público chegou a R\$ 15.452,00, quase três vezes mais que a média anual dos investimentos em mensalidades no setor privado.

Embora sejam razoáveis os investimentos governamentais na expansão da rede pública, ressalte-se que ao menos dois fatores contribuem diretamente para um aumento dos investimentos governamentais em medidas de acesso e permanência no ensino superior na rede privada: *custos e demanda*.

Dos custos, os investimentos se justificam em razão dos valores médios dos investimentos anuais na educação superior pública e privada. A economia governamental com a ampliação das vagas do ProUni, por exemplo, com bases nesses cálculos representaria uma economia de 64,4% nos investimentos governamentais diretos por aluno.

Da demanda, pois o maior contingente de estudantes em busca de uma vaga no ensino superior é advindo do ensino médio público, conseqüentemente, com uma formação que compromete as chances de acesso à rede pública em razão da disputa com estudantes do ensino médio privado, em sua maioria melhor preparados para os processos seletivos das universidades públicas.

Ademais, as IES privadas possuem mecanismos instituídos pela regulação para atendimento do contingente proveniente do ensino médio público como ações de nivelamento que procuram minimizar as lacunas do ensino médio, apoio psicopedagógico, além da maior abrangência territorial.

4.3. Renda e consumo da população brasileira

4.3.1. Potencial de consumo e determinação das classes sociais

Segundo o dicionário Houaiss⁷, classe social é definida como grupo ou camada de pessoas em uma sociedade estratificada, que se caracterizam por seu nível de vida, seus direitos ou privilégios e, em especial, pelo papel que desempenham na produção econômica.

A classificação da ABEP⁸ – Associação Brasileira de Estudos Populacionais – segundo o Critério Padrão de Classificação Econômica Brasileira (CCEB-2008) delimita e subdivide essas classes sociais no padrão alfanumérico, conforme descrito na tabela n. 31:

Tabela 31 - Classes por renda – Brasil, 2010 (atualizado IPC Maps).

Classes (CCEB2008)	Renda Familiar Média (atualizado)
Classe A1	R\$ 14.550,00
Classe A2	R\$ 9.850,00
Classe B1	R\$ 5.350,00
Classe B2	R\$ 2.950,00
Classe C1	R\$ 1.650,00
Classe C2	R\$ 1.100,00
Classe D	R\$ 750,00
Classe E	R\$ 410,00

Fonte: ABEP (Atualizado pelos estudos do IPC – Maps, 2010).

A ABEP leva em consideração algumas variáveis, além do critério econômico, como o número de automóveis, aparelhos de TV em cores, rádios, número de banheiros, quantidade de empregadas domésticas, posse de máquina de lavar roupa, geladeiras e *freezers*, vídeo cassete ou *DVD*, além do nível de instrução do chefe de família.

⁷ Dicionário eletrônico Houaiss versão 1.0.

⁸ Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil/2008 elaborado em Junho/07, em vigor desde Janeiro/08, atualizado pelos estudos do IPC-Maps 2010.

Assim, apesar da classificação, a ABEP reconhece que não existem cortes naturais na distribuição de renda, bem como uma única técnica para encontrar os cortes “corretos”, sendo os critérios de separação, de acordo com a conveniência do usuário. Estes critérios servem apenas para mensuração no estudo econômico de uma determinada localidade.

A tabela a seguir apresenta detalhadamente o número de domicílios urbanos e o enquadramento, segundo a faixa de renda da população.

Tabela 32 - Domicílios urbanos por classe social – Brasil, 2010.

Classe Social	Domicílios	%
A1	219.160	0,5%
A2	1.940.477	4,1%
B1	4.384.123	9,2%
B2	9.253.820	19,3%
C1	12.261.330	25,6%
C2	11.074.133	23,1%
D	8.186.615	17,1%
E	530.307	1,1%
Total	47.849.965	100,0%

Fonte: IPC – Maps, 2010.

As evidências se verificam no gradual envelhecimento da população e até o comportamento das famílias cada vez com menos filhos, propiciando o trabalho da mulher fora de casa. Os gastos na manutenção e compra de veículos próprios foram tendências dos investimentos familiares para 2010 e prometem continuar crescendo em 2011. Para o ensino superior, essa é a chamada “concorrência alternativa”.

Tabela 33 – Distribuição da média do consumo da população brasileira por classes sociais, Brasil 2010.

Brasil	Classes							Total	
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D		E
Alimentação fora do domicílio	3,3%	4,5%	4,3%	4,6%	4,7%	4,3%	3,9%	3,8%	4,4%
Bebidas	0,6%	0,9%	1,2%	1,4%	1,4%	1,5%	1,6%	1,6%	1,3%
Manutenção do lar	19,9%	23,1%	25,7%	27,6%	28,9%	30,0%	31,4%	32,0	26,8%
								%	
Artigos de limpeza	0,4%	0,4%	0,7%	0,8%	0,9%	1,0%	1,2%	1,2%	0,8%
Mobiliários e artigos do lar	1,4%	1,6%	2,0%	2,0%	2,2%	2,5%	2,6%	2,5%	2,0%
Eletrodomésticos e equipamentos	1,1%	1,8%	2,1%	2,3%	2,4%	2,4%	2,7%	2,7%	2,2%
Vestuário confeccionado	2,2%	2,9%	3,5%	3,8%	4,0%	4,0%	3,8%	3,6%	3,6%
Calçados	0,7%	1,1%	1,3%	1,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,3%	1,4%
Outras despesas com vestuário	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%
Transportes urbanos	0,9%	1,7%	2,8%	3,6%	3,8%	3,9%	3,7%	3,7%	3,1%
Gastos com veículo próprio	5,1%	6,1%	5,4%	4,5%	3,3%	3,0%	1,7%	1,5%	4,5%
Higiene e cuidados pessoais	1,1%	1,6%	2,0%	2,2%	2,4%	2,4%	2,3%	2,3%	2,1%
Gastos com medicamentos	1,3%	1,9%	2,3%	2,6%	2,8%	3,0%	3,2%	3,1%	2,5%
Outras despesas com saúde	4,3%	3,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	1,5%	1,1%	2,8%
Livros e material escolar	0,4%	0,6%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%
Matrículas e mensalidades	4,5%	4,2%	2,5%	1,4%	1,1%	0,6%	0,4%	0,2%	2,0%
Despesas com recreação e cultura	2,2%	2,5%	2,2%	1,7%	1,7%	1,3%	1,1%	0,8%	1,9%
Despesas com viagens	3,1%	2,9%	1,9%	1,6%	1,4%	1,2%	1,0%	1,2%	1,8%
Fumo	0,2%	0,4%	0,6%	0,7%	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%	0,7%
Outras despesas	41,8%	30,3%	23,9%	19,6%	16,4%	13,9%	11,1%	9,7%	21,4%
Consumo urbano (em bilhões)	66,70	351,80	477,33	495,70	368,23	211,43	113,43	4,51	2.089,13

Fonte: IPC – Maps, 2010.

Segundo a tabela, a classe social (A1) é a que despense maior remuneração com matrículas e mensalidades escolares, 4,5% do total da média, sendo que a modalidade “outras despesas” ocupa o primeiro lugar no orçamento familiar com 41,8% dos gastos.

A categoria “outras despesas”, geralmente mais acentuada nas classes sociais (A) e (B) dá-se principalmente pelo consumo de bens e serviços não comuns as demais classes sociais, como por exemplo, algumas formas de lazer com maiores investimentos, geralmente, caracterizados por não serem essenciais.

A classe (C), por sua vez, considerando todo o contingente de famílias no Brasil, investe apenas 1,1% de todo o seu potencial de consumo com matrículas e mensalidades, o que pressupõe uma demanda reprimida face a outras necessidades consideradas relevantes. Entretanto, a tabela a seguir apresenta uma estimativa do potencial financeiro desta classe em relação a investimentos em educação, apresentando a possibilidade de aumento da participação para, ao menos, 1,6 bilhões de reais, se considerarmos uma média dos gastos com educação (25%):

Tabela 34 - Potencial médio do gasto médio em educação por classe social, Brasil, 2010.

Faixa de Renda	Total Brasil		Renda Familiar Média (ABEP/IPC)	Gastos em Educação 25% (Média)	Média de Estudantes Classe Social (por Domicílio) Estimativa	Movimentação	
	Domicílios	% Part.				Financeira (a.a)	
						(R\$ Milhões)	% Part.
A1	219.160	0,46%	R\$ 14.550,00	R\$ 3.637,50	73.053	265,73	2,85%
A2	1.940.477	4,06%	R\$ 9.850,00	R\$ 2.462,50	646.826	1592,81	17,09%
B1	4.384.123	9,16%	R\$ 5.350,00	R\$ 1.337,50	1.461.374	1954,59	20,97%
B2	9.253.820	19,34%	R\$ 2.950,00	R\$ 737,50	3.084.607	2274,90	24,41%
C1	12.261.330	25,62%	R\$ 1.650,00	R\$ 412,50	4.087.110	1685,93	18,09%
C2	11.074.133	23,14%	R\$ 1.100,00	R\$ 275,00	3.691.378	1015,13	10,89%
D	8.186.615	17,11%	R\$ 750,00	R\$ 187,50	2.728.872	511,66	5,49%
E	530.307	1,11%	R\$ 410,00	R\$ 102,50	176.769	18,12	0,19%
Total	47.849.965	100,00%	-	-	15.949.988	9318,87	100%

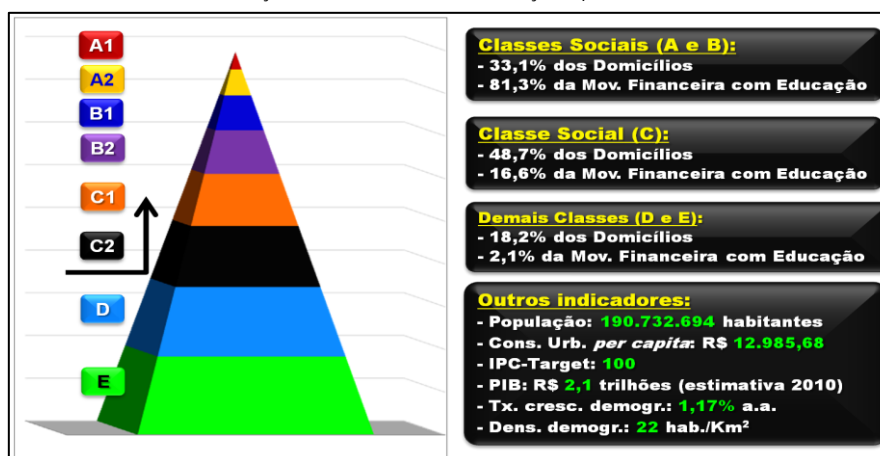
Fonte: IPC Maps 2010.

Apesar do grande potencial, o investimento em educação na classe C são restritos pela oferta de ensino público na educação básica, que absorve praticamente a maioria dos alunos da classe (C), (D) e (E). Nessas classes, a evolução da renda quase sempre é investida em produtos de consumo. A educação, em muitos casos, ainda é vista como investimento financeiro somente na época da faculdade.

Contudo, é sabido que grande parte desses estudantes, ao ingressarem no ensino superior, apresenta dificuldades para acompanhar os estudos dadas as fragilidades de sua formação. Neste sentido, a ampliação do acesso ao ensino superior deve estar intrinsecamente jungida a programas de nivelamento de modo a se minimizar as lacunas do aprendizado adquirido na educação básica via instituições públicas que, salvo raras exceções, não preparam adequadamente os potenciais alunos candidatos ao ensino superior.

Por outro lado, as classes sociais (A) e (B) tradicionalmente investem em educação desde a pré-escola. A figura a seguir demonstra a distribuição da movimentação com matrículas e mensalidades no Brasil, por classes sociais, evidenciando que os alunos da Classe (C) têm o desejo de estudar, entretanto, ainda não direcionam investimentos factíveis em educação dadas suas outras prioridades decorrentes do aumento do poder de consumo.

Figura 2 – Distribuição média da movimentação financeira em educação, por classes sociais, Brasil, 2010.



Fonte: IPC Maps 2010. Elaboração: CM Consultoria.



Como demonstrado, as classes sociais (A) e (B) representam aproximadamente 33,1%, dos domicílios brasileiros, porém, o gasto com educação somados representam 81,3% de todo o investimento em educação⁹ no país, abrangendo todas as etapas de aprendizagem desde a pré-escola.

Por sua vez, a classe (C), apesar de representar praticamente a metade dos domicílios brasileiros, responde por apenas 16,6% dos gastos com educação.

A continuidade do crescimento do ensino superior brasileiro está condicionada ao atendimento da nova classe média (a classe C). Como em outros setores da economia, é preciso estruturar projetos que sejam compatíveis com a renda desse segmento social. Logo, como em lojas de eletrodomésticos, empresas aéreas, planos de saúde, e na indústria automobilística, é preciso oferecer produtos de qualidade com preço adequado ao poder de compra desse segmento da população.

5. Área Mercadológica

5.1. Concorrência

O crescimento do setor educacional impulsionou a utilização de recursos pelas IES para a captação de alunos nos processos seletivos, contudo, apenas trabalhar com foco na captação não resolve o problema da concorrência. Vencer a concorrência no contexto educacional significa garantir sucesso profissional aos futuros egressos sem perder de vista os objetivos nacionais em relação à educação.

Para Harrison (2005, p.63) *“em uma situação de concorrência pura, as organizações devem trabalhar muito para manter suas posições, pois os clientes têm muitas opções”*.

A competitividade tem apresentado ao setor educacional uma série de determinantes para a expansão da concorrência. Entre outros se destacam:

- o declínio das mensalidades (*guerra de preços*);
- o não acompanhamento dos avanços tecnológicos e da globalização do mercado de trabalho;
- estruturas e formas de gestão ultrapassadas;
- limitação do apoio acadêmico.

Em relação ao preço praticado, atualmente muitas IES oferecem cursos a um determinado preço e sobrecarregam seu orçamento com bolsas e descontos institucionais, tendo apenas uma pequena parte dos alunos pagando o *preço cheio* da mensalidade. A discrepância nos valores estimula mais descontos e a desvalorização do serviço. Esse resultado pode ser percebido quando da análise dos dados quantitativos como número anual de matrículas, ingressantes e concluintes.

O preço das mensalidades geralmente é calculado de maneira inversa ao que as teorias de apereçamento recomendam. As IES que praticam preços similares aos seus concorrentes, nem sempre conseguem trabalhar a otimização interna de custos, o que promove o adiamento de investimentos essenciais na operacionalização do projeto pedagógico, comprometendo o serviço prestado.

Por outro lado, os ingressantes são proporcionalmente cada vez mais reduzidos, em função da grande oferta de cursos e vagas o que acaba ampliando a ociosidade. As IES buscam, a toda sorte, captar

⁹ Gastos com matrículas, mensalidades e material escolar.

alunos em um mercado com excesso de oferta e demanda diluída. Comumente, primeiro verifica-se a mensalidade que o concorrente está praticando para então se definir o preço.

Entretanto, há que se considerar que as estratégias para mensuração dos valores das mensalidades muitas vezes definem as forças e fraquezas do setor privado. Ações voltadas apenas à participação dos candidatos nos processos seletivos, de forma gratuita ou com descontos, nem sempre alcançam os resultados esperados.

Em síntese não existe uma fórmula para vencer a concorrência, mas as IES devem evitar atuar com a fórmula do fracasso (agradar a todos, agir sem objetivos definidos, não definir áreas de atuação, atuar sem planejamento, não estabelecer foco e posicionamento, além de não fazer renúncias e escolhas).

5.1.1. Concorrência alternativa

Em seu best-seller *A Estratégia do Oceano Azul*, Chan Kim e Renée Mauborgne esclarecem que as organizações possuem concorrentes fora de seu segmento de mercado, e por esta razão devem romper as barreiras inovando com produtos e serviços que atendam às expectativas de seus clientes. À exemplo, os cinemas e restaurantes que, apesar de pertencerem a seguimentos diferentes, podem concorrer entre si na preferência de seu público, que deseja apenas ter um programa que lhes garanta bem-estar. É a chamada *concorrência alternativa*.

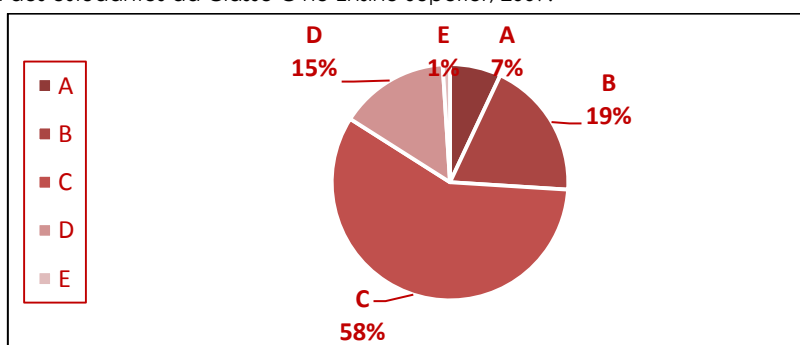
A princípio, caracteriza-se pela escolha entre um bem ou serviço ou vice-versa em virtude de seus benefícios, independente de segmento ou ramo. Hoje, o ensino superior já enfrenta a perda de candidatos que deixam de ingressar na graduação em virtude da falta de qualidade no atendimento ou por concorrentes alternativos, como a prestação do carro ou até mesmo financiamento de imóveis (Classes C e D).

Nestes exemplos, os valores de financiamento são quase que equiparados. O critério de escolha que o pretendo estudante adota ao decidir entre pagar a mensalidade e outro serviço, quer seja direto ou alternativo, é a possibilidade de mensuração do bem-estar presente e futuro.

Em razão da recente expansão das classes C e D, a ânsia pelo consumo de bens e serviços por essas classes pode significar menos alunos no ensino superior e conseqüentemente menos capacitação profissional. Destarte, faz-se necessário o desenvolvimento de campanhas público/privadas no sentido de criar-se no país uma cultura voltada para a educação contínua, de modo que o crescimento econômico possa ser equilibrado e perene.

O gráfico n. 36 apresenta a inserção da população da classe C no ensino superior no Brasil em 2009. Representavam 58% do total dos estudantes matriculados, sendo que em 2002 eram 39%. Uma das justificativas para o aumento da procura é a perspectiva de melhora de emprego e remuneração.

Gráfico 36 – Percentual dos estudantes da Classe C no Ensino Superior, 2009.



Fonte: Talent.



O ensino, em todos os níveis, tem forte conotação com o sucesso profissional e a melhoria de vida das pessoas. Um país com altos índices de escolaridade da população permite aceleração do desenvolvimento econômico e sustentável.

5.2. Consolidação

A **consolidação** no sentido restrito da palavra significa agrupar, reunir, fortalecer e assegurar. No seguimento do ensino superior, diz respeito à detenção do número de matrículas. Alguns atores do cenário educacional têm apostado nas fusões para consolidar suas marcas.

Embora seja uma consequência quase natural, a consolidação traz novos desafios ao ensino superior brasileiro. Necessariamente, o aumento da qualidade obrigará o segmento a adotar métodos inovadores na forma de ensinar.

Uma das características marcantes da consolidação no ensino superior é a segmentação do mercado, normalmente definido pelo posicionamento estratégico de cada instituição de ensino. Em que pese o caráter empresarial, o posicionamento estratégico contribui para atendimento das metas propostas pelo PNE, tendo em vista que define exatamente os caminhos que as organizações públicas e privadas deverão percorrer para o atendimento das metas da próxima década.

É evidente que uma mesma instituição ou um mesmo segmento não poderá atender a todos os anseios pelo crescimento da produtividade da mão de obra brasileira. Mesmo assim, é de se esperar, tanto no setor público com a expansão da oferta de cursos a distância (UAB; E-Tec), quanto no setor privado com as fusões e aquisições (organizações de capital aberto) que grandes blocos acabem por concentrar boa parte das matrículas do ensino superior e de nível técnico.

Este crescimento é natural e deve ser pautado pelo PNE de modo que as iniciativas não se tornem concorrentes entre si e acabem por prejudicar o crescimento do país.

Para tanto, o Ministério da Educação deve exercer papel orquestrador, de modo a garantir que a educação esteja ao alcance de todos.

No setor privado, nota-se que apesar da distribuição das IES privadas por grande parte do território nacional e a diversificação dos investimentos, cerca de 12,79% das matrículas se concentra em apenas 10 organizações. As 10 instituições juntas alcançaram 654.287 matrículas em 2009. A tabela n. 35 apresenta os dados sobre matrículas, cursos, vagas, candidatos, concluintes dos maiores consolidados do setor privado.

A análise do Censo da Educação Superior 2009 permite ainda relacionar o *ranking* das IES privadas com maior número matrículas. Segundo os dados de 2009, a Universidade Paulista – UNIP possui 174.371 matrículas distribuídas em 707 cursos que por sua vez disponibilizaram 319.049 vagas ofertadas em 27 *campi*.

A segunda maior IES privada é a Estácio Participações que atingiu em 2009 108.119 matrículas distribuídas em 479 cursos que ofertam 60.595 vagas:

Tabela 35 – Ranking das 10 maiores IES privadas em número de matrículas, Brasil, 2009.

IES	Matrículas	Cursos	Candidatos	Vagas	Ingressantes	Concluintes	Market Share
1º UNIP	174.371	707	234.209	319.049	78.062	32.001	3,41%
2º UNESA	108.119	479	120.984	60.595	30.691	20.243	2,11%
3º UNINOVE	98.048	156	120.358	59.460	49.876	11.571	1,92%
4º PUC-MINAS	50.812	115	30.253	16.120	11.711	8.051	0,99%
5º UNIBAN	49.734	228	104.064	26.010	45.280	15.426	0,97%
6º UNIPAC	44.655	397	26.513	16.485	14.642	9.943	0,87%
7º UNIVERSO	35.893	127	16.589	56.470	9.903	7.235	0,70%
8º MACKENZIE	32.274	53	35.421	10.165	8.848	5.612	0,63%
9º UCS	31.786	113	11.724	7.812	8.726	3.166	0,62%
10º ULBRA	28.595	192	10.162	24.500	6.909	4.603	0,56%
Sub-Total	654.287	2.567	710.277	596.666	264.648	117.851	12,79%
% do Subtotal	12,79%	9,22%	11,41%	18,85%	15,27%	14,25%	-
Total Brasil	5.115.896	27.827	6.223.430	3.164.679	1.732.613	826.928	100,00%

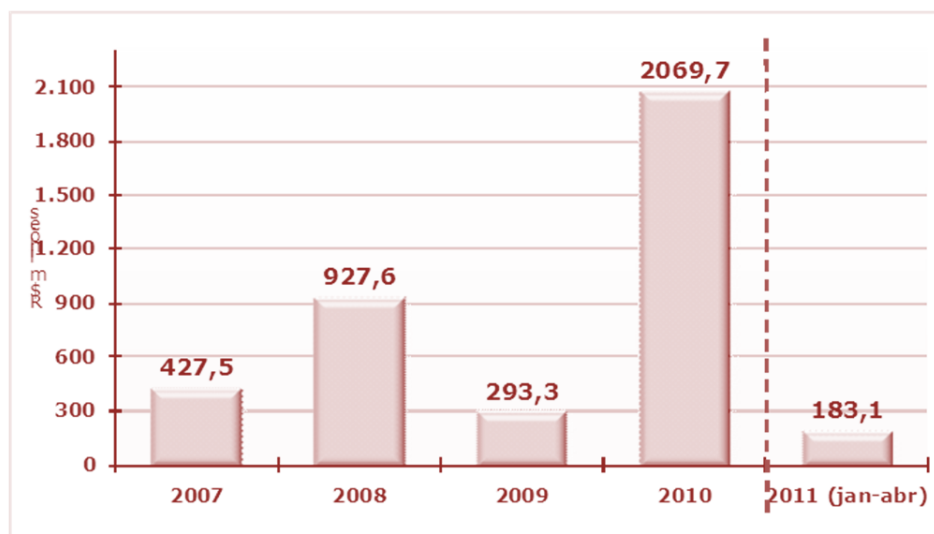
Fonte: INEP/ Censo da Educação Superior – 2009 - Elaboração CM Consultoria

Para as instituições menores, tanto do setor público quanto do setor privado, a consolidação implica em estratégias específicas para lidar com as mudanças do setor.

Mesmo com a evidente da força das instituições maiores, sempre haverá a oportunidade de as organizações de menor porte atenderem demandas específicas, voltadas para as regiões nas quais estão inseridas. Sempre haverá espaço para a contribuição de cada segmento para atendimento da metas educacionais para a próxima década. O fator perpetuador é o diferencial ofertado.

No Brasil, entre as grandes redes, empresas educacionais de capital aberto estão a Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Kroton Educacional e SEB S.A. Em 2010 os processos de fusões e aquisições alcançaram a movimentação financeira de mais de R\$ 2.069,7 milhões, O gráfico n. 37 apresenta a participação de investidores no ensino superior, no período de 2007 até 2011, destacando os valores negociados.

Gráfico 37 - Totalidade das fusões e aquisições no período 2007-2011 (2º trimestre)

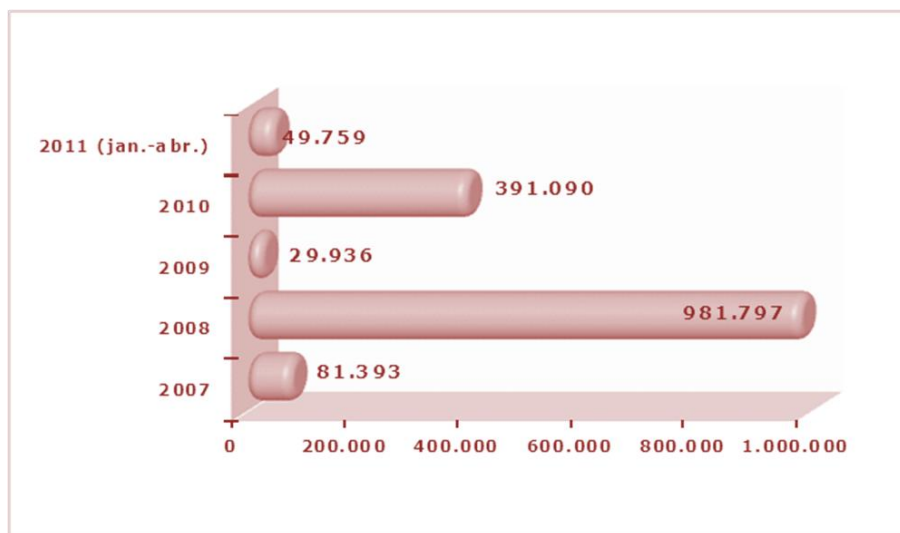


Fonte: Relatórios Financeiros das IES – Elaboração CM Consultoria

O quantitativo de alunos envolvidos nos processos de fusões e aquisições denota a responsabilidade que esses grupos têm não apenas em vender serviços educacionais, mas oferecer “algo mais”. Com perfil

predominantemente baseado nas classes C e D, o grande desafio desses *players* é “respirar” diariamente o seu *core business*, sendo os processos de gestão acadêmica, de serviços, entre outros, nada mais do que a obrigação de “entrega” aos alunos.

Gráfico 38 – Quantitativo de alunos nas IES negociadas – por ano



Fonte: Relatórios Financeiros das IES – Elaboração CM Consultoria

Outro destaque para a consolidação das IES no mercado educacional se refere à formação das redes. As métricas disponíveis para o monitoramento do desempenho das IES são inúmeras, sendo possível utilizar os conceitos referenciais de qualidade. Destaca-se que as redes e grupos de ensino privados estão sujeitos à mesma legislação das demais IES. No mercado, geralmente atuam visando a um maior contingente de alunos, permitindo o ganho em escala. Estas redes e grupos educacionais cada vez mais utilizam mecanismos para minimizar os custos operacionais e melhorar o atendimento discente.

Este é o cenário em que atuam as redes de ensino promovendo a forte concorrência, a redução dos valores das mensalidades, a mercê dos custos fixos crescentes, da regulação financeira, trabalhista, tributária e educacional.

A boa performance está condicionada à identificação de diferenciais competitivos e oferta de valor, tendo como foco no cliente (público-alvo bem definido) e um planejamento de marketing integrado ao corpo docente qualificado, assim como infraestrutura e localização adequada. O desafio das grandes redes é o alcance da qualidade acadêmica, a melhoria no atendimento, o desenvolvimento da inovação e um modelo de gestão adaptado a sua realidade.

5.3. Comoditização

A **comoditização** no ensino superior privado se reflete no alto número de cursos com a mesma ênfase, formato ou até mesmo modelo de projeto pedagógico. A pouca inovação nos modelos de metodologia do ensino, sobretudo no processo de aprendizagem, reproduz na formação profissional o desfalque das habilidades necessárias para o desenvolvimento de habilidades e competências.

A *guerra de preços* em que as IES se encontram também reduz a qualidade do ensino ofertado, conseqüentemente essas se tornam instituições que apenas diplomam e não oferecem diferenciação quanto à qualidade e a forma do ensino.

A sociedade espera que as IES promovam a geração de conhecimento e apresentem propostas pedagógicas mais audaciosas, sem ferir a regulamentação própria de cada área do conhecimento. Isso só é possível quando se implementa em toda a instituição o aporte tecnológico e o desenvolvimento de equipes de alta performance. O corpo docente deve ser constituído por educadores que agreguem ao mesmo tempo conhecimento e proatividade no desenvolvimento da pesquisa, iniciação científica e aproximação com o mercado de trabalho da área do curso.

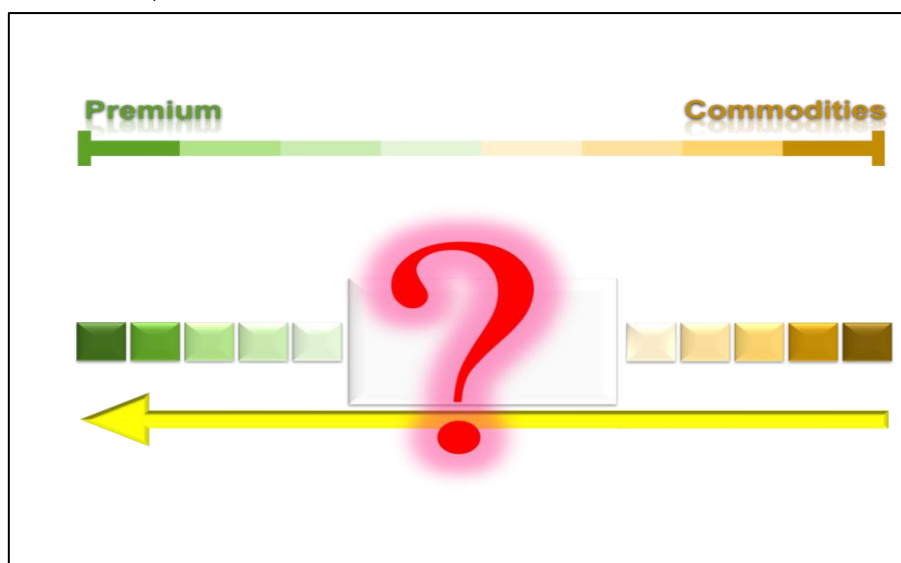
As diferenças entre IES *commodities* e as IES *Premium* se resumem na forma como se comportam em relação à gestão, à padronização e aos diferenciais competitivos.

As IES *commodities* atuam como meras diplomadoras, seus custos são crescentes, utilizam muito pouco as novas tecnologias, não ampliam ou modificam suas estruturas e tão pouco os projetos pedagógicos e, sobretudo, apresentam baixo desempenho nos processos avaliativos.

As IES *Premium* se destacam pela inovação e dispõem de portfólio diferenciado, lideram os *rankings* de qualidade e apostam nas novas tecnologias, infraestrutura e corpo docente altamente qualificado.

No Brasil poucas IES se caracterizam como *Premium*, a grande maioria ainda não se posicionou plenamente, em relação à qualidade, por exemplo, a maioria obteve conceito 3 (IGC, ENADE, CPC) o que as enquadram como *commodities*.

Figura 3 – Diagrama do ensino superior.



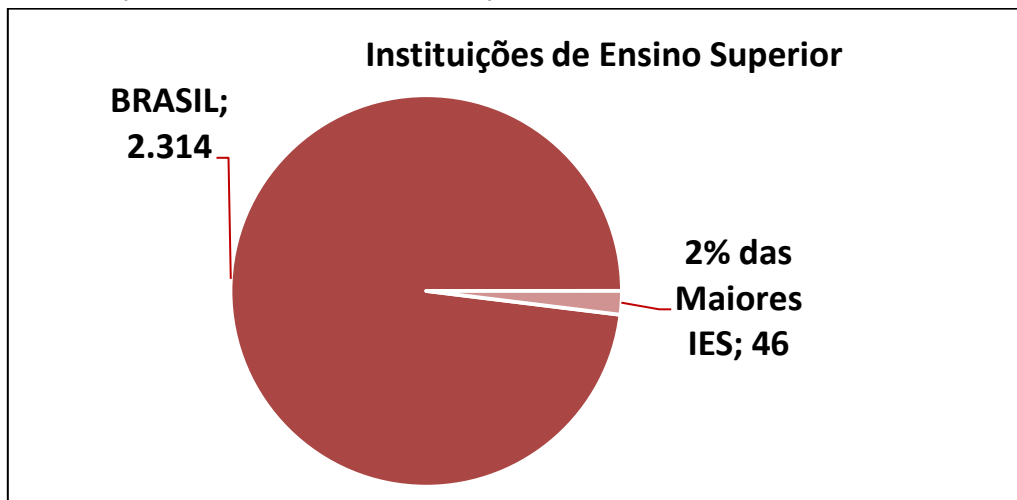
Elaboração CM Consultoria.

5.4. Concentração

5.4.1. Concentração das matrículas

No setor educacional, 2% das IES (2.314) detinham em 2009 mais de 34% das matrículas. A **concentração** pode ser resumida pela representatividade dos cursos mais procurados pelos estudantes nos processos seletivos e do número de matrículas. Em 2009, as maiores IES em número de matrículas somavam 46 ao total, conforme consta no gráfico n. 39 apresentado na sequência.

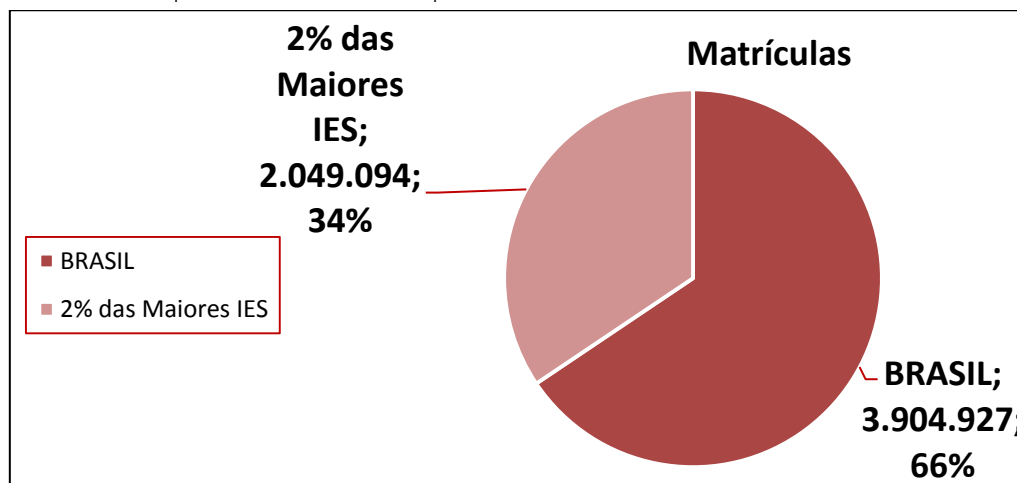
Gráfico 39 – Representação das IES no Brasil por concentração de matrículas, 2009



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

A análise do gráfico n. 40 revela que os 2% das IES predominantes em matrículas representam 34% das maiores IES, e as matrículas dessas totalizaram 3.904.927, ou seja, 66% das 5.954.021 matrículas no Brasil, em 2009.

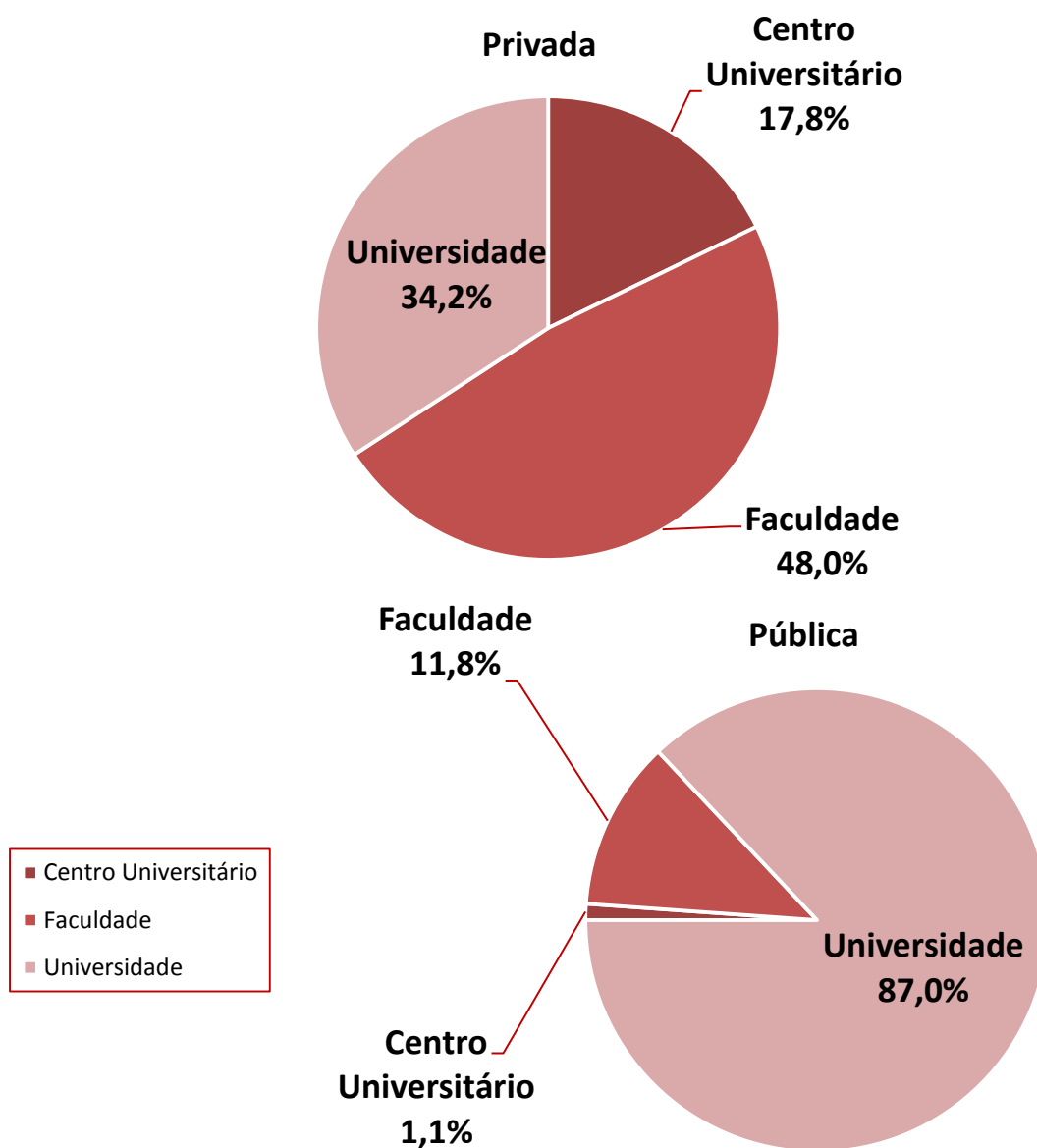
Gráfico 40 – Percentual de representatividade das IES por matrículas, 2009.



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

A concentração de cursos em 2009, foi mais acentuada na rede privada nas faculdades (48%) e menos acentuada nos centros universitários (17,8%). Em relação à rede pública, os cursos concentraram-se nas universidades públicas ,87%, ficando as faculdades com 11,8% e os centros universitários com 1,1%, conforme apresentado no gráfico n. 41:

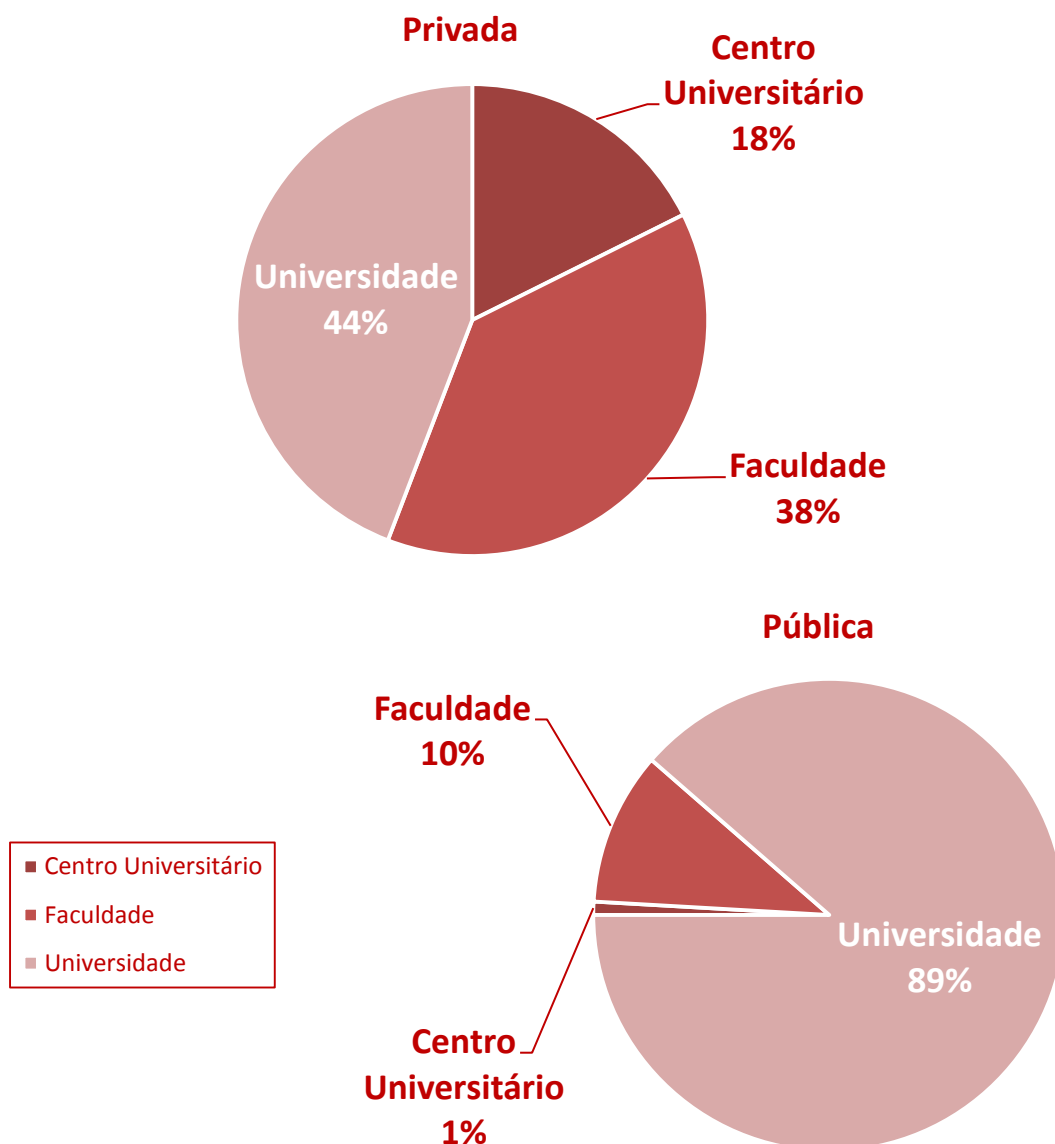
Gráfico 41 – Representação dos cursos, por categoria administrativa, 2009



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

A concentração das matrículas por categoria administrativa em 2009 demonstra predominância nas universidades, sendo 44% na rede privada e 89% na rede pública conforme consta no gráfico n. 42:

Gráfico 42 - Representação das matrículas, por categoria administrativa, 2009



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

5.4.2. Concentração dos cursos

As escolhas profissionais, em dado momento da vida, podem ser consideradas por muitos estudantes como um obstáculo a se transpor. Muitos jovens buscam em programas vocacionais ajuda para esse fim, entretanto, a grande maioria acaba por optar por um curso de alta procura.

A formação tradicional de bacharéis no Brasil pode ser justificada pelo alto índice de oferta e procura por cursos como Administração, Direito, Pedagogia, entre outros.

Essa realidade pode ser observada nos dados do Censo de 2009, quando os 10 cursos mais ofertados em todo território nacional, juntos, representavam 56,1% das matrículas. Por exemplo, em 2009 o curso de Administração liderava o *ranking*, com 1.102.579 vagas e matrículas 1.121.389 totais, em um universo de 4.204 cursos ofertados. A tabela n. 36 apresenta a relação dos 10 maiores cursos em número de matrículas e revela o problema da concentração no ensino superior.

Tabela 36 – Relação dos 10 maiores cursos por matrículas, Brasil, 2009.

CURSO	Cursos	Vagas	Inscritos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Administração	4.204	1.102.579	1.232.773	1.121.389	434.882	184.343
Direito	1.097	651.730	559.159	224.432	188.586	87.523
Pedagogia	2.189	573.898	448.866	485.053	198.006	125.399
Engenharia	1.925	420.578	605.217	242.692	148.822	37.518
Enfermagem	768	235.804	259.716	122.342	74.926	40.853
Ciências Contábeis	1.052	235.274	212.566	209.904	84.125	34.557
Comunicação Social	1.349	221.211	282.047	251.296	78.419	43.142
Letras	1.676	194.990	221.524	248.845	57.086	37.762
Educação Física	847	165.848	167.853	108.624	57.007	35.571
Ciências Biológicas	987	152.830	296.231	93.217	52.852	27.103
Total 10 Maiores	16.094	3.954.742	4.285.952	3.107.794	1.374.711	653.771
% de Participação	56,1	66,4	62,2	65,8	66,6	68,2
Total Brasil	28.671	5.954.021	6.889.269	4.726.394	2.065.082	959.197

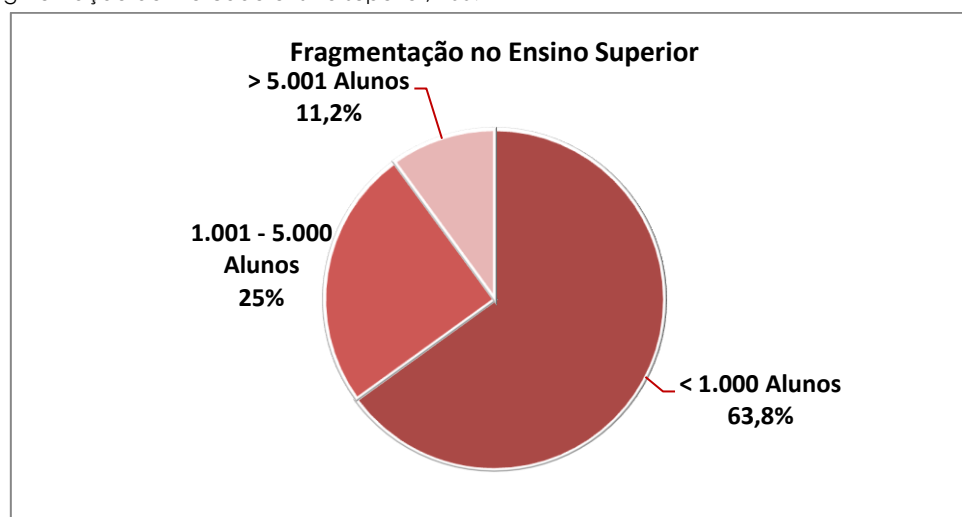
Fonte: INEP – Censo da Educação Superior, 2009 – Elaboração CM Consultoria

Mais do que garantir o ingresso e permanência dos estudantes no ensino superior, é preciso concentrar esforços na redistribuição do ensino no Brasil. Apesar da versatilidade de alguns cursos como Administração e Direito, a necessidade de profissionais de outras áreas é urgente.

Segundo a Revista Exame de abril de 2011, a demanda por profissionais é maior que a oferta. São Paulo, por exemplo, carece de 100.000 técnicos na área de prestação de serviços de TV por assinatura e outros 20.000 nas empresas de limpeza. A busca por mão de obra acaba ocorrendo em outros setores. Muitos dos profissionais que atuavam nas áreas técnicas mencionadas conseguiram salários melhores na construção civil, uma estratégia encontrada para suprir a carência generalizada, entretanto, a concorrência interna entre empresas do mesmo ramo acaba acarretando um aumento do *turnover*.

Por outro lado, a fragmentação do setor educacional, que reflete na concentração do número de alunos por IES, em 2009, mais de 63% das instituições detinham apenas 1.000 alunos, enquanto 11% concentram o maior número de estudantes. O gráfico n. 43 demonstra a a concentração dos alunos.

Gráfico 43 – fragmentação do mercado ensino superior, 2009



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

Resumo da concentração no ensino superior:

- 66,4% das matrículas concentradas em apenas 10 cursos;
- 29,4% das matrículas em apenas 2 cursos;

- 30% dos alunos estão em apenas 2% das IES;
- 68,3% das IES têm até 1.000 alunos;
- 14,2% das IES têm de 1.001 a 2.000 alunos;
- 12,6% das IES têm de 2.001 a 5.000 alunos;
- 9,4% das IES têm mais de 5.000 alunos.

5.5. Interiorização

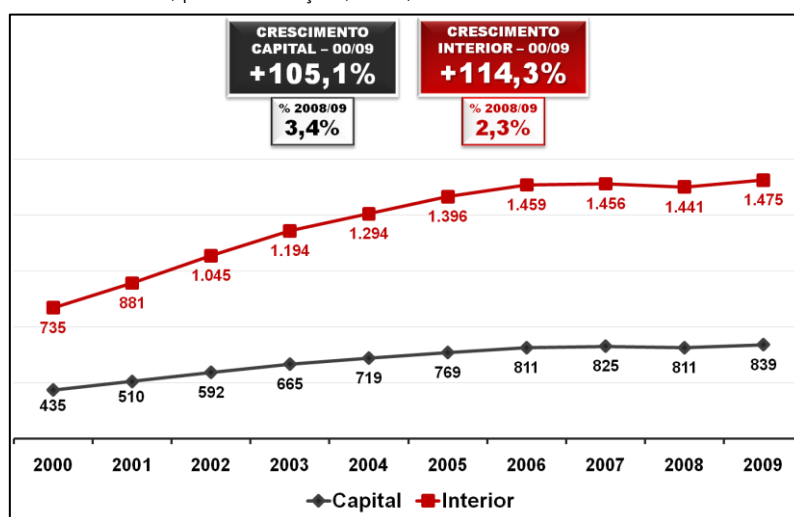
Em relação ao acesso, o ensino superior brasileiro apresenta, pelo menos, quatro grandes desafios: ampliação e distribuição do número de vagas, diversificação dos cursos, melhoria da qualidade e a interiorização do ensino superior.

A articulação das políticas de expansão e ampliação das oportunidades educacionais e interiorização do ensino superior deve se efetivar na interligação entre as esferas pública e privada, na defesa da dinamização da economia regional e na consequente integração desta à lógica do crescimento e dos elementos político-ideológicos para a adesão e legitimação de tais políticas.

A política de expansão da educação superior deve ser ampla e heterogênea, permeada por práticas de natureza pública e privada e entendida como um valor agregado a ser implementado no desenvolvimento das cidades do interior. A interiorização geográfica do ensino superior, por meio da criação e instalação de estabelecimentos desse nível de ensino, predominantemente, na forma de estabelecimentos isolados, efetiva-se sob o discurso da modernização e do desenvolvimento regional.

O gráfico n. 44 apresenta a evolução do número de IES por localização geográfica e demonstra o forte potencial do interior face à concentração das capitais.

Gráfico 44 - Evolução do número de IES, por localização, Brasil, 2000-2009.



Fonte: Censo da Educação Superior. Elaboração CM Consultoria.

A educação superior vivenciou expansão extremamente significativa margeada pela abertura de novas instituições, novos cursos, interiorização das IES, dentre outras, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990.

As regiões fora dos grandes centros urbanos têm se transformado em excelentes opções de investimento na área da educação, principalmente para as IES.

Os números comprovam. Em 2000, havia 735 instituições de ensino superior no interior do país e 435 nas capitais. Atualmente, a diferença aumentou: são 839 IES localizadas em grandes centros urbanos e 1.475 em regiões mais distantes, segundo dados do Censo da Educação Superior 2009.

A implantação de uma IES é sempre importante para a região. Os benefícios podem vir a curto prazo em estímulos para os setores da alimentação e comércio e a longo prazo, caracterizados pela qualificação da mão de obra local e o desenvolvimento da produtividade dos moradores da região.

O aumento significativo de IES no interior marca um processo importante de expansão do ensino. Com novos cursos, maior número de vagas oferecidas e IES privadas com preços acessíveis, o ensino superior começa a fazer parte da realidade de uma parcela maior de brasileiros.

No âmbito legislativo, o Decreto n. 6.096/ 2007 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, que por sua vez, estão em franca expansão pelo interior.

No Brasil, cerca de 3.598 municípios, que representam 65%, não são atendidos pelo ensino superior, com ausência de IES e pólo de educação à distância, 30% destes municípios são compostos por mais de 10 mil habitantes, e totalizam uma população de 24 milhões de habitantes, destes 6,7 milhões estão na faixa etária de 15 a 29 anos.

A tabela n. 37 apresenta o número de municípios sem IES e o número de habitantes entre a faixa etária de 15 a 29 desses municípios.

Tabela 37 – Número de municípios brasileiros sem IES, em 2009.

População	Número de Municípios	%	População		
			Habitantes (2010) IBGE	Faixa etária	
				15 a 19 anos	20 a 29 anos
Até 5000	1.240	34,5%	4.156.908	372.259	647.943
5001 a 10.000	1.048	29,1%	7.336.512	683.617	1.204.507
10001 a 20.000	944	26,2%	12.967.485	1.262.102	2.213.740
20001 a 50.000	328	9,1%	9.114.291	916.027	1.594.965
50001 a 100.000	36	1,0%	2.166.982	216.115	391.258
Acima de 100.000	2	0,1%	276.654	24.268	49.953
Total	3.598	100,0%	36.018.832	3.474.388	6.102.366

Fonte: IBGE/INEP – Censo da Educação Superior, 2009 – Elaboração CM Consultoria

Os municípios que estão acima dos 100.000 habitantes são Mesquita (RJ) e Marituba (PA), possuem 168.403 e 108.251 habitantes respectivamente, e 74.221 pessoas entre 15 a 29 anos, e 32 municípios ofereciam apenas um curso de nível superior, segundo dados do IBGE e Censo da Educação Superior em 2009.

5.6. Diversificação

As IES devem procurar atender as demandas de cada perfil dos ingressantes e as peculiaridades de cada geração, uma vez que as gerações que compõem as matrículas no ensino superior apresentam diferentes características.

- *Geração net* – composta por jovens antenados com as novas tecnologias acostumados a obter conhecimento e informação por meio da internet. Para esses os programas devem abordar técnicas de mediação pedagógica apoiada na tecnologia e no uso de ferramentas do EaD.
- *Trabalhadores* – grande parcela da população busca concluir os estudos após inserção no mercado de trabalho. É necessário manter flexibilidade de horários e suporte didático em formatos que permitam a integração do conteúdo com o ambiente de trabalho, ou seja, atualizar os projetos pedagógicos de acordo com as demandas do mercado de trabalho e aspiração dos estudantes.
- *Revolução dos cabelos brancos* – a inserção tardia no ensino superior (pessoas com mais de 30 anos). Para esse público é necessário formatar programas que viabilizem a rápida formação, o perfil desses estudantes, inclui a responsabilidade sobre a família, a maioria são casados e já tem filhos. As mensalidades não devem comprometer o orçamento doméstico.
- *Base da pirâmide* – abrange a condição de renda dos estudantes, a classes econômicas de menor poder aquisitivo. Para esse público é necessário rever a questão do crédito educativo.

Em relação ao atendimento, as IES têm que se preparar para atender também as pessoas acima dos 40 anos, que por sua vez, já se encontram no mercado de trabalho e são profissionais com ampla experiência, o que os tornam pessoas chaves para as empresas e podem contribuir por meio de suas habilidades para treinar novos funcionários, executar tarefas com mais precisão e compor novos cenários.

As IES ao se prepararem para o futuro têm quatro (4) grandes aspectos a considerar. O primeiro diz respeito à mudança do paradigma para atender vários seguimentos, a segunda se refere à velocidade para acompanhar as mudanças na esfera tecnológica, a terceira equivale à profundidade dos programas e projetos e a quarta trata da volatilidade do mercado em que está inserida aprendendo com esse a obter sucesso.

5.6.1. A nova demanda potencial e suas várias faces: gerações XYZ

À luz das grandes transformações globais e da nova ordem mundial, as novas configurações políticas e os novos paradigmas econômicos, a diferenciação entre gerações precisa ser entendida.

Anteriormente à geração Y, as pessoas da geração X que nasceram entre os anos de 1960 e início da década de 80, vivenciaram momentos históricos como a Guerra Fria e a Perestroika que precipitou a queda do Muro de Berlim. Trata-se de um perfil de pessoas céticas e difíceis de serem atingidas pelos meios de comunicação e marketing convencionais.

Nesta época, efervesciam o movimento *punk*, a MTV, a AIDS, o Nirvana, as Tartarugas Ninjas e o *junky-food*, no entanto, as origens ideológicas do ícone *Matrix* vem diretamente dessa geração.

A geração Y abrange os nascidos nos anos de 1980 e década de 90, chegando atualmente (2011) aos 30 anos de idade. Foram crianças alegres, seguras de si e cheias de energia. É a geração dos *Power-Rangers*, da internet, da variedade e das mudanças vertiginosas da tecnologia.

As diferenças dessas duas gerações são impactantes. Enquanto a geração X espanta-se com a recusa de trabalho com alto salário por não permitir desfrutar a vida pessoal, a geração Y não apresenta ruptura

social evidente. Enquanto os X enfrentam o mundo profissional com relativo ceticismo, os Y são silenciosos e contundentes, parecem saber exatamente o que querem, pois não reivindicam, executam suas decisões a partir de *blogs* e SMS. Não polemizam, agem. A proximidade com a tecnologia torna-os mais decididos e sua atitude diante da hierarquia é cortês, mas não de estrito respeito ou amor/ódio, como das gerações anteriores.

Especificamente no Brasil, a geração Y chegou à fase adulta sem presenciar a hiperinflação, a ditadura e o desemprego. Nesta fase, o país saiu da condição de subdesenvolvido para o grupo dos emergentes.

Nota-se que o uso de recursos multimídias proporciona a visão mais crítica, despertando também a mobilidade e a formação multicultural. Ferramentas como *podcasts* aumentam a mobilidade e a flexibilidade dos estudantes para aprender e tornar o aprendizado mais dinâmico, cabendo às IES e aos docentes criarem aulas mais estimulantes e inovadoras.

Exemplificando, nas universidades de Stanford, Duke, Berkeley e Wisconsin-Madison, que participam do projeto iTunes U, o “*campus* que nunca dorme”, são oferecidos gratuitamente conteúdos de aulas, palestras, debates e discursos. É nesse contexto que as possibilidades de inovação das IES brasileiras são infinitas, o que pode tornar a prestação de serviços educacionais cada vez mais desafiadora e gratificante para quem souber usar estas novas tecnologias.

Em síntese, as características que diferenciam a geração Y de outros coletivos são:

- Os jovens conhecem vários idiomas e o nível de educação é alto;
- Esta geração busca pós-graduação (especialização e mestrado);
- A idade é mediana, são cosmopolitas, solteiros ou casados e com poucos filhos;
- Possuem grande rede de amizades;
- No mercado de trabalho possuem experiências multinacionais;
- Estes jovens não se limitam à sua localização geográfica;
- São adeptos de variados de esportes, artes, leitura e viagens;
- Manejam as novas tecnologias, tornando-as inerentes ao seu cotidiano;
- Buscam carreiras brilhantes, altos salários, adoram *headhunters* e multinacionais.

Se o uso do celular pode ser considerado um ícone dessa expansão de renda e ao mesmo tempo ser um bem não essencial, a utilização deste poderá ser utilizada como ferramenta para novas tecnologias no ensino superior.

Não incorporar novas ferramentas multimídias ao desenvolvimento do ensino, em prol do interesse dos alunos da geração Y é um erro comumente verificado nas IES, ainda mais em um mundo em que as informações são produzidas em escala exponencial e o quantitativo de informações a serem aprendidas pelos alunos é mais extensa.

Frente aos desafios de não apenas ler, memorizar e reproduzir, os professores devem estimular a associação e geração de novas idéias, mas também integrar-se ao que está “bombando” entre os alunos.

A criação de um laboratório de ideias nas faculdades poderia contribuir para a evolução do ensino superior no campo tecnológico, utilizando pelo menos parte da memória paralela dessa geração, que além



de prestar atenção em sala de aula, poderá estar desenvolvendo pelo menos duas outras atividades em conjunto.

As novas tecnologias surgidas nos últimos dez anos demandam que as IES conheçam seus alunos e se comuniquem em sua linguagem, compartilhando arquivos de áudio e investigando novas notícias que podem ser comentadas e discutidas em sala de aula. A utilização de novas ferramentas é essencial, pois os alunos acabam por ter um compromisso maior na busca por temas atuais, estando sintonizados com os últimos acontecimentos.

Cabe às IES compreenderem os novos perfis de alunos, utilizarem adequadamente os benefícios das telas de LCD, plasma, *touch-screen* e dos atuais celulares, além de aproveitarem a evolução geométrica da capacidade de processamento dos *chips* em seus processos de comunicação e ensino-aprendizagem.

Observa-se que a falta de integração entre a IES, o professor e o aluno resulta na escassez de profissionais adequados às novas exigências do mercado de trabalho, que acaba por acolher cada vez mais pessoas com idades próximas aos 40 anos, colocando lado a lado, profissionais de diferentes gerações, com valores e motivações diferentes.

No contexto empresarial, a geração Y gera preocupações e expectativas frente ao planejamento estratégico da empresa.

As principais características observadas nos *nativos digitais* são:

- Colaboração: possuem comportamento baseado no diálogo e na necessidade de atenção às suas ideias, além de direcionarem suas atenções às novidades da internet, o SMS e as redes sociais. (essa geração acha o e-mail lento e enviam em média 8 mensagens SMS para cada e-mail lido).
- Multitarefa: se somar as várias atividades realizadas ao mesmo tempo, o “dia” desse jovem poderá alcançar 46 horas. Essa característica demonstra que a geração Y é mais flexível e produtiva. Em contraponto, têm dificuldade de seguir raciocínios longos, tendo a superficialidade como característica marcante.
- Imediatismo: a satisfação tem que ser imediata assim como a recompensa. Não há, portanto, antecipação ou planejamento. Para o mercado de trabalho: “a promoção não veio, então vou embora”. Comparando, a geração Y apresenta pouco envolvimento que as gerações anteriores. Não absorve imposição, mas sim, engajamento.
- Equilíbrio: estes jovens cresceram sem ter seus pais próximos e não querem repetir com seus filhos o que fizeram com eles. Buscam equilíbrio entre o profissional e o pessoal. Como consequência buscam carreiras alternativas, meios de se trabalhar em casa ou em escritórios com atitudes incomuns que misturem trabalho e lazer.
- Ceticismo: não acreditam em propaganda, mas em avaliações de pessoas próximas. Acreditam mais no que o amigo fala do que aquilo que a agência de propaganda está comunicando.
- Valores: é importante a organização a qual está vinculado tenha valores alinhados aos seus. Enquanto esses jovens dão importância a determinados valores como família e ética, não consideram crime ou roubo “baixar” música pela internet. Os valores para essa geração são referências do comportamento que eles acham certo e valor passa a ser algo que eles determinam como certo e não o que é imposto.

- Os desafios das empresas consistem em buscar maneiras de integração entre a geração Y e o meio corporativo, acostumado com burocracia, horário, uma tarefa por vez, cumprimento de metas e busca de resultados, o que é totalmente contrário aos interesses da geração Y.

No âmbito do ensino superior, enquanto que a maioria das IES não mantém seu foco nas novas gerações, o perfil a ser descoberto nos próximos anos poderá ser ainda mais amplo com a entrada da geração Z (nascidos a partir de 1995). Este público estará buscando o ensino superior em no máximo 4 ou 5 anos.

A letra Z, que denomina os jovens dessa nova geração, é originária do termo “zap” (zapear), ou seja, da ação de mudar de um canal de TV para outro, em ir da internet para o telefone, do telefone para a TV, da TV para o MSN, enquanto zapeia entre dezenas de sites, ouve músicas no seu *iPod* e, até mesmo, assiste a um filme.

Essas duas gerações juntas certamente buscam algo mais do que a massa de informações que já dominam. Cabe às IES atenção e busca desse jovem, ofertando conteúdos com valores agregados.

5.6.2. Redes Sociais e uso da tecnologia na educação superior

O mundo moderno em que vivemos tem passado por uma série de mudanças de ordem social, econômica, política e cultural. A tecnologia e seu rápido desenvolvimento têm provocado significativas alterações na forma de comunicação das pessoas em todo o mundo e essa evolução tem grande influência em diversos setores.

A tecnologia tornou-se uma ferramenta que proporciona ao homem inúmeras possibilidades. O crescente avanço tecnológico vem modificando a forma com que o homem se relaciona e compreende o mundo, provocando a necessidade de adaptação aos novos tempos.

Na evolução do homem, desde a era primitiva até a atualidade, podemos verificar a linha tênue entre a educação e a comunicação. Todo o processo evolutivo da humanidade confirma essa tendência de interação com o seu meio ambiente (espacial), para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. A comunicação é a grande ferramenta de evolução da espécie.

Hoje, na sociedade do conhecimento, o processo de comunicação requer aparato tecnológico. As novas tecnologias colaboram intrinsecamente para evolução dos seres humanos, motivando-os para novas formas de pensar, analisar e cogitar sobre qualquer assunto.

A tecnologia é, portanto, essencial para que todas as ciências (humanas, exatas, saúde, biológicas, literárias, etc.) possam avançar nas descobertas científicas que tanto contribuem para que o homem tenha se desenvolvimento pleno.

No campo da educação, o uso das tecnologias da informação e comunicação - TICs tem sido aplicado no ensino presencial como um mecanismo para desenvolver aprendizagem, e na educação a distância propriamente dita.

A mudança no perfil dos estudantes (em qualquer faixa etária) é um desafio para a educação. Portanto, educar na era da sociedade digital segundo, Patrícia Peck Pinheiros¹⁰ (2007), é:

Preparar profissionais criativos com habilidades que lhe permitam lidar facilmente com a rapidez na fluência de informações, acompanhando as transformações e sendo parte delas, de modo responsável, ético e legal. É preparar cidadãos digitais para um novo mercado de

¹⁰ PINHEIROS, Patrícia Peck. **Boas práticas legais no uso da tecnologia dentro e fora da sala de aula**: guia rápido para as instituições educacionais. Disponível em: < <http://www.criancamaissegura.com.br> >. Acesso em: março 2011.



trabalho que exige postura adequada, segurança da informação, respeito às leis, inclusive na Internet.

Se por um lado, o perfil dos estudantes mudou com o uso das novas tecnologias, o perfil dos docentes tornou-se obsoleto e as instituições de ensino frente as expectativas desse novo aluno, agora interligado com o mundo remotamente, trocando informações e adquirido conhecimento mediado pelas novas tecnologias, vem quebrando paradigmas sobre a forma tradicional de ensinar.

Para Ludhiana Bertoncello (2011) é importante que as IES comecem a “ampliar a percepção da importância do uso das tecnologias para a produção do conhecimento e para aprendizagem, por meio de exemplos em áreas diversas”.

A *web* se transformou em uma das mais importantes tecnologias digitais e se tornou essencial para o setor educacional como mecanismo de acessibilidade para implementação do ensino a distância voltado a atender a esse novo perfil de estudantes. As TICs proporcionam inovação na forma de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar.

Em muitas campanhas de processo seletivo (vestibulares) a atratividade utilizada é a oferta de computadores (notebooks) aos futuros ingressantes. O que em tese permite ao novo aluno ter mais acesso ao conteúdo programático do curso e à Internet. Porém, aparelhar alunos com equipamentos de última geração e dar garantias de acesso a informação técnica e científica, não basta, é essencial mobilizar todos da instituição no domínio pleno das novas tecnologias. Os docentes devem utilizar os recursos tecnológicos a seu favor, tornando as aulas momentos inesquecíveis para os alunos.

A incorporação de novas tecnologias na sala de aula só tem sentido se contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, segundo Júlio Barboza¹¹ (2010). “A simples presença de novas tecnologias na escola não é, por si só, garantia de maior qualidade na educação, pois a aparente modernidade pode mascarar um ensino tradicional baseado na recepção e memorização de informações”.

Torna-se vital para as IES compreender de que forma o uso das TICs promoverão a competitividade, produzindo ensino de excelência, independentemente da modalidade (presencial ou à distância).

Aos professores cabe intensificar o seu trabalho docente a partir de suas experiências, realização de projetos, elaboração de novos questionamentos para confirmar as teorias e proporcionar aos estudantes novos conhecimentos. Sendo a Internet um grande repositório de informações, é salutar que os estudantes tenham condições de aprender a selecionar e utilizar a informação disponível.

As redes sociais, exemplo de novos meio de comunicação, tornaram-se a preferência dos jovens e dos estudantes. É comum ao transitar pela rede encontrar os chamados seguidores. Nas IES isso não é diferente e a adesão a esses mecanismos de comunicação é algo natural. Segundo dados da pesquisa publicada pelo Ibope *Net Ratings*, na revista *Época* (junho/2010, o Top 10 Brasil são:

- MSN com 27.4 milhões.
- ORKUT com 26 milhões.
- YOUTUBE com 20 milhões.
- TWITTER com 9.8 milhões.
- FACEBOOK com 9.6 milhões.
- SKYPE com 5 milhões.
- FORMSPRING com 4 milhões.
- FLICKR com 3.5 milhões.

¹¹ BARBOZA, Júlio. **A importância da utilização dos recursos tecnológicos no ensino das ciências exatas, sob a ótica de uma evolução positiva.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com>>. Acesso em: abril 2011.

NING com 3 milhões.

SÔNICO com 2 milhões.

Dominar as TCIs em benefício da oferta de ensino de qualidade de maneira que se possa abranger esse novo perfil do alunado, é um desafio para as IES brasileiras, visto que muitas delas atuam de forma tradicionalista onde o professor é instrucionista e o aluno mero expectador.

5.6.3. Classes C e D e a Revolução do Ensino na Família

O crescimento da participação das classes sociais C e D no ensino superior em quaisquer das esferas, pública ou privada, com destaque para esta última é uma realidade presente. Esta nova realidade dá-se em razão das mudanças que desencadearam o desenvolvimento do Brasil e, por consequência, a ascensão das classes sociais aos bens de consumos e serviços.

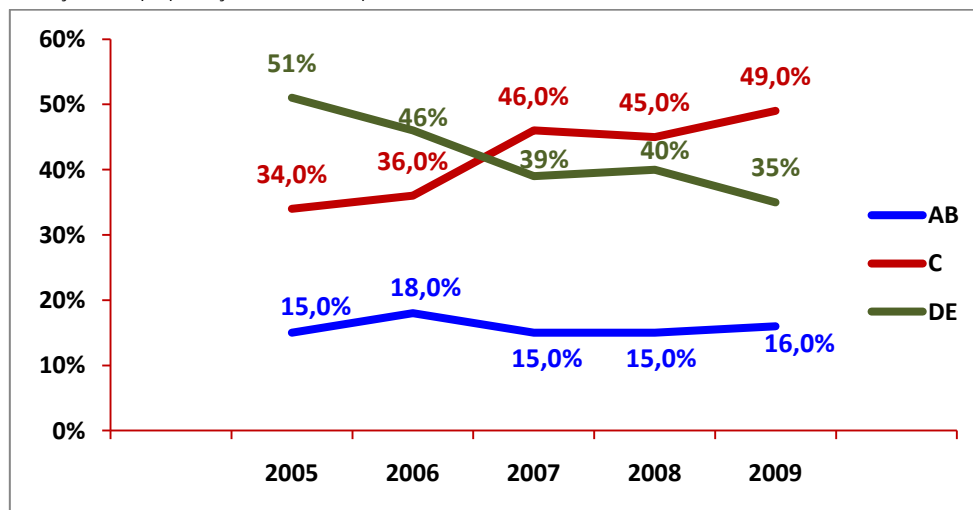
A mudança sensível no padrão de vida possibilitou a compra de mais carnes e chocolates. Esta classe social dá preferência para os pagamentos à vista quanto ao consumo de bens duráveis e vem obtendo novas possibilidades para a reforma da casa, a compra do primeiro automóvel e a inserção digital (celulares, MP3, computadores e Internet).

Com a estabilização econômica, o ensino superior ganhou atratividade com a diminuição das mensalidades e a ampliação da oferta, tendo em vista que um diploma no Brasil pode elevar em até 171% a remuneração dos trabalhadores graduados em relação aos trabalhadores concluintes do ensino médio.

Muitos alunos da Classes C e D estão ingressando no ensino superior a partir do ProUni, sendo necessário que as IES dediquem cada vez mais atenção ao definir propostas de captação de novos alunos, levando em consideração o novo perfil social.

O gráfico n. 45 apresenta a evolução do percentual de pessoas que ingressaram na classe C entre os anos de 2005 e 2009, evidenciando o aumento crescente do poder aquisitivo da população brasileira.

Gráfico 45 – Distribuição da população brasileira por classes sociais, Brasil 2005-2009.



Fonte: Folha de São Paulo, Abril de 2010. (A partir dos estudo da Talent)

A participação da classe C tem sido favorecida pela continuidade do crescimento da educação superior para jovens trabalhadores da classe média e média-baixa, sustentado não apenas pelas ascensão social, mas também pela demanda ainda não atendida.

Do mesmo modo, observa-se a expansão de cursos de graduação formatados para atender a demanda das classes C e D, em especial, em IES que se instalaram em cidades do interior e na periferia dos grandes centros.

Enquanto que as classes mais favorecidas concentram os alunos que desejam estudar com vistas a *alcançar mais do que os seus pais lhe deram*, os jovens da classe C lutam imbuídos de garra para *conquistar aquilo que seus pais nunca tiveram*. Evidentemente, no último caso, a motivação e o apoio familiar constituem-se nos diferenciais desta nova geração de alunos.

5.6.3.1 Reflexos no crescimento das matrículas

O ingresso de uma nova geração de alunos quintuplicou o segmento do ensino superior e tem movimentado cerca de 25 bilhões de reais por ano. Certamente, esta realidade está mudando o perfil das IES brasileiras. Os novos alunos ascenderam socialmente e agora investem naquilo que antes lhe era privado por razões econômicas. A maioria ainda não tem condições financeiras favoráveis, mas tem crédito e capacidade para assumir um financiamento.

Diante desse contexto, é necessário ampliar o acesso ao ensino superior com a oferta de linhas de crédito especiais, possibilitando aos jovens o ingresso e permanência.

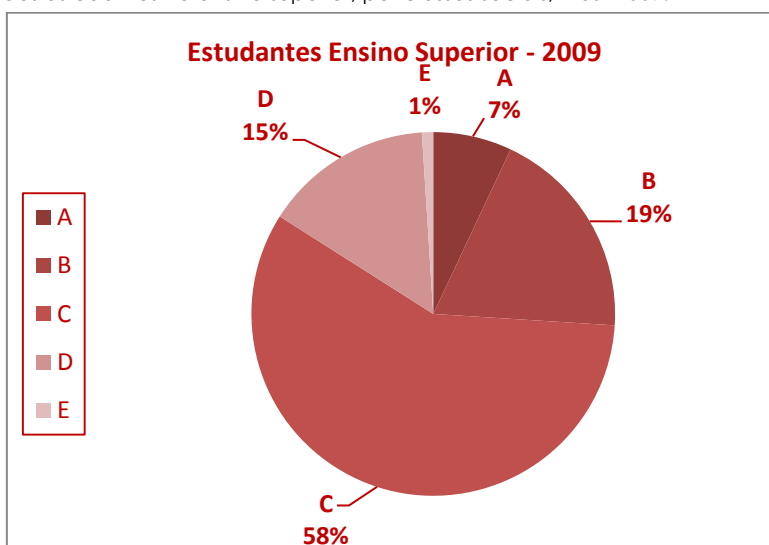
Para atender a estes novos alunos, é indispensável considerar a modalidade de educação a distância que, além de permitir a expansão rápida para o interior dos Estados, torna a formação superior acessível à população de baixa renda, visto que pode ser adquirida por um valor mais viável.

O aumento da demanda motivou o oferecimento de cursos de graduação na modalidade EaD (Educação a Distância), o crescimento da graduação tecnológica e a diminuição no valor das mensalidades, considerando os valores praticados nos últimos 10 anos. Em 2009, *ticket*-médio das mensalidades é R\$ 467,00.

A pesquisa *Ensino Superior*, do Instituto Data Popular lançada no final do ano de 2010, apresentou os dados sobre as classes sociais C e D, demonstrando o crescimento da participação desse contingente populacional.

O gráfico n. 46 apresenta a distribuição dos estudantes no ensino superior por classes sociais e evidencia a predominância da classe C:

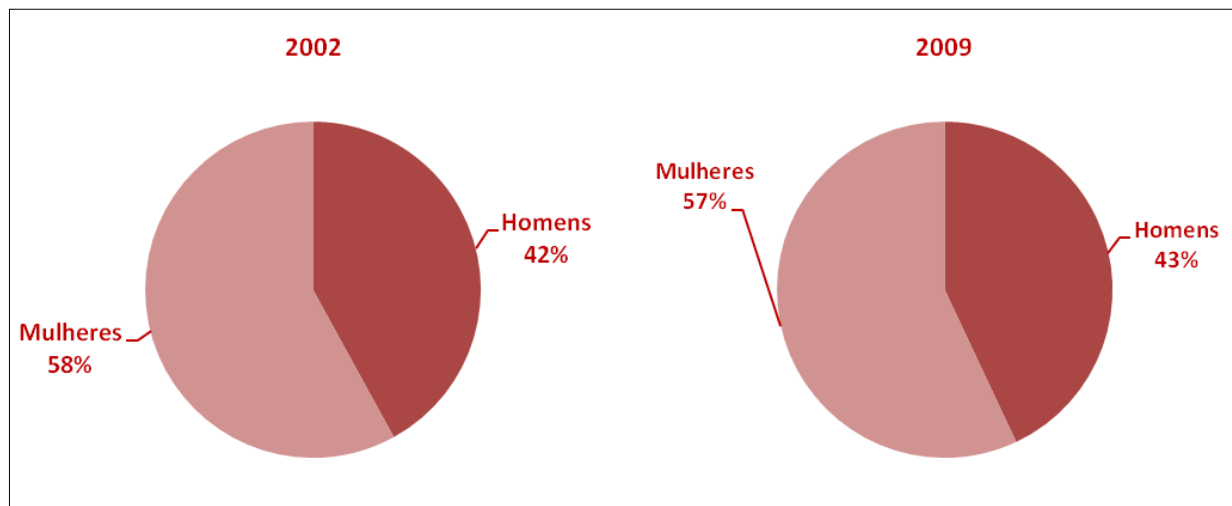
Gráfico 46 – Distribuição dos estudantes no ensino superior, por classes sociais, Brasil 2009.



Fonte: Data Popular, 2010, a partir da PNAD – IBGE.

Por sua vez, entre 2002 e 2009, a classe D também evoluiu triplicando sua participação respondendo por 15% do total de alunos matriculados. É preciso ainda levar em conta que em termos globais, o número de matrículas também aumentou no referido período. Em relação ao gênero, o Censo de 2009 revelou que o número de mulheres no ensino superior aumentou significativamente nos últimos anos, conforme se observa:

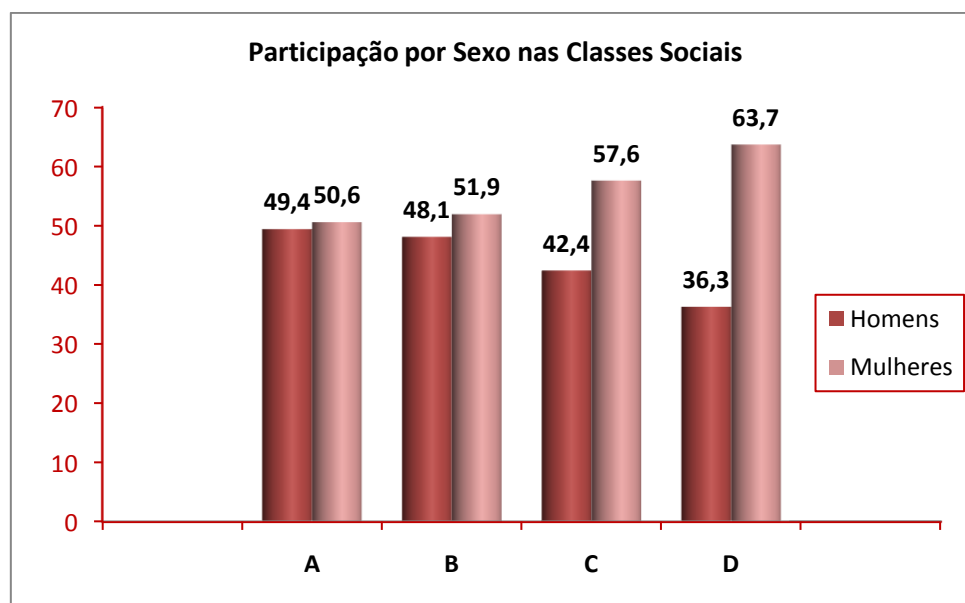
Gráfico 47 - Participação de homens e mulheres no total de estudantes de ensino superior no Brasil – 2002 e 2009.



Fonte: Data Popular, 2010, a partir da PNAD – IBGE.

As mulheres são a maioria dos estudantes do ensino superior em todas as classes sociais, inclusive em relação à faixa etária de conclusão do ensino médio. Consequentemente, mais mulheres se formam com idade inferior a 25 anos.

Gráfico 48 – Participação de homens e mulheres no total de estudantes de ensino superior brasileiro, por classe social, Brasil, 2009.



Fonte: Data Popular, a partir do PNAD – IBGE, 2010.

Por outro lado, vê-se que em todas as classes houve aumento da inclusão de alunos do sexo masculino no ensino superior, entretanto, as mulheres continuam sendo maioria. O gráfico demonstra ainda que, quanto menor a renda, maior a participação das mulheres no total de estudantes de ensino superior.

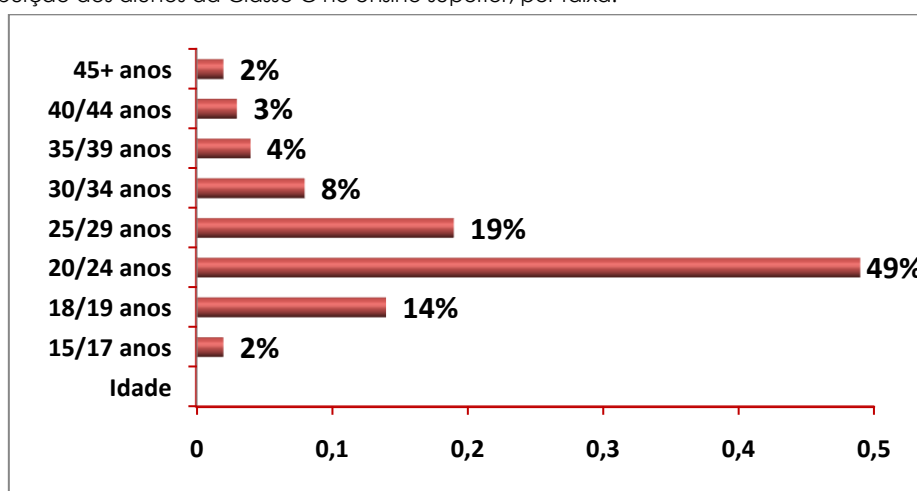
5.6.3.2 O Perfil dos novos alunos da Classe C

No final do ano de 2010, a empresa Talent lançou um estudo sobre os novos alunos que compõem o contingente de estudantes do ensino superior oriundos da classe C. O estudo revela que em geral, os alunos possuem renda baixa e são geralmente os primeiros da família a se matricularem no ensino superior. Destaca também os hábitos e tendências de consumo desses novos alunos e traça os hábitos de consumo, lazer e comportamento, a partir de sua realidade socioeconômica.

Apesar de a maioria desses novos estudantes serem jovens, com mensalidades mais acessíveis, pessoas que tinham o sonho de ingressar no ensino superior e não conseguiram logo após a conclusão do ensino médio, o faz anos depois.

O gráfico 49, a seguir, demonstra a distribuição da faixa etária dos novos alunos da classe C:

Gráfico 49 – Distribuição dos alunos da Classe C no ensino superior, por faixa.



Fonte: Estudo Talent Trends; Universitário, qual é a sua classe? É a C, 2010.

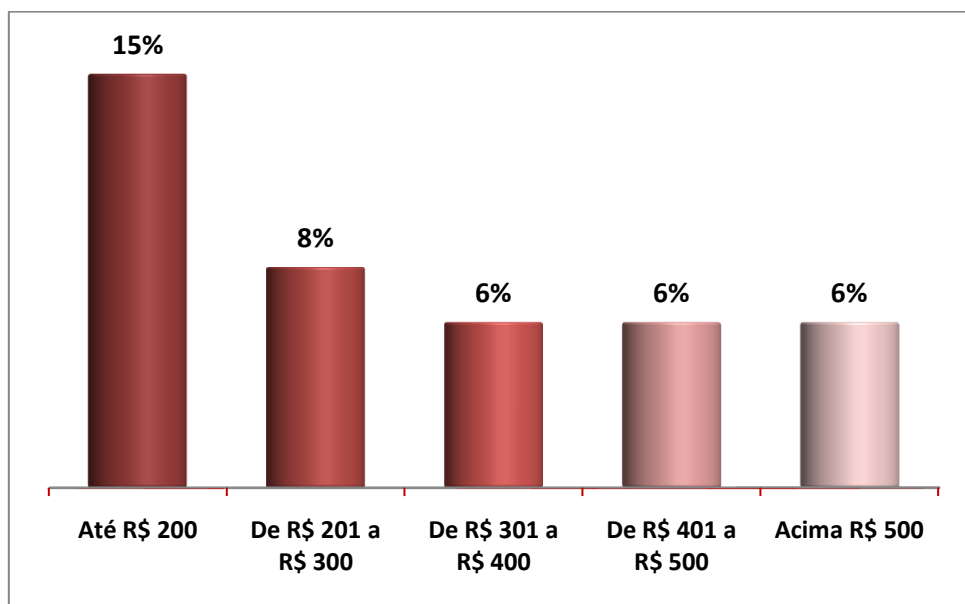
Segundo as informações do estudo mencionado, 70% dos alunos ingressaram no ensino superior em média quatro anos depois de concluírem o ensino médio. Esses novos estudantes têm hábitos de lazer relacionados a atividades comuns como ouvir música, ler livros, jantar fora de casa ou ainda ir a *shows*. Viajar é atividade de mais de 70% desses novos alunos.

A pesquisa apontou ainda que um grande contingente da classe C desenvolve atividade remunerada e normalmente frequenta as aulas no período noturno. Apesar das mensalidades comprometerem mais de 30% de sua renda, consomem produtos ligados às novas tecnologias como máquinas fotográficas digitais, celulares, computadores, MP3 e *iPods*.

O crédito é o produto mais consumido pelos estudantes da classe C e não decorre tão somente da ânsia pela aquisição de produtos, mas também pela necessidade de linhas de financiamentos e aumento do poder de compra em condições mais favoráveis e juros mais baixos.

O gráfico n. 50 a seguir, apresenta o gasto médio mensal, com cartão de crédito, dos estudantes do ensino superior da classe C.

Gráfico 50 – Gasto médio com cartão de crédito.



Fonte: Estudo Talent Trends; Universitário, qual é a sua classe? É a C, 2010.

Esse novo consumidor ascendeu socialmente e agora investe naquilo que antes lhe era privado por razões econômicas. A maioria ainda não tem grandes condições financeiras, mas tem capacidade de fazer pequenos financiamentos, por meio do *boom* de concessão de crédito nos últimos anos.

6. Área de Gestão

6.1. Da gestão acadêmica para a gestão profissional

6.1.1. Visão empresarial com fundamento social

A educação é um bem social. Para tanto, a qualidade da oferta e a busca de melhores resultados devem ser compromisso dos setores público e privado. A palavra de ordem é profissionalização da gestão.

A liderança acadêmica e administrativa requer o desenvolvimento de soluções compartilhadas, cabendo aos gestores institucionais o papel de articuladores responsáveis pela execução, como facilitadores da implementação das mudanças, além de características essenciais de personalidade como estilo e comportamento diferenciado.

A liderança está associada a um estilo próprio de tomada de decisão, influenciado diretamente pela forma como a IES organiza, desenvolve e dissemina as informações, concomitante à mobilização dos gestores e colaboradores na execução dos projetos acadêmicos e administrativos.

A gestão profissional nas IES requer a contínua avaliação dos processos internos e a realização de um planejamento estratégico, fatores condicionantes para a efetividade do gerenciamento e obtenção de melhores padrões de desempenho institucional.

O desdobramento do planejamento estratégico nas diversas esferas (cursos, programas, setores e áreas) permite o estabelecimento de macro-processos gerenciais, facilitando a operacionalização de estratégias competitivas.

Vale destacar que esse desdobramento só é possível mediante a implantação de um sistema de informação eficiente, com a devida capacitação dos usuários. Um plano de comunicação interno e externo adequado também é requisito fundamental, pois todos os processos devem ser coordenados e acompanhados pelas diversas instâncias de decisão.

O envolvimento de todos os colaboradores é essencial para que haja sucesso e consolidação nas ações acadêmicas e administrativas da IES. É preciso vincular esse ganho à consolidação de uma imagem sólida, eficiente e com reconhecimento interno e externo.

Diante dessas considerações, os gestores institucionais devem dar atenção a alguns aspectos relacionados à estrutura da IES, quais sejam:

- A base de conhecimento e o mapeamento do grau de interdependência dos setores e áreas sob sua responsabilidade;
- Os sistemas e operações relacionados à gestão do atendimento discente devem ser continuamente monitorados, via controle quantitativo e qualitativo das respostas dos clientes internos e externos.
- O gerenciamento do tempo na realização da atividade-meio e atividade-fim deve utilizar ferramentas visando um atendimento customizado e eficiente.
- A configuração dos serviços e o relacionamento com o cliente devem ser balizados pela capacitação continuada, garantindo a qualidade e atenção aos padrões previamente definidos.

A gestão e a liderança balizadas por canais integrados de informação e comunicação devem atender com celeridade e eficiência as demandas. Deve ainda promover a sistematização e institucionalização do atendimento prestado, mediante controle de metas, indicadores e prazos.

Em suma, a efetividade dos processos internos e externos nas IES é alcançada mediante o aprimoramento da metodologia existente e da capacitação dos atores institucionais nos processos-chaves. Isto depende do grau de comprometimento dos mantenedores com seus dirigentes e destes com os demais colaboradores. Juntos, devem ter em mente o propósito institucional de educar.

É necessário desvencilhar-se dos ranços de gestão ultrapassados e incorporar novas concepções, buscar um significado novo para sua atuação o que implica mudança de paradigmas, um novo modelo de liderança e uma nova visão sobre a educação, na busca de novos desafios e novos métodos de trabalho.

As ações institucionais, porém com sintonia de propósito, podem e têm o poder de transformar o país rumo ao crescimento.

6.2. Da instituição de ensino para a empresa de serviços educacionais¹²

6.2.1. As questões são as mesmas, porém as respostas mudaram.

Atualmente, o ensino superior brasileiro ainda convive com o mesmo modelo utilizado no século XX. É preciso fazer uma revisão, visando criar um movimento nacional que atenda às demandas da sociedade brasileira. E esse processo deve partir fundamentalmente, das próprias IES, não se configurando como algo

¹² Utilizaremos vez por outra o termo “empresa de serviços educacionais” (ESED) em referência às IES, conforme o contexto, reforçando a tese de que a educação, como bem social, deve ser gerida e desenvolvida sob os parâmetros da mais alta competência em gestão empresarial para atendimento de seu fim.



imposto de cima para baixo. Uma parceria entre setor privado e Governo pode maximizar os resultados para ambas as partes, culminando nos fins constitucionais da educação.

O modelo atual apresenta alguns problemas e entre eles, a precocidade nas escolhas da carreira e o viés monodisciplinar na graduação, com currículos estreitos e bitolados. Não se mede o grau de criatividade e aptidão dos estudantes, beneficiando unicamente àqueles que têm mais facilidade para decorar conteúdos e não os mais competentes.

Existe ainda a necessidade de discutir e avaliar um novo modelo educacional. Salienta-se que o ideal é não se restringir a um modelo único, mas a adoção de um modelo multifacetado com diferentes características e missões, pois há diferentes tipos de IES, apresentando objetivos, missões e sustentabilidade financeira distintas.

A aprendizagem centrada no estudante, a flexibilidade, a interação e a inclusão digital são ideias estruturantes do novo modelo pedagógico, que se propõe a transformar o estudante no motor e no construtor do seu percurso de aprendizagem, levando-o a desenvolver competências digitais e tornando-o um membro ativo da chamada sociedade do conhecimento.

Neste ínterim, acertos e erros dos que tentaram inovar, adaptando seu modelo às circunstâncias da época, devem servir de exemplo. É preciso ousar com prudência, considerando o conhecimento do “ontem”, para manter vivo o legado, e do “hoje” para inovar com acerto.

Em síntese, ao pensar em um novo modelo de *empresa de serviços educacionais* é preciso considerar que o conhecimento produzido deve ser aberto, compartilhado e acessível a todos. O processo de ensino-aprendizagem deve ser participativo, trazendo o aluno para o centro da discussão, em uma abordagem multidisciplinar.

6.2.2. Abandono de velhos paradigmas

Para suprir as necessidades do setor educacional tanto do ponto de vista das metas governamentais de qualidade quanto das metas institucionais, as IES hoje devem parecer-se mais com as organizações empresariais de amanhã, do que com os velhos padrões de ontem, aproveitando o necessário e descartando o ultrapassado.

Esta revisão faz-se necessária e não deve ser estimulada por impulso legislativo, mas deve pautar-se no simples fato de que as mudanças na economia, bem como na maneira em que as organizações produtivas estão se readaptando ao momento, demandam a procura por profissionais com características específicas somadas à capacidade de integração.

Trata-se de esquecer parcialmente o passado, guardar as lições aprendidas que foram relevantes e rever a orientação. Assim, velhos paradigmas devem ser novamente abertos para realinhamento ainda que se faça necessário alterar estruturas consideradas fundamentais. *Não se descobre o oceano sem a coragem de perder a terra de vista* (André Gide).

A primeira sensação é de incômodo e tensão. Significa procurar um “novo queijo¹³”, pois o atual, além de velho, está chegando ao fim. No âmbito da educação superior, este novo queijo é representado por redefinição de objetivos que envolvam conhecimentos, habilidades e atitudes, novas formas de aprendizado, liberdade de iniciativa (dos alunos!), aproveitamento da tecnologia, além de, finalmente, desregulamentação e desburocratização com vistas a potencializar o ensino superior de forma no âmbito nacional.

¹³ Referência à parábola *Quem Mexeu no Meu Queijo?* de Spencer Johnson, publicado em 1998.



Ademais, na conjuntura brasileira prevalece ainda a dúvida se estamos diante de um sistema aberto ou fechado em relação ao acesso. Isso se dá em razão dos números do Censo, que demonstram que estamos operando com apenas metade da capacidade e ainda esta metade tem parte desintegrada pela evasão. Seria como ter uma indústria que produz efetivamente apenas 40% dos produtos que poderia oferecer. A concentração em alguns cursos e o despreparo para a vida universitária são fatores catalisadores desses indicadores negativos, porém a responsabilidade deve ser dividida entre os *players*, inclusive o MEC.

A grande verdade é: falta dinheiro para os alunos pagarem a universidade, ou pelo menos bons motivos para assim fazerem. O ensino privado é uma atividade dirigida à prestação de serviços, no qual o cálculo deve englobar os custos, que devem estar conectados à qualidade e pagos por quem os recebe. Se não for assim, é preciso esclarecer quem arcará com as despesas. A inadimplência faz parte do círculo vicioso entre falta de interesse do aluno e um serviço não atrativo ou que pouco agregue valor. Antes de tudo, é pura subjetividade. O que nos faz decidir uma aquisição ou a contratação de um serviço?

Enfim, porque será que alguns setores da economia não esfriam? Além da concorrência similar, enfrentamos a concorrência alternativa, o que significa enfrentar concorrentes diferentes de nós, porque o foco é diferente, mas a fonte de recursos é a mesma: os salários que pagam o ensino dos estudantes. Para o setor privado não deve mudar. O grande desafio é melhorar, aproveitar o novo, e, acima de tudo, demonstrar ao aluno por meio do valor agregado que o seu dinheiro e o seu tempo estão bem investidos.

6.2.3. Empresa de Serviços Educacionais - ESED: centro de educação em todos os sentidos!

Cada vez mais será possível enxergar pessoas retornando aos estudos em razão da necessidade de capacitação profissional e intelectual. Uma renovação dos conhecimentos por parte de uma geração mais madura e, portanto, mais centrada e consciente de seus objetivos. Neste aspecto, a cobrança por qualidade torna-se inevitável.

O conhecimento distribuído também é o grande divisor de águas entre esta nova geração e a anterior, por causa da facilidade do acesso à informação

A educação informal ganha espaço no contexto geral e passa a ganhar mais respeito no mundo profissional, onde qualidades e experiências pessoais influenciam cada vez mais na hora da contratação. No mercado mundial, há vários exemplos de profissionais que optaram por “ganhar tempo” não concluindo um curso superior, em razão da necessidade de aplicação imediata de ideias que, por sua vez, estão revolucionando o mundo. Bill Gates e Steve Jobs são grandes exemplos.

Por outro lado, esta educação não está somente na informalidade ou na universidade. Há uma grande possibilidade de expansão da educação corporativa, mais centrada e na medida exata às necessidades organizacionais. Essa é uma forte tendência. Nos Estados Unidos de cada dólar investido em educação, um dólar e trinta e três centavos são investidos em educação corporativa.

A capacitação profissional *in company* é uma realidade, pois além de focada, contribui para a competitividade organizacional. Esta é uma grande oportunidade para instituições de ensino públicas e privadas, por meio de convênios com empresas. É evidente que exemplos como Bill Gates e Steve Jobs são exceções à regra. A maioria das pessoas precisa de aprendizado e esse é o papel da empresa de serviços educacionais que, por sua vez, deixou de ser há muito tempo a única ou pelo menos a mais importante fonte de conhecimento. Porém não se pode afirmar que os seus dias contados, pois o excesso de conhecimento gera outro complicador: a necessidade de direcionamento.



Desta forma, surge a oportunidade de maximizar o potencial das IES públicas e privadas, de modo que possam assumir um papel norteador calcado em princípios e valores, justificando assim a própria existência. A revisão de velhos paradigmas torna-se necessária para se dar um salto para a vocação inovadora e para isso a flexibilidade na organização e versatilidade nas tarefas são imprescindíveis para uma formação integradora de acordo com a demanda.

Enfim, como centro de conhecimento (porém, não o único!), as IES devem alinhar-se às novas tecnologias, tornando-se fonte e referencial regional para desenvolvimento de novos conhecimentos. Há que se falar então em qualidade, requisito essencial para qualquer organização. Este é o desafio e acredite-se que alguém já está a tempos fazendo isso.

7. Área Estratégica

7.1. O Plano Nacional de Educação: ontem e hoje

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorou durante o período 2001-2010, foi aprovado pela Lei n. 10.172/2001, com duração de 10 anos e possui estrutura abrangente, registrando 295 metas distribuídas entre os níveis e modalidades da educação nacional, balizados pelos seguintes objetivos:

1. Elevação global do nível de escolaridade da população.
2. Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis.
3. Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.
4. Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação, na elaboração do projeto pedagógico da escola e na participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em relação ao ensino superior, o PNE contempla 35 metas específicas, porém a este número somam-se outras metas que estão integradas em outras diretrizes, como as que definem a educação a distância e as tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, formação dos professores e valorização do magistério.

A política governamental idealizou uma proposta abrangente para estimular o crescimento da educação superior. Considerando a classificação por categoria administrativa, públicas e privadas, cada uma deve cumprir o seu papel, fundamentada na política governamental e também em função das necessidades do mercado profissional.

Por integrar o sistema federal de ensino, as IES privadas também são influenciadas por outras metas destinadas ao ensino superior que dizem respeito às políticas governamentais, tais como:

- Avaliação periódica - recredenciamento das IES e reconhecimento de seus cursos.
- Formulação de diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade.
- Diversificação da oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos.
- Promoção da extensão e responsabilidade social, pesquisa e investigação científica.



Nota-se que o PNE detém as melhores intenções e, desde 2001, dita as diretrizes das políticas educacionais brasileiras, em todos os níveis de ensino. Este documento inovou com o estabelecimento de metas, visando tangibilizar o discurso, muitas vezes inflamado e sem substrato.

Entre alguns dos seus 23 objetivos e metas relacionadas ao ensino superior e outros 11 relacionados ao financiamento e gestão da educação superior, observou-se repetido exaustivamente, tanto por críticos das políticas públicas, quanto por defensores que buscaram ao longo dos últimos anos, a sua concretização:

“Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” – o equivalente a 10.000.000 de matrículas.

O fato é que, em 2009, somente 14,4% da população de 18 a 24 anos, faixa etária mencionada na meta estavam matriculadas. É o que demonstrou a análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, comparados com outros países (PNAD/IBGE).

De acordo com o estudo, os dados apontam que o estudante termina o ensino médio após a idade esperada, que é 17 anos, e ingressa no ensino superior com atraso. Considerando a taxa de frequência bruta, 30,3% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados no ensino superior em 2009.

Entretanto, o acesso também é diferente em cada uma das regiões brasileiras. Enquanto no sul, 19,2% dos jovens na faixa etária analisada estavam matriculados no ensino superior em 2009, no Nordeste menos de 10% encontrava-se nessa situação.

Entre os jovens de 18 a 24 anos residentes na zona rural, apenas 4,3% tiveram acesso ao ensino superior, contra 18,2% da população jovem, na mesma faixa etária, residente na zona urbana. Vê-se também a disparidade no acesso dos jovens negros, que foi de apenas 8,3%, enquanto que os jovens brancos totalizaram 21,3%. Conclui-se que em nenhuma das situações mencionadas o Brasil alcançou as metas estabelecidas, sejam em relação às taxas de acesso líquidas ou brutas.

Segundo estudos elaborados por universidades federais, não se chegou a cumprir a totalidade das metas previstas nestes 10 anos de vigência do Plano. Um levantamento feito pelo MEC, abrangendo o período de 2001 a 2008, detectou que apenas 97 (33%) das 294 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), estão sendo cumpridas. De acordo com os especialistas, a grande quantidade de metas eleitas ocasionou a dificuldade do cumprimento.

Em 2007 o Ministério da Educação lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com intervenções previstas até 2022. Enquanto o PNE focava metas e objetivos numéricos, o PDE teve como escopo a qualidade do ensino.

Em 15 de dezembro de 2010 foi entregue pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 – 2020 (até o fechamento deste estudo ainda não sancionado pelo Congresso). Com uma estrutura diferente de seu predecessor, o plano proposto é composto de 20 metas e ações definidas.

O PNE 2011-2020 delineou diretrizes para a educação brasileira em todos os níveis e etapas de modo que se possa expandir e melhorar a qualidade do ensino consolidadas em vinte e seis (26) estratégias, sendo que para a educação básica são reservadas onze (11) metas e nove (9) metas para a Educação Superior.

Em relação ao ensino superior as metas estabelecidas para a graduação visam à expansão do número de vagas de forma democrática intensificando as ações para a garantia da permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos e, ao mesmo tempo garantir a qualidade do ensino, estabelecendo três grandes metas:

Metas	Estratégias
<p>Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.</p>	<p>12.1 - Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.</p> <p>12.2 - Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.</p> <p>12.3 - Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.</p> <p>12.4 - Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.</p> <p>12.5 - Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.</p> <p>12.6 - Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador.</p> <p>12.7 - Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.</p> <p>12.8 - Fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.</p> <p>12.9 - Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.</p> <p>12.10 - Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.</p> <p>12.11 - Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.</p> <p>12.12 - Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.</p> <p>12.13 - Expandir atendimento específico a populações do campo e indígena, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações.</p> <p>12.14 - Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.</p> <p>12.15 - Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação.</p> <p>12.16 - Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados.</p>
<p>Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.</p>	<p>13.1- Aprofundar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.</p> <p>13.2 - Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a que mais estudantes, de mais áreas, sejam avaliados no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.</p> <p>13.3 - Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições superiores, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.</p> <p>13.4 - Induzir a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela CONAES, de modo a permitir</p>

Metas	Estratégias
	<p>aos graduandos a aquisição das competências necessárias a conduzir o processo de aprendizagem de seus futuros alunos, combinando formação geral e prática didática.</p> <p>13.5 - Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p> <p>13.6 - Substituir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação.</p> <p>13.7 - Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de educação superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>
<p>Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.</p>	<p>14.1 - Expandir o financiamento da pós-graduação <i>stricto sensu</i> por meio das agências oficiais de fomento.</p> <p>14.2 - Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e as agências estaduais de fomento à pesquisa.</p> <p>14.3 - Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, à pós-graduação <i>stricto sensu</i>, especialmente ao mestrado profissional.</p> <p>14.4 - Expandir a oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.</p> <p>14.5 - Consolidar programas, projetos e ações que objetiverem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.</p> <p>14.6 - Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>14.7 - Implementar ações para redução de desigualdades regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e indígena a programas de mestrado e doutorado.</p> <p>14.8 - Ampliar a oferta de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, especialmente o de doutorado, nos <i>campi</i> novos abertos no âmbito dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.</p> <p>14.9 - Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação.</p>

O presidente da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional da Educação, Prof. Dr. Paulo Speller, considera que para cumprir a meta de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% será necessário dobrar os índices projetados para 2010.

O Dr. Paulo Speller enumera dezessete (17) desafios para o cumprimento da meta:

1. Democratização do acesso, da permanência e do sucesso.
2. Ampliação da rede pública superior e de vagas nas IES públicas.
3. Redução das desigualdades regionais.
4. Formação com qualidade.
5. Inclusão social.
6. Fortalecimento e o estímulo às licenciaturas.
7. Formação de professores para a EaD.
8. Produção permanente de material didático e de conteúdos em múltiplas mídias.
9. Garantia de financiamento, especialmente para o setor público.
10. Relevância social dos programas oferecidos.
11. Estímulo à pesquisa científica e tecnológica.
12. Estímulo aos programas de intercâmbio e à integração internacional da educação no país.
13. Fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados.

O ritmo de crescimento das matrículas no ensino superior apresentado no Censo confirma essa constatação de que o Brasil dificilmente cumprirá esta meta ao final da década.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) ao discutir as propostas para o Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos 10 anos elencou uma série de metas e prioridades para a educação brasileira no referido período.

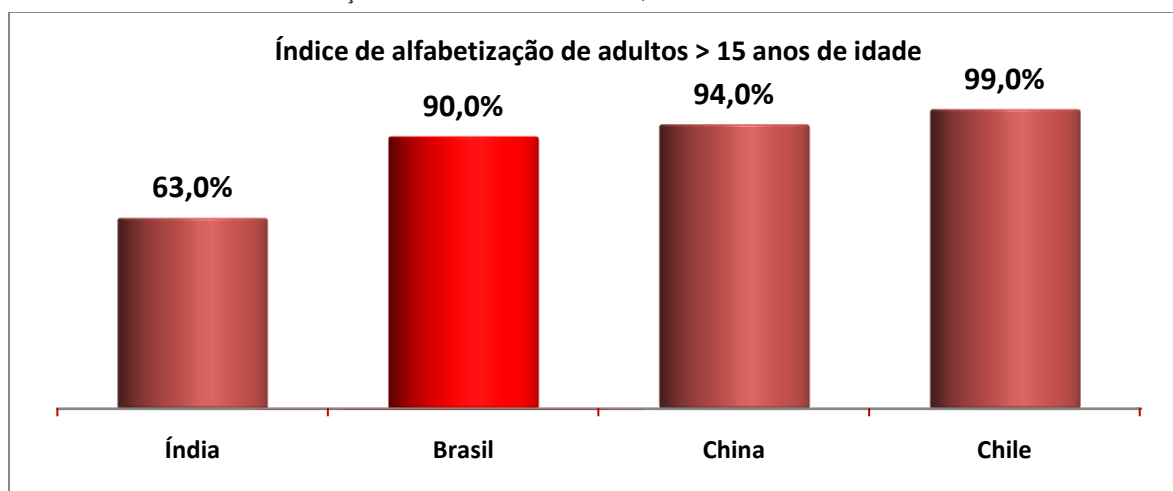
Nessa nova versão do PNE, a maioria das 295 metas do PNE anterior (2001/2010), foram agrupadas em cinco prioridades, destacando os resultados esperados e não alcançados. A CONAE foi precedida, em 2009, por conferências municipais, regionais e estaduais que contabilizaram a participação de mais de um milhão de pessoas envolvendo representantes da esfera pública e privada, pais, estudantes, professores, funcionários, dirigentes, representantes de organizações sociais, entre outros, cujo objetivo foi estabelecer bases e diretrizes para políticas de Estado, envolvendo a discussão de temáticas relacionadas aos diversos níveis, etapas e modalidades da educação nacional.

Nota-se que todo esse esforço para a consolidação do novo PNE se constituiu em um espaço político de participação coletiva de grande importância. Nessa direção, as conferências apresentam como tema geral: *“Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”*.

7.2. O Ensino Superior como área estratégica da Nação

O nível de escolaridade reflete no setor produtivo e impulsiona o país ao desenvolvimento. Comparando-se a taxa de escolaridade da população brasileira com de outros países como o Chile, que em 2010 era de 99,0%, e China (94,0%) segundo dados da UNESCO, o Brasil apresentou menor índice de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos, conforme demonstra o gráfico 51.

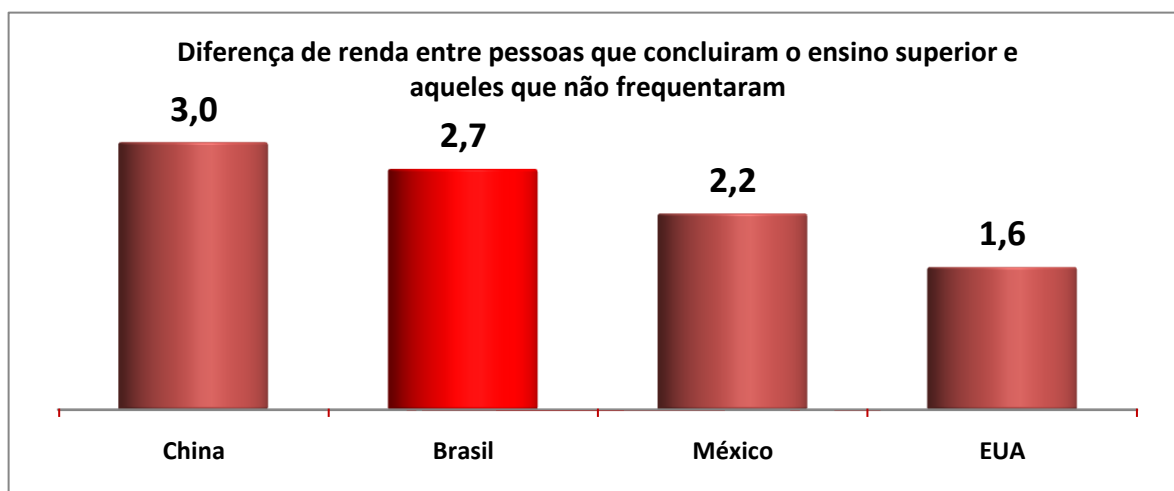
Gráfico 51 – Índice de alfabetização de adultos > de 15 anos, 2010.



Fonte: UNESCO 2010 – Elaboração CM Consultoria

Nesses países a renda entre as pessoas que concluíram o ensino superior e as que ainda não concluíram representou na China 3,0% de diferença e no Brasil 27,7%, nos Estados Unidos a diferença é de 1,6%, de acordo com o gráfico 52.

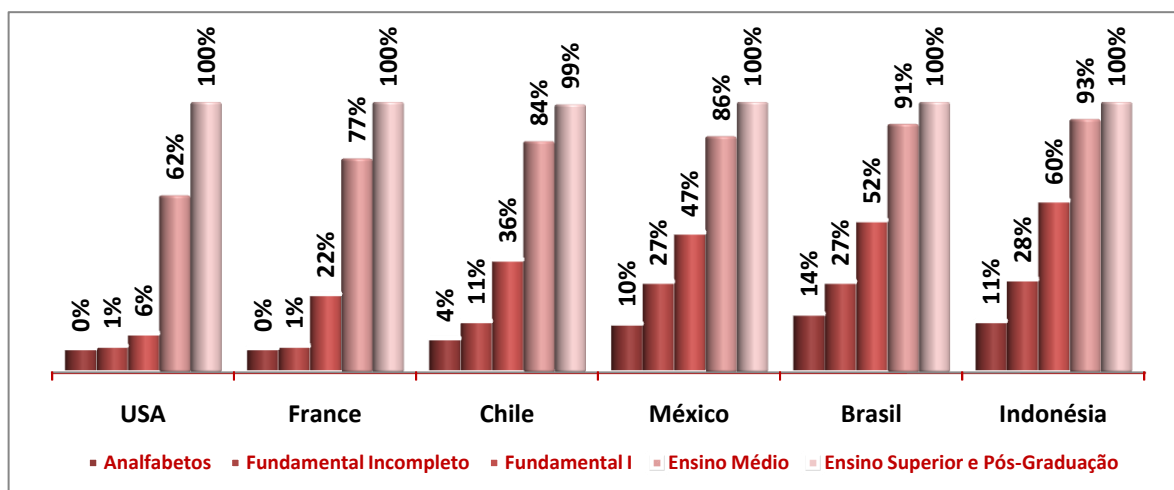
Gráfico 52 – Diferença de renda entre as pessoas com ensino superior, em 2010



Fonte: UNESCO 2010 – Elaboração CM Consultoria

O índice de analfabetismo nos países desenvolvidos como a França e Estados Unidos é praticamente zero, nos países em desenvolvimento como Chile é chega a 0,4%, o Brasil apresenta 14%. De de acordo com o PNAD 2009, 9,7% das pessoas com 15 anos ou mais não sabia ler ou escrever, o que corresponde a 14,1 milhões de brasileiros. A erradicação do analfabetismo é a primeira diretriz do PNE 2011-2022. O gráfico n. 53 apresentado na sequência apresenta a comparação dos índices de alfabetização dos países.

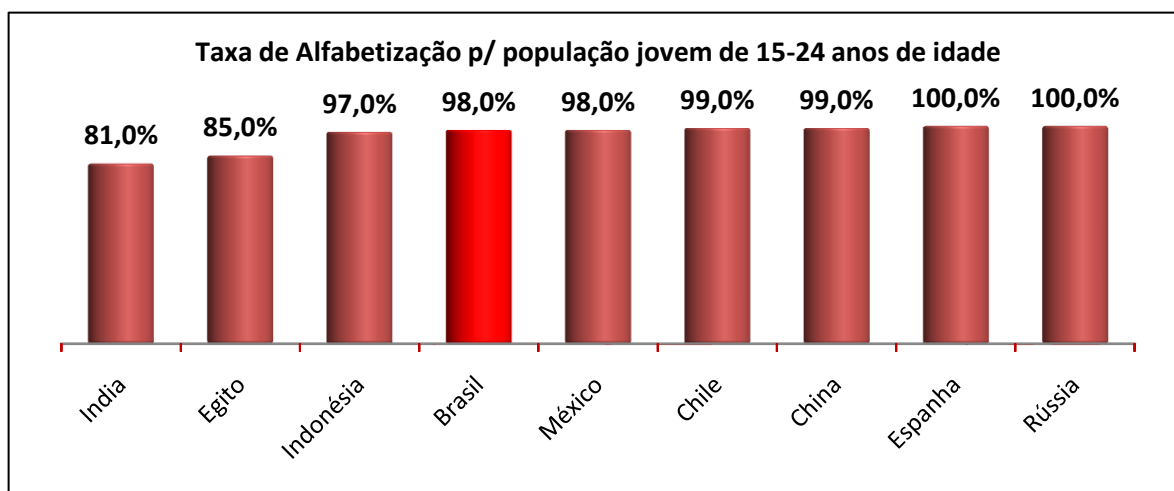
Gráfico 53 - índice de alfabetização dos países em 2009,



Fonte: UNESCO 2010 – Elaboração CM Consultoria

A taxa de alfabetização da população entre 15 a 24 anos nos países como Espanha e Rússia abrange 100% do total populacional, no Brasil 98% da população encontra-se alfabetizada. A escolaridade reflete o posicionamento econômico dos países. Nas grandes economias mundiais, a taxa de analfabetismo é praticamente nula. O gráfico n. 54 apresenta os percentuais de alfabetização entre diversos países.

Gráfico 54 – Taxa de alfabetização da população entre 15 a 24 anos, 2010.



Fonte: UNESCO 2010 – Elaboração CM Consultoria

A profissionalização e a mão de obra qualificada são determinantes para o desenvolvimento de qualquer nação. Independentemente da segmentação pública ou privada, é imprescindível para o sucesso organizacional.

A formação sólida implica obter conhecimentos básicos em áreas específicas e estar habilitado para executar funções e atividades técnicas com alto nível de desempenho, ou seja, sem erros, ou retrabalho.

No Brasil, a área de engenharia tem movimentado ações em prol da gestão da qualidade dos cursos existentes e tem dialogado sobre as demandas dos mercados para esses profissionais. Em 2009, os 1.925 cursos autorizados totalizavam 420.578 vagas e 242.692 matrículas, os ingressantes somavam 148.822 e 37.518 concluintes aptos a ingressarem no mercado de trabalho.

CURSO	Cursos	Vagas	Inscritos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Engenharia	1.925	420.578	605.217	242.692	148.822	37.518

Fonte: Censo da Educação Superior 2009.

A pesquisa *Sondagem Especial de Mão de Obra* da CNI, realizada em 2007, já sinalizava que metade das empresas industriais brasileiras teriam problemas para conseguir mão de obra qualificada e que 80% investem em programas de capacitação internamente. As grandes demandas eram as áreas de Agronegócios, Engenharia, Geólogos, Gestão Financeira, Gestão de Varejo, Gestão da Saúde, Logística, Tecnologia da Informação e profissionais técnicos de nível médio.

Em 2010, 61% dos brasileiros consideraram que a baixa qualidade do ensino prejudica o desenvolvimento do país, 59% concordaram que a renda de uma pessoa será maior quanto mais anos de educação ela tiver, e que o ensino ofertado em escolas privadas era melhor do que ofertado nas públicas, segundo a Pesquisa CNI-IBOPE – *Retratos da Sociedade Brasileira: Educação*.

Tabela 38 – Índice da qualidade do ensino por nível e categoria administrativa, 2007

Nível de Ensino	Tipo de escola		Usuários de escola pública		Usuária de escola privada	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Educação Fundamental	58,6	76,4	60,9	77,1	52,1	76,3
Ensino Médio	59,3	76,5	61,1	76,5	53,4	77,1
Educação Profissionalizante	69,3	75,6	65,2	78,2	61,8	75,8
Educação Superior	66,0	75,6	67,4	78,1	62,4	73,9

Fonte: CNI, 2007

Dados da pesquisa *Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil* realizada pelo IPEA¹⁴, em 2007 estimavam a geração de 1.592 milhão de novos empregos, enquanto que a mão de obra qualificada era apenas 1,6 milhão. O perfil requisitado pela demanda do mercado de trabalho na ocasião se configurava da seguinte forma:

- 63% sexo masculino;
- 58% não negros;
- 31 a 37 anos;
- 8 a 13 anos de estudo;
- 34% para a área industrial;
- 27% para a área de atendimento;
- Renumeração média de R\$640,00 a R\$1.916,00.

A demanda entre a mão de obra qualificada e o saldo da oferta, no Brasil e nas regiões administrativas esta apresentado na tabela- a seguir:

Tabela 39 – Saldo entre a oferta e a demanda da mão de obra, Brasil e Regiões, 2007

Região	Mão de obra qualificada	Demanda/empregos formais	Saldo/oferta/demanda
Brasil	1.676.068	1.592.047	84.021
Norte	69.940	99.031	-29.091
Nordeste	380.912	245.886	135.026
Sudeste	886.788	868.920	17.868
Sul	227.817	245.152	-26.335
Centro-Oeste	110.611	124.058	-13.447

Fonte: CNI, 2007

Observa-se que nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste faltavam profissionais qualificados em 2007, e nas regiões mais populosas como Nordeste e o Sudeste, a oferta de profissionais qualificados foi maior que a demanda de empregos.

A Confederação Nacional das Indústrias em 2007 destacou as perspectivas do setor sobre a qualificação profissional desejada para 2015, objetivando fornecer um referencial estratégico para estudantes, trabalhadores, empresas, instituições de ensino e governos. Segundo o levantamento realizado em 416 empresas industriais, estima-se que a formação para os profissionais da área de gestão em nível superior será em torno de 38,7% para cargos de direção e 35,8% para gerência, conforme está apresentado na tabela n. 40:

Tabela 40 – Perspectiva de formação profissional para 2015 pela indústria, em 2007.

Nível de Formação	Cargos	
	Diretoria	Gerência
Doutorado/mestrado	10,9%	4,9%
Pós-graduação/MBA	50,5%	43,2%
Curso superior	38,7%	35,8%
TOTAL	100%	100%

Fonte: CNI, 2007

A pós-graduação para cargos de direção e gerência tem no setor industrial grande importância representando como perspectiva para 2015, os percentuais de 50,5% e 43,2% respectivamente. Portanto, a educação continuada é imprescindível para que os profissionais se mantenham em postos de trabalho.

¹⁴ CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo. Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/mapadoemprego.pdf>>. Acesso em: abril 2011.

A pesquisa também destaca as 10 profissões no âmbito da indústria com maiores perspectivas de demanda no mercado, principalmente relacionadas às áreas petrolíferas, petroquímica, construção civil e meio ambiente. São elas:

n.	Denominação da Profissão	Índice
1	Engenheiro de Petróleo	0,83
2	Engenheiro Ambiental	0,75
3	Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos	0,73
4	Ajudantes de obras civis	0,72
5	Analistas de sistemas computacionais (TI)	0,70
6	Trabalhadores da fabricação de cerâmica estrutural para construção	0,70
7	Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino de petróleo, gás e afins	0,69
8	Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha	0,67
9	Técnicos florestais	0,67
10	Técnicos em manipulação farmacêutica	0,67

Fonte: CNI 2007

Em relação à distribuição dos níveis de formação profissional para as profissões acima destacadas, o nível superior abrange a maioria, a área de engenharia embora tenha apresentado um aumento no número de vagas autorizadas, ainda não será suficiente para atender as necessidades do mercado.

Em outros países desenvolvidos, a situação é um tanto diferente. Historicamente, nos Estados Unidos as instituições de ensino superior foram criadas por motivos estratégicos. Essa busca pelo conhecimento baseou-se em vários princípios como a preservação de uma velha fé, o treinamento de recursos humanos, a melhora nos padrões profissionais, a expansão de conhecimentos e a educação de jovens.

O objetivo não se originou, portanto, na busca pelo provimento de interesses ociosos ou com o objetivo de servir interesses próprios, seja de classes ou de grupos políticos. Em seu embrião, a criação das IES americanas buscou construir algo como um santuário do saber, um campo de treinamento de profissionais liberais e ao mesmo tempo uma espécie de fator de crescimento nacional.

Sob esses aspectos, a IES, enquanto um núcleo de inteligência estratégica, aborda as ferramentas de planejamento, buscando determinar os objetivos básicos no contexto do longo prazo, a adoção de direcionadores em busca do alcance de metas e a alocação de recursos que contribuam para o alcance do alvo pretendido.

Diante do exemplo americano, o gerenciamento das IES deve criar um ambiente de resultados positivos, pautado na construção da visão, missão e estratégia institucionais, atentando para itens imprescindíveis como:

- o atendimento das necessidades e expectativas dos clientes internos e externos;
- atenção às novas tendências: elementos primordiais para desenvolvimento de processos de mudanças e de reestruturação, visando o futuro institucional;
- a postura visionária da alta direção, dos dirigentes acadêmicos e administrativos (não apenas no PDI);
- os princípios e valores institucionais;
- as estratégias como meios para se atingir metas e objetivos;

Sob essas premissas, tanto o aspecto administrativo, quanto o aspecto pedagógico são importantes para o alcance da ciência e do conhecimento, cabendo às IES:

- a formação de núcleos de inteligência estratégica (cabeças pensantes);
- o foco na produção, aplicação e gestão do conhecimento;
- o desenvolvimento da flexibilização curricular;

- o conhecimento do contexto de mercado (dos riscos): o aumento de concorrência, a oferta de cursos, as taxas de evasão e de inadimplência, a forte regulamentação do MEC e o avanço da educação corporativa.

Em relação aos aspectos administrativos, na gestão dos recursos humanos (corpo docente) é fundamental:

- o comprometimento dos docentes enquanto educadores;
- o domínio dos processos de ensino-aprendizagem;
- os métodos eficazes de transmissão de conhecimento;
- a união da docência em relação ao fomento da pesquisa e a participação colaborativa nos processos decisórios da IES;
- a remuneração por desempenho.

Em suma, os desafios lançados continuamente às IES requerem gestores versáteis, capital humano inovador com diferenciais e habilidades técnicas adicionais, motivados por meio da remuneração por desempenho, levando aos discentes experiências relevantes para sua vida pessoal, profissional e social, o que contribui para o desenvolvimento da nação.

7.3. A Qualidade e o Futuro da Educação Superior

A constante preocupação com a qualidade da educação superior acaba por consolidar-se como meio de avaliação interna e externa do desempenho da IES. Dentre os processos de melhoria da qualidade propostas, a seguinte relação elenca as principais diretrizes de avaliação com base na qualidade:

1. Os métodos da qualidade e produtividade são tão úteis na melhoria de uma organização da área de serviços quanto em uma empresa que fabrica um produto.
2. Com a ajuda de pais e outros membros da comunidade, as IES podem identificar seus “elementos da qualidade” e definirem as exigências de conformidade que se transformarão em padrões para medição e análise estatística.
3. Nesse sistema, a ênfase é na melhoria dos processos tanto em termos de ensino quanto de serviços. Com tal foco, a hipótese é que essa melhoria do processo também levará a um melhor ensino, bem como ao melhor desempenho do aluno.
4. Os administradores da IES, por meio do uso de técnicas de liderança eficazes, podem ajudar os professores e o pessoal de apoio a criar um ambiente de solução de problemas que estimule a melhoria contínua.
5. Os processos gerenciais, técnicos e as transações nas IES devem passar por revisões contínuas. O processo de matrícula, mensalidades, memorandos, relatórios, contas, listas de cursos, transferências, sistemas de avaliação do professor, boletins e contatos diretos com alunos, pais e funcionários precisam ser reavaliados.
6. O uso de técnica de medição e análise é preeminente na avaliação dos resultados, bem como o progresso dos alunos, a competência e o conhecimento do professor, o trabalho efetivo discente e as experiências de laboratório ou atividades em sala de aula.
7. A avaliação precisa ser contínua e estruturada de forma sistêmica, a fim de promover comparações válidas e determinar se houve melhoria.

8. O clima organizacional da IES é usado como barômetro da satisfação do aluno, do funcionário e da eficácia da gerência. Quando o clima organizacional melhora, o processo de ensino/aprendizado também melhora, junto com os serviços de apoio da IES.

9. As pesquisas sobre a satisfação do aluno podem ser usadas como indicadores da eficácia do serviço. Quando a satisfação do aluno melhora, os processos associados ao aprendizado e ensino eficazes também melhoram, e os resultados serão melhores.

10. Os custos escolares diminuem automaticamente se houver menos erros, menos retrabalho, menos atrasos e obstáculos, a revisão contínua dos processos e um melhor serviço ao cliente.

Assim o novo cenário do setor educacional mostra que:

1. O segmento público e privado deverão ser mais competitivos;
2. O foco das organizações educacionais deverá estar em suas competências essenciais e no desenvolvimento individual e coletivo;
3. É preciso compreender as mudanças na cultura institucional e no perfil dos profissionais, enfim nas pessoas (talentos) que efetivamente são os diferenciais competitivos e a única vantagem competitiva sustentável.

Os novos paradigmas revelam a necessidade de satisfação e realização dos discentes, capacitação e valorização para a empregabilidade, considerando a concorrência crescente, o ensino superior como centro de excelência e formação.

Desta forma, para o binômio ensino-aprendizagem, novos e desafiadores paradigmas se colocam frente a frente do ensino superior:

- os alunos são ativos, empreendedores, desbravadores e transformadores de conhecimentos novos e individuais e interagem entre si e processam informações;
- o ensino prepara o aluno para um ambiente cooperativo e de aprendizagem baseado em times de trabalho e são treinados a aprender e aprender;
- os alunos devem ser preparados para solucionar problemas e a construção do conhecimento se dá a partir da sinergia entre as IES e o aluno;
- a IES deve desenvolver competências diferenciadas para o mercado de trabalho e as suas relações são baseadas em intuição, sentimento, emoção, sensações, percepções, além da razão e do pensamento científico;
- a tecnologia faz parte do ensino e a IES deve promover o conhecimento sistêmico e contínuo, voltado para o empreendedorismo pessoal e social.

As tendências, previsões e ideias sobre o futuro permitem detectar oportunidades e ameaças iminentes, possibilitando que as organizações educacionais definam seu posicionamento e o nível dos investimentos necessários.

Algumas tendências e previsões para o futuro, a partir de estudos como da *World Future Society* e *The Futurist*, registram que:

- no futuro, mais alunos irão cursar o ensino superior no exterior e a sala de aula não terá paredes, nem relógios e nem limite de idade.
- a expectativa de vida mais longa influenciará a escolha de carreiras e mais pessoas com 50 anos ou mais voltarão às IES para iniciar uma nova carreira.



- os jovens entre 20 e 30 anos permanecerão mais tempo na universidade, seja fazendo pós-graduação ou sendo capacitados para os trabalhos mais complexos exigidos pela nova sociedade.
- as pessoas poderão optar por maiores salários ou por mais tempo livre para se dedicar à família, lazer, entretenimento, cultura e educação continuada.
- a Internet vai aumentar ainda mais a necessidade de conexões sociais, logo a educação será portátil e a aprendizagem será *on-demand*. O cliente (aluno) pode baixar o que quiser e usá-lo quando quiser.
- o texto será imediatamente traduzido em apresentações multimídia e a educação para os nativos digitais se tornará cada vez mais pessoal e móvel, o que obrigará os professores a lutar por seu tempo e atenção.
- os nativos digitais trabalharão colaborativamente e aprenderão mais que as gerações anteriores. O teste de progresso de um aluno será cada vez mais difícil e a mobilidade dos empregos terá caráter global.
- experiências ao invés de bens materiais promoverão bem-estar e felicidade: as pessoas que usam experiências para satisfazer seus objetivos pessoais tornam-se mais interessantes, agradáveis e felizes.
- os artistas do futuro serão mais orientados para o mercado e mais jovens vão atrasar ou optar por não ingressar na força de trabalho, seja passando mais tempo na escola ou simplesmente aproveitando a vida.
- a tecnologia vai levar a educação para os analfabetos e a educação vai mudar da leitura, da escrita e da matemática para incentivar a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico.
- a capacidade de conhecimento humano vai continuar a dobrar a cada ano e a educação a distância crescerá geometricamente, tanto na educação formal, quanto na educação corporativa.

No ensino superior privado, à medida que seus diferentes *stakeholders* se unirem, formando redes de interesse humano em relação ao futuro, encontrarão a força e a sabedoria necessárias para criar um mundo melhor.



8. Conclusões

8.1. A Essência do Crescimento

8.1.1. O setor privado na Educação Superior

A participação da iniciativa privada no ensino superior vem crescendo em praticamente todas as nações do planeta. Em várias delas, como no caso do Brasil, o ensino privado já responde pela maior parte das matrículas.

A “*indústria do conhecimento*” vem sendo reconhecida como um dos principais setores da economia, movimentando em torno de 10% do PIB na maioria das nações. Nos EUA, o setor privado de ensino superior vem crescendo significativamente e já conta com várias IES listadas na bolsa de valores.

O mundo passou de pouco mais de 40 milhões de alunos no ensino superior no início dos anos 80, para 100 milhões de alunos em 2003 e 144 milhões em 2006. Nos países em desenvolvimento o número de matrículas no ensino superior passou de 47 milhões (1999) para 85 milhões (2006).

Em seu livro *The Future of Competition*, o Dr. Gary D. Hammer e Coimbatore Krishnarao Prahalad, reconhecidos pesquisadores do *management* mundial, apresentaram uma visão estratégica diferenciada daquela praticada pela maior parte das empresas. A visão de estratégia de Hamel & Prahalad reconhece que não é mais suficiente colocar as organizações em uma posição ótima dentro dos mercados existentes. O desafio, segundo eles, é penetrar na nuvem de incerteza e desenvolver a grande capacidade de previsão dos mercados de amanhã.

Logo, para chegar primeiro ao futuro, são necessários quatro elementos:

1. Compreensão de que a competição pelo futuro é uma competição diferente.
2. Desenvolver um processo de descoberta e percepção das oportunidades futuras.
3. Desenvolver habilidade de energizar as organizações de cima para baixo.
4. Ter capacidade para superar os concorrentes e chegar primeiro ao futuro sem correr grandes riscos.

Um bom conjunto de tendências e perspectivas é, portanto, um sistema de referência útil para a tomada de decisões estratégicas, uma vez que a sua explicitação reduz conflitos de percepção e orienta a tomada de posições dos grupos humanos envolvidos com o desdobrar dos fenômenos. Mas, acima de tudo, é preciso ter em mente que é absolutamente inútil pretender que as prospecções ‘adivinhem’ o que vai acontecer com exatidão no futuro. Segundo o pesquisador Arie de Geus, a única pergunta relevante é “**o que faremos se tal tendência acontecer?**”.

8.1.2. Financiamento Estudantil

O financiamento estudantil é uma das estratégias estabelecidas pelo MEC no PNE 2011-2022, para atingir o enunciado das Metas 11, 12, 14 e 15.

O plano dispõe sobre a expansão da oferta de financiamento estudantil para a educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nas instituições privadas de ensino superior. Uma das estratégias consiste em dispensar a exigência do fiador pelo FIES e amortizar o saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica para os estudantes que solicitarem financiamento para cursos de licenciatura.



A diferença entre a oferta e a demanda no ensino superior resulta na taxa de ociosidade superior a 50,0%. Soma-se a isso um contingente superior a 20.000.000 de pessoas na faixa etária entre 17 e 40 anos que possuem ensino médio completo, portanto aptas a ingressarem no ensino superior e que se encontram à margem do processo educacional, ampliando a lista de mão de obra sem qualificação adequada.

Avalia-se que a principal razão da ausência desse contingente na educação profissional é a falta de condições culturais para pleitear uma vaga em IES públicas e de recursos financeiros para a matrícula em IES privadas, onde há mais vagas disponíveis. Mesmo com a “guerra de preço” vigente, o acesso é proibitivamente caro para a maioria desse público-alvo.

A atual cultura não está associada ao financiamento estudantil. Financia-se casas, carros, geladeiras, televisão, cirurgias plásticas e outros bens de consumo palpáveis, porém, em relação à prestação de serviços educacionais, essa prática ainda é incipiente. Por isso, o desafio é valorizar a educação e dar condições de acesso às classes sociais C e D. O sistema de financiamento precisa ser ampliado. Cabe ao MEC e aos setores do ensino superior sensibilizar a população sobre a sua importância.

O novo PNE destaca em uma de suas metas: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”. Para tanto, propõe: “expandir o financiamento estudantil por meio do FIES e da constituição de um fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador”.

Entretanto, essa movimentação ainda é insuficiente para atender às necessidades dos estudantes. O desafio é ampliar o acesso do público com menor poder aquisitivo e ainda orientá-lo a encontrar meios próprios para sua permanência no ensino superior. Cabe ao ensino superior privado ofertar ensino de qualidade e com atratividade para a nova geração e ao governo ampliar o acesso à educação. Ao discente cabe responsabilizar-se pelo compromisso que assume.

O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social firmou protocolo de atuação conjunta que viabiliza a concessão de financiamento a instituições de educação superior, públicas ou privadas, que apresentem bom desempenho acadêmico (ENADE, CPC, IGC).

Neste sentido, os projetos de financiamento podem solicitar o valor para melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos, livros, nacionais e estrangeiros, *softwares* nacionais didáticos e também para a importação de equipamentos que não constam na indústria nacional.

A média de referência para os investimentos em educação em todos os níveis é apresentada pela OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, como sendo ideal o investimento de 25% do setor público aplicado diretamente ao financiamento da educação em relação ao PIB per capita.

Os dados dos últimos estudos revelam que o Brasil se enquadra na 5ª posição (20%) em investimento direto na educação, ficando à atrás de países como o Chile com (22%), Coréia do Sul e Japão com (28%) e Estados Unidos com (31%).

É correto afirmar que os coreanos são obcecados por educação e em todos os níveis, que os Estados Unidos frente a sua característica competitiva investem em educação para estar na dianteira dos acontecimentos e das descobertas, que os japoneses são motivados pela criatividade tecnológica e buscam desenvolver recursos modernos e implantá-los em todo o globo e que chilenos consideram a educação uma herança intransponível.

No mesmo estudo, os percentuais investidos por esses países na educação superior sobre a educação básica esta assim distribuída: Brasil (4,8%), Chile (2,9%), Estados Unidos (2,6%), Japão (1,8%) e Coréia do Sul (1,5%), sendo o valor de referência dado pela OCDE (1,9%). Fica claro que os investimentos da educação brasileira, não estão equilibrados, conforme ocorre em outros países.

8.1.3. FIES - Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC¹⁵ do Banco do Brasil criado pela Lei n. 12.087, de 11/11/2009, com alteração introduzida pela Medida Provisória n. 501, de 08/09/2010, que autorizou a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito.

O FGEDUC tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), concedidas pelos agentes financeiros mandatários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mediante a análise financeira dos candidatos (estudantes).

O FIES foi criado pela Lei n.10.260, de 12 de julho de 2001, alterada nos anos de 2004, 2007, 2009, 2010, tratando-se de um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, não gratuitos e com avaliação positiva no MEC.

São requisitos básicos para a concessão do financiamento:

Nesta modalidade de financiamento, as IES participam com 2% (conta-garantia) exigida por lei. Os valores são descontados dos encargos educacionais que a instituição teria a receber do FNDE, depositados e aplicados em fundo de investimento administrado pela BB-DTVM. O limite da garantia é de 80% do valor da operação.

As vantagens para as IES participantes é a redução do risco de crédito pela interveniência como devedor solidário e possibilidade de expansão da carteira de alunos em seus cursos, com conseqüente aumento do faturamento bruto anual. E para os estudantes é o acesso ao crédito, sobretudo, para aqueles que têm dificuldade de apresentar fiador.

As modalidades do financiamento englobam os seguintes percentuais dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas IES:

- 100% - quando o percentual de comprometimento da renda familiar mensal bruta *per capita* com estes encargos, calculado na forma prevista no art. 7º, for igual ou superior a 60% (sessenta por cento);
- 75% - quando o percentual de comprometimento da renda familiar mensal bruta *per capita* com estes encargos, calculado na forma prevista no art. 7º, for igual ou superior a 40% (quarenta por cento) e inferior a 60% (sessenta por cento);
- 50% - quando o percentual de comprometimento da renda familiar mensal bruta *per capita* com estes encargos, calculado na forma prevista no art. 7º, for igual ou superior a 20% (vinte por cento) e inferior a 40% (quarenta por cento).

Os requisitos exigidos para que os estudantes possam solicitá-lo são:

- Pleitear o financiamento para um único curso de graduação;
- Estar regularmente matriculado em um dos cursos do IES/Funcec;
- Não apresentar restrições no CPF;
- Ter participado do ENEM (caso dos ingressantes).

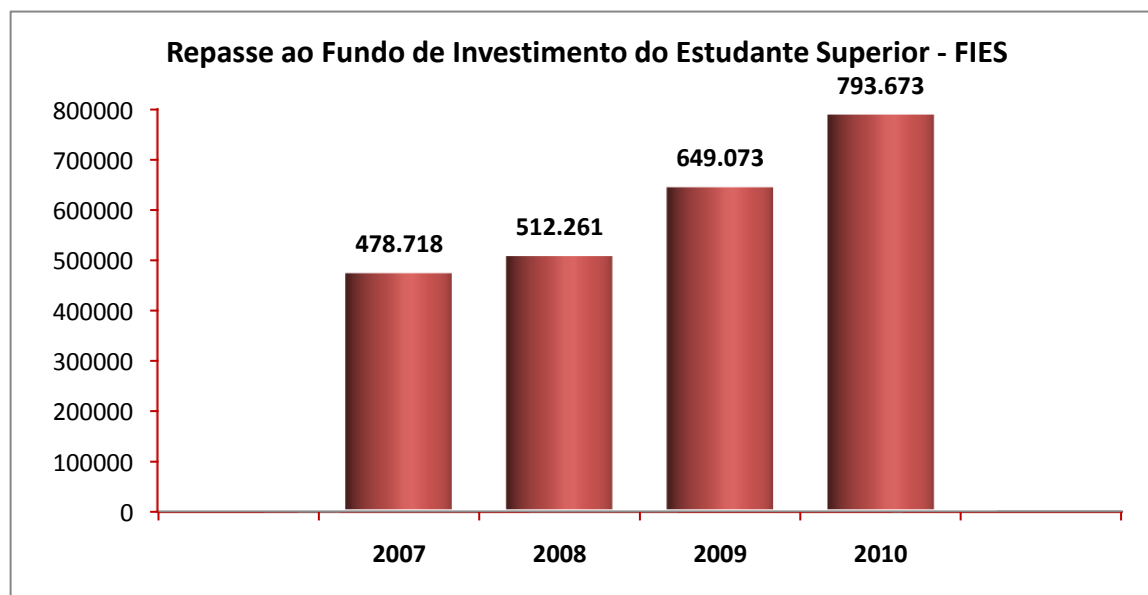
Os cursos considerados aptos para solicitação do financiamento precisam ter avaliação positiva, ou seja, obtiver conceito maior ou igual a 03 (três) no SINAES e as IES que desejam aderir ao FIES devem

¹⁵ Informações extraídas do portal BB: <http://www.bb.com.br/portallbb>>. Acesso em: abr 2011.

atender plenamente aos enunciados da Portaria nº 1/2010, no que se refere ao Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), ENADE, Conceito Institucional (CI), Índice Geral de Cursos (IGC).

Desde sua primeira edição em 2007, o FIES teve a adesão de 1.386 IES, abrangendo 863 mantenedoras. No período de 2007 a 2010 o repasse ao programa foi de R\$2.433.725, conforme apresenta o gráfico na sequência.

Gráfico 55 - Evolução do repasse ao Fundo do Investimento do Estudante Superior – FIES, 2007-2010



Fonte: Caixa Econômica Federal – 2011

Em 2009 foi atingida a marca de 487 mil contratos ativos, atendendo, aproximadamente, 33 mil estudantes. Em 2010, o FIES foi reformulado apresentando a seguinte configuração:

- Os juros foram alterados de 9% para 3,4% ao ano.
- O financiamento passou a ser de até 100% do valor da mensalidade.
- Houve dilatação do prazo de pagamento para o triplo do tempo de duração do curso.
- Criou-se um fundo de garantia de operações de crédito educativo (FGEDUC).
- Os estudantes de cursos de **licenciatura e medicina** que se dispuserem a trabalhar nas redes públicas de educação e saúde poderão amortizar sem dispêndio 1% da dívida consolidada, considerando cada mês de trabalho prestado.
- Foram financiados mais de 60 mil contratos, no valor global superior a R\$2,0 bilhões, (até 26/10/2010).

8.1.4. Programa Universidade para Todos – ProUni

O Programa Universidade para Todos – ProUni aprovado pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e de formação superior, em Instituições privadas mediante sua adesão ao programa. A realização da adesão permite às IES privadas, obterem em contrapartida a isenção de tributos.

A bolsa integral atende os estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. A bolsa parcial que equivale a 50% ou 25% do valor da mensalidade do curso visa atender os estudantes com renda familiar, por pessoa, de até três (3) salários mínimos. A bolsa permanência de até R\$

300,00 é um benefício mensal, concedido a estudantes com bolsa integral em utilização, desde que matriculados em cursos presenciais.

Os requisitos para que os estudantes possam solicitar as bolsas são:

- Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;
- Ser portador de deficiência, nos termos da lei;
- Ser professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia;
- Ter se submetido ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Entre 2005 a 2010 (1º semestre) foram ocupadas 748.788 bolsas, sendo:

- 513.357 bolsas integrais, 68,56% do total;
- 235.431 bolsas parciais, 31,44% do total;
- 89% das bolsas ofertadas para vagas em cursos presenciais;
- 74% das bolsas ofertadas para cursos ofertados no período noturno;
- 47% dos bolsistas eram afrodescendentes;
- 1.400 instituições de ensino superior participantes.

Destaca-se que o ano de 2009 marcou o período de maior oferta de bolsas de estudo, superando em 37,58% a meta de 180 mil bolsas previstas, pois foram ofertadas 247.643 bolsas.

Gráfico 56 – Bolsas ocupadas no ProUni – 2005-2010



Fonte: MEC – Elaboração CM Consultoria

O processo seletivo para aquisição de bolsas em 2011 abrangeu 162.491 bolsas, dessas 123.17 de caráter obrigatório e 39.321 adicionais. Observou-se o quantitativo de 1.048.631 inscritos, sendo selecionados 886.140 bolsistas.

Segundo dados da Receita Federal o custo médio mensal de cada bolsa ProUni em 2006 foi de R\$786,00, sendo o custo anual das bolsas por tipo de instituição ficou assim distribuído:



- Com fins lucrativos – R\$5.935
- Sem fins lucrativos (não-beneficentes) – R\$10.992
- Sem fins lucrativos beneficentes – R\$12.515

A média da bolsa anual foi de R\$9.814 e a média mensal do custo da bolsa foi de R\$718.

8.1.5. Financiamento Privado

O financiamento estudantil no Brasil também é ofertado por bancos privados, o Programa Educa mais Brasil: Bolsas de estudos¹⁶, visa o desenvolvimento da educação apoiando instituições parceiras. Desta forma, concede bolsas de estudo com descontos de 50%, aprovada antes mesmo dos estudantes participarem do processo seletivo da IES de seu interesse. Nesse caso a mensalidade é reduzida e não existe cobrança após a conclusão do curso. O público-alvo são os jovens oriundos das classes sociais C e D.

Em síntese, no ano de 2011, o programa realizou as seguintes operações:

- Estabeleceu 152 parcerias e criou 10.108 vagas.
- Obteve 90.000 escritos em 1.257 opções de cursos oferecidos.
- 94,5% dos estudantes aprovados foram classificados na faixa etária acima de 18 anos.
- 89% das parcerias foram firmadas com as IES privadas.
- A taxa de evasão posicionou-se abaixo de 5%.
- Nos últimos 7 anos, mais de 25 mil estudantes foram beneficiados pelo programa.

Outra possibilidade de financiamento é oferecida pelo Banco HSBC. Trata-se do Crédito Pessoal Universitário, uma linha de empréstimo destinado aos estudantes que estejam cursando o último ano da graduação. Este financiamento contempla 100% do valor da mensalidade semestral, limitado a R\$20.000,00. O pagamento é realizado em até 12 parcelas e atualmente 12 IES estão conveniadas ao programa.

O Unibanco¹⁷ também oferece Crédito Universitário, que funciona da seguinte maneira:

- Cada mensalidade é dividida em duas parcelas, ou seja, se o estudante financia cinco mensalidades, paga em dez vezes.
- Cada parcela do Crédito Universitário representa pouco mais do que metade do valor da mensalidade praticado pela IES, sendo pago no referido banco, a partir da contratação.

O Banco Itaú oferece crédito universitário que possibilita ao estudante pagar pouco mais da metade da mensalidade, ou seja, ao financiar 5 ou 6 mensalidades, o pagamento será realizado em 10 e 12 vezes respectivamente.

A- FUNDAPLUB¹⁸- Fundação Aplub de Crédito Educativo oferece o programa de crédito educativo, criado pelo ex-ministro da educação da Colômbia, Gabriel Betancur Mejía. O principal objetivo deste programa é auxiliar alunos talentosos que não possuem recursos para ingressarem no ensino superior. Por meio de convênios específicos, a FUNDAPLUB administra os programas das IES em diversas localidades do país. Considerando os critérios de seleção, o número de créditos e o quantitativo de vagas que cada Instituição reserva para o crédito educativo.

¹⁶ Informações extraídas do portal <<http://www.educamaisbrasil.com/>>. Acesso em: abril 2011.

¹⁷ Informações extraídas do portal: <<https://www.paguemetade.com.br/Default.aspx>>. Acesso em: abril 2011.

¹⁸ Informações extraídas do portal<<http://www.grupoaplub.com.br/fundaplub/credito-educativo/historia>>. Acesso em: abril. 2011.



A FUNDAPLUB desenvolve ainda um programa de recuperação de alunos inadimplentes com o objetivo de propiciar o retorno de receita financeira às IES, bem como, o incremento do número de alunos efetivamente matriculados. Este programa denomina-se *Recuperação de Alunos Inadimplentes e Evadidos*.

O Banco Santander¹⁹ oferece o programa global de apoio à educação superior, por meio do Santander Universidades e da Rede Universia, cuja missão é promover uma sociedade melhor, mais justa e sustentável. No Brasil, atua sob um modelo único no mercado, reunindo equipes especializadas para atender às demandas das universidades.

Em 2008, o Santander Universidades somou mais de 270 parcerias com IES, totalizando 597 mil clientes, 23% acima do total registrado no ano anterior. Os programas e projetos desenvolvidos pela área são divididos em cinco eixos estratégicos: produtos e comunicação, gestão de pontos de venda universitários, gestão de convênios, gestão de relacionamentos e gestão e controles.

Destaca-se o fortalecimento da rede de IES conveniadas ao cartão universidade. No Brasil, são dez universidades usuárias, que integram um total de 190 IES, no mundo. O cartão integra diversas funcionalidades, dentre elas, a possibilidade de acessar serviços acadêmicos e financeiros que vão da identificação e do ingresso ao *campus* até a pagamentos diversos dentro e fora das instalações acadêmicas tanto para estudantes, quanto para o corpo docente e corpo técnico-administrativo.

O investimento global já superou a marca de mais de R\$1 bilhão e concedeu mais de 50 mil bolsas de estudo. No Brasil, em 2008, o montante investido em ações de apoio ao ensino superior foi de R\$58,8 milhões, acima dos R\$57 milhões previstos para o período.

O programa oferece ainda convênios bilaterais de apoio ao ensino e à pesquisa, por meio de concessão de bolsas de estudo e intercâmbio para alunos e professores. Em 2008 foram 5,5 mil bolsas concedidas e até o final de 2009, a estimativa do Santander Universidades era de beneficiar 16,5 mil alunos e professores brasileiros por meio de seus programas de bolsas.

O programa concede o Prêmio Santander de Empreendedorismo e de Ciência e Inovação estimula o desenvolvimento de novas soluções para as empresas e pessoas. Em sua quarta edição, foram 1.912 inscrições de 244 universidades, crescimento de 26% em relação ao número de inscritos no ano anterior. Os sete vencedores receberam R\$ 50 mil para investir em seus projetos.

Em 2008 foram firmados 35 novos convênios de colaboração acadêmica, totalizando 175, com 319 instituições de ensino parceiras no País, que beneficiaram mais de 1,5 milhão de alunos e professores.

A IDEAL INVEST²⁰ é especializada em soluções financeiras para o setor educacional privado, por meio do Banco ABC Brasil S.A. e do Banco Paulista S.A. A mesma realiza a gestão do crédito universitário PRAVALER e do crédito PRAVALER pós-graduação.

O crédito PRAVALER foi criado em 2006, sendo considerado atualmente o maior programa de crédito universitário privado do país, compreendendo:

- 165 IES com 1 milhão de alunos matriculados, distribuídas em 14 estados brasileiros.
- Mais de 6.850 cursos com mais de 462 mil alunos interessados.
- O volume em reais repassado para o setor foi mais de R\$179 milhões.

¹⁹ Informações extraídas do portal <http://www.santander.com.br/portal/gsb/script/templates/GCMRequest.do?page=1447>. Acesso em: abril 2011.

²⁰ Informações extraídas do portal http://www.idealinvest.com.br/noticias_mais.php?cod=108. Acesso em: abril 2011.



II - Projeções

*“Fazer o melhor possível no momento atual nos colocará
no melhor lugar possível no próximo momento.”*

Oprah Winfrey

1. Análise de Cenários: otimista, pessimista e realista

Os cenários econômicos, sociais, culturais, políticos e educacionais são vistos como elementos essenciais para o desenvolvimento brasileiro e subsidiam de forma expressiva as reflexões em torno das metas estabelecidas pelo PNE – Plano Nacional de Educação, sobretudo àquelas que se referem ao ensino superior.

A conjuntura atual demonstra que, pelo menos, duas variáveis afetam diretamente esse segmento: o desemprego que contribui para diminuição de alunos e aumento da inadimplência e o nível de renda que exige a criação de linhas de financiamento, para viabilizar o acesso dos jovens das classes sociais C e D ao ensino superior.

Este fato também foi objeto de pesquisa do *Observatório Universitário*. A diferença entre a demanda pelo ensino superior e a oferta é muito expressiva. Em 2009, um montante de 1.797.434 alunos concluíram o ensino médio e somaram-se a um contingente de 20.179.687 pessoas na faixa etária entre 17 e 20 anos, com ensino médio completo, porém à margem e desprovida de acesso à formação superior. À mesma época, foram ofertadas 3.164.679 vagas, o que permitiu o ingresso de 1.511.388 alunos no ensino superior. Um número extremamente inferior à demanda em potencial.

Ressalte-se que o contingente do ensino superior brasileiro é formado em sua maioria de aluno-trabalhador, logo, qualquer problema relacionado ao emprego, dele ou de algum membro da família, interfere no seu acesso e permanência na educação superior. Vê-se também que não há ações governamentais suficientes para impedir, sobrepujar, ou minimizar, os efeitos das crises econômicas, sejam elas domésticas, de cunho nacional ou global.

Comparativamente, a crise internacional vivenciada causou efeito significativo no setor educacional brasileiro, reprimindo o acesso e a permanência. O contrário ocorre nos Estados Unidos, Canadá e Europa, nos quais o segmento de educação tem um comportamento anticíclico, calcado em mecanismos de proteção em relação aos efeitos das crises econômicas de cunho pessoal, nacional e global.

Nesta linha, observa-se que o financiamento estudantil, em vários países, detém quantitativo elevado de parcelas, procedente das ações do governo, especialmente, em tempos de crise. No Brasil, a realidade é ainda incipiente e o ensino superior depende de eficiência e objetivos da economia nacional, para alcançar resultados positivos. Portanto, a meta de **matricular 10.000.000 de alunos no ensino superior**, a partir das projeções e propostas elencadas neste documento dependerá, sobretudo, da integração entre as esferas do poder público e da iniciativa privada.

A demanda e o acesso à formação superior estão condicionados à capacidade de pagamento do público-alvo diversificado, às mudanças na distribuição da renda nos sistemas de créditos e na

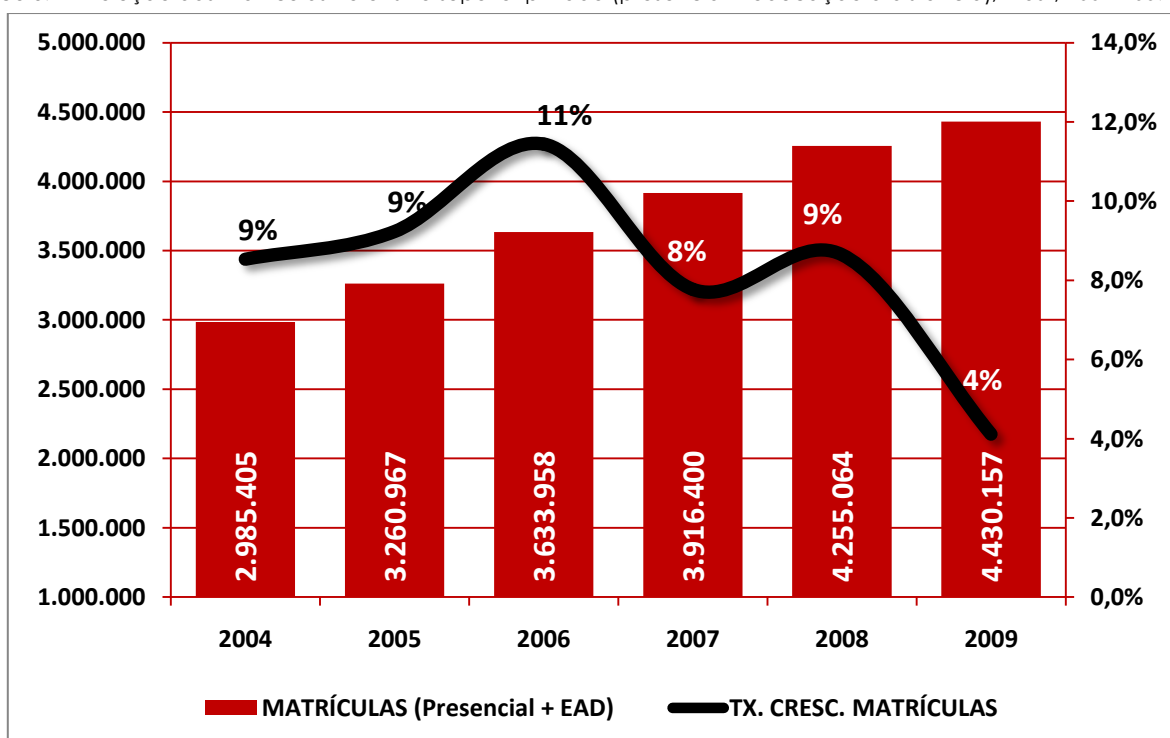
movimentação da população estratificada em classes sociais, bem como, no delineamento de um programa nacional que integra toda a sociedade organizada.

As projeções para alcance desse marco histórico, tão necessário para consolidar o desenvolvimento nacional, devem se desdobrar em um conjunto de ações estratégicas, levando em conta os fatores críticos de sucesso e as diversas realidades observadas nas grandes regiões brasileiras (norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste).

Neste sentido, a análise dos indicadores educacionais nos dados do censo da educação superior, nas variáveis socioeconômicas e da política educacional de regulação e avaliação vigente, permitiu delinear tendências e projeções para os próximos anos. Tal análise contribui para o processo decisório, no âmbito governamental e na iniciativa privada, esta, fundamentalmente estratégica para o ensino superior brasileiro. O principal desafio é determinar com base nas projeções dos diferentes cenários a possibilidade de definição do ano em que a população universitária alcançará a marca de 10 milhões de matrículas.

De início, faz-se necessário observar alguns dados do censo educacional. Este estudo realizado a partir da análise dos dados das matrículas no período de 2004-2009 leva-nos a perceber a importância da diversificação do modelo e a força da inovação. Assim, o gráfico n. 57 mostra a evolução do número total de alunos no período 2004-2009 no ensino privado. Esses números representam a somatória dos matriculados nas graduações tradicionais e tecnológicas, nos modelos, presencial e a distância.

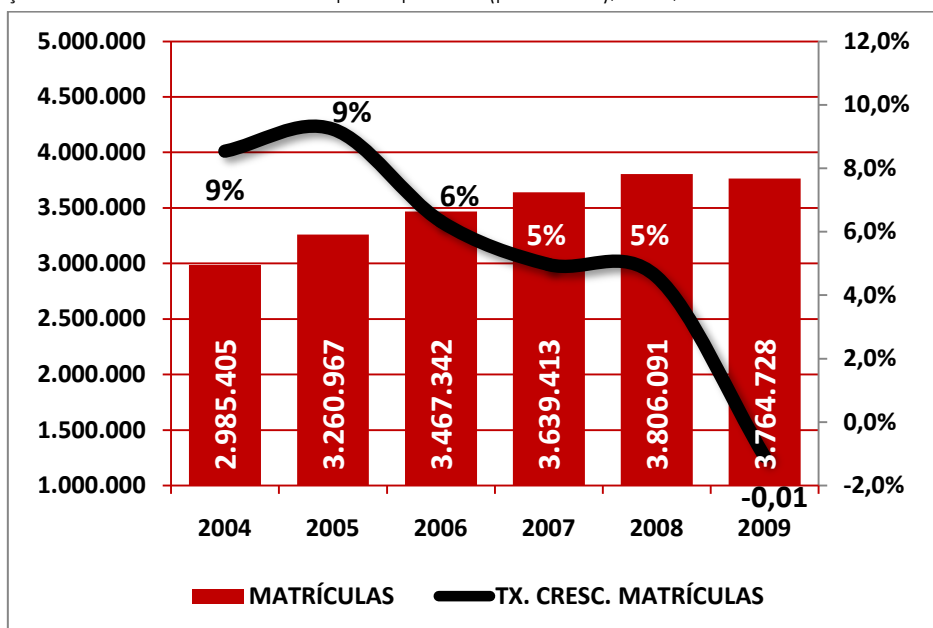
Gráfico 57 - Evolução das matrículas no ensino superior privado (presencial + educação a distância), Brasil, 2004-2009.



Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2009. Elaboração CM Consultoria

Da mesma forma, o gráfico n. 58 representa a curva de evolução no ensino tradicional presencial:

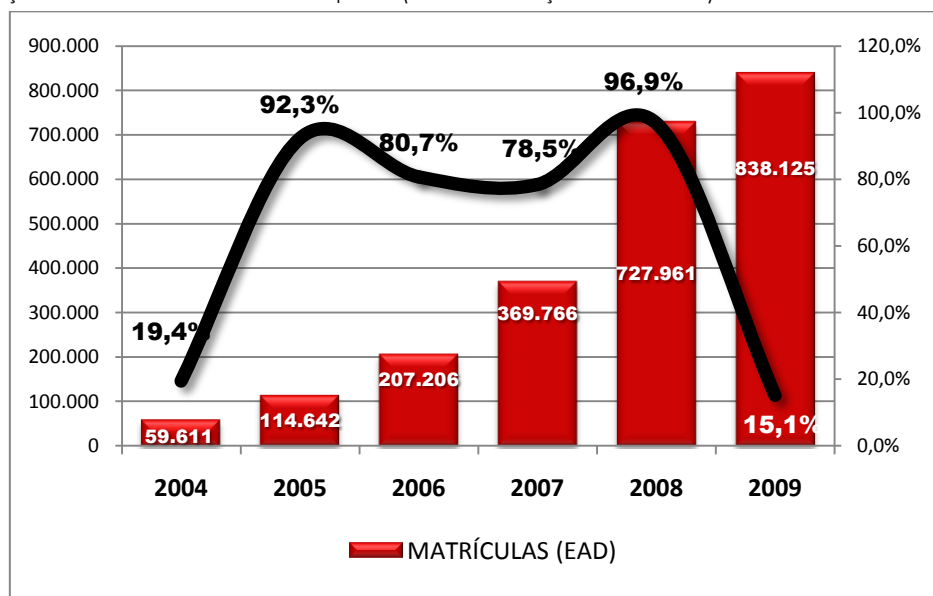
Gráfico 58 - Evolução das matrículas no ensino superior privado (presencial), Brasil, 2004-2009.



Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2009. Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 59 mostra a curva de evolução das matrículas na modalidade a distância:

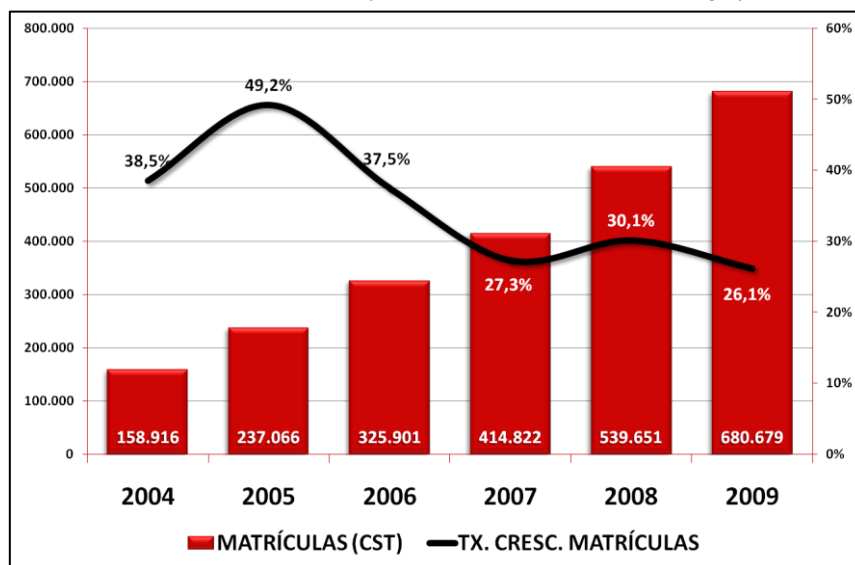
Gráfico 59 - Evolução das matrículas no ensino superior (EAD – Educação a Distância) – 2004-2009:



Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2009. Elaboração CM Consultoria.

O gráfico n. 60 demonstra os índices das matrículas na graduação tecnológica:

Gráfico 60 - Evolução das matrículas no ensino superior (CST – cursos superior de tecnologia), Brasil – 2004-2009.



Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2009. Elaboração CM Consultoria.

A análise dos gráficos 57, 58, 59 e 60 demonstra a situação atual do ensino superior brasileiro, sobretudo a tendência dos últimos anos (2008 e 2009). É preciso buscar as causas que estão gerando um cenário negativo.

2. Ensino Superior – IES públicas e privadas

2.1. A expansão das matrículas - IES públicas e privadas

Para desenhar as propostas de expansão das matrículas, o estudo considerou a evolução do alunado no período de 2004-2009, nas modalidades (presencial e a distância), com destaque para a graduação tecnológica - CST – cursos superiores de tecnologia.

A escolha do período de estudo se deu não apenas ao fato de ser o mais recente, mas principalmente por marcar a importância da EaD e da graduação tecnológica no cenário do ensino superior brasileiro. Com efeito, é a partir de 2004 que os números desses dois segmentos começaram a influenciar os dados totais além da queda das barreiras e das rejeições quanto a eles.

A graduação tecnológica deve ser entendida como uma modalidade de ensino capaz de desenvolver competências específicas para o exercício profissional relevante, atualizado e em consonância com as necessidades requeridas pelo mercado de trabalho contemporâneo. Da mesma forma, a educação a distância deve ser pensada de forma a romper as barreiras de tempo, espaço e localidade.

2.2. Evolução das matrículas: graduação presencial

A taxa de evolução média das matrículas na graduação “tradicional” (bacharelados e licenciaturas), modalidade presencial, no período 2000-2009 foi de 7,1%, resultante principalmente dos percentuais mais expressivos ocorridos entre 2000-2003, superiores a 10,0%. Entretanto a partir de 2003 nota-se um período de declínio, culminando em decréscimo de (-0,8%) em 2009.

Hipoteticamente, tomando por base o número de alunos da graduação tradicional (4.629.166), conforme censo educacional de 2009 e a média de crescimento do período 2000-2009 (7,1%), no ano de 2021 o quantitativo de alunos seria de 10.572.590 matriculados. A análise mais realista revela que a evolução das matrículas nessa mesma categoria (graduação tradicional – presencial), no período 2004-2009 obteve média de crescimento de 3,2%, bem mais próximo da realidade atual. Nota-se na tabela n. 41 a evolução decrescente ano a ano:

Tabela 41 – Evolução das matrículas e evolução - graduação tradicional - modalidade presencial, 2004-2009

MATRÍCULAS: GRADUAÇÃO TRADICIONAL - PRESENCIAL		
ANO	MATRÍCULAS	TAXA DE CRESCIMENTO
2004	4.010.426	4,8%
2005	4.238.885	5,7%
2006	4.397.919	3,8%
2007	4.533.231	3,1%
2008	4.668.024	3,0%
2009	4.629.166	-0,8%
Média de Crescimento no período = 3,2%		

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria

Considerando a evolução média de 3,2% da graduação tradicional (presencial), no período de 2004-2009, na modalidade presencial, somente em 2034 a graduação tradicional deteria o montante de 10.315.664 alunos matriculados. Caso seja considerado o crescimento médio no período 2008-2009, (1,1%), somente em 2082 a graduação tradicional teria 10.071.334 alunos matriculados.

A tabela n. 42 detalha o quantitativo de alunos ano a ano, considerando a média de crescimento no período 2004-2009 e a média observada de 2008 para 2009:

Tabela 42 – Projeção de evolução - graduação tradicional - modalidade presencial

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL -PRESENCIAL		
	Méd.2004-2009	Méd.2008-2009
i cresc.	3,2%	1,1%
2010	4.779.232	4.678.722
2011	4.934.162	4.728.808
2012	5.094.115	4.779.430
2013	5.259.254	4.830.594
2014	5.429.745	4.882.306
2015	5.605.764	4.934.571
2016	5.787.488	4.987.396
2017	5.975.104	5.040.786
2018	6.168.802	5.094.748
2019	6.368.779	5.149.288
2020	6.575.238	5.204.411
2021	6.788.391	5.260.125
2022	7.008.453	5.316.435
2023	7.235.650	5.373.348
2024	7.470.211	5.430.870
2025	7.712.376	5.489.007
2026	7.962.392	5.547.768
2027	8.220.512	5.607.157
2028	8.487.000	5.667.182
2029	8.762.127	5.727.849
2030	9.046.173	5.789.166
2031	9.339.427	5.851.140
2032	9.642.188	5.913.777
2033	9.954.763	5.977.084
2034	10.277.471	6.041.069
2035		6.105.739
2036		6.171.101
2037		6.237.163
2038		6.303.933
2082		10.071.334

Fonte: MEC/INEP/DEAES/DEED. Elaboração CM Consultoria.

Por outro lado, projetando um índice de crescimento realista, no patamar de 5%, em 2025, o segmento do ensino superior público e privado teria 10.104.889 de alunos matriculados. A projeção otimista, tomando por base o crescimento de 10,0% permitirá que no ano de 2018, seja alcançado o marco de 10.000.000 de alunos matriculados, conforme se observa na tabela n. 43:

Tabela 43 – Projeção de evolução da graduação tradicional - modalidade presencial

Matrículas: GRADUAÇÃO (PRESENCIAL)		
	Índice Realista	Índice Otimista
i cresc.	5,0%	10,0%
2010	4.860.624	5.092.083
2011	5.103.656	5.601.291
2012	5.358.838	6.161.420
2013	5.626.780	6.777.562
2014	5.908.119	7.455.318
2015	6.203.525	8.200.850
2016	6.513.701	9.020.935
2017	6.839.387	9.923.028
2018	7.181.356	10.915.331
2019	7.540.424	
2020	7.917.445	
2021	8.313.317	
2022	8.728.983	
2023	9.165.432	
2024	9.623.704	
2025	10.104.889	

Fonte: MEC/INEP/DEAES/DEED. Elaboração CM Consultoria

Conclui-se, a partir das projeções realizadas que somente a evolução das matrículas na graduação tradicional não alavancará o crescimento necessário, tornando-se imperioso ir além do modelo tradicional de oferta de graduação.

2.3. Projetando a evolução das matrículas considerando a graduação tradicional e tecnológica (presencial)

Especificamente, em relação às matrículas na graduação tecnológica (cursos superiores de tecnologia – CST), modalidade presencial, no período 2004-2009, observa-se a média de crescimento no patamar de 27,6%, conforme detalhamento na tabela n. 44:

Tabela 44 – Evolução média das matrículas - graduação tecnológica, modalidade presencial, 2004-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	153.307	34,4%	27,6%
2005	214.271	39,8%	
2006	278.727	30,1%	
2007	347.150	24,5%	
2008	412.032	18,7%	
2009	486.730	18,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria

Nota-se que a tendência de crescimento no período 2004-2009 é superior à tendência atual, visto que de 2008 para 2009 o crescimento foi inferior (18,4%), conforme verificado a seguir:

Tabela 45 – Evolução média das matrículas na graduação tecnológica, modalidade presencial, 2008-2009 -.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	412.032	18,7%-	18,4%
2009	486.730	18,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria

Projetando a expansão do número de alunos da graduação tecnológica (presencial) até o ano de 2020, seguindo a média de crescimento observada no período 2004-2009 (26,6%) e o quantitativo de alunos de 2009, (486.730 alunos), segundo o Censo Educacional, obtem-se o montante de 7.024.324 alunos. Porém, tomando como base o crescimento verificado de 2008 para 2009 (18,4%), o quantitativo será de 3.122.782 alunos.

Assim, agrupando os índices de evolução, levando em conta a graduação tradicional e tecnológica é possível estabelecer outras projeções. Nesta configuração, no período 2004-2009, o índice de crescimento equivale a 4,7%, conforme observado na tabela n. 46:

Tabela 46 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial – 2004-2009

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA - PRESENCIAL		
ANO	MATRÍCULAS	TAXA DE CRESCIMENTO
2004	4.163.733	7,1%
2005	4.453.156	7,0%
2006	4.676.646	5,0%
2007	4.880.381	4,4%
2008	5.080.056	4,1%
2009	5.115.896	0,7%
Média de Crescimento no período = 4,7%		

Fonte: MEC/INEP/DEAES/DEED. Elaboração CM Consultoria

Entretanto, a tendência atual é de queda, considerando a evolução de 2008 para 2009, cuja média de crescimento perfaz o índice de 2,4%, apresentado da seguinte forma:

Tabela 47 – Evolução média das matrículas na graduação tradicional e tecnológica - modalidade presencial, 2008-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	5.080.056	4,1%	2,4%
2009	5.115.896	0,7%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria

Considerando o ritmo de crescimento, tomando por base as matrículas da graduação tradicional e tecnológica, no período 2004-2009, (4,7%), será possível alcançar o montante de 10.198.972 alunos matriculados no ano de 2024. Nessa mesma perspectiva, tomando como parâmetro a evolução de 2008 para 2009, (2,4%), esse montante será obtido no ano de 2038, demonstrado na tabela n. 48:

Tabela 48 – Evolução das Matrículas na Graduação tradicional e Tecnológica – Modalidade presencial.

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA - PRESENCIAL		
	Méd.2004-2009	Méd.2008-2009
i cresc.	4,7%	2,4%
2010	5.356.700	5.238.598
2011	5.608.839	5.364.243
2012	5.872.846	5.492.901
2013	6.149.280	5.624.645
2014	6.438.726	5.759.549
2015	6.741.796	5.897.688
2016	7.059.131	6.039.141
2017	7.391.403	6.183.986
2018	7.739.315	6.332.306
2019	8.103.603	6.484.182
2020	8.485.038	6.639.702
2021	8.884.428	6.798.951
2022	9.302.616	6.962.020
2023	9.740.489	7.129.000
2024	10.198.972	7.299.985
2025		7.475.071
2026		7.654.357
2027		7.837.942
2028		8.025.930
2029		8.218.428
2030		8.415.542
2031		8.617.384
2032		8.824.067
2033		9.035.707
2034		9.252.424
2035		9.474.338
2036		9.701.574
2037		9.934.261
2038		10.172.528

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Projeção CM Consultoria.

Projetando o crescimento a partir do índice de 5,0% (realista), em 2023, o montante de matriculados será de 10.129.124 alunos. A visão otimista, balizada pelo índice de 10,0%, demonstra o alcance da meta em 2017, totalizando 10.966.377 alunos matriculados. As projeções delineadas estão detalhadas na tabela n. 49:

Tabela 49 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA - (PRESENCIAL)		
	Índice Realista	Índice Otimista
i cresc.	5,0%	10,0%
2010	5.371.691	5.627.486
2011	5.640.275	6.190.234
2012	5.922.289	6.809.258
2013	6.218.404	7.490.183
2014	6.529.324	8.239.202
2015	6.855.790	9.063.122
2016	7.198.579	9.969.434
2017	7.558.508	10.966.377
2018	7.936.434	
2019	8.333.256	
2020	8.749.918	
2021	9.187.414	
2022	9.646.785	
2023	10.129.124	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Projeção CM Consultoria.

Conforme observado nas projeções realizadas, somente a evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica não alavancará o crescimento necessário para alcance da meta até o ano de 2015.

2.4. Projetando a evolução das matrículas considerando a graduação tradicional, tecnológica e a educação a distância

A educação a distância (EaD), no período 2004-2009, obteve crescimento médio de 57,9%, detalhado na tabela n. 50:

Tabela 50 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD, 2004-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	54.002	8,2%	57,9%
2005	91.847	70,1%	
2006	160.032	74,2%	
2007	302.094	88,8%	
2008	600.342	98,7%	
2009	644.176	7,3%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Nota-se que a tendência de crescimento no período 2004-2009 foi superior à evolução verificada de 2008 para 2009, cuja média foi de 53,0%, conforme tabela n. 51:

Tabela 51 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	600.342	98,7%	53,0%
2009	644.176	7,3%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Ressalta-se que estes percentuais de crescimento, não são factíveis para projeções, pois a cada dois anos teríamos o dobro de matriculados, não havendo condições (capacidade instalada) para essa evolução.

Especificamente, o desempenho da graduação tecnológica na modalidade EaD, no período 2004-2009 destaca o crescimento médio de 116,2%, detalhado na tabela n. 52:

Tabela 52 – Crescimento médio das matrículas – graduação tecnológica - modalidade EAD

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	5.609	100,0%	116,2%
2005	22.795	306,4%	
2006	47.174	106,9%	
2007	67.672	43,5%	
2008	127.619	88,6%	
2009	193.949	52,0%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

A evolução observada de 2008 para 2009 obteve média de 73,7%. Em 2009, o percentual foi extremamente superior ao observado em 2008, o que sinaliza a retomada do crescimento, demonstrada na tabela n. 53

Tabela 53 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade EaD, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	91.291	34,9%	73,7%
2009	193.949	112,5%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Da mesma forma, estes percentuais de crescimento, não são praticáveis para projeções, pois a cada dois anos teríamos mais que o dobro de matriculados.

Verifica-se que os altos índices de crescimento da graduação tecnológica e educação a distância decorrem do fato de serem produtos novos, inseridos no segmento do ensino superior brasileiro.

Somando o desempenho da graduação tradicional e tecnológica (modalidade EaD), no período 2004-2009, o índice de crescimento é de 63,8%, conforme demonstrado na tabela n. 54:

Tabela 54 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica, modalidade EAD, 2004-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	59.611	19,4%	63,8%
2005	114.642	92,3%	
2006	207.206	80,7%	
2007	369.766	78,5%	

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	727.961	96,9%	
2009	838.125	15,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Por outro lado, a tendência de crescimento de 2008 para 2009, associando a graduação tradicional e tecnológica, perfaz a média de crescimento de 56,0%, com decréscimo acentuado no índice observado em 2009, conforme tabela n. 55:

Tabela 55 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica, modalidade EaD, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	727.961	96,9%	56,0%
2009	838.125	15,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Agregando o desempenho da graduação tradicional e tecnológica, nas modalidades (presencial e EAD), no período 2004-2009, tem-se o índice de crescimento de 7,2%, apresentado na tabela n. 56:

Tabela 56 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e EAD, 2004-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	4.223.344	7,3%	7,2%
2005	4.567.798	8,2%	
2006	4.883.852	6,9%	
2007	5.250.147	7,5%	
2008	5.808.017	10,6%	
2009	5.954.021	2,5%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

A tendência de crescimento, comparando 2008 a 2009, apresentou declínio significativo em 2009, porém o crescimento médio posicionou-se em 6,6%, representado na tabela n. 57:

Tabela 57 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional, tecnológica, modalidade presencial e EAD, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	5.808.017	10,6%	6,6%
2009	5.954.021	2,5%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Com base neste índice o Brasil deterá o montante de 10.356.986 alunos matriculados no ensino superior no ano de 2017. Por outro lado, considerando a média de crescimento (6,6%), observada de 2008 para 2009, o montante de 10.556.461 alunos matriculados no ensino superior será alcançado em 2018, conforme detalhamento na tabela n 58:

Tabela 58 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica e educação a distância.

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL, TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		
	Méd.2004-2009	Méd.2008-2009
i cresc.	7,2%	6,6%
2010	6.380.625	6.345.189
2011	6.837.795	6.762.056
2012	7.327.721	7.206.311
2013	7.852.751	7.679.752
2014	8.415.399	8.184.298
2015	9.018.360	8.721.991
2016	9.664.523	9.295.010
2017	10.356.984	9.905.675
2018		10.556.460

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

A projeção, baseada no índice de 5,0% (realista), demonstra que em 2020, haverá 10.183.396 de matrículas. A visão otimista, (10,0%), projeta o alcance de 10.547.911 alunos matriculados em 2015. Estas projeções estão detalhadas na tabela n. 59:

Tabela 59 – Evolução das Matrículas na Graduação e CST Presencial + EaD

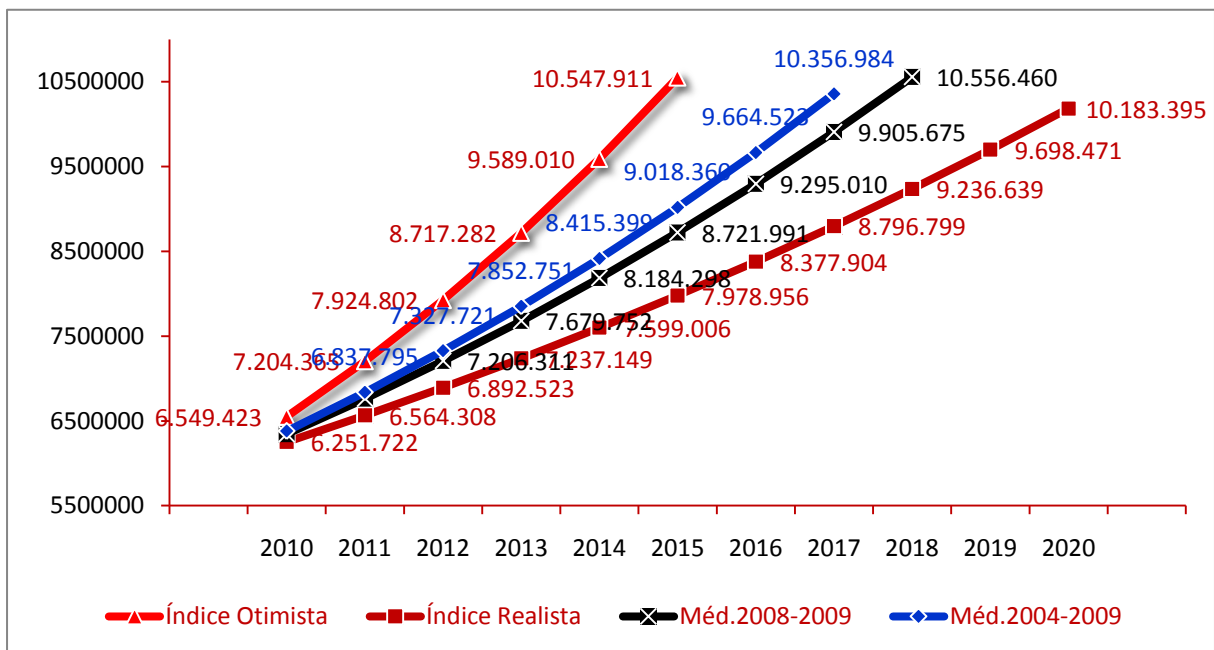
Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL, TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		
	Índice Pessimista	Índice Otimista
i cresc.	5,0%	10,0%
2010	6.251.722	6.549.423
2011	6.564.308	7.204.365
2012	6.892.523	7.924.802
2013	7.237.149	8.717.282
2014	7.599.006	9.589.010
2015	7.978.956	10.547.911
2016	8.377.904	
2017	8.796.799	
2018	9.236.639	
2019	9.698.471	
2020	10.183.395	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

2.5. Cenário projetado - Evolução das matrículas IES públicas e privadas

O cenário projetado para o ensino superior brasileiro para o período 2010-2020, considerando o crescimento de 10,0% das matrículas (graduação tradicional e tecnológica), nas modalidades presencial e a distância, no âmbito das IES públicas e privadas pode ser visualizado no gráfico n. 61:

Gráfico 61 – Matrículas no ensino superior - graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e a distância – IES públicas e privadas:



Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria

3. O Ensino Superior – IES privadas

3.1. Evolução das matrículas: graduação tradicional (presencial)

A evolução média das matrículas da graduação tradicional (bacharelados e licenciaturas), na modalidade presencial, nas IES privadas, no período 2000-2009 foi de 9,5%, com destaque para o período 2000-2003, cujos percentuais foram superiores a 10,0%. Apesar da evolução, os percentuais foram decrescentes, iniciando em 2000 com 17,5% e em 2009 com declínio (-1,1%).

Hipoteticamente, tomando por base o número de alunos da graduação tradicional (3.764.728), conforme censo educacional de 2009 e a média de crescimento do período 2000-2009 (9,5%), no ano de 2020, o quantitativo de alunos será de 10.233.419 matriculados.

A análise mais realista revela que a evolução das matrículas nessa mesma categoria, no período 2004-2009 obteve média de crescimento de 5,4%. Nota-se na tabela n. 60 a evolução decrescente ano a ano e negativa em 2009:

Tabela 60 – Evolução das matrículas e taxa de crescimento IES privadas - graduação tradicional - presencial, 2004-2009

MATRÍCULAS: GRADUAÇÃO TRADICIONAL - PRESENCIAL		
ANO	MATRÍCULAS	TAXA DE CRESCIMENTO
2004	2.985.405	8,5%
2005	3.260.967	9,2%
2006	3.467.342	6,3%
2007	3.639.413	5,0%
2008	3.806.091	4,6%
2009	3.764.728	-1,1%
Média de crescimento no período = 5,4%		

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Considerando a evolução média de 5,4% da graduação tradicional (presencial), no período 2004-2009, modalidade presencial, em 2031 a graduação tradicional deteria o montante de 10.427.138 alunos matriculados. Caso seja considerado o crescimento médio no período 2008-2009, (1,7%), somente em 2051 a graduação tradicional deterá 10.122.333 alunos matriculados.

A tabela n. 61 detalha o quantitativo de alunos ano a ano, considerando a média de crescimento no período 2004-2009 e a média observada de 2008 para 2009:

Tabela 61 – Projeção de crescimento da graduação tradicional - modalidade presencial – IES privadas

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL –PRESENCIAL – IES privadas		
	Méd.2004-2009	Méd.2008-2009
i cresc.	5,4%	1,7%
2010	3.968.959	3.830.480
2011	4.155.777	3.922.352
2012	4.351.389	4.016.427
2013	4.556.208	4.112.759
2014	4.770.668	4.211.401
2015	4.995.222	4.312.409
2016	5.230.346	4.415.840
2017	5.476.538	4.521.751
2018	5.734.317	4.630.203
2019	6.004.231	4.741.255
2020	6.286.849	4.854.972
2021	6.582.770	4.971.415
2022	6.892.620	5.090.652
2023	7.217.054	5.212.748
2024	7.556.760	5.337.773
2025	7.912.455	5.465.797
2026	8.284.893	5.596.891
2027	8.674.861	5.731.129
2028	9.083.186	5.868.587
2029	9.510.730	6.009.341
2030	9.958.398	6.153.472
2031	10.427.138	6.301.059
2032		6.452.187
2033		6.606.939
2034		6.765.402
2035		6.927.667
2036		7.093.823
2037		7.263.964
2038		7.438.186
2051		10.122.333

Fonte: MEC/INEP/DEAES/DEED. Elaboração CM Consultoria.

Por outro lado, projetando o índice de crescimento realista, no patamar de 5,0%, as IES privadas em 2030 deterão 10.488.391 de alunos matriculados. A projeção otimista, tomando por base o crescimento de 10,0% destaca que no ano de 2020, se alcance o marco de 10.741.208 de alunos matriculados, conforme se observa na tabela n. 62:

Tabela 62 – Projeção de crescimento da graduação tradicional - modalidade presencial – IES privadas

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL – PRESENCIAL – IES PRIVADAS		
	Índice Realista	Índice Otimista
i cresc.	5,0%	10,0%
2010	3.952.964	4.141.201
2011	4.150.613	4.555.321
2012	4.358.143	5.010.853
2013	4.576.050	5.511.938
2014	4.804.853	6.063.132
2015	5.045.096	6.669.445
2016	5.297.350	7.336.390
2017	5.562.218	8.070.029
2018	5.840.329	8.877.032
2019	6.132.345	9.764.735
2020	6.438.962	10.741.208
2021	6.760.911	
2022	7.098.956	
2023	7.453.904	
2024	7.826.599	
2025	8.217.929	
2026	8.628.826	
2027	9.060.267	
2028	9.513.280	
2029	9.988.944	
2030	10.488.391	

Fonte: MEC/INEP/DEAES/DEED. Elaboração CM Consultoria

Desta forma, as projeções realizadas demonstram que apenas a evolução das matrículas na graduação “tradicional” nas IES privadas não alavancará o crescimento almejado, sendo necessários avançar em outros formatos de cursos.

3.2. A evolução das matrículas considerando a graduação tradicional e tecnológica (presencial) nas IES privadas

As matrículas na graduação tecnológica nas IES privadas, modalidade presencial, no período 2004-2009 apresentaram média de crescimento no patamar de 34,8%, conforme detalhamento na tabela n. 63:

Tabela 63 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade presencial, - IES privadas, 2005-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2005	176.536		34,8%
2006	262.997	49,0%	
2007	350.002	33,1%	
2008	448.360	28,1%	
2009	578.789	29,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Nota-se que a tendência de crescimento no período 2004-2009 é superior à tendência atual, visto que de 2008 para 2009 o crescimento foi inferior (28,6%), conforme na tabela n. 64:

Tabela 64 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade presencial, IES privadas, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	448.360	28,1%	28,6%
2009	578.789	29,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Projetando a expansão do número de alunos da graduação tecnológica (presencial) nas IES privadas até o ano de 2020, seguindo a média de crescimento observada no período 2004-2009 e o quantitativo de alunos de 2009, (578.789), segundo o Censo Educacional, têm-se o montante de 15.472.556 alunos. Porém, tomando como base o crescimento verificado de 2008 para 2009 (28,6%), o quantitativo será de 9.205.113 alunos.

Assim, agrupando os índices de evolução, levando em conta a graduação tradicional e tecnológica ofertada pelas IES privadas, é possível estabelecer outras projeções. Nesta configuração, no período 2004-2009, o índice de crescimento equivale a 5,4%, conforme tabela n. 65:

Tabela 65 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica - IES privadas, 2004-2009

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TÉCNOLÓGICA – PRESENCIAL - IES PRIVADAS		
ANO	MATRÍCULAS	TAXA DE CRESCIMENTO
2004	2.985.405	8,5%
2005	3.260.967	9,2%
2006	3.467.342	6,3%
2007	3.639.413	5,0%
2008	3.806.091	4,6%
2009	3.764.728	-1,1%
Média de Crescimento no período = 5,4%		

Fonte: MEC/INEP/DEAES/DEED. Elaboração CM Consultoria.

Entretanto, a tendência atual é de queda, considerando a evolução de 2008 para 2009, cuja média de crescimento perfaz o índice de 1,7%, apresentado na tabela n. 66:

Tabela 66 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica, modalidade presencial, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	3.806.091	4,6%	1,7%
2009	3.764.728	-1,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Nesse ritmo de crescimento, tomando por base as matrículas da graduação tradicional e tecnológica, no período 2004-2009, cujo percentual foi de 5,4%, somente será possível alcançar o montante de 10.427.138 alunos matriculados no ano de 2031. Nessa mesma perspectiva, tomando como parâmetro a evolução de 2008 para 2009, (1,7%), o montante de 10.122.333 seria obtido no ano de 2051, demonstrado na tabela n. 67:

Tabela 67 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – presencial – IES privadas

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA – PRESENCIAL – IES PRIVADAS		
Ano	Méd.2004-2009 5,4%	Méd.2008-2009 1,7%
2010	3.968.959	3.830.480
2011	4.155.777	3.922.352
2012	4.351.389	4.016.427
2013	4.556.208	4.112.759
2014	4.770.668	4.211.401
2015	4.995.222	4.312.409
2016	5.230.346	4.415.840
2017	5.476.538	4.521.751
2018	5.734.317	4.630.203
2019	6.004.231	4.741.255
2020	6.286.849	4.854.972
2021	6.582.770	4.971.415
2022	6.892.620	5.090.652
2023	7.217.054	5.212.748
2024	7.556.760	5.337.773
2025	7.912.455	5.465.797
2026	8.284.893	5.596.891
2027	8.674.861	5.731.129
2028	9.083.186	5.868.587
2029	9.510.730	6.009.341
2030	9.958.398	6.153.472
2031	10.427.138	6.301.059
2051		10.122.333

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Projetando o crescimento a partir do índice de 5,0% (realista), em 2030, o montante de matriculados será de 10.488.391 alunos. A visão otimista, balizada pelo índice de 10,0%, demonstra o alcance da meta em 2020, totalizando 10.741.208 alunos matriculados. As projeções delineadas estão detalhadas na tabela n. 68:

Tabela 68 – Evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial – IES privadas

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL E TECNOLÓGICA – PRESENCIAL – IES PRIVADAS

	Índice Realista	Índice Otimista
i cresc.	5,0%	10,0%
2010	3.952.964	4.141.201
2011	4.150.613	4.555.321
2012	4.358.143	5.010.853
2013	4.576.050	5.511.938
2014	4.804.853	6.063.132
2015	5.045.096	6.669.445
2016	5.297.350	7.336.390
2017	5.562.218	8.070.029
2018	5.840.329	8.877.032
2019	6.132.345	9.764.735
2020	6.438.962	10.741.208
2021	6.760.911	
2022	7.098.956	
2023	7.453.904	
2024	7.826.599	
2025	8.217.929	
2026	8.628.826	
2027	9.060.267	
2028	9.513.280	
2029	9.988.944	
2030	10.488.391	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Projeção CM Consultoria.

Conclui-se a partir das projeções realizadas que somente a evolução das matrículas na graduação tradicional e tecnológica das IES privadas não alavancará o crescimento necessário para alcance da meta até o ano de 2015.

3.3. Evolução das matrículas considerando a graduação tradicional, tecnológica e a educação a distância – IES privadas

A educação a distância (EaD), nas IES privadas, no período 2006-2009 obteve crescimento médio de 59,3%, mantendo um patamar de evolução positiva até 2008 e menos acentuado em 2009, detalhado na tabela n. 69:

Tabela 69 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD – IES privadas, 2006-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2006	165.145		59,3%
2007	275.557	66,9%	
2008	448.973	62,9%	
2009	665.429	48,2%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Nota-se que a tendência de crescimento no período 2006-2009 foi superior à evolução verificada de 2008 para 2009, cuja média foi de 55,6%, conforme tabela n. 70:

Tabela 70 – Crescimento médio das matrículas na graduação, modalidade EAD – IES privadas, 2008-2009:

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	448.973	62,9%	55,6%
2009	665.429	48,2%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Tomando como base os percentuais de crescimento (59,3% e 55,6%), conclui-se que os mesmos não são factíveis para projeções, pois a cada dois anos teríamos mais que o dobro de matriculados, não havendo condições (capacidade instalada) para essa evolução.

Especificamente, o desempenho da graduação tecnológica, modalidade EaD, nas IES privadas, no período 2004-2009 destaca o crescimento médio de 34,8%, detalhado na tabela n. 71:

Tabela 71 – Crescimento médio das matrículas da graduação tecnológica - modalidade EAD – IES privadas, 2004-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	-	-	34,8%
2005	176.536	-	
2006	262.997	49,0%	
2007	350.002	33,1%	
2008	448.360	28,1%	
2009	578.789	29,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Observa-se que de 2008 para 2009 a média foi de 28,6%, conforme destaca a tabela n. 72:

Tabela 72 – Crescimento médio das matrículas na graduação tecnológica, modalidade EaD, 2008-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	448.360	28,1%	28,6%
2009	578.789	29,1%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Agregando o desempenho da graduação tradicional e tecnológica, nas modalidades (presencial e EAD), no período 2004-2009, tem-se o índice de crescimento de 4,7%, apresentado na tabela n. 73:

Tabela 73 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional, tecnológica, modalidade presencial e EAD, 2004-2009

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2004	59.611	7,1%	4,7%
2005	114.642	7,0%	
2006	3.632.487	5,0%	
2007	3.914.970	4,4%	
2008	4.255.064	4,1%	
2009	4.430.157	0,7%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

A tendência de crescimento, comparando 2008 a 2009, apresenta média de 2,4%, porém declínio significativo em 2009, conforme tabela n. 74:

Tabela 74 – Crescimento médio das matrículas na graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e a distância, 2008-2009.

Ano	Brasil	% Evolução	% Média Crescimento
2008	4.255.064	4,1%	2,4%
2009	4.430.157	0,7%	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

Com base neste índice, o Brasil deterá o montante de 10.138.664 alunos matriculados no ensino superior no ano de 2027. Por outro lado, considerando a média de crescimento (2,4%), observada de 2008 para 2009, o quantitativo de 10.155.152 alunos matriculados no ensino superior será alcançado em 2044, conforme detalhamento na tabela n. 75:

Tabela 75 – Evolução das matrículas na graduação tradicional, tecnológica e educação a distância – IES privadas:

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL, TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		
	Méd.2004-2009	Méd.2008-2009
i cresc.	7,2%	6,6%
2010	4.638.684	4.536.412
2011	4.857.026	4.645.215
2012	5.085.645	4.756.628
2013	5.325.025	4.870.713
2014	5.575.673	4.987.534
2015	5.838.119	5.107.157
2016	6.112.918	5.229.649
2017	6.400.652	5.355.079
2018	6.701.930	5.483.518
2019	7.017.389	5.615.037
2020	7.347.696	5.749.710
2021	7.693.551	5.887.614
2022	8.055.685	6.028.825
2023	8.434.865	6.173.423
2024	8.831.893	6.321.489
2025	9.247.609	6.473.106
2026	9.682.892	6.628.360
2027	10.138.664	6.787.337
2044		10.155.152

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Projeção CM Consultoria.

A projeção, baseada no índice de 5,0% (realista), demonstra que em 2026, haverá 10.446.077 de matrículas no ensino superior. A projeção otimista, (10,0%), prevê alcance de 10.154.000 alunos matriculados em 2018. Estas projeções estão detalhadas da na tabela n. 76:

Tabela 76 – Evolução das matrículas na graduação tradicional, tecnológica e educação a distancia – IES privadas

Matrículas: GRADUAÇÃO TRADICIONAL, TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

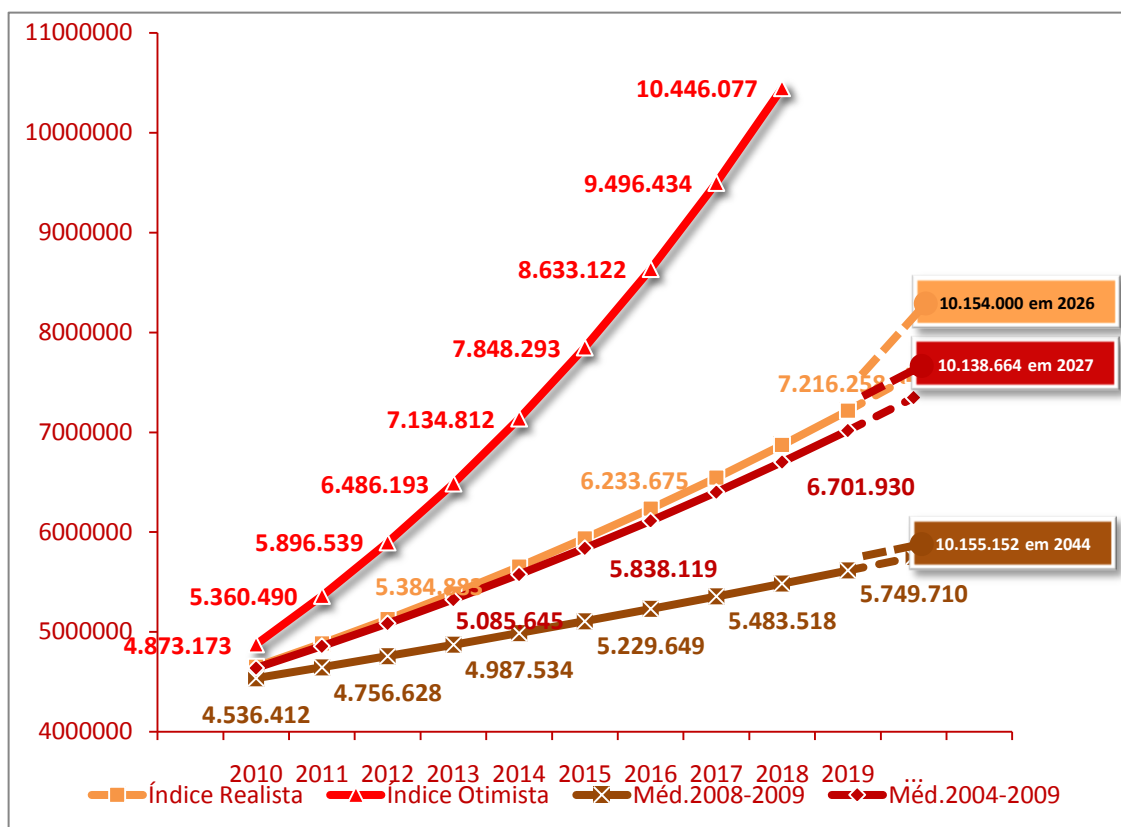
	Índice Pessimista	Índice Otimista
i cresc.	5,0%	10,0%
2010	4.651.665	4.873.173
2011	4.884.248	5.360.490
2012	5.128.460	5.896.539
2013	5.384.883	6.486.193
2014	5.654.127	7.134.812
2015	5.936.833	7.848.293
2016	6.233.675	8.633.122
2017	6.545.359	9.496.434
2018	6.872.627	10.446.077
2019	7.216.258	
2020	7.577.071	
2021	7.955.925	
2022	8.353.721	
2023	8.771.407	
2024	9.209.977	
2025	9.670.476	
2026	10.154.000	

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Projeção CM Consultoria.

3.4. Cenário Projetado – 2010-2020 – IES privadas

O cenário projetado para as IES privadas no período 2011-2020, considerando o crescimento de 10,0% das matrículas (graduação tradicional e tecnológica), nas modalidades presencial e a distância, bem como os outros cenários pode ser visualizado no gráfico n. 62:

Gráfico 62 – Matrículas nas IES privadas - graduação tradicional e tecnológica – modalidade presencial e a distância.



Fonte: MEC/INEP/DEAES. Elaboração CM Consultoria.

4. Considerações gerais

O cenário brasileiro destaca as disputas incessantes por profissionais e registra as menores taxas de desemprego da história recente e recordes de contratações formais. Somente em 2010 foram 2,6 milhões de contratações com carteira assinada. O país detém em 2011, 92 milhões de pessoas empregadas, o maior contingente da história.

Esse total representa mais de 90% da população em idade e condições de trabalhar. Contudo, recursos humanos são um dos principais gargalos do crescimento da economia e das empresas. Falta formação profissional adequada às demandas regionais. O crescimento no mercado de trabalho impõe desafios complexos, sendo o primeiro deles a escassez de pessoas qualificadas para preencher os novos postos que as empresas estão criando.

A tendência é de aquecimento pelos próximos cinco anos e segundo estimativa feita por economistas dos bancos Itaú e Unibanco serão imprescindíveis **oito milhões de novos profissionais até 2015**. E coincidência ou não, é idêntico o número de desempregados no Brasil.



A recente publicação da Revista Exame: 'Procuram-se Oito milhões de profissionais', destaca que os profissionais desempregados estão fora do mercado de trabalho por falta de qualificação, herança de um sistema educacional inepto, ineficiente e ultrapassado. Laurence Ball, professor da universidade americana Juiz Hopkins é enfático ao dizer: "*Nenhum país consegue manter crescimento robusto e consistente se não investir na produtividade*".

A indústria de petróleo e gás integra este cenário e tem recorrido à importação de profissionais para suprir a demanda por especialistas. Até 2013, no Rio de Janeiro serão necessários mais de 200.000 profissionais nessa área. Está ocorrendo um recorde de pedidos de visto de trabalho para estrangeiros nesta área.

Essa realidade é típica de países emergentes e deve ser enfrentada oferecendo qualificação para a mão de obra. Os Estados Unidos alcançaram o pleno emprego no final dos anos 90, que combinou estabilidade com crescimento e desemprego abaixo de 5,0%. Uma das explicações para seu sucesso foi o crescente aumento da produtividade. O desafio do Brasil é suportar o pleno emprego e consolidar o crescimento dos próximos anos.

Diante do exposto, a realidade é clara: a necessidade de formação superior é um caminho sem volta e não há como crescer sem oferecer ensino de qualidade, com equilíbrio entre as visões empresariais e educacionais. A profissionalização da gestão e a adoção de ferramentas de gestão baseadas em indicadores de desempenho devem ser encaradas como um processo natural (e não um modismo) de adequação da gestão educacional brasileira, tanto no âmbito público, quanto pela iniciativa privada.

Neste contexto, as novas tecnologias de ensino e outras inovações são fatores determinantes para alavancar as mudanças necessárias no processo de ensino-aprendizagem, isto é, do modelo predominantemente presencial para um modelo que contemple um conjunto de atividades de aprendizagem: ensino presencial, a distância, valorizando ainda a educação continuada em todos os seus formatos.

Na esfera educacional, é fundamental que dirigentes institucionais e professores saibam comunicar-se adequadamente com os nativos digitais. A combinação entre avanços tecnológicos e uma nova pedagogia do ensino fará a diferença neste novo tempo.

Da mesma forma, para atender adequadamente o contingente cada vez maior de alunos com menor poder aquisitivo, será fundamental que o '*Job To be Done*' seja claramente estabelecido, entendido pelos professores e definido nos projetos pedagógicos e nos planos de ensino.

A captação de alunos sempre terá seu papel fundamental para as IES públicas e privadas. Contudo, mais importante que a captação é a retenção desses alunos. A divulgação de *rankings* pelo MEC, 'atestando' a qualidade (ou não) do ensino superior é um fato consolidado e continuará a se acentuar.



Em síntese, da análise dos números apresentados, pode-se concluir que:

- 1. Os cursos ‘tradicionais’ estão atingindo um ponto de saturação principalmente quanto às metodologias aplicadas no processo ensino-aprendizagem ou às exigências de formação do profissional para o mercado de trabalho do século XXI.**
- 2. O crescimento das matrículas depende da aprendizagem mediada por tecnologia, derrubando os limites impostos pela presença em sala de aula. Portanto, é imprescindível valorizar a EaD – Educação a Distância e as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs).**
- 3. É preciso valorizar a formação profissional por meio de cursos com menor duração, sobretudo os CST – Cursos Superiores de Tecnologia, principalmente pelos grandes empregadores como, por exemplo, a Petrobrás.**
- 4. É fundamental ampliar as linhas de financiamento, flexibilizando o prazo para pagamento da mensalidade “é preciso que a mesma seja adequada ao bolso do aluno” oriundo das classes C e D.**

Os desafios estratégicos do ensino superior brasileiro, sobretudo em relação ao ensino privado estão associados ao seu posicionamento estratégico, indicadores de qualidade, processo de comunicação com o mercado, gestão acadêmica e administrativa. Estas variáveis interferem significativamente na sua sustentabilidade financeira.

Desta forma, a formulação de ações estratégicas será fundamental para reverter a situação atual, visto que os indicadores de desempenho mostram uma performance em declínio que necessita ser equacionada.

A análise criteriosa das curvas de não receita demonstra claramente as possibilidades amplas que estão à frente desse segmento, tão importante para o desenvolvimento nacional. Ainda que se encontrem dificuldades e pontos negativos no sistema atual, o ensino superior privado detém uma capacidade instalada, um portfólio de cursos e vagas diversificados que permitem o alcance de resultados mais expressivos, mediante mudanças que agreguem valor, trazendo modernidade, atualização e pertinência, tendo em vista a diversidade e a extensão territorial do Brasil.

É preciso ruptura frente ao modelo vigente e um processo de inovação acadêmica e administrativa que dê um novo formato ao campo pedagógico, incorporando novas tecnologias, formas e sistemas de trabalho para a otimização do processo educacional, sobretudo em relação à inovação curricular, desenvolvimento e melhoria da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos.

Certamente, o modelo vigente requer medidas que resultem em uma operação mais eficiente, com resultados mais significativos, promovendo continuamente o crescimento com valor percebido para toda a sociedade brasileira.



5. Quadro Resumo das Metas Estratégicas

Tendo em vista as projeções realizadas, foram delineadas dez metas estratégicas, considerando a perspectiva de crescimento de 10,0% ao ano. Ressalta-se que estas metas requerem a implementação de planos de ação. Resumidamente estas metas estão apresentadas na tabela n. 77

Tabela 77 – Ações Estratégicas – Ensino Superior Brasileiro – Projeto 10 milhões de alunos – 2011.

METAS ESTRATÉGICAS PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO
Ociosidade: Até 2015 reduzir em 40% da taxa de ociosidade do ensino superior.
Evasão: Até 2015 reduzir em 40% da taxa de evasão do ensino superior.
Graduação Tradicional (presencial): Ampliar o quantitativo de matrículas até 2015, a uma taxa de 10%, ao ano.
Graduação Tecnológica (presencial): Crescer até 2015 a uma taxa de 10% ao ano nas matrículas.
Educação a Distância: Crescer até 2015 a uma taxa de 10% ao ano nas matrículas.
FIES: Ampliar até 2015, o FIES, contemplando o acesso de 1.000.000 de novos alunos, mantendo o histórico de evolução atual.
ProUni: Ampliar até 2015, o ProUni, contemplando o acesso de 1.000.000 de novos alunos, mantendo o histórico de evolução atual.
Ensino Médio: Ampliar até 2015, a base de matrículas em 10%.
Diversidade Regional: Ampliar em 20,0%, até 2015, o acesso ao ensino superior, nas diferentes regiões brasileiras, de acordo com as demandas e características locais, (municípios com ausência de IES e pólo de educação a distância).
Competitividade Nacional: Investir na formação profissional, em áreas estratégicas (engenharia, física, matemática, química, aeronáutica, naval, nuclear, minas e energia, petróleo, agroenergia, bioindústria, nanotecnologia, equipamentos médico-hospitalares, turismo, inglês, medicina esportiva, gestão, hospitalidade), para ampliar a produtividade e a competitividade nacional.

Fonte: CM Consultoria.



III - METAS ESTRATÉGICAS

“Miramos acima do alvo para atingir o alvo”

Ralph Waldo Emerson



A arte da possibilidade: crescer 10 anos em 4

A meta de matricular 10.000.000 de estudantes no ensino superior brasileiro representa um crescimento de 95,0%. O desafio é atingir essa meta até o ano de 2015.

Sabe-se que a transformação nacional dar-se-á somente por meio do esforço conjunto entre o governo e a sociedade e a formação profissional é condicionante essencial. Esse é o pano de fundo da meta estabelecida. O sucesso dependerá do esforço, do talento e do engajamento de todos os *players* da educação brasileira (educadores, empreendedores e executivos).

“Mais do que projetos, estamos construindo uma causa que se chama: Ensino Superior Brasileiro, que é sem dúvida, a credencial mais expressiva para o desenvolvimento e a competitividade nacional, em tempos tão turbulentos e de mudanças profundas. O posicionamento do Brasil, no rol das nações desenvolvidas, bem como sua sustentabilidade nessa ‘aldeia global’ requer que ultrapassemos os limites, fronteiras, resistências e ideologias partidárias.

Assim, foram delineadas dez ações estratégicas, a partir da análise da situação atual e das projeções realizadas, numa perspectiva de crescimento otimista (10,0% ao ano). Estas dependerão, sobretudo, de planos de ação consistentes e visionários, relacionados à redução da **taxa de ociosidade**, da **taxa de evasão**, **ampliação da base de alunos na graduação “tradicional” e tecnológica presencial e na educação a distância**.

A formulação de ações estratégicas levou ainda em consideração a **diversidade regional** e o acesso ao ensino superior nas diferentes regiões brasileiras, de acordo com as demandas e características locais, (municípios com ausência de IES e pólo de educação a distância). Da mesma forma, vislumbra a adequação da formação profissional para atender **áreas estratégicas para o desenvolvimento e a competitividade nacional**.

O alcance das metas projetadas está associado à **ampliação das condições de acesso, por meio do FIES e do ProUni**, considerando ainda a **melhoria do desempenho, em termos de acesso e retenção no ensino médio**.



1. Combate à Ociosidade no Ensino Superior

A taxa de ociosidade no ensino superior brasileiro (segmento público e privado) alcançou o quantitativo de 7.711.702 vagas, considerando o período 2004-2009, atingindo a média de 1.285.284 vagas anuais, mais especificamente, 46,8% ao ano.

Analisando o segmento privado isoladamente, esse percentual foi de 58,2%. No setor público foi 10,0%. Enquanto essa taxa aumenta, as relações candidatos/vaga e ingressantes/vaga diminuem estimando-se que em 2010 e 2011 essa realidade seja mais crítica.

Por outro lado, o relatório divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE aponta que apenas 10% dos brasileiros conseguem concluir o ensino superior, mesmo essa formação proporcionando um aumento em mais de 170% nos salários dos trabalhadores.

Paradoxalmente, o sonho da maioria dos jovens, que é o acesso à graduação, esbarra na falta de condições financeiras ou de expectativas em relação ao futuro, tornando-se um dos principais fatores para explosão de vagas sem preenchimento.

1.1. Análise crítica da realidade atual

Os altos índices de ociosidade, interferem significativamente na receita, comprometendo a gestão, os investimentos, a manutenção e a atualização dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Da mesma forma, interfere no alcance dos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC e cobrados pelo mercado de trabalho.

No setor privado, torna-se difícil a compreensão do que é causa ou consequência. Busca-se a todo custo manter os padrões de qualidade, porém o número de ingressantes inviabiliza a sustentabilidade financeira de uma parcela expressiva das IES.

No setor público, mais de 39,5 mil vagas oferecidas em 2009 ficaram ociosas, apontando um *déficit* de 7,7% em relação ao ano de 2008. Entre as vagas das universidades públicas, 354.331 de um total de 393.882, foram ocupadas. A maior parte dessa ociosidade (27,6 mil) refere-se às IES públicas municipais. Nas IES estaduais, a ociosidade representou 10 mil matrículas.

No segmento privado, das 3.164.679 vagas oferecidas em 2009, somente 1.511.388 foram preenchidas, gerando 58,0% de ociosidade. A queda no número de matrículas, considerando todas as séries, foi de 41,3 mil alunos, comparada ao ano de 2008. Ainda assim, as matrículas nesse segmento representaram 73,5% do total.



Nessa tendência, o cenário 2010-2011, ainda a ser divulgado, não é dos mais favoráveis, pois em números absolutos, a quantidade de vagas ociosas é crescente e se amplia mais do que as opções oferecidas aos candidatos.

Os dados estratificados pelo censo educacional destacaram que de 2008 para 2009, a oferta de vagas cresceu em 5,7%, passando de 2,9 milhões para 3,1 milhões. A ociosidade cresceu 10,5% em 2009, quando comparada a 2008.

Observa-se que esse quantitativo representa o mercado potencial, construído com muito esforço pelo poder público e a iniciativa privada. A capacidade instalada nesse segmento comporta mais de 11 milhões de estudantes e em um cenário hipotético, isento de evasão, no qual todas as vagas ofertadas fossem preenchidas, é possível projetar que o número de matrículas no ensino superior seria, em 2011, de 11.603.356 alunos.

1.2. Fatores Críticos do Sucesso

A ampliação no quantitativo de cursos e vagas, a dificuldade na obtenção de financiamentos, a dificuldade de adaptação das IES ao sistema de regulação do MEC e os preços aplicados dissociados da percepção de valor pelos discentes são alguns dos fatores relacionados à elevada taxa de ociosidade, requerendo dos gestores do ensino superior brasileiro, a busca pela sua sustentabilidade. É importante considerar a relevância do ensino privado para o desenvolvimento do Brasil. **Seria o Brasil um dos membros do BRICS²¹ sem o ensino superior privado?**

Assim, destacam-se como fatores críticos do sucesso:

- Política de preço - comumente, primeiro verifica-se a mensalidade que o concorrente está praticando para então definir-se o preço.
- Financiamento estudantil – necessidade de ampliação do acesso.
- Atendimento ao contingente superior a 20.000.000 de pessoas na faixa etária entre 17 e 40 anos que possuem ensino médio completo e se encontram à margem do processo educacional.
- Atendimento à qualificação da mão de obra.
- Definição de ações para atendimento do novo PNE “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”.

²¹ BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (Brasil, Rússia, Índia e China) e à África do Sul, que juntos foram um grupo político de cooperação. Em 13 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul ao grupo.

- Adoção de posicionamento estratégico, considerando a demanda regional e o poder aquisitivo dos alunos em potencial não se limitando à concepção de que o único diferencial competitivo seja o preço. A pergunta a ser respondida é: Por que um determinado aluno escolhe uma IES? É pela sua infraestrutura, localização ou pelo preço? Ou porque ela oferece aquilo que ele realmente precisa?
- Desenvolvimento de atendimento superior aos discentes.

1.3. Ações estratégicas para redução da taxa de ociosidade

1.3.1. Reduzir 40% da taxa de ociosidade

Dentre as dez ações estratégicas delineadas para alcance da meta de: **matricular 10 milhões de alunos no ensino superior**, a redução em 40,0% da taxa de ociosidade representará a ampliação de 3.084.681 matrículas, até o ano de 2015, visualizada na tabela n. 78:

Tabela 78 – Projeção de preenchimento das vagas ociosas – 2010-2015.

Vagas ociosas	Ano	Meta - 40,0% de redução	Novos alunos
Per.2004-2009 = 7.711.702 40,0% = 3.084.681	2010	6,66%	514.113
	2011	6,66%	514.113
	2012	6,66%	514.113
	2013	6,66%	514.113
	2014	6,66%	514.113
	2015	6,66%	514.113
TOTAL	-		3.084.681

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

A ampliação de 3.084.681 matrículas, até o ano de 2015, pode ser visualizada no gráfico n. 63:

Gráfico 63 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, reduzindo 40,0% das vagas ociosas:



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Tomando por base o quantitativo de vagas a serem preenchidas a cada ano, bem como o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível projetar o panorama de investimentos, visualizada na tabela n. 79:

Tabela n. 79 – Custo estimado por aluno/ano – IES públicas e privadas - 2012-2015.

Ano	Meta – Reduzir 40,0% da ociosidade	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	514.113	7.944.074.076	2.827.621.500
2011	514.113	7.944.074.076	2.827.621.500
2012	514.113	7.944.074.076	2.827.621.500
2013	514.113	7.944.074.076	2.827.621.500
2014	514.113	7.944.074.076	2.827.621.500
2015	514.113	7.944.074.076	2.827.621.500
TOTAL	3.084.681	47.664.444.456	16.965.729.000

Fonte: Elaboração CM Consultoria

A redução de 40,0% da ociosidade das vagas ofertadas no ensino superior, até 2015 poderá ser realizada a partir de dois direcionamentos. A primeira vertente será a ampliação das vagas necessárias nas IES públicas. Isto representará o investimento do governo de R\$47.664.444.456,00 bilhões, para atender 3.084.681 alunos (custo anual), reduzindo 40,0% da taxa de ociosidade.

Outra forma de atender a esta meta será a utilização das vagas ociosas existentes nas IES privadas, com a ampliação da oferta de bolsas de estudos e das linhas de créditos viabilizadas pelo poder público. Nesta vertente, o investimento do governo abrangerá R\$16.965.729.000,00 bilhões para atender o mesmo quantitativo de alunos, (custo anual), permitindo, desta forma, uma economia de 64,4%.

Os principais programas que poderão atender à meta seriam o ProUni, com maior destinação de bolsas, e o FIES que necessitará, provavelmente, de reformulação para aumentar suas linhas de crédito e repensar os índices de atendimento às diversas faixas de renda da população.

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados no ensino superior em 2009, permite estimar o equivalente a 9.038.702 alunos matriculados em 2015.



2. Combate à Evasão no Ensino Superior

No período de 2004 a 2009 a evasão no ensino superior brasileiro alcançou 3.252.544 alunos, o que representou a média de 542.090 evadidos/ano, equivalente à taxa média de 11,5% ao ano no referido período. Em 2009 a taxa média de evasão foi de 13,2%. A superação dessa fragilidade depende de inúmeros fatores, dentre eles, a adequação do processo de gestão acadêmica e administrativa.

A evasão é um problema complexo e implica na discussão e avaliação das diversas causas que envolvem desde questões financeiras até a insatisfação pessoal do aluno. Quando avaliada sistemicamente, possibilita correções de rumos e definição de estratégias.

2.1. Análise crítica da realidade atual

No segmento público, a evasão representa o investimento de recursos públicos que não apresentam retorno para a sociedade. No âmbito privado, compromete a sustentabilidade institucional, pois é traduzida como não receita, gerando ociosidade de docentes, colaboradores técnico-administrativos, infraestrutura física e tecnológica, além de perdas sociais e econômicas relevantes.

Nota-se no segmento privado a falta de investimento para manutenção dos alunos. As ações de marketing limitam-se geralmente ao processo de captação. Assim, questões relacionadas à operacionalização do currículo do curso, acúmulo de mensalidades atrasadas e incompatibilidade de horários são alguns dos diversos fatores que levam os alunos a solicitarem o trancamento da matrícula, ou simplesmente se evadirem por desistência, sem formalizar sua situação.

A atenção aos alunos dos primeiros períodos deve ser redobrada. É preciso integração e nivelamento e atuação conjunta dos gestores acadêmicos e administrativos.

2.2. Fatores Críticos de Sucesso

A falta de recursos financeiros é o que geralmente o aluno declara como motivo para trancamento de um curso, porém, esta é uma simplificação, uma vez que questões de ordem acadêmica, expectativas do aluno em relação à sua formação e sua própria integração constituem-se como os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar a conclusão do curso.

Dentre os fatores críticos de sucesso relacionados à evasão, destacam-se:

- Oferta de adequados serviços didático-pedagógicos, abrangendo a organização curricular, a infraestrutura institucional, física e tecnológica.
- Adequação da formação pedagógica dos docentes.

- Perfil dos ingressantes - limitações observadas nos estudantes que ingressam no ensino superior relacionadas à leitura, escrita, interpretação e raciocínio lógico.
- Diversidade de condições relacionada à escolaridade, valores sociais, culturais e econômicos.
- Condições financeiras - problemas financeiros têm grande influência na decisão dos estudantes de abandonar o sonho de formação superior.
- Compromissos financeiros que a família assume continuamente, em função das facilidades de crédito e dos apelos da mídia em relação aos bens de consumo.
- Falta de orientação vocacional - opção por carreiras desvinculadas das aptidões, habilidades e competências dos alunos.

2.3. Ações estratégicas para combate a evasão

2.3.1. Reduzir 40,0% da taxa de evasão do ensino superior.

A redução de 40,0% da taxa de evasão acumulada no período 2004-2009 permitirá a ampliação de 1.301.018 matrículas, conforme observada na tabela n. 80:

Tabela 80 – Projeção redução de 40,0% da taxa de evasão – 2010-2015.

Evasão	Ano	Meta: Redução 40,0% da evasão	Alunos atendidos
Per.2004-2009 = 3.252.544 Redução de 40,0% = 1.301.018	2010	6,66%	216.836
	2011	6,66%	216.836
	2012	6,66%	216.836
	2013	6,66%	216.836
	2014	6,66%	216.836
	2015	6,66%	216.836
TOTAL	-	-	1.301.018

Fonte: Elaboração CM Consultoria

Considerando, a redução da evasão a cada ano, bem como o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível projetar o panorama de investimentos, visualizado na tabela n. 81:

Tabela 81 – Combate a evasão. Custo estimado por aluno/ano – IES públicas e privadas - 2012-2015.

Ano	Meta – 40,0% de alunos novos	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	216.836	3.350.549.923	1.192.598.000
2011	216.836	3.350.549.923	1.192.598.000
2012	216.836	3.350.549.923	1.192.598.000
2013	216.836	3.350.549.923	1.192.598.000
2014	216.836	3.350.549.923	1.192.598.000
2015	216.836	3.350.549.923	1.192.598.000
TOTAL	1.301.018	20.103.299.538	7.155.588.000

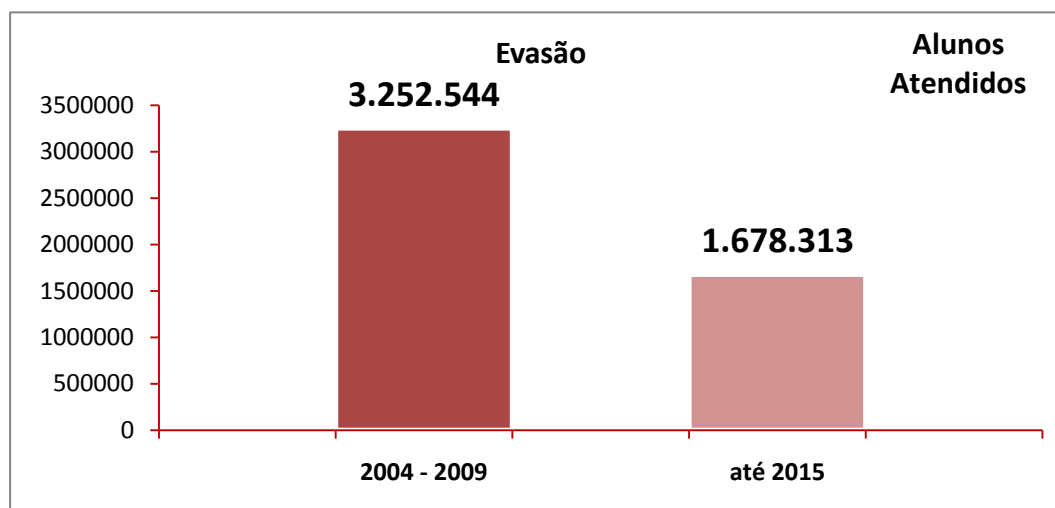
Fonte: Elaboração CM Consultoria

A redução de 40,0% da evasão no ensino superior até 2015 poderá ser realizada, pelo menos, de duas maneiras. A primeira é a recolocação de alunos evadidos e a criação de vagas nas IES públicas, o que representará investimento público de R\$20.103.299.538 bilhões a cada ano, para reingresso de 1.301.018 alunos, permitindo a redução de 40,0% da taxa de evasão.

A meta também poderá ser atendida mediante o custeio desse contingente nas IES privadas, requerendo ampliação da oferta de bolsas de estudos e linhas de créditos viabilizadas pelo poder público. Nesta vertente, o investimento do governo abrangerá R\$7.155.588.000 bilhões, (custo anual), permitindo, atender o mesmo número de alunos evadidos, com economia de 64,4%.

Ressalta-se que os programas como o ProUni, com maior destinação de bolsas, e o FIES, ampliando as linhas de crédito, atendendo às diversas faixas de renda da população são essenciais. A ampliação de 1.678.313 matrículas (incluindo-se 1.301.018+377.295 matrículas projetadas sobre a evasão nos anos de 2010 e 2011), até o ano de 2015, pode ser visualizada no gráfico n. 64:

Gráfico 64 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, reduzindo 40,0% da evasão



Fonte: Elaboração CM Consultoria

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados no ensino superior em 2009, permite estimar, o equivalente a 7.255.039 alunos matriculados em 2015.

3. Ampliação do quantitativo de alunos na graduação “tradicional”

No ano de 2009, o número de alunos matriculados na graduação “tradicional” presencial foi de 4.629.166 alunos, apresentando elevado grau de concentração nos cursos de Administração, Direito, Pedagogia, Medicina, Enfermagem. Ressalte-se que embora a evolução média, no período 2000-2009 tenha sido de 7,1%, após o ano de 2003, houve declínio, chegando a (-0,8%) em 2009.

3.1. Análise crítica da realidade atual

A graduação “tradicional” oferecida no Brasil pelas IES de grande, médio e pequeno porte, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, dotadas ou não de autonomia universitária, apresentam realidades distintas, porém recebem o mesmo tratamento em termos de avaliação. O seu desenvolvimento, expansão e permanência no mercado se dá em estratégia de nicho de alto padrão e preço elevado, bem como preço baixo e padrão mínimo de qualidade e uma busca pela atuação em escala, que é resultado de fusões e incorporações e formação de redes e grupos educacionais.

Nessa modalidade de graduação têm-se um conjunto de disciplinas e atividades organizadas, em áreas do conhecimento, para atender a objetivos educacionais definidos pela Instituição, em consonância com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE.

Observa-se um universo de 48 cursos de bacharelados e 16 cursos de licenciatura. No âmbito das IES que não detém autonomia universitária, verifica-se que no período de 2003 a 2010, foram autorizados 4.576 novos cursos, refletindo uma média de 572 cursos/ano, perfazendo um índice de crescimento de 12,5%. Entre os meses de janeiro a março de 2011 foram autorizados 136 cursos, mantendo a mesma média observada no período mencionado.

O quantitativo de cursos autorizados, por região, no período 2003 a março de 2011, está demonstrado na tabela n. 82:

Tabela 82 – Autorizações de Cursos – Brasil e Regiões brasileiras - 2003 a março de 2011

Posição	Região	Qtde. de cursos	%
-	Total Brasil	4.712	100,0%
1º	Sudeste	1.994	42,3%
2º	Norte	1.078	22,9%
3º	Sul	746	15,8%
4º	Centro-Oeste	499	10,6%
5º	Norte	395	8,4%

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Os cinco cursos mais autorizados, na região centro-oeste, no período 2003 a março de 2011 constam na tabela n. 83:

Tabela 83 – Cinco cursos mais autorizados na região centro oeste - 2003 a março de 2011

Posição	Cursos	Qtde de cursos	%
1º	Administração	64	14,1%
2º	Enfermagem	48	10,8%
3º	Ciências Contábeis	43	10,7%
4º	Educação Física	41	8,8%
5º	Direito	25	8,5%

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Na região nordeste os cinco cursos mais autorizados, no período 2003 a março de 2011 constam na tabela n. 84:

Tabela 84 – Cinco cursos mais autorizados na região nordeste - 2003 a março de 2011

Posição	Cursos	Qtde de cursos	%
1º	Enfermagem	106	12,1%
2º	Administração	99	8,0%
3º	Engenharia	82	7,9%
4º	Educação Física	75	6,3%
5º	Direito	61	6,0%

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Na região norte os cinco cursos mais autorizados, no período 2003 a março de 2011 constam na tabela n. 85:

Tabela 85 – Cinco cursos mais autorizados na região norte - 2003 a março de 2011

Posição	Cursos	Qtde de cursos	%
1º	Administração	38	11,2%
2º	Ciências Contábeis	26	9,9%
3º	Engenharia	21	7,8%
4º	Pedagogia	20	7,2%
5º	Enfermagem	20	6,1%

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Os cinco cursos mais autorizados, na região sudeste, no período 2003 a março de 2011 constam na tabela n. 86:

Tabela 86 – Cinco cursos mais autorizados na região sudeste - 2003 a março de 2011

Posição	Cursos	Qtde de cursos	%
1º	Engenharia	313	24,3%
2º	Administração	199	9,8%
3º	Ciências Contábeis	120	7,6%
4º	Pedagogia	109	7,4%
5º	Educação Física	105	6,9%

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Na região sul, os cinco cursos mais autorizados, no período 2003 a março de 2011 constam na tabela n. 87:

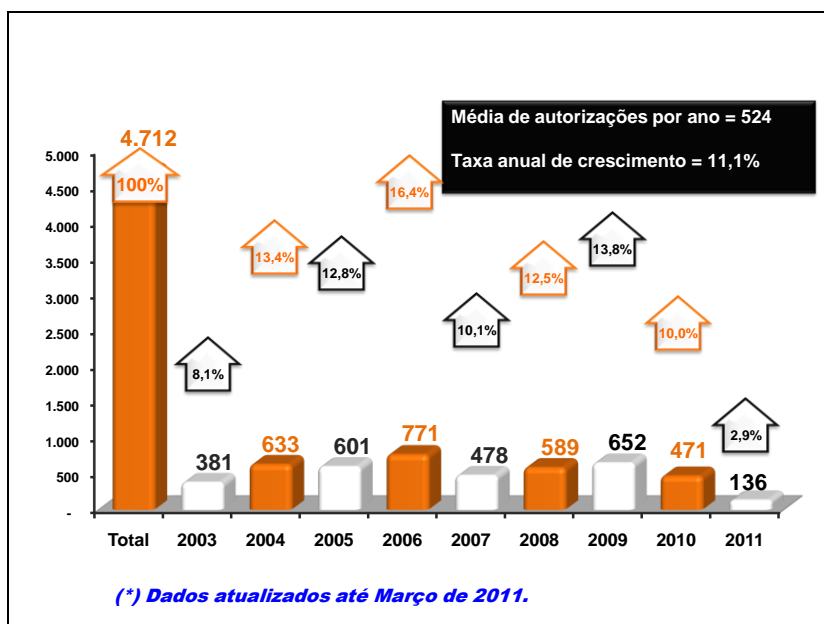
Tabela 87 – Cinco cursos mais autorizados na região sul - 2003 a março de 2011

Posição	Cursos	Qtde de cursos	%
1º	Engenharia	76	14,6%
2º	Ciências Contábeis	74	10,6%
3º	Administração	71	9,5%
4º	Psicologia	57	7,6%
5º	Educação Física	44	6,3%

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 65 apresenta o número de cursos autorizados, vinculados às IES que não detém autonomia para criação de cursos, no período de 2003 a março de 2011:

Gráfico 65 – Autorizações de cursos – IES que não detém autonomia universitária – período 2003/2011.



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

3.2. Fatores Críticos de Sucesso

Os fatores críticos de sucesso do ensino de graduação estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Adequação aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC quanto às dimensões e indicadores:
 - Organização didático-pedagógica.
 - Recursos humanos.
 - Infraestrutura.
- Respeito à diversidade dos alunos quanto a:



- Origem socioeconômica.
- Faixa etária.
- Nível cultural
- Aprendizagem.
- Acompanhamento e implantação de inovação:
 - Tecnológicas.
 - Metodologia.
 - Gestão.

3.3. Ações Estratégicas para ampliação de 10,0% ao ano, no número de alunos no ensino superior

3.3.1. Crescer até 2015 a uma taxa de 10%, ao ano.

As ações estratégicas associadas à ampliação do quantitativo de alunos na graduação tradicional deverão estar relacionadas aos 20 milhões com idade inferior a 40 anos, que já concluíram o ensino médio, dando continuidade ao seu processo de formação.

A ação delineada configura-se em três perspectivas:

1. Crescer 10,0% ao ano, representando o montante de 2.777.500 de alunos em 2015.
2. Matricular 10,0% do total de indivíduos, na faixa etária de 17 a 40 anos, que concluíram o ensino médio e não se matricularam no ensino superior, conforme destaca a tabela n. 88:

Tabela 88 – Matrículas e ingressos estimados de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior – Brasil, 2001-2010

ANO	População de 18 a 24 anos (P) (M) =0,30*(P)	Matrícula estimada para cumprimento do PNE ¹	Ingresso Real (I) =0,32*(M)
2001	22.940.218	6.882.065	1.036.690
2002	23.893.204	7.167.961	1.205.140
2003	24.004.038	7.201.211	1.262.904
2004	24.047.945	7.214.384	1.303.110
2005	24.048.949	7.214.685	1.397.281
2006	24.017.640	7.205.292	1.448.509
2007	23.947.212	7.184.164	1.481.955
2008	23.812.613	7.143.784	1.505.819
2009	23.554.357	7.066.307	1.511.388
2010	23.340.958	7.002.287	-

Fonte: Observatório Universitário/CM Consultoria

3. Estimular a segunda graduação, estabelecendo um percentual de 10,0% sobre os concluintes do ano anterior, conforme tabela n 89:

Tabela 89 – Projeção de matrículas de alunos em 2º curso de graduação.

Média concluintes 2009	Ano	Metas	Alunos novos
826.900 egressos	2010	10,0%	82.000
	2011	10,0%	82.000
	2012	10,0%	82.000
	2013	10,0%	82.000
	2014	10,0%	82.000
	2015	10,0%	82.000
TOTAL	-	-	492.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

A ampliação de 10,0% no quantitativo de matrículas na graduação “tradicional” permitirá a ampliação de 2.777.500 novas matrículas, conforme observada na tabela n. 90:

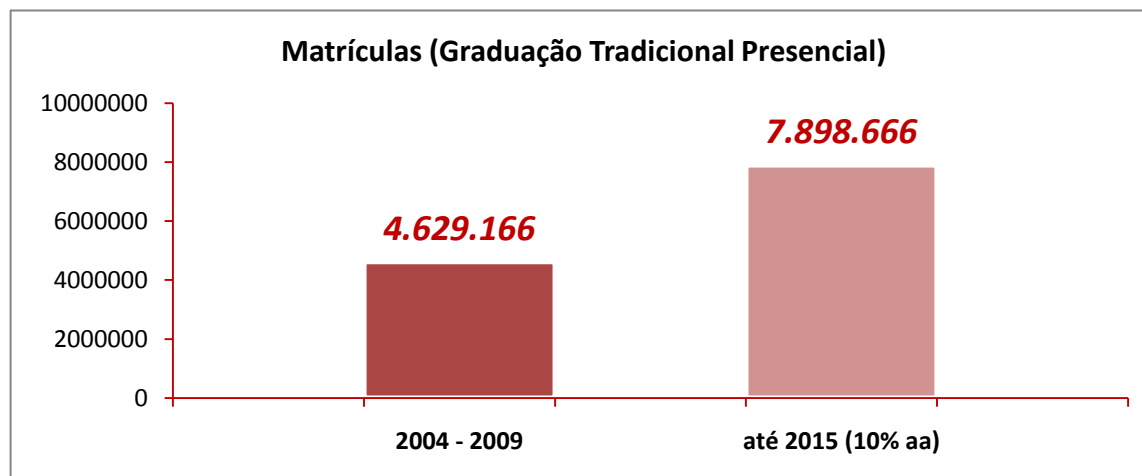
Tabela 90 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano na graduação “tradicional” – 2010-2015.

Ampliação de 10,0% da base de alunos	Ano	Alunos atendidos
2.777.500	2010	462.916
	2011	462.916
	2012	462.916
	2013	462.916
	2014	462.916
	2015	462.916
TOTAL	-	2.777.500

Fonte: Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 66 destaca a projeção de alunos matriculados em 2015:

Gráfico 66 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando 10% das matrículas na graduação tradicional:



Fonte: Elaboração CM Consultoria

Considerando, a ampliação da base de alunos a cada ano, o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível projetar o panorama de investimentos para essa ampliação, visualizada na tabela n. 91:

Tabela 91 – Custo estimado para a ampliação da base de alunos na graduação “tradicional” – presencial - IES públicas e privadas - 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	544.917	8.420.052.333	2.997.041.667
2011	544.917	8.420.052.333	2.997.041.667
2012	544.917	8.420.052.333	2.997.041.667
2013	544.917	8.420.052.333	2.997.041.667
2014	544.917	8.420.052.333	2.997.041.667
2015	544.917	8.420.052.333	2.997.041.667
TOTAL	3.269.500	50.520.314.000	17.982.250.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

A ampliação de 10,0% ao ano na base de alunos da graduação “tradicional” presencial, até 2015 poderá ser desenvolvida, pelo menos, sob duas perspectivas. A primeira possibilidade é o preenchimento das vagas ociosas e criação de novas vagas nas IES públicas, o que representará investimento público de R\$50.520.314.000, a cada ano. Este montante refere-se ao custo anual de 3.269.500 alunos. (ampliação da base de alunos – 10,0% ao ano).

Destaca-se que referida meta também poderá ser atendida mediante ao preenchimento das vagas ociosas nas IES privadas, requerendo do poder público o desenvolvimento de condições, via ampliação da oferta de bolsas de estudos e linhas de crédito.

O investimento do governo previsto, considerando esta opção será de aproximadamente R\$17.982.250.000 bilhões, a cada ano. Essa opção gera economia de 64,4% se comparada com a ampliação por meio da ocupação e criação de vagas nas IES públicas.

O alcance dessa meta está diretamente associado à ampliação do acesso, via ProUni e FIES, visto que o público-alvo requer linhas de crédito específicas que atendam suas necessidades.

O alcance da meta estabelecida, como base o número atual de matriculados nas modalidades de ensino (bacharelados e licenciaturas) presencial, projeta o quantitativo de 7.406.666 para o ano de 2015.

4. Ampliação do quantitativo de alunos na graduação tecnológica

As matrículas da graduação tecnológica presencial no Brasil em 2009 alcançaram 486.730 alunos. Neste período a taxa crescimento foi de 27,5% ano, ampliando para cerca de 8,0% a participação dessa modalidade de ensino. Somente em 2009, o crescimento foi de 18,3% em relação a 2008.

No Brasil, a oportunidade da graduação tecnológica se equiparar ao que ocorre nos Estados Unidos, Europa e mesmo na América latina, onde cursos dessa natureza representam mais de 50% dos alunos matriculados, depende do grau de importância que se dá para a educação profissional.

4.1. Análise crítica da realidade atual

A expansão do número de cursos e alunos da graduação observada nos últimos cinco anos demonstra a sua pertinência no cenário da formação de mão de obra de qualificação superior. Sua organização a partir da elaboração do catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia, por um lado contribuiu para sua consolidação enquanto modalidade de ensino, porém por outro, inibiu o processo criativo e o delineamento de cursos mais adaptados às diversas regiões brasileiras.

O catálogo institucional contempla 13 eixos tecnológicos com 113 possibilidades de cursos e define as premissas básicas em relação ao perfil de formação. Trata-se de um tipo de ensino que está afinado com as tendências globais:

- a) Acesso de um maior quantitativo de alunos.
- b) Alunos que querem cursos com menor tempo de duração.
- c) Alunos que querem horários flexíveis.
- d) A sociedade do conhecimento determina a educação continuada.
- e) Uso cada vez mais frequente das TICs (tecnologia da informação e da comunicação).
- f) Alunos com menor poder aquisitivo querem mobilidade social, empregabilidade e melhores salários.

4.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Certificações intermediárias por competências desenvolvidas.
- Adequação ao mercado de trabalho.
- Inovação contínua.
- Professores com prestígio reconhecido na profissão.
- Pedagogia que valoriza os pontos fortes e a experiência.
- Convênios e parcerias com organizações de prestígio, na área do curso.

- Foco no empreendedorismo.

4.3. Ações estratégicas para ampliação das matrículas em 10,0% ao ano

A graduação tecnológica representa um dos grandes pilares para a expansão do ensino superior no país. Para que o ensino profissional nessa modalidade tenha êxito efetivo, será necessário que:

- Seja entendido como um modelo inovador.
- Seja reconhecido pelo mercado e grandes empregadores.

4.3.1. Crescer até 2015 a uma taxa de 10% ao ano nas matrículas.

A ampliação de 10,0% no quantitativo de matrículas na graduação tecnológica permitirá a ampliação de 292.038 novas matrículas, conforme observada na tabela n. 92:

Tabela 92 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano na graduação tecnológica– 2010-2015.

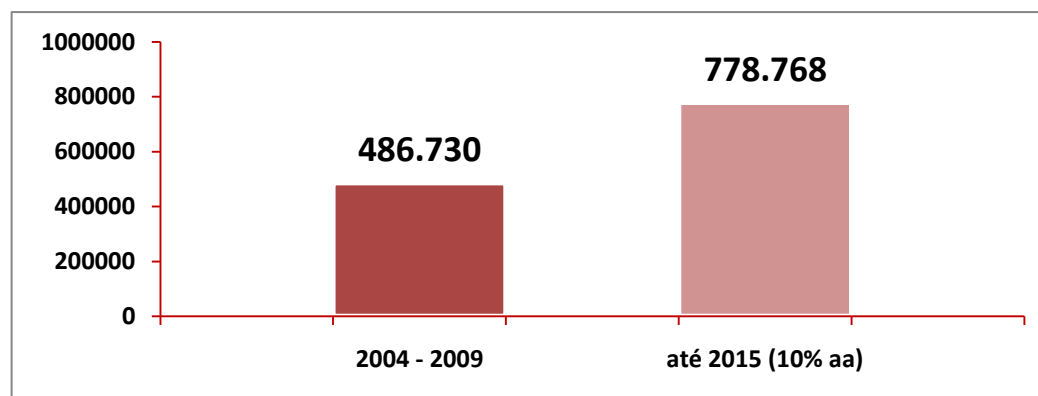
Ampliação de 10,0% da base de alunos	Ano	Alunos atendidos
292.038	2010	48.673
	2011	48.673
	2012	48.673
	2013	48.673
	2014	48.673
	2015	48.673
TOTAL	-	292.038

Fonte: Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 5 destaca a projeção de alunos matriculados em 2015:

A ampliação de 10,0% ao ano, nas matrículas em cursos de graduação tecnológica, durante o período 2010-2015, permitirá a ampliação de 292.038 matrículas, ampliando em 2015, o quantitativo de matriculados para 778.768 alunos, conforme gráfico n. 67:

Gráfico 67 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 10,0% ao ano, o quantitativo de matrículas na graduação tecnológica - presencial



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria



Tomando como base, o quantitativo de novos alunos, projetados a partir desta meta, bem como o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível projetar o panorama de investimentos para a ampliação da graduação tecnológica, visualizada na tabela n. 93:

Tabela 93 – Custo estimado para a ampliação da base de alunos na graduação tecnológica – presencial - IES públicas e privadas - 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	48.673	752.095.196	267.701.500
2011	48.673	752.095.196	267.701.500
2012	48.673	752.095.196	267.701.500
2013	48.673	752.095.196	267.701.500
2014	48.673	752.095.196	267.701.500
2015	48.673	752.095.196	267.701.500
TOTAL	292.038	4.512.571.176	1.606.209.000

Fonte: Elaboração CM Consultoria

A ampliação em 10,0% ao ano da base de alunos da graduação tecnológica, modalidade presencial, até 2015 poderá ser realizada, pelo menos, sob duas vertentes. A primeira possibilidade é o preenchimento das vagas ociosas e criação de novos cursos e vagas para esta modalidade de ensino nas IES públicas, o que representará investimento público de R\$4.512.571.176 bilhões, a cada ano. Este montante refere-se ao custo anual de 292.038 alunos. (ampliação da base de alunos – 10,0% ao ano).

A referida meta poderá ainda ser atendida, mediante ocupação das vagas ociosas nas IES privadas, requerendo do poder público investimento nas condições de acesso, por meio de ampliação da oferta de bolsas de estudos e de linhas de créditos especiais para a formação específica.

O investimento do governo previsto, considerando esta possibilidade será de aproximadamente R\$1.606.209.000 bilhões, a cada ano. Essa opção permite economia de 64,4% se comparada com a ampliação, via ocupação e criação de vagas nas IES públicas.

Destaca-se que a obtenção dessa meta está diretamente relacionada à ampliação da cobertura, via ProUni e FIES, visto que o público-alvo requer linhas de crédito específicas que atendam suas necessidades.

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados nos cursos superiores de tecnologia em 2009, permite estimar, o equivalente a 778.768 alunos matriculados em 2015.

5. Ampliação do quantitativo de alunos na educação a distância

As matrículas nos cursos de graduação, na modalidade a distância constituíram em 2009 o total de 838.125 matrículas. Esse total representa um crescimento de 6,3% em relação a 2008. Nota-se que a expansão dessa modalidade de oferta na educação superior é mais que uma tendência, dada a evolução tecnológica vivenciada pela sociedade contemporânea.

Especificamente no Brasil, a adesão aos recursos tecnológicos, somados à sua extensão e diversificação regional, bem como à democratização do acesso a Internet e o novo perfil do contingente universitário, favorecem ainda mais este modelo.

5.1. Análise crítica da realidade atual

As matrículas na educação a distância estão distribuídas entre bacharelados, licenciaturas tradicionais e cursos superiores de tecnologia. De acordo com o Censo Educacional de 2009, são 644.176 matrículas na graduação “tradicional” e 193.949 matrículas na graduação tecnológica, apresentando o desempenho demonstrado na tabela n. 94:

Tabela 94 – quantitativo de alunos matriculados na educação a distância – graduação “tradicional” e tecnológica – 2004-2009.

Anos	Alunos – Graduação “Tradicional”	Crescimento	Alunos – Graduação tecnológica	Crescimento
2004	54.002	8,2%	5.609	-
2005	91.847	70,1%	22.795	306,4%
2006	160.032	74,2%	47.174	106,9%
2007	302.094	88,8%	67.672	43,5%
2008	600.342	98,7%	127.619	88,6%
2009	644.176	7,3%	193.949	52,0%

5.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Utilização adequada de ambientes e espaços virtuais.
- Aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar.
- Design adequado do projeto pedagógico e dos conteúdos.
- Foco no aluno e na aprendizagem.
- O professor como mentor e tutor.

5.3. Ações Estratégicas para ampliação das matrículas em 10,0% ao ano

5.3.1. Ampliar 502.875 matrículas até 2015.

A ampliação de 10,0% no quantitativo de matrículas na educação a distância permitirá a ampliação de 502.875 novas matrículas, conforme observada na tabela n. 95:

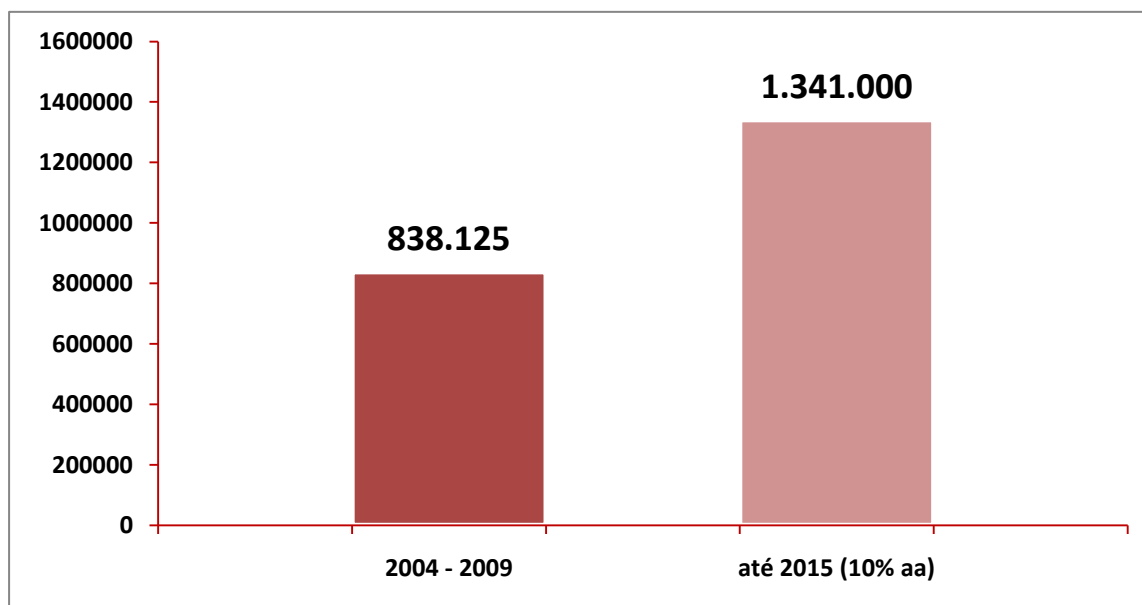
Tabela 95 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano na educação a distância – 2010-2015.

Ampliação de 10,0% da base de alunos	Ano	Alunos atendidos
502.875	2010	83.813
	2011	83.813
	2012	83.813
	2013	83.813
	2014	83.813
	2015	83.813
TOTAL	-	502.875

Fonte: Elaboração CM Consultoria

A ampliação das matrículas pode ser observada no gráfico n. 68:

Gráfico 68 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 10,0% ao ano, o quantitativo de matrículas na graduação – modalidade a distância



Fonte: Elaboração CM Consultoria

Projetando o quantitativo de novos alunos, a partir da meta estabelecida, bem como o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível estimar os investimentos para a ampliação da educação a distância, considerando a oferta por IES públicas e privadas visualizada na tabela n. 96:

Tabela 96 – Custo estimado para a ampliação da base de alunos na educação a distância - IES públicas e privadas - 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	83.813	1.295.078.476	460.971.500
2011	83.813	1.295.078.476	460.971.500
2012	83.813	1.295.078.476	460.971.500
2013	83.813	1.295.078.476	460.971.500
2014	83.813	1.295.078.476	460.971.500
2015	83.813	1.295.078.476	460.971.500
TOTAL	502.875	7.770.470.856	2.765.829.000

Obs.: Para este estudo utilizou-se os mesmos valores do ensino presencial.
Fonte: Elaboração CM Consultoria

A ampliação em 10,0% ao ano da base de alunos da educação a distância, até 2015 poderá ser oferecida, pelo menos, sob duas vertentes. A primeira possibilidade é o preenchimento das vagas ociosas e criação de novos cursos e vagas para esta modalidade de ensino nas IES públicas, o que representará investimento público de R\$7.770.470.856 bilhões, a cada ano. Este montante refere-se ao custo anual de 502.875 alunos. (ampliação da base de alunos – 10,0% ao ano).

Outra possibilidade é o atendimento da meta por meio da ocupação das vagas ociosas nas IES privadas, credenciadas para oferta de modalidade a distância, requerendo do poder público investimento nas condições de acesso, por meio de ampliação da oferta de bolsas de estudos e de linhas de créditos especiais para esse mecanismo de formação superior.

O investimento do governo previsto, considerando esta possibilidade será de aproximadamente R\$2.765.829.000 bilhões, a cada ano. Comparativamente, têm-se a economia de 64,4%. A obtenção dessa meta está diretamente relacionada à ampliação da cobertura via ProUni e FIES, visto que o público-alvo requer linhas de crédito específicas que atendam suas necessidades.

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados na educação a distância em 2009, permite estimar, o equivalente a 1.341.000 alunos matriculados em 2015.

6. FIES – 250.000 contratos novos ao ano

6.1. Análise crítica da realidade atual

O FIES é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, não gratuitos e com avaliação positiva no MEC. Atualmente, financia até 100% do valor da mensalidade e obedece a uma regulamentação específica.

No ano de 2009, foi atingida a marca de 487 mil contratos ativos, atendendo, aproximadamente, 33 mil estudantes. Em 2010, o FIES foi reformulado, reduzindo os juros para 3,4% ao ano, financiando até 100% do valor da mensalidade. Houve dilatação do prazo de pagamento para o triplo do tempo de duração do curso. Em 2011, verificou-se a participação de 1.386 IES, abrangendo 863 mantenedoras.

6.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Necessidade de ampliar a acessibilidade ao financiamento.
- Dotação orçamentária de recursos e redução de taxas de juros.
- A eliminação de burocracias desnecessárias.
- Atendimento às diferentes classes sociais.

6.3. Ações Estratégicas para ampliação de 1.000.000 alunos beneficiados

6.3.1. Ampliar o quantitativo de 1.000.000 novos alunos beneficiados até 2015.

A formulação de ações estratégicas relacionadas ao FIES referem-se à desburocratização do subsídio ao crédito e ampliação do número de beneficiários vinculados ao fundo de apoio ao estudante de ensino superior. A meta é ampliar o benefício a 1.000.000 de novos alunos, conforme destaca a tabela n.97:

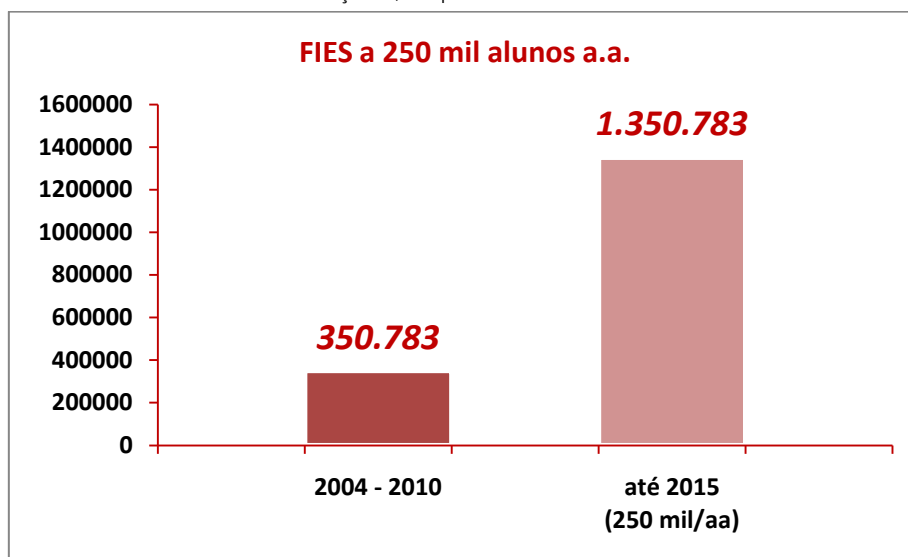
Tabela 97 – Projeção da ampliação de alunos beneficiados pelo FIES – 2010-2015.

Ampliação de benefícios	Ano	Alunos atendidos
1.000.000	2010	166.667
	2011	166.667
	2012	166.667
	2013	166.667
	2014	166.667
	2015	166.667
TOTAL	-	1.000.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

A adesão de 1.000.000 de novos alunos ao FIES, pode ser observada no gráfico n. 69:

Gráfico 69 Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.000.000 de matrículas beneficiadas pelo FIES.



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Projetando o quantitativo de novos alunos beneficiados pelo FIES, a partir da meta estabelecida, bem como o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível estimar o custeio para alcance dessa meta, visualizada na tabela n. 98:

Tabela 98 – Custo estimado para a ampliação do atendimento aos alunos pelo FIES - 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2011	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2012	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2013	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2014	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2015	166.667	2.575.338.484	916.668.500
TOTAL	1.000.000	15.452.030.904	5.500.011.000

Fonte: Elaboração CM Consultoria

A ampliação de 1.000.000 de novos alunos atendidos pelo FIES até o ano de 2015 poderá ser custeada, sob duas vertentes. A primeira possibilidade, preenchendo as vagas ociosas e criação de novos cursos e vagas nas IES públicas, o que representará investimento público de R\$ 15.452.030.904 bilhões, a cada ano. Este montante refere-se ao custo anual de 166.667 alunos ao ano. (ampliação do acesso a 1.000.000 de alunos).

Outra possibilidade é o atendimento dessa meta, por meio da ocupação das vagas ociosas nas IES privadas. O investimento previsto, considerando esta possibilidade será de aproximadamente R\$5.500.011.000 bilhões, a cada ano. Comparativamente, têm-se a economia de 64,4%.

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos atendidos em 2010, permite estimar, o equivalente a 1.850.783 novos alunos atendidos pelo programa até 2015.



7. Ampliação do Financiamento Estudantil - ProUni

O ProUni é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira e tem possibilitado o acesso à educação de milhares de jovens e estimulando a inclusão social desde 2004. Oferece aos alunos de baixa renda, bolsas de estudo (integrais ou parciais) em IES privadas e essas, concede isenção de alguns tributos fiscais.

7.1. Análise crítica da realidade atual

No ano de 2009 houve maior oferta de bolsas de estudo, superando em 37,58% a meta de 180 mil bolsas previstas, pois foram concedidas 247.643 bolsas. Em 2010, alcançou 241.273 bolsas (acumuladas). O processo seletivo para aquisição de bolsas em 2011 abrangeu 162.491 bolsas, dessas 123.17 de caráter obrigatório e 39.321 adicionais. Observou-se ainda o quantitativo de 1.048.631 inscritos, sendo selecionados 886.140 bolsistas.

No período 2005-2009, foi destinado maior percentual de bolsas aos alunos vinculados às regiões sul e sudeste, (regiões mais desenvolvidas em termos de matrículas no ensino superior). O panorama observado em 2010 revela a oferta de 165 mil bolsas (86 mil bolsas integrais e 79 mil bolsas parciais), representando 52,0% e 48,0% respectivamente.

A contrapartida para as IES, em aderir ao ProUni, é a isenção de tributos. As IES com fins lucrativos abatem o equivalente a 100% do quantitativo de bolsas de estudos concedidas. Para as IES sem fins lucrativos, é possível abater apenas os valores referentes ao COFINS e PIS.

7.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Ampliação de benefícios para IES conveniadas ao ProUni.
- Desburocratização da prestação das informações aos órgãos governamentais.

7.3. Ações estratégicas para ampliação de 1.000.000 alunos atendidos pelo ProUni.

7.3.1. Ampliar o quantitativo de 1.000.000 atendidos pelo ProUni até 2015.

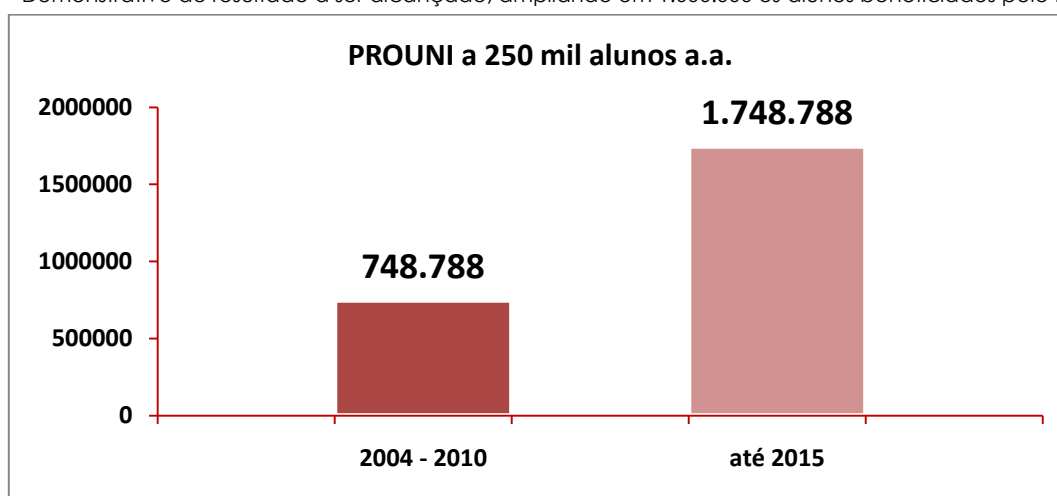
A ampliação de ações estratégicas relacionadas ao ProUni para alcance da meta de ampliar o quantitativo em 1.000.000 de novos alunos beneficiados, conforme destaca a tabela n.99:

Tabela 99 – Projeção da ampliação de alunos beneficiados pelo ProUni – 2010-2015.

Ampliação de benefícios	Ano	Alunos atendidos
1.000.000	2010	166.667
	2011	166.667
	2012	166.667
	2013	166.667
	2014	166.667
	2015	166.667
TOTAL	-	1.000.000

A adesão de 1000.000 de novos alunos ao ProUni poderá ser observada no gráfico n. 70:

Gráfico 70 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.000.000 os alunos beneficiados pelo ProUni.



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Tomando como base o montante de novos alunos beneficiados pelo ProUni, a partir da meta estabelecida, bem como o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível mensurar o custeio para alcance dessa meta, visualizada na tabela n. 100:

Tabela 100 – Custo estimado para a ampliação do atendimento aos alunos pelo ProUni - 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2011	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2012	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2013	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2014	166.667	2.575.338.484	916.668.500
2015	166.667	2.575.338.484	916.668.500
TOTAL	1.000.000	15.452.030.904	5.500.011.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria



A ampliação de 1.000.000 de novos alunos atendidos pelo ProUni até o ano de 2015, por meio da ocupação das vagas nas IES privadas representará investimento de aproximadamente R\$5.500.011.00 bilhões, a cada ano. Comparando o atendimento, entre IES públicas e privadas é possível visualizar a economia de 64,4%, ou de R\$9.952.019.904

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos atendidos em 2010, permite estimar, o equivalente a 1.748.788 novos alunos atendidos pelo programa até 2015.

8. Ampliação dos matriculados no Ensino Médio

Um dos principais obstáculos para expansão do ensino superior no país são as limitações de acesso e permanência dos estudantes no ensino médio. Neste sentido, duas metas do novo PNE visam: duplicar as matrículas do ensino médio profissional e de nível médio e ampliar as taxas de matrículas no ensino médio para 85,0% dos jovens na faixa etária de 15 e 17 anos.

8.1. Análise crítica da realidade atual

Aproximadamente 50,0% dos jovens entre 15 e 17 anos não se encontram matriculados nesse nível de ensino. Entre os que concluem, 90% não aprendem o mínimo necessário. Na faixa etária de 14 a 17 um montante de 9,4 milhões estão matriculados no ensino médio.

8.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Ampliação do acesso ao ensino médio para alcance de outras metas estabelecidas pelo novo PNE.
- Redução da evasão para aumento da produtividade.
- Melhoria dos indicadores de qualidade do ensino médio.
- Ampliação dos recursos financeiros, de forma a equalizar oportunidades educacionais no nível do ensino médio, atendendo à ampliação das matrículas no ensino médio público.
- Valorização e financiamento do ensino técnico.

8.3. Ações Estratégicas para ampliação de 10,0% no quantitativo de alunos do ensino médio

8.3.1. Ampliar 960.000 matrículas até 2015.

A análise do contexto atual do ensino médio revela a necessidade de ampliação no quantitativo de matrículas e ainda a urgência de um programa para combater a evasão. Desta forma, destaca-se como meta a ampliação de 960.000 novas matrículas nessa modalidade de ensino até 2015, conforme tabela n. 101:

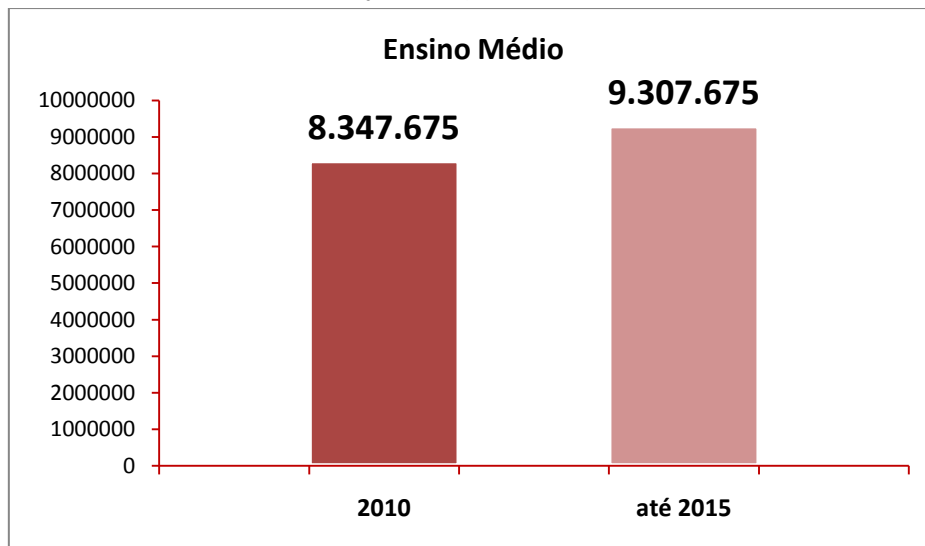
Tabela 101 – Projeção da ampliação de alunos, 10,0% ao ano no ensino médio – 2010-2015.

Ampliação de 10,0% da base de alunos	Ano	Alunos atendidos
960.000,00	2010	160.000
	2011	160.000
	2012	160.000
	2013	160.000
	2014	160.000
	2015	160.000
TOTAL	-	960.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 71 destaca o quantitativo de matrículas em 2015, considerando o contingente atual:

Gráfico 71 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 960.000 as matrículas de alunos no ensino médio.



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Ressalta-se que, considerando que cerca de 50,0% dos concluintes do ensino médio ingressam no ensino superior, uma melhoria desse percentual para o patamar de 70,0% representaria o acesso de 672.000 novos ingressantes no ensino superior nos próximos anos.

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados no ensino médio permite estimar, o equivalente à 9.307.675 alunos matriculados em 2015.



9. Ampliação do acesso ao ensino superior nas diferentes regiões brasileiras

No Brasil, verifica-se que 3.598 municípios, (65,0% do total), não são atendidos diretamente pelo ensino superior, ou seja, estão desprovidos de IES e pólos de educação a distância. Esse conjunto de municípios totaliza uma população de 24 milhões de habitantes. Desse contingente populacional, 6,7 milhões encontram-se na faixa etária de 15 a 29 anos, portanto, configuram-se como público-alvo do ensino superior.

9.1. Análise crítica da realidade atual

Os números do censo educacional 2009 mostram que a interiorização é mais que uma tendência, trata-se de uma realidade, pois 44,7% das matrículas estão fora das capitais. As grandes universidades elaboraram programas de interiorização e passaram a oferecer cursos e programas em diversas cidades, cuidadosamente escolhidas.

Neste cenário, os números comprovam. Em 2000, havia 745 instituições de ensino superior no interior do país, contra 435 nas capitais. Atualmente, a diferença aumentou: são 839 IES localizadas em grandes centros urbanos e 1.475 em regiões mais distantes, segundo dados do Censo da Educação Superior 2009.

9.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Rompimento das barreiras relacionadas ao processo de interiorização do ensino superior.
- Desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos estratégicos para a realidade atual.
- Alocação de recursos para obras e pesquisas necessárias para transformação das regiões brasileiras.

9.3. Ações estratégicas para atendimento de 20,0% da população dos municípios menores

9.3.1. Ampliar 1.340.000 de matrículas até 2015

Observa-se que o atendimento às cidades e regiões desprovidas de IES e, conseqüentemente, de vagas e cursos de graduação, deve ter como meta ampliar o acesso ao ensino superior nas diferentes regiões brasileiras, considerando as demandas e características locais, atendendo 20% da população dos municípios

classificados nessa categoria, tomando por base a população na faixa etária de 15 a 29 anos e a meta que considera a ampliação de 1.340.000 novas matrículas até o ano de 2015.

A tabela n. 102 destaca a ampliação de matrículas considerando os municípios menores:

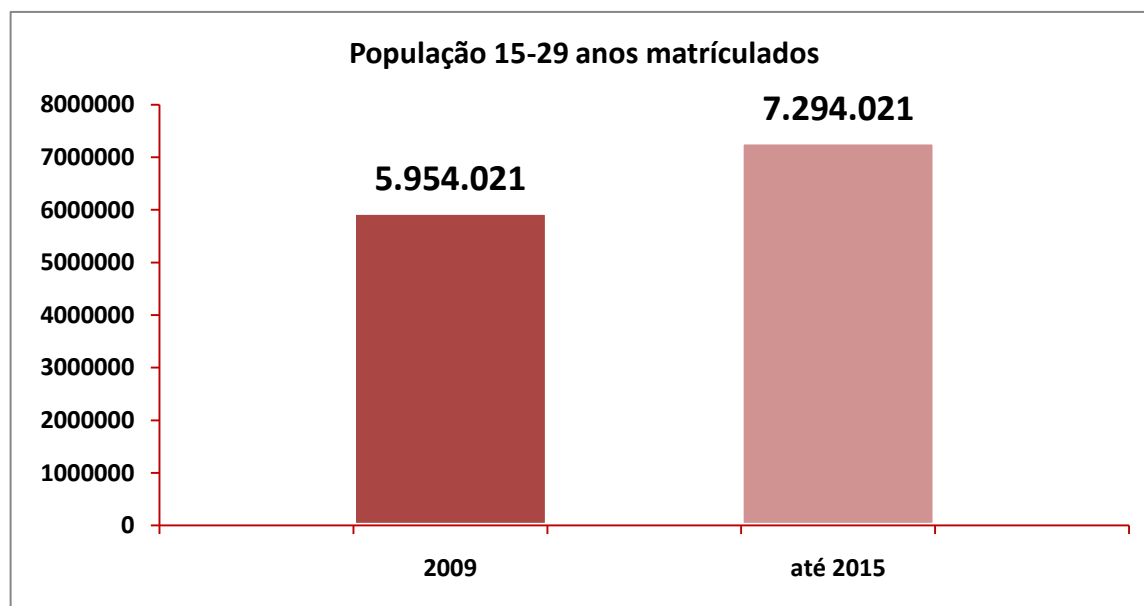
Tabela 102 – Projeção da ampliação de 1.340.000 matrículas - alunos das regiões desprovidas de ensino superior. 2010-2015.

Ampliação da base de alunos	Ano	Alunos atendidos
1.340.000	2010	223.333
	2011	223.333
	2012	223.333
	2013	223.333
	2014	223.333
	2015	223.333
TOTAL	-	1.340.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 72 destaca a ampliação do quantitativo de matrículas, considerando o quantitativo atual matriculado no ensino superior brasileiro:

Gráfico 72 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.340.000 as matrículas de alunos nas regiões desprovidas de ensino superior.



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

Projetando o quantitativo de novos alunos, a partir da meta estabelecida, considerando o custo médio anual por aluno em IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), é possível estimar os investimentos para a ampliação da graduação, nos municípios, considerando a oferta por IES públicas e privadas visualizada na tabela n. 103:



Tabela 103 – Custo estimado para a ampliação de 1.340.000 matrículas de alunos residentes em regiões desprovidas de ensino superior. - 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	223.333	3.450.941.516	1.228.331.500
2011	223.333	3.450.941.516	1.228.331.500
2012	223.333	3.450.941.516	1.228.331.500
2013	223.333	3.450.941.516	1.228.331.500
2014	223.333	3.450.941.516	1.228.331.500
2015	223.333	3.450.941.516	1.228.331.500
TOTAL	1.340.000	20.705.649.096	7.369.989.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

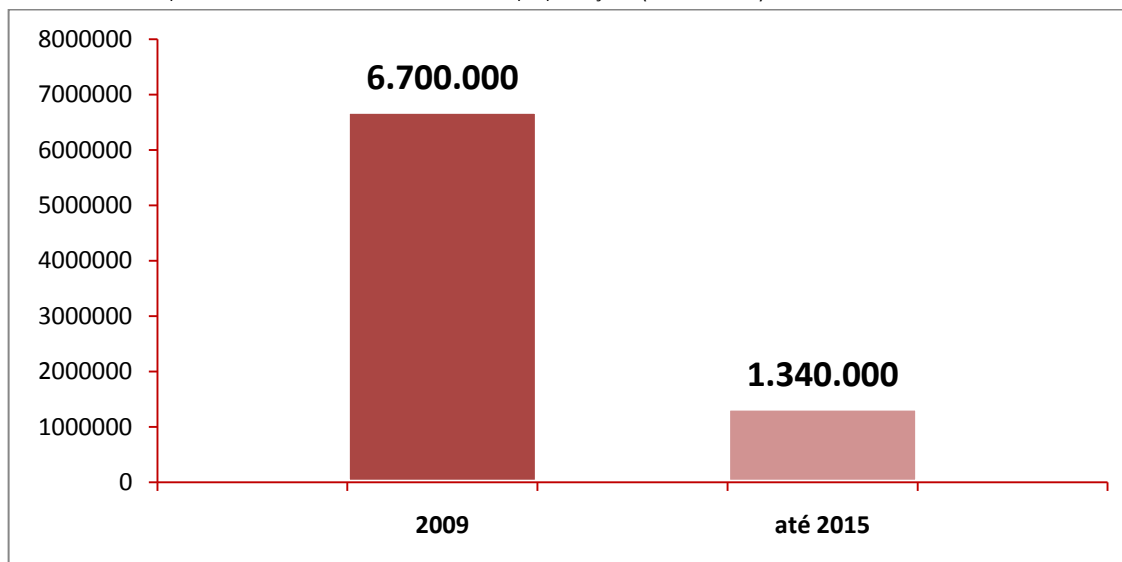
A ampliação da base de alunos até 2015 poderá ser oferecida, pelo menos, sob duas vertentes. A primeira possibilidade é a criação de IES públicas, cursos e vagas nas regiões desprovidas de ensino superior, o que representará investimento público de R\$20.705.649.096 bilhões, a cada ano. Este montante refere-se ao custo anual de 1.340.000 alunos. (ampliação da base de alunos em regiões desprovidas de ensino superior).

Outra possibilidade é o atendimento da meta, por meio da criação de IES, vagas, cursos e polos em IES privadas, requerendo do poder público tratamento especial para agilizar a criação e investimento nas condições de acesso, por meio de ampliação da oferta de bolsas de estudos e de linhas de créditos especiais para esse mecanismo de formação superior.

O investimento do governo previsto, considerando esta possibilidade será de aproximadamente R\$7.369.989.000 bilhões a cada ano. Comparando a oferta em IES públicas e privadas, têm-se a economia de 64,4% caso a ação seja direcionada ao segmento privado. A obtenção dessa meta está diretamente relacionada à ampliação da cobertura, via ProUni e FIES, visto que o público-alvo requer linhas de crédito específicas que atendam suas necessidades.

O gráfico n. 73 destaca o quantitativo de matrículas, considerando a população alvo:

Gráfico 73 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 1.340.000 as matrículas de alunos nas regiões desprovidas de ensino superior. Atendimento de 20,0% da população (15-29 anos).



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados no ensino superior permite estimar, o equivalente a 7.294.021 alunos matriculados em 2015.

10. Investimento em formação profissional em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional

O mercado de trabalho no Brasil está vivenciando um ‘apagão profissional’, visto que as novas demandas requeridas pelos setores da indústria, comércio e de prestação de serviços não estão sendo atendidas.

Estima-se que em 2011, estes setores estejam disponibilizando 1,9 milhão vagas: sendo 420.000 para o varejo, 250.000 para a construção civil, 120.000 vagas para as empresas de *call center*, 50.000 para área de petróleo e afins, 40.000 vagas para o segmento têxtil e 34.000 vagas para a área de tecnologia da informação.

10.1. Análise crítica da realidade atual

As estatísticas evidenciam quanto o Brasil está defasado em termos de produtividade profissional. Entre 2000 a 2008, o índice de produtividade da Coréia do Sul cresceu, em média, 7,4% ao ano. A China cresceu 5,2% e nos Estados Unidos, o crescimento foi de 4,6%. A Argentina cresceu 3%. Enquanto isso, a produtividade brasileira evoluiu 0,9% ao ano, e sem produtividade a inflação sobe. Os profissionais desempregados estão fora do mercado de trabalho por falta de qualificação adequada.

Outros aspectos a considerar relaciona-se ao fato de no Brasil, um diploma de graduação possibilitar aumento salarial de 171% na renda média do indivíduo e de que 21 milhões pessoas na faixa etária entre 17 a 40 anos detém ensino médio concluído, porém não ingressaram no ensino no superior.

Neste sentido, formar profissionais preparados para atender às demandas do mercado tornou-se uma preocupação recorrente no segmento privado. O investimento em formação profissional estratégica para o desenvolvimento nacional requer inovação e criatividade e, atender às demandas por competências e empregabilidade nacional e internacional dos diplomados em alguns dos setores de atividades estratégicas é um dos desafios a serem enfrentados.

10.2. Fatores Críticos de Sucesso

- Definição do ensino superior como condição essencial para o desenvolvimento nacional.
- Investimento expressivo no campo do conhecimento, pois somente os detentores do conhecimento estarão aptos a sobreviverem nos cenários futuros.
- Formação superior em áreas estratégicas para as relações industriais, comerciais e de prestação de serviços do Brasil em seu contexto interno e externo.
- Desenvolvimento da inserção internacional e de esforços para enfrentamento dos obstáculos que ameaçam a consecução desses objetivos.
- Autonomia universitária, flexibilização dos currículos e dos percursos de formação.

- Ampliar a oferta de formação superior estratégica para o cenário presente.
- Formação profissional nas áreas de engenharia, física, matemática, química, aeronáutica, naval, nuclear, minas e energia, petróleo e agroenergia, além da bioindústria, nanotecnologia e equipamentos médico-hospitalares.
- Turismo, inglês, medicina esportiva, gestão, hospitalidade, lazer considerando os mega eventos esportivos.

10.3. Ações para ampliação da formação superior em áreas estratégicas

10.3.1. Ampliar 882.000 matrículas até 2015.

O investimento em áreas estratégicas para ampliar a produtividade e a competitividade nacional, no patamar de, pelo menos, 5,0%, ao ano, a fim de atender pessoas entre 17 a 40 anos, com ensino médio, que não estudam, representa o incremento 882.000 novas matrículas no ensino superior até 2015. A tabela n. 104 projeta a ampliação:

Tabela 104 – Projeção da ampliação de 882.000 matrículas em áreas estratégicas para a economia nacional - 2010-2015.

Ampliação da base de alunos	Ano	Alunos atendidos
882.000	2010	147.000
	2011	147.000
	2012	147.000
	2013	147.000
	2014	147.000
	2015	147.000
TOTAL	-	882.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

A estimativa do quantitativo de novos alunos, a partir da meta estabelecida, considerando o valor da anuidade média das IES públicas (R\$15.452,00) e o valor médio da anuidade nas IES privadas (R\$5.500,00), permite prever os investimentos em áreas estratégicas, considerando oferta por IES públicas e privadas, conforme tabela n. 105:

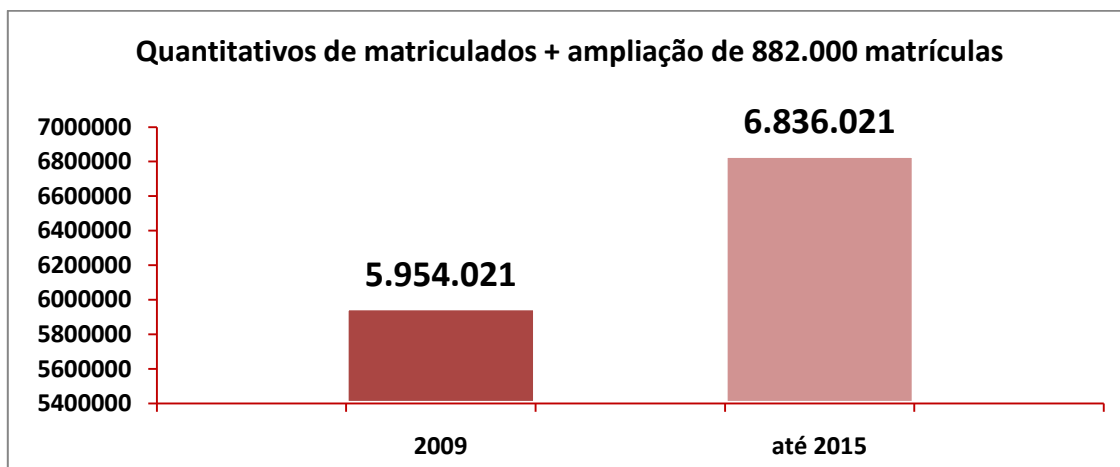
Tabela 105 – Custo estimado para oferta de 882.000 matrículas em áreas estratégica para o desenvolvimento nacional 2010-2015.

Ano	Meta – 10,0% de alunos novos ao ano	Custo médio por aluno IES públicas (R\$15.452,00)	Anuidade média IES privadas (R\$ 5.500,00)
2010	147.000	2.271.444.000	808.500.00
2011	147.000	2.271.444.000	808.500.00
2012	147.000	2.271.444.000	808.500.00
2013	147.000	2.271.444.000	808.500.00
2014	147.000	2.271.444.000	808.500.00
2015	147.000	2.271.444.000	808.500.00
TOTAL	882.000	13.628.664.000	4.851.000

Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

O gráfico n. 74 destaca a ampliação do quantitativo de matrículas, considerando o quantitativo atual matriculado no ensino superior brasileiro:

Gráfico 74 – Demonstrativo do resultado a ser alcançado, ampliando em 882.000 as matrículas em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional:



Fonte: MEC/INEP. Elaboração CM Consultoria

A ampliação das matrículas em áreas estratégicas poderá ser oferecida, pelo menos, sob duas perspectivas. A primeira é a criação de cursos e vagas em áreas estratégicas em IES públicas, o que representa investimento público de R\$13.628.664.000 bilhões, a cada ano. Este montante refere-se ao custo anual de 882.000 alunos. (oferta de graduação em áreas estratégicas).

Outra possibilidade é o atendimento da meta, por meio da criação de vagas e cursos em IES privadas, requerendo do poder público, tratamento especial para agilizar a criação e investimento nas condições de acesso, por meio de ampliação da oferta de bolsas de estudos e de linhas de créditos especiais para esse mecanismo de formação superior.

O investimento do governo previsto, considerando esta possibilidade será de aproximadamente R\$4.851.000 bilhões, a cada ano. Comparando a oferta em IES públicas e privadas, têm-se a economia de 64,4% caso a ação seja direcionada ao segmento privado. A obtenção dessa meta está diretamente relacionada à ampliação da cobertura, via ProUni, FIES e outras formas de financiamento, visto que o público-alvo requer linhas de crédito específicas que atendam suas necessidades.

O alcance da meta estabelecida, somada à manutenção da quantidade de alunos matriculados no ensino superior permite estimar, o equivalente a 6.836.021 alunos matriculados em 2015.

11. Resumo das Ações Estratégicas

As ações propostas não são necessariamente cumulativas. Os números “exagerados” e a comparação entre custos públicos e privados foram realizadas como provocação. Afinal, não é proibido sonhar:

Tabela 106 – Resumo das Ações Estratégicas – Ensino Superior Brasileiro – Projeto 10 milhões de alunos – 2011.

PROJETO 10 MILHÕES DE ALUNOS	
ACÇÕES ESTRATÉGICAS ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	RESULTADOS ESPERADOS EM QUANTITATIVO DE ALUNOS
Ociosidade: Até 2015 reduzir em 40% da taxa de ociosidade do ensino superior.	3.084.681
Evasão: Até 2015 reduzir em 40% da taxa de evasão do ensino superior.	1.301.018
Graduação Tradicional (presencial): Ampliar o quantitativo de matrículas até 2015, a uma taxa de 10%, ao ano.	3.269.500
Graduação Tecnológica (presencial): Crescer até 2015 a uma taxa de 10% ao ano nas matrículas.	292.038
Educação a Distância: Crescer até 2015 a uma taxa de 10% ao ano nas matrículas.	502.875
FIES: Ampliar até 2015, o FIES, contemplando o acesso de 1.000.000 de novos alunos, mantendo o histórico de evolução atual.	1.000.000
ProUni: Ampliar até 2015, o ProUni, contemplando o acesso de 1.000.000 de novos alunos, mantendo o histórico de evolução atual.	1.000.000
Ensino Médio*: Ampliar até 2015, a base de matrículas em 10%.	672.000
Diversidade Regional: Ampliar em 20,0%, até 2015, o acesso ao ensino superior, nas diferentes regiões brasileiras, de acordo com as demandas e características locais, (municípios com ausência de IES e pólo de educação a distância).	1.340.000
Competitividade Nacional: Investir na formação profissional, em áreas estratégicas (engenharia, física, matemática, química, aeronáutica, naval, nuclear, minas e energia, petróleo, agroenergia, bioindústria, nanotecnologia, equipamentos médico-hospitalares, turismo, inglês, medicina esportiva, gestão, hospitalidade), para ampliar a produtividade e a competitividade nacional.	882.000
TOTAL	13.344.112

*Tendo em vista que atualmente cerca de 50,0% dos concluintes do ensino médio ingressam no ensino superior, a partir das ações delineadas, considerou-se que 70,0% dos matriculados (via ampliação projetada), ingressarão no ensino superior nos próximos anos.

Fonte: CM Consultoria.



IV - Conclusões



O ensino superior brasileiro tem uma história de sucessos e fracassos, enfrentando e vencendo dificuldades. Possui uma enorme quantidade de serviços prestados à comunidade do qual é parte, promovendo o desenvolvimento local e regional.

Portanto, a tarefa de reimaginá-lo é extremamente complexa. Algumas tarefas essenciais e inter-relacionadas se caracterizam como pré-requisitos para um processo de reestruturação e mudanças no setor como um todo, abrangendo o segmento público e privado. Trata-se do:

1. Desenvolvimento e a manutenção da qualidade nos processos e nos resultados.
2. Uso adequado dos recursos disponíveis.
3. Estabelecimento da visão e posicionamento para os componentes desse sistema.

Atualmente a formação superior atravessa grande crise no mundo. A sociedade, de modo geral e as diferentes partes interessadas (*os stakeholders*) pressionam fortemente requerendo cursos e programas com mais qualidade, mais pertinência, o que requer mais recursos, planejamento e gestão com visão estratégica.

Do ponto de vista da qualidade, três questões se destacam:

1. **Educacionais:** preocupação da sociedade, do mundo, do governo, do público em geral com o desempenho da educação superior.
2. **Políticas:** atendimento à camada da população menos favorecida (classes C e D), o atendimento às minorias etc.
3. **Econômicas:** investimento em educação e a taxa de sucesso, especialização da mão de obra em comparação a outros países, atendendo a globalização do trabalho.

A melhoria da qualidade em educação concentra-se na aprendizagem, no ensino e no estabelecimento de infraestrutura com eficiência e eficácia para atender a missão principal das organizações educacionais “dar condições para que os alunos aprendam”.

Assim os “*job to be done*”, quanto aos alunos são a principal preocupação, requerendo dos cursos, programas e projetos pedagógicos, qualidade, modernidade e pertinência. Atender essa expectativa é a tarefa essencial dos gestores do ensino superior brasileiro, no âmbito público e privado.

O equilíbrio entre as necessidades múltiplas dos alunos e os recursos limitados é também outro grande desafio. Além disso, há que se considerar a dicotomia entre os objetivos de colaboradores/professores e os objetivos institucionais desse segmento.

Em função da concorrência cada vez mais forte e das pressões oriundas da autoridade educacional, é preciso também que se faça uma distinção entre controle de qualidade e garantia de qualidade.



O controle analisa os resultados depois que o processo educacional acontece buscando fraquezas e forças. O IGC, CPC e ENADE, a avaliação institucional, os processos de autorização e reconhecimento de cursos são exemplos de controle.

A garantia de qualidade, o melhoramento dos processos, a criatividade no atendimento do que o aluno realmente contrata com as exigências do mercado cria características e capacidades exclusivas. O ensino superior deve privilegiar essas características, tornando-se um exemplo de garantia de qualidade. Tendo consciência de suas competências e capacidades o ensino privado pode utilizar a garantia de qualidade como estratégia de marketing.

O fator recursos, refere-se aos aspectos financeiros, materiais e humanos para a construção da qualidade do segmento do ensino superior brasileiro. A relação entre os recursos e os objetivos educacionais (públicos e privados) é extremamente complexo, pois:

1. Os objetivos educacionais são de difícil mensuração, frequentemente intangíveis e muito contestados.
2. Diferentemente do processo de produção industrial, na educação os insumos não estão claramente relacionados com os resultados.
3. A duração do curso em anos ou horas ainda é utilizado para definir o conceito de qualidade (o mito da qualidade).
4. O tamanho de turmas ainda é um problema (quanto menor, mais qualidade).
5. As relações alunos/docente e alunos/colaborador técnico-administrativo não são analisadas do ponto de vista financeiro.
6. Os custos dos programas acadêmicos não são considerados pela maioria dos gestores acadêmicos (atividade fim).
7. As inovações (mesmas tecnológicas e legais) são relegadas a segundo plano.

Cabe ainda, destacar o planejamento estratégico como um processo-chave da gestão do ensino superior, envolvendo valores e objetivos institucionais, fornecendo estrutura para desenvolvimento da qualidade e busca da excelência, provendo recursos para a boa execução. Um macro planejamento estratégico para o ensino superior brasileiro, como propõe o Ministério da Educação (MEC), neste momento singular de integração entre o setor público e o privado.

12. Acelerando a expansão

O ensino privado como os demais setores da economia, convive com desafiantes problemas:

1. A velocidade da mudança.

2. A competição por custos.
3. O crescimento do poder do cliente.
4. A tomada de decisão em tempos de incerteza.

Tais características nos levam a adaptar a “Análise das Forças Competitivas” do guru da Estratégia, Michael Porter, da *Harvard University* ao setor educacional:

Figura 4 - Análise das forças competitivas.



Fonte: Porter, Michael. Análise das Forças Competitivas, Harvard University.

Em função dessa análise competitiva, justifica-se a preocupação do segmento privado não só com seu crescimento, mas com sua sobrevivência. A nova paisagem competitiva trouxe para o segmento privado duas situações antagônicas e uma certeza, caracterizadas como ameaças e oportunidades.

1. Ameaças oriundas das grandes mudanças ocorridas na oferta e no tipo formação superior, na queda das barreiras geográficas, na tecnologia ou ainda na quebra de paradigmas tradicionais do processo ensino-aprendizagem.
2. Oportunidades para todos os *players* do ensino superior perceberem as grandes revoluções que o setor e a sociedade começaram a vivenciar e que com o passar do tempo se tornaram mais profundas e mais rápidas.

A certeza de que nada mais será como antes, de que o sucesso no passado (que merece respeito e admiração) não garante o sucesso no futuro e de que a necessidade de adaptação aos novos tempos. Certeza da necessidade de se criar com novas regras, de que inovar é preciso e que o crescimento das matrículas se dará pela aceitação de novas regras e novos modelos.

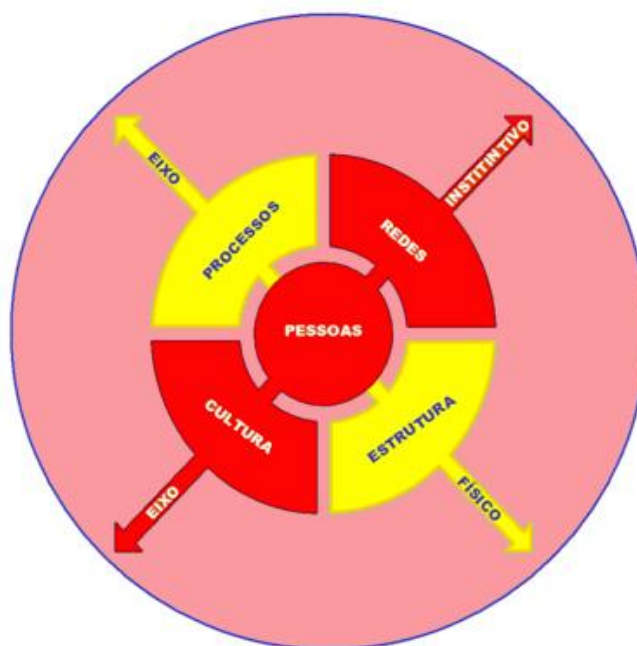
Em outras palavras, é fundamental reimaginar o segmento do ensino superior, convivendo com o desafio da escolha entre a destruição criativa e a recombinação criativa.

A destruição criativa se caracteriza pela mudança que destrói e remove ativos organizacionais existentes para abrir espaço e prover um novo formato de atuação com ativos totalmente novos. Basicamente, a destruição criativa acontece com a reengenharia de processos, reestruturação acadêmica e administrativa e aculturação da força de trabalho.

A recombinação criativa significa descobrir e expor os ativos das organizações educacionais já existentes, disponibilizá-los e recombina-los para atingir novos fins. Essa abordagem reconhece que as IES públicas e privadas detêm pessoas, processos, estruturas, culturas e redes sociais de que necessitam para fazer mudanças.

Diante dessa perspectiva, pode-se observar claramente a combinação desses ativos com seus respectivos eixos, na figura n.5:

Figura 5 - Ativos e seus eixos.



Fonte: CM Consultoria

Portanto, reimaginar o ensino privado trata de mudança e inovação. O grande desafio é ter a sutileza de reconhecer o momento adequado para produzir a mudança como uma destruição criativa ou como uma recombinação criativa. O bom-senso na análise do diagnóstico da situação atual vai definir o ponto certo da utilização de uma ou outra técnica.

Por fim, vale lembrar que, em determinados casos, a destruição criativa é inevitável. Varrer o presente do mapa e reinventar o futuro é necessário. A recombinação criativa permite que a mudança



ocorra por meio da combinação de elementos existentes criando novas configurações para o segmento do ensino superior.

O ensino superior privado e o próprio Ministério da Educação precisam assumir qual o tipo, qual a intensidade e qual a quantidade de mudanças necessárias. É preciso condições para sugerir o quanto mudar. O desafio de cumprir as metas do PNE 2011-2020 não é apenas do Ministério da Educação ou do Governo Federal, mas da própria sociedade e especialmente do segmento do ensino superior privado.

A grande parceria público-privada atualmente celebrada entre o MEC e o Fórum das IES Privadas só terá sucesso se houver uma forte conscientização quanto:

1. A necessidade de financiamento em alta escala para que a grande parcela da população de menor poder aquisitivo passa finalmente ter acesso ao ensino superior.
2. A valorização da educação a distância é o grande caminho para o crescimento das matrículas.
3. O aproveitamento da capacidade instalada do setor privado é fator crítico do sucesso.
4. A valoração dos cursos de menor duração é essencial como estratégia para se evitar o “apagão” de mão de obra.
5. A expansão acelerada das matrículas deve ser acompanhada de intensa busca de qualidade.
6. Aprender a aprender, sempre. A educação continuada é uma condição para as pessoas e uma oportunidade para o setor privado do ensino superior.



Referências Bibliográficas

AS MELHORES empresas no Brasil em gestão. São Paulo: Deloitte, 2005. Disponível em: <<http://www.deloitte.com>>. Acesso em: abril 2011.

BARBOZA, Júlio. **A importância da utilização dos recursos tecnológicos no ensino das ciências exatas, sob a ótica de uma evolução positiva.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com>>. Acesso em: abril 2011.

BARTSCH, Aleksandra Sliwowska. **Avaliação de desempenho nas instituições de ensino superior privadas.** Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2011. (Documento de Trabalho, n. 95).

BERTONCELLO, Ludhiana. O uso das tecnologias no ensino superior. In: Semana Pedagógica do CESUMAR, 2011. Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/download/index.php>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL, Todos Pela Educação. **De olho nas metas 2010.** São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar 2010.** Brasília: Inep, 2011. (Resumo Técnico)

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional.** Brasília: IBGE, 2007. (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios).

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil.** Brasília: IBGE, 2006. (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios).

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação – PNE.** Brasília: Inep, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos_avulsos/miolo_PNE.pdf>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação – PNE.** Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano plurianual 2008-2011: relatório de avaliação.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qualidade na educação superior: avaliação, regulação e supervisão.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=4316>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de gestão: exercício 2009.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resultado do. **Censo da educação básica 2009.** Brasília: Inep, 2009. (Resumo Técnico)



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. **Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício 2009.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. **Sinopse das ações do Ministério da Educação.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/download/sinopse_acoes_mec.pdf>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei . 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-11274.html>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **PNAD 2009: primeiras análises: situação da educação brasileira, avanços e problemas.** Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados do IPEA, n.66)

BRASIL. Todos Pela Educação – 2006-2009. São Paulo, 2010. (Relatório)

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria operacional: Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES),** Brasília: TCU, 2009. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br>>. Acesso em: abril 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.org.br](http://www.ibge.gov.org.br)>. Acesso em: abril 2011.

CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo. **Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007.** Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/mapadoemprego.pdf>>. Acesso em: abril 2011.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Formação de recursos humanos em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação.** Brasília, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Falta de mão-de-obra qualificada dificulta aumento da competitividade da indústria. **Sondagem Especial,** Brasília, ano 5, n. 3, set. 2007.

CURI, Andréa Zaitune; MENEZES FILHO, Naercio. **Os determinantes dos gastos com educação no Brasil.** São Paulo: Insper/IBEMEC, 2010.

DATAPOPULAR. **Classes sociais e o ensino superior: evolução 2002-2009.** São Paulo, 2010.

DECLARAÇÃO da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a12v14n1.pdf>>. Acesso em: abril 2011.

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, em 1990. (Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990).

EDUCAÇÃO para todos: o compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO, CONSED, 2001.



ENGEL, Wanda. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Unibanco, 2010. Disponível em: <http://ww2.itaubr.com.br/institutounibanco/pdf/wanda_engel_brasil.pdf>. Acesso em: abril 2011.

FERRARI, Bruno. **Onde os brasileiros se encontram**: O Brasil é o país mais sociável da internet. Quais são as redes mais populares. Revista Época, Rio de Janeiro, n. 628, maio, 2010. GERAÇÃOJC. Rio de Janeiro, [s.n.]

GOUVEIA, Luana. Ensino superior público e privado no Brasil e no Chile desde as reformas educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000: financiamento, acesso e desigualdade. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. **A estratégia do oceano azul**: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2008. (Em questão, 6)

INFORMAÇÕES de recursos humanos em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

IPC Maps. Banco de Dados. Versão 5.1. 2010: IPC Marketing, 2010. Software

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

NUNES, Edson de Oliveira. **As macrotendências e a realidade do ensino superior no Brasil**: dados e tabelas estatísticas. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2011.

NUNES, Edson de Oliveira; CARVALHO, Márcia Marques. **Ensino superior público e privado no Brasil**: expansão, evasão e perfil dos concluintes. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2004. (Documento de Trabalho, n. 35).

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Estudos econômicos da OCDE Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

OTRANTO, Célia Regina. **Universidades corporativas**: o que são e para que servem? Rio de Janeiro: ANPED, [n.d].

PANORAMA empresarial interior de São Paulo. São Paulo: Deloitte, 2006. Disponível em: <<http://www.deloitte.com>>. Acesso em: abril 2011.

PANORAMA empresarial nordeste. São Paulo: Deloitte, 2006. Disponível em: <<http://www.deloitte.com>>. Acesso em: abril 2011.

PANORAMA empresarial Rio Grande do Sul. São Paulo: Deloitte, 2006. Disponível em: <<http://www.deloitte.com>>. Acesso em: abril 2011.

PERSPECTIVAS estruturais do mercado de trabalho na indústria brasileira – 2015. Brasília: CNI, 2007.

PESQUISA CNI-IBOPE: retratos da sociedade brasileira: educação, Brasília: CNI, 2010.

PINHEIROS, Patrícia Peck. **Boas práticas legais no uso da tecnologia dentro e fora da sala de aula**: guia rápido para as instituições educacionais. Disponível em: <http://www.criancamaissegura.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/11/CARTILHA_TecnologianaEducacao.pdf>. Acesso em: abril 2011.

PINHEIROS, Patrícia Peck. **Boas práticas legais no uso da tecnologia dentro e fora da sala de aula**: guia rápido para as instituições educacionais. Disponível em: <<http://www.criancamaissegura.com.br>>. Acesso em: março 2011.



RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano 2010: a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Lisboa: IPAD, 2010.

SEMESP. I₂R - **Índice de imagem e reputação**: uma ferramenta estratégica para a qualidade de mercado. São Paulo: SEMESP/CDN, 2009.

TALENT. **Universitário, qual é a sua classe? É a C**. São Paulo, 2011.

Portais Consultados

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: abril 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO E APOIO AOS CONCURSOS. Disponível em: < <http://www.anpac.org.br/portal/index.php>>. Acesso em: abril 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: abril 2011.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: < <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRASILINPOREXTN/0,,menuPK:3817263~pagePK:141159~piPK:51068153~theSitePK:3817167,00.html>>. Acesso em: abril 2011.

BNDES. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt>. Acesso em: abril 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/>>. Acesso em: abril 2011.

CASA CIVIL. Disponível em: < <http://www.casacivil.planalto.gov.br/>>. Acesso em: abril 2011.

CDN ESTUDOS & PESQUISA. Disponível em: < <http://www.cdnep.com.br/>>. Acesso em: abril 2011.

DELOITTE. Disponível em: < http://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/index.htm>. Acesso em: abril 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>>. Acesso em: abril 2011.

FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR Disponível em: < <http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/>>. Acesso em: abril 2011.

HOPER CONSULTORIA Disponível em: < <http://www.hoper.com.br/site2010/index.php>>. Acesso em: abril 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: abril 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: abril 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/enade/default.asp>>. Acesso em: abril 2011.

JORNAL DA BAHIA. Disponível em: < <http://www.jornalbahiaonline.com.br/>>. Acesso em: abril 2011.



JORNAL DE CONCURSOS. Disponível em: < <http://jconcurtos.uol.com.br/>>. Acesso em: abril 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: abril 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, E COMÉRCIO EXTERIOR Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: abril 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: abril 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em: abril 2011.

PROUNI Disponível em: < <http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: abril 2011.

T.C.E: the campus experience: marketing para instituições de ensino [Blog]. Rafael Villas Bôas Albergaria, 2007, jan. - [acesso em 2011 Abril, 04]. Disponível em: < <http://www.tcexp.com.br/blog/>>. Acesso em: abril 2011.

UNESCO. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>. Acesso em: abril 2011.

